**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**Nem só o que é sólido se desmancha no ar: a *Nova Luz* na produção
insubstancial do espaço urbano**

LUCCAS RIBEIRO DO COUTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo, 2011

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	5
Introdução.....	8
Capítulo 1. Notas Sobre os Pressupostos Teórico-Metodológicos.....	11
1.1 A Substância do Capital e o Duplo Caráter do Trabalho.....	15
1.2 A Corporificação do Valor e o Primeiro Impulso a Acumular.....	17
1.3 O Processo Capitalista de Produção: a Transformação do Dinheiro em Capital.....	18
1.4 O Desatar das Leis Naturais-Sociais de um Modo de Produção Historicamente Constituído.....	21
1.5 Condições para a Reprodução Ampliada do Capital.....	24
1.6 A “Subjetividade” do Capital.....	26
1.7 O Impulso Infinito à Acumulação.....	28
1.8 A Expansão Absoluta das Categorias do Capital.....	29
1.9 Imperialismo e Acumulação Capitalista. Indícios da crise estrutural.....	32
1.10 A Auto-Mensuração Desmedida no Movimento de Autovalorização.....	35
1.11 A Prosperidade Fordista como Forma de Postergar a Crise.....	38
1.12 A Concorrência.....	40
1.13 Breve Advertência para a Consciência Fetichista.....	42
1.14 A Lei da Queda da Taxa de Lucro.....	45
Capítulo 2. Destruição Criativa/Ajuste Espacial/Compressão Tempo-Espaço: A Produção do Espaço como Forma de Superar a Crise.....	47
2.1 Coerência Estruturada e Ajuste Espacial.....	49
2.2 Acumulação Flexível ou Representação da Crise do Trabalho?.....	54
2.2.1 Do Fordismo à Desproporção dos Custos de Reprodução.....	57
2.3 Apontamentos sobre a Autonomização do Dinheiro e o Trabalho Improdutivo.....	65

2.3.1 O Trabalho Improdutivo em “O Capital”.....	67
2.3.2 O trabalho improdutivo com referência à reprodução geral capitalista.....	72
Capítulo 3. Produção da Metrópole, Reprodução Ampliada da Crise de Valorização.....	77
3.1 A Falsa Potência do “Motor de Acumulação”.....	79
3.2 A Nova Fronteira da “Máquina Paulistana de Produzir Riquezas”.....	85
3.2.1 A Preservação Estratégica do Patrimônio Histórico Urbano.....	90
3.2.2 O Concerto entre Prefeitura de São Paulo e Capitais Privados para “Revalorizar” o Centro da Metrópole.....	92
3.2.3 Dos Simples “Melhoramentos Urbanos” aos Grandes Projetos Urbanos: a Concessão Urbanística Nova Luz.....	103
3.2.3.1 A lei de Concessão Urbanística.....	112
3.2.3.2 O Projeto Urbanístico.....	118
3.3 Nova Economia Improdutiva da Cidade e a Revalorização do Centro como Forma-Síntese da Reprodução Crítica.....	130
Capítulo 4. A Nova Fronteira do Capital no Limite do Crescimento.....	135
4.1 O Setor Imobiliário e a sua Fonte Produtora de Valor.....	138
4.2 A produção propriamente dita.....	142
4.3 A Alavanca Financeira.....	148
4.4 O problema da renda fundiária.....	158
4.4.1 A Renda Absoluta.....	160
4.4.2 A Renda Diferencial.....	163
4.4.3 Os Outros Tributos Pagos ao Monopólio da Propriedade e as determinações do “Preço” da Terra.....	166
4.4.4 Caminhos para Pensar a Renda Urbana.....	169
Considerações Finais.....	176
Referências Bibliográficas.....	185

Agradecimentos

À minha mãe Solange e meus avós Malvina e Couto (*in memoriam*), sem os quais não teria nem sequer sonhado com a universidade. Devo a eles a posição de inconformismo e inquietação com o *status quo*, incentivada desde muito jovem com as longas conversas que cada um a seu jeito me proporcionaram. Impossível agradecer o carinho e apoio incondicional, as privações materiais para que eu estudasse na capital e a presença constante, ainda que separados por alguns quilômetros de distância. Ainda no núcleo familiar, sou grato ao meu tio Marcos e sua esposa Carmen, sempre dispostos a ajudar quando necessário.

À Luana, desde o dia em que nos conhecemos. Companheira e amiga, amor arrebatador. Juntos compartilhamos alegrias e retiramos as “pedras” do caminho. Obrigado pelas opiniões, compreensão e carinho. Não teria conseguido sem você.

Ao professor, orientador e amigo Anselmo. Somados ao rigor intelectual e às observações contundentes, sem mencionar os constantes ensinamentos que resultaram nesta dissertação, sempre estiveram o “ouvido” acolhedor e as palavras de confiança. O constante estímulo foi crucial para contornar a imaturidade teórica e a insegurança, e, assim, não “pular do barco”.

Agradeço também às professoras Ana Fani Carlos e Amélia Damiani. Além das contribuições na qualificação, os seus ensinamentos perpassaram toda a graduação, demonstrando, entre outras coisas, a necessidade teórica, tão atacada na geografia.

Ao grande amigo Fernando pelas conversas intermináveis. O percurso de vida e na universidade nos levaram a partilhar muitas coisas em comum, inclusive os enjôos no avião. Inestimável também foi o apoio dos amigos Aquillis (com as sessões de cinema, música erudita e rock’n roll), Márcio (em nossos grupos de estudos paralelos no Cepê), Alessandro (amigo de muitas histórias), Anderson, João Victor, Wellinson, e muitos outros que ajudaram a fugir da “bolha” USP (como diria um amigo) e arejar as idéias com coisas triviais e banais.

Aos colegas do Grupo Marx (o qual ando afastado) no Labur, que proporcionaram discussões e contribuições importantes para esta dissertação. Agradeço também ao Matheus, Fernão e Ana, pelas curtas, mas importantes conversas naquele grupo de estudos paralelos. Espero que possamos retomá-lo.

Igualmente imprescindível foi o grande apoio dos professores e demais funcionários da escola Amorim Lima. Trabalhar e estudar não foi fácil, todavia, as conversas, desabafos, a docência de fato solidária e a compreensão pelas ausências esporádicas, me permitiram

concluir esta etapa. Agradeço à Ednéia, Eliete, Marymar, Maria Silvia, Maria Isabel, Mauro, Maria Tereza, José Evando, Cleide, Marouse, Ibsen, Renata, Ana Elisa, Midouri, Douglas, Alan, Fernando, Marcelo (ex-amorim, pelas conversas estimulantes) e tantos outros professores e estagiários, que contribuíram indiretamente para este texto ficar pronto.

Resumo

O automovimento do valor se realiza impondo barreiras ao seu processo de valorização e, no impulso de superá-las, acaba por repô-las “em escala mais poderosa”, adverte Marx. Não obstante o solapamento do trabalho produtivo engendrado por esta autovalorização, o “sujeito” capital recria simultaneamente, segundo os autores que serão discutidos, novas formas que restituem a reprodução ampliada, funcionando como contratendências à queda nas taxas de lucro e mais-valia de um modo geral. A discussão nesta dissertação foca na produção do espaço urbano e sua aparente potência de vivificar de maneira indelével o capital. Se os capitais não podem se valorizar nos setores produtivos tradicionais, o desenvolvimento das atividades terciárias, ou setor de serviços, e a produção do espaço, nomeadamente pelos grandes empreendimentos através das operações urbanas, aparecem como uma possibilidade para o capital se valorizar. As cidades tornam-se “máquinas urbanas de produzir riquezas”. Nesta perspectiva e no plano da metrópole de São Paulo as intervenções urbanas cumprem a sua determinação superadora, onde o *Projeto Nova Luz* é o exemplo paradigmático, não só por sua atualidade e vanguarda no tipo de instrumento que a viabiliza, senão por convergir os elementos representativos da “nova economia produtiva urbana”. De modo diametralmente oposto, a crítica negativa desenvolvida neste trabalho choca-se com esta interpretação e tenta não perder de vista os nexos interiores que apresentam o urbano enquanto uma nova “fronteira” de acumulação. No limite, concebe-se que o setor financeiro (capitais fictícios) ficcionaliza o trabalho produtivo que se exauriu. A forma monetária se autonomiza da criação de valor e simula igualmente as categorias elementares da produção de mercadorias: lucro, juro e renda.

Palavras-chave: Crise do trabalho produtivo; produção do espaço urbano; *Projeto Nova Luz*.

Résumen

El automovimiento del valor se realiza imponiendo barreras a su proceso de valorización y, en el impulso de superarlas, acaba por reponerlas “en escala más poderosa”, aclara Marx. No obstante esta crisis de valorización, el capital engendra simultáneamente, según los autores que serán discutidos, nuevas formas que restituyen la reproducción ampliada, actuando como contratendencias a la caída en las tasas de lucro y plus valía de un modo general. La discusión en esta disertación enfoca en la producción del espacio urbano y su aparente potencia de vivificar de manera indeleble el capital. Si los capitales no pueden valorizarse en los sectores productivos tradicionales, el desarrollo de las actividades terciarias, o sector de servicios, y la producción del espacio, nombradamente por los grandes negocios inmobiliarios por medio de las operaciones urbanas, surgen como una posibilidad para el capital valorizarse. Las ciudades se vuelven “máquinas urbanas de producir riquezas”. En esta perspectiva y en el plan de la metrópoli de São Paulo las intervenciones urbanas cumplen a su determinación excedente, dónde el *Projeto Nova Luz* es el ejemplo paradigmático, no solo por su actualidad y vanguardia en el modo de instrumento que lo posibilita, más también por convergir los elementos representativos de la “nueva economía productiva urbana”. De modo diametralmente opuesto, la crítica negativa desarrollada en este trabajo se choca con esta perspectiva e intenta no perder de foco los nexos interiores que presentan el urbano mientras una “frontera” de acumulación. En el límite, se concibe que el sector financiero (capitales ficticios) disfraza el trabajo productivo que se agotó. La forma monetaria adquiere autonomía de la creación del valor y simula igualmente las categorías elementales de la producción de mercaderías: lucros, interés y renta.

Palabras clave: Crisis del trabajo productivo; producción del espacio urbano; *Projeto Nova Luz*.

“A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização da grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais de trabalho. O meio – desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho – entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização do capital existente.”

Karl Marx.

Introdução

O interesse pelos debates da Geografia Urbana surgiu ao longo da graduação, materializando-se na forma de monografia na conclusão do bacharelado. A preocupação, nesta ocasião, em compreender as metamorfoses no Centro paulistano, tão evidentes no plano fenomênico, logo desfez a face de simplicidade desta intervenção urbana e à medida que as leituras e conversas se sucediam demonstraram a necessidade de aprofundar os termos da discussão. A partir de então a elaboração de um projeto de mestrado procurava dar continuidade ao trabalho de conclusão. Este projeto tomou como postulado a simultânea produção do espaço e acumulação do capital, no intuito de discutir as estratégias dos capitais individuais e do Estado para o centro metropolitano, alçado, assim como os centros de outras cidades ao redor do mundo, a *locus* privilegiado da acumulação, sendo o setor imobiliário e o terciário parte do que seria a nova economia produtiva das cidades.

O ingresso no mestrado sob orientação do professor Anselmo, as discussões proporcionadas pelo Grupo Marx, assim como o contato com alguns autores, com destaque para Robert Kurz, suscitaram questões que redefiniram os problemas de pesquisa. Se em um primeiro momento a valorização do valor era a força efetiva e indelével que movia a interpretação, as leituras posteriores de O Capital constituíram uma perspectiva focada no aspecto negativo da relação capital-trabalho, fundante e definidora da sociabilidade capitalista. A pretensão de inverter a interpretação anterior e explicitar o automovimento desmedido e inexorável da produção capitalista e, por conseguinte, do espaço, apresentando-o enquanto uma forma ofuscante, miragem de trabalho produtivo na modernização hodierna, trouxe consigo enormes dificuldades que avançaram lado a lado à tarefa que o autor se propôs. Não obstante os hiatos e a insuficiência nas diversas passagens, o argumento persiste e leva a cabo a crise do trabalho produtor de valor com suas derivações para as categorias elementares da reprodução capitalista.

Importante anotar que destoar de algumas posições consolidadas não surtiu muitas vezes o efeito esperado, qual seja, o da interlocução e amadurecimento intelectual, pelo contrário, certas ocasiões resultaram em acusações de pessimista, antipatriótico ou ironias diversas. Desse modo, dadas as dificuldades do tema e a recusa ao diálogo de algumas posições na geografia – avessas a teoria –, o texto que segue foi sendo escrito com a preocupação de esclarecer todos os pressupostos da crítica para a partir daí cotejá-los com a aparente relação de necessidade que há entre produção do espaço e acumulação de capital.

Este momento da escrita significou também um aprendizado para o autor sobre o próprio Marx, deixando transparecer, com isso, os limites da leitura. Todavia, manteve-se a preocupação com a coerência teórica e as inversões típicas da aparência do modo de produção capitalista. Assim, após assentar o capital nos seus próprios trilhos, expondo-o como sujeito automático, o argumento foi adiante com a relação simultânea entre a realização do seu fundamento e o solapamento da sua base, ao mesmo tempo confrontou-se estas determinações mais profundas com a forma variante da sua superfície. A seguir, uma breve descrição da organização deste trabalho.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro, as notas teóricas, com base sobretudo em Marx, têm a preocupação de situar o modo de produção capitalista historicamente e fundar com ele as contradições que impõem o seu próprio limite. Define-se o conceito de crise e crítica com relação às barreiras objetivas que emanam da natureza desta forma de produzir. O domínio do capital sobre todas as suas condições de valorização, estabelecendo a finalidade das relações humanas, culmina, nesta primeira parte, com a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Não se deixa de enfatizar também a insuficiência da materialidade e a necessidade da abstração para perscrutar o segredo da produção de mercadorias.

No segundo momento, são contrapostas as contradições interiores do processo de reprodução - notadamente aquela que leva a uma desmedida entre taxa de mais-valia e massa de mais-valia - às formas variantes da sua superfície e às sucessivas reestruturações, que parecem repor *ad eternum* uma condição indelével do capital. Procura-se problematizar a interpretação de Harvey acerca dos constantes “arranjos” superadores das barreiras à valorização, propondo uma leitura que apreenda o movimento negativo subjacente ao que ele chama de acumulação flexível. Este movimento renovado implica uma série de transformações que generalizam o predomínio do capital constante sobre o variável e a sobredeterminação dos setores improdutivos na reprodução capitalista. A negatividade do trabalho se revela neste duplo da produção de mercadorias. Acrescenta-se a esta inviabilidade substancial o setor financeiro como força motriz dos processos de valorização, a ficcionalizar a real metamorfose do valor na circulação do capital $D - M - D'$. Está posto, assim, os pressupostos das “máquinas urbanas de produzir riquezas”.

Na terceira parte desta dissertação, com base na compressão tempo-espaço flexível e em outros autores, as cidades são apresentadas como centralidade do trabalho produtivo. A produção do espaço urbano com sua miríade de serviços constitui, nestes termos, uma contra-

tendência à queda nas taxas de lucro e forma “fronteiras” de geração de riqueza. O “Projeto Nova Luz” é o referencial empírico que sintetiza a “nova economia produtiva” na cidade de São Paulo. Sem embargo, o caminho do argumento busca penetrar no fundamento da produção do espaço na modernização hodierna para ir revelando-o na sua imanência crítica.

No quarto capítulo, a advertência presente na Forma Trinitária de Marx foi o ponto de partida para discutir a produção do espaço. Se o trabalho, de acordo com ela, é a única fonte de riqueza, as categorias de lucro, juro e renda só podem se efetivar enquanto apropriação de frações desta abstração. Todavia, na crise da valorização do valor, a substância social que lhes dava conteúdo é obliterada pelo automovimento do valor que abstrai as próprias condições da sua finalidade. A construção civil impulsionada pelo setor financeiro tende, com isso, a criar miragens de acumulação no urbano. Os preços dos imóveis, distantes do que deveriam representar – o valor-, simulam o crescimento e movimentam os investidores – leia-se capitalistas e rentistas em geral – em busca de rentabilidade. A precificação dos imóveis distribui volumes de dinheiro entre as categorias de lucro, juro e renda, progressivamente autonomizadas do valor que antes expressavam.

O desenvolvimento inexorável das forças produtivas revoluciona permanentemente as suas bases materiais, tornando obsoleto até mesmo a mercadoria mais trivial antes mesmo que ela se generalize como objeto de desejo. Na presente dissertação as transformações na morfologia urbana expressam o ímpeto do capital. Mas nem só o que é sólido se desmancha no ar, Marx demonstra que a substância oculta igualmente se esvai.

CAPÍTULO I

(...) o mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo, no qual Monsieur Le Capital e Madame La Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas.

Karl Marx

1. Notas Sobre os Pressupostos Teórico-Metodológicos

O conceito de crise, para além de uma simples negatividade em geral que a palavra tomou pelo seu uso banalizado e quotidiano, deve ser considerado enquanto uma forma da negatividade imanente, manifestação das contradições constitutivas do capital. A negatividade inerente ao capital, responsável pela dinâmica do capitalismo, como movimento das suas contradições internas, ao se manifestar na forma de crise, torna-a um elemento constituinte essencial para entender o *modus operandi* da reprodução social capitalista (GRESPLAN, 1999, p. 27-28).

Nesse sentido, aponta o autor, a crise para Marx está na base da crítica, que não se trata de uma reflexão exterior, ou como escreve Lefebvre, “A crítica interna nada tem de uma crítica moralizante, filantrópica ou humanista (mesmo se ela não desconsidera os ‘homens’)” (200-, p. 81-2), mas deve sim expor, mediante o desenvolvimento das categorias marxianas e da Teoria do Valor, a crítica objetiva que o sistema faz a si mesmo. Para tanto, a forma de apreensão e exposição deve ser adequada a um sistema contraditório e que se apresenta ocultando e invertendo as próprias contradições, ou seja, cabe a determinadas categorias expor o verdadeiro conteúdo das relações sociais e apresentá-lo como a crítica que o capital faz a si mesmo (GRESPLAN, op. cit., p. 28-29).

A apresentação categorial do conceito de capital empregada por Marx (Ibid.), ao contrário da economia política a qual faz menção, que em muitos momentos evitava as contradições, trata das categorias econômicas como formas que contradizem o próprio fundamento, já que o capital se apresenta na forma de uma contradição (MARX, 1988, 1 I¹). A força totalizante e contraditória do capital - por subordinar e ao mesmo tempo negar o trabalho enquanto fonte de valor pelo qual ele se forma e define - é o substrato pelo qual Marx define o objeto autônomo que pode e deve ser apresentado de acordo com a sua lógica contraditória, independentemente de condições exteriores a ele. (GRESPLAN, op. cit.)

Sobre o seu método de pesquisa e exposição formal, Marx (op. cit.) ressalta que é preciso se apropriar detalhadamente do objeto, suas várias formas de evolução e a sua conexão interna, somente depois é crível expor adequadamente a racionalidade imanente, que não se apresenta por si só. Tendo em mente que a forma pela qual o objeto aparece, ele

¹A tradução utilizada de “O Capital” é a da coleção “Os Economistas”, São Paulo, Nova Cultural, 1988, com exceção do Livro 1, Tomo II, edição em capa dura de 1996. As citações ao longo do trabalho fazem menção à obra consultada utilizando números arábicos para a referência do Livro e os números romanos para o Tomo, seguido da página citada quando houver.

mesmo fundamentalmente contraditório, nega necessariamente suas relações interiores, a análise deve buscar ir além da pura materialidade. É preciso considerar a impossibilidade de revelar as determinações de uma realidade contraditória pelo seu aspecto puramente fenomênico, ou manter-se preso à forma pela qual as coisas aparecem.

É emblemática a análise de Marx que toma corpo já no prefácio do Livro I, em que trata da forma celular da economia, que, segundo a sociedade burguesa, seria a forma mercadoria ou a forma de seu valor. Para elucidá-la seria preciso utilizar a faculdade de abstrair, em detrimento do microscópio e dos reagentes químicos. Isso porque no movimento da mercadoria uma das faces da identidade contraditória - objeto de uso e simultaneamente portadora de valor – que lhe constitui, e permite a relação de equivalência e de valor entre elas, se objetiva na forma natural do dinheiro, através do preço, em oposição a sua substância social oculta e abstrata – o trabalho abstrato. Portanto, a abstração do pesquisador é um recurso necessário para desvelar a abstração real que efetiva a própria sociabilidade capitalista.

A exposição desse quiproquó, no qual as coisas parecem naturalmente possuírem determinadas características, é desdobrada na análise do caráter fetichista da mercadoria e seu segredo (MARX, 1 I), aludida aqui por desenvolver a relação entre o nexos interno e o modo como este se corporifica, de modo esclarecedor.

Segundo Marx, a mercadoria parece uma coisa trivial e evidente. Como valor de uso que satisfaz as necessidades humanas pelas suas propriedades, ou mesmo produto do trabalho concreto, não há nada de misterioso. “Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica”. (Ibid., p. 70). Dessa forma mercadoria provém o caráter enigmático do produto do trabalho.

Os trabalhos humanos indiferenciados – produtores de valor – contidos na mercadoria assumem “(...) a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho (...)”, somente possível na relação de troca, através das formas valor. Dentre estas, a forma valor geral expressa de modo mais completo a relação de troca entre as mercadorias, pois a igualdade dos trabalhos humanos podem ser expressos num único equivalente, cuja materialidade, o seu corpo, representa os valores das múltiplas mercadorias. Nesta relação, o tempo de trabalho despendido na produção, que determina o valor dos produtos, aparece na proporção a ser trocada entre as mercadorias, ou na forma mais desenvolvida, é representado pela forma-monetária. Enfim, as relações entre os produtores que ativam as características sociais de seus trabalhos mediante a troca, vem ao mundo como “(...) uma relação social entre

os produtos de trabalho (...)” (MARX, 1 I, p. 71). As mercadorias se opõem uma à outra para objetivar o seu valor. De modo que nesta relação, possível a partir das características próprias do trabalho, a saber, produzir valor de uso e valor, as próprias mercadorias se movem por si só.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (Ibid., p. 71).

A relação social entre os homens sob a forma mercadoria e a relação de valor constituída por essa relação mesma, recebem a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas. O caráter de coisas sociais advém do próprio movimento das coisas, criado por relações sociais que, ao se manifestarem, dão vida às próprias coisas. Esse é o fetichismo, possível pelo caráter social peculiar do trabalho e que, segundo Marx (Ibid.), adere aos produtos logo que são produzidos como mercadorias. É por essa produção, independente, reiteradamente aludida pelos apologetas do capitalismo como fator essencial da liberdade individual, por meio da propriedade e iniciativa privada, que as características “naturais” das coisas controlam os indivíduos, que nem percebem o nexos social desta coerção – as relações de troca e o trabalho.

O teorema do fetichismo (GRESPLAN, 1999, p. 60) revela o caráter contraditório do modo de produção capitalista e o método de abordagem dialética de Marx. Portanto, anuncia o caminho da exposição que vai percorrer a obra de O Capital², sendo o método dialético necessário para compreender as relações sociais burguesas que, em seu conteúdo contraditório, desde as formas mais simples aparecem em sua externalidade regidas por leis próprias, independente da vontade e controle dos indivíduos. A generalização desta sociedade de trocas cria leis reguladoras que se impõe como as leis da física, do mesmo modo “(...) quando a alguém a casa cai sobre a cabeça.” (MARX, op. cit., p. 73), por desaviso e impossibilidade de fazer algo contra a gravidade.

Sobre uma destas leis que regem o modo de produção capitalista³, Marx (Ibid.), numa nota de rodapé, reproduz a seguinte passagem de Engels: “É, pois, uma lei natural, que se baseia na inconsciência dos participantes”. Assim sendo, trata-se de expor, com base nas

²A proposição de que Marx anuncia no livro I de O Capital o seu método e desdobra com minúcia o problema do fetiche, como forma de ser necessária da reprodução capitalista, e que deve percorrer a apresentação de toda sua obra, foi bastante discutida e salientada pelo professor Dr. Anselmo Alfredo no Grupo de Discussões sobre O Capital, no LABUR – DG – FFLCH - USP.

³Aqui Marx salientava a lei que impõe o tempo de trabalho socialmente necessário à produção.

categorias marxianas, as leis econômicas da sociedade moderna que se impõem com necessidade férrea. De modo que é preciso ter em mente que “(...) o que se faz efetivo se manifesta encobrindo suas determinações mais profundas. A objetivação é antes de tudo um processo de expressão, de representação, que por isso mesmo olvida suas medidas”. (GIANNOTTI, 1985, p. 47).

Para tanto, cabem algumas advertências, não menos importantes, acerca da produção do conhecimento que se propõe crítico e da intensificação do fetiche. O conhecimento que começa *post festum*, ou seja, já com os resultados definitivos da reprodução social tornada absoluta não se dá conta de que as formas que efetivam a mercadoria são historicamente datadas, e, por possuírem a aparência imutável e estável, não permitem que o conteúdo seja revelado. Esse conhecimento é socialmente válido, pois a sua verdade também efetiva a reprodução social sobre o modo de produção capitalista, é próprio da produção de mercadorias (MARX, 1 I, p. 73). O conhecimento científico que se cobre de ideologia e dissimula a negatividade fazendo-a aparecer como positiva e construtiva, “voluntariamente ou não, conscientemente ou não, completam os efeitos espontâneos e cegos da lei do valor (...)” (LEFEBVRE, 200-, p. 75, 81-2).

Destarte, deve-se penetrar nas ilusões do conhecimento e nos fetiches da reprodução social capitalista atento às dificuldades que Marx apontou no seu método de exposição categorial, que dizem respeito ao acirramento das contradições e a sua complexificação. Segundo ele:

Como a forma mercadoria é a forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa, razão por que aparece cedo, embora não da mesma maneira dominante e, portanto, característica como hoje em dia, seu caráter fetichista parece ainda relativamente fácil de penetrar. Nas formas mais concretas desaparece mesmo essa aparência da simplicidade. (MARX, op. cit., p. 77).

1.1 A Substância do Capital e o Duplo Caráter do Trabalho

Para expor, em linhas gerais, o modo pelo qual a reprodução capitalista se efetiva criticamente, é preciso resgatar o fundamento do modo de produção capitalista, que põe e repõe os nexos internos e as determinações que se impõem como leis.

Nestes termos, é mister se ater novamente na apresentação da forma mercadoria (MARX, 1 I), na qual a partir do fetiche se desvela não somente a “fantasmagoria” que move os produtos do trabalho e a ligação entre os produtores privados, mas também a substância social abstrata que conforma a “coisa física metafísica”, base de onde se estrutura a sociedade

capitalista e premissa para desdobrar as contradições que advém da constituição desta substância mesma.

Na análise da forma mercadoria Marx prescinde, por um momento, do valor de uso e do seu caráter útil, portanto, das suas diferentes formas concretas, restando a elas apenas a propriedade de ser produto do trabalho humano igual. Esta “objetividade fantasmagórica, simples gelatina de trabalho humano indiferenciado”, como dispêndio físico e mental, sem consideração com a forma pela qual foi despendida, é a “substância social” comum a todas as mercadorias. Tal substância é o que permite um valor de uso possuir valor, sendo a grandeza deste valor medida a partir do quantum desta substância – o trabalho abstrato - contém cada produto. Entretanto, pondera Grespan (1999, p. 64-65), a existência fisiológica do trabalho abstrato é a condição efetiva para a constituição do valor, que se torna de fato objetivo com as condições sociais da produção privada de mercadorias, ou seja, a produção destinada à troca, sendo esta relação propriamente que reduz as diferentes qualidades das coisas em igual dispêndio abstrato de trabalho.

A oposição⁴ na natureza mesma da mercadoria, entre valor de uso e valor, advém do duplo caráter do trabalho: por um lado, dispêndio abstrato de força de trabalho e, por outro, dispêndio útil de trabalho adequado a um fim, destinado a criar valores de uso. Desta oposição constitutiva da mercadoria, produto do duplo caráter do trabalho, decorre a formulação de Marx (1 I) sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

Um quantum maior de valor de uso representa maior riqueza material, todavia, a massa de riqueza material pode crescer mesmo com o decréscimo da grandeza de valor. A força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva do trabalho útil concreto e determina o grau de eficácia de uma atividade adequada a um fim e num espaço de tempo dado. Com isso, o trabalho útil torna-se uma fonte maior ou menor de produtos na proporção direta às mudanças na força produtiva.

Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor. Como força produtiva pertence à forma

⁴ Grespan assinala: “(...) temos nesta distinção entre ‘diversidade’ e ‘oposição’ novamente uma ressonância fundamental da Lógica de Hegel, que define a primeira como uma forma da diferença na qual os termos diversos são independentes e indiferentes uns dos outros – a diferença não é estabelecida por qualquer relação entre eles – enquanto na segunda é a relação que constitui os termos opostos em sua diferença – cada um é o que o outro não é, e vice-versa. Assim, os vários trabalhos concretos aparecem inicialmente como sendo apenas diversos, e também parecem sê-los o trabalho abstrato e o concreto, definidos como gênero e espécie (...). Mas a troca realiza para Marx o que para Hegel faz a lógica, a saber, a passagem da diversidade para a oposição: na relação de troca, a identidade do trabalho abstrato equipara e identifica os trabalhos concretos ao mesmo tempo em que preside sua diferenciação pela divisão do trabalho; a diferenciação deles só se produz como resultado da divisão do trabalho, organizada pela comparação permanente deles na troca, que se dá avaliando o que têm em comum. A diferença dos trabalhos concretos é determinada pela identidade do trabalho abstrato, por seu ‘outro’, sendo uma oposição e não diversidade.” (GRESPLAN, 1999, p. 66)

concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se abstração da sua forma concreta útil. (MARX, 1 I, p. 53)

Nos mesmos espaços de tempo, independentemente das forças produtivas, o trabalho fornece sempre a mesma quantidade de valor, variando, entretanto, a quantidade dos valores de uso. A riqueza material cresce com a força produtiva numa proporção inversa à grandeza de valor dessa massa, que se reduz relativamente ao mundo das mercadorias quando se encurta o tempo de trabalho necessário para a produção de cada uma delas.

Já no livro 1 de O Capital, a partir desta formulação sobre o desenvolvimento das forças produtivas, é possível antever os pressupostos da contradição que é desdobrada no Livro III, com a “Lei da queda tendencial da taxa de lucro” (MARX, 3 V). A mercadoria, em sua oposição constitutiva necessária – trabalho abstrato/trabalho concreto –, considerada no processo de circulação, é o meio pelo qual o trabalho produtor de valor – trabalho abstrato – se realiza e permite repor os pressupostos para a produção capitalista. A possibilidade de redução a um mínimo do trabalho abstrato, pelo progresso dos métodos e das técnicas de produção, aponta para a possibilidade de crise, ou seja, põe-se um limite para a produção de mercadorias e a sociabilidade burguesa.

1.2 A Corporificação do Valor e o Primeiro Impulso a Acumular

Com a ampliação e o aprofundamento das trocas, ou melhor, com a sua generalização, superando os laços apenas locais, surge a necessidade de dar à antítese da forma valor da mercadoria uma representação externa, uma forma independente do seu valor, a forma-dinheiro. É na expressão multilateral das mercadorias com outra, sua forma-equivalente, que esta última mercadoria torna-se dinheiro. Entretanto, essa relação aparece invertida, como se as mercadorias expressassem seu valor neste por ser ele mesmo dinheiro, o refletor toma o lugar do refletido. Parece que é da forma-equivalente, que assume a forma-dinheiro, da sua natureza, das qualidades de seus materiais, a aptidão de expressar valor.

A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1 I, p. 85).

Com o desenvolvimento da circulação de mercadorias cresce o poder do dinheiro, pois nesta forma independente da riqueza social, coisa externa, o valor pode tornar-se propriedade privada de qualquer um, portanto, poder social a partir do qual determina-se o processo de trabalho. Nesta forma o dinheiro não aparece como consequência da circulação de

mercadorias, mas recebe a forma de sua força motriz. A riqueza social na forma do dinheiro permite que o seu possuidor detenha um poder social cuja fonte parece estar na sua própria natureza.

Assim, “desenvolve-se a necessidade e a paixão de fixar o produto da primeira metamorfose”, o processo de troca visa substituir a forma mercadoria pelo dinheiro M - D, que de mera intermediação do metabolismo social vem a ser o fim em si mesmo. A circulação se transforma na “grande retorta social”, onde tudo é lançado para converter-se em dinheiro, sendo mercadoria ou não, “E não escapam dessa alquimia nem mesmo os ossos dos santos nem as *res sacrosanctae, extra commercium hominum*”⁵. (MARX, 1 I, p. 111).

Neste momento da apresentação categorial de Marx, ainda não aparecem as determinações mais profundas da esfera da produção sobre a esfera da circulação e a negatividade do trabalho (GRESPLAN, 1999). Mas a metáfora da “grande retorta social” manifesta o impulso a entesourar, o “Trabalho de Sísifo da acumulação”, representado aqui pela acumulação de dinheiro, dado o seu caráter ilimitado de equivaler a todas as mercadorias, por ser o representante geral da riqueza material e ao mesmo tempo limitado quantitativamente, por ser um volume de eficácia sempre reduzida se comparado ao mundo das mercadorias disponíveis (MARX, op. cit.).

O impulso já presente no “Trabalho de Sísifo da acumulação” é desdobrado ao longo de “O Capital” e se complexifica sob as determinações da acumulação na produção propriamente dita (GRESPLAN, op. cit.). Este momento da apresentação em Marx – do impulso a entesourar –, é de crucial importância para o seguinte trabalho, pois destaca a ação dos sujeitos enquanto “impulso”, realizando uma necessidade do capital pela sua própria inconsciência do processo social, e o poder do dinheiro.

1.3 O Processo Capitalista de Produção: a Transformação do Dinheiro em Capital

Segundo Grespan, do avanço dessa autonomia do dinheiro, quando ele aparece plenamente como finalidade da circulação, Marx faz a passagem de sua exposição do dinheiro para o capital. Uma das distinções aparece na fórmula da circulação, pois o dinheiro passa de meio a fim: de M-D-M à D-M-D. A unidade de fases opostas do segundo circuito, para além da mera diferença de seqüência, significa uma diferença de finalidade e conteúdo, pois aquele

⁵Coisas sacrossantas, excluídas do comércio humano.

que parte do extremo de uma mercadoria à outra, tem como finalidade o valor-de-uso, diferente do que ocorre no circuito que começa com o dinheiro, cuja finalidade é o próprio valor-de-troca. Na troca simples de mercadorias ambos extremos tem a mesma forma, porém trocam-se produtos diversos da mesma grandeza de valor para o consumo de produtores diferentes; os produtos são quantitativamente iguais e qualitativamente diferentes, representando diferentes trabalhos, esse é o conteúdo do processo. Diferente é o circuito D-M-D, no qual os termos extremos são qualitativamente iguais e devem mudar quantitativamente, isto é, um incremento em D no qual $D + \Delta D$ vai ser D-M-D'. "O circuito do capital só tem sentido, portanto, se houver aumento do valor, isto é, se '*o valor originalmente adiantado [...] se valoriza*', (...)" (1999, p. 98, grifo do autor).

Para resolver esta questão Marx apresenta o processo de trabalho e o processo de valorização, no intuito de demonstrar que o capital não pode surgir simplesmente da circulação, pois a troca pressupõe equivalência entre D-M e M-D'.

A exposição considera o trabalho vivo ainda na forma em que veio do período no qual não existiam capitalistas, como o elemento capaz de despertar as condições de trabalho dentre os mortos: "Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim (...)" (MARX, 1 I, p. 146).

Com a intromissão do capitalista no processo de produção social, através da propriedade dos fatores necessários ao processo de trabalho – os objetivos (meios de produção) e o fator pessoal (força de trabalho) - mediante a sua compra no mercado, a força de trabalho é posta para consumir os meios de trabalho sob o seu interesse. A utilização da força de trabalho pelo capitalista e o seu posterior consumo no ato da produção expressam a apropriação do seu valor de uso pelo proprietário dos meios de produção. De modo que a compra da força de trabalho incorpora "(...) fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente". (Ibid., p. 147). Assim, o produto do consumo dos meios de produção pela força de trabalho pertence ao capitalista, é apropriado por ele, pois lhe pertence capital (meios de produção) e o trabalho (força de trabalho).

A propriedade do capitalista - o produto do processo de trabalho - é um valor de uso, que não é de modo algum "*a coisa qu'on aime pour lui-même*"⁶, mas é também o substrato material do valor. É um produto destinado à venda, uma mercadoria, e que deve conter um valor mais alto "(...) que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la (...)". O

⁶Que se ama por si mesma.

capitalista “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.” (MARX, 1 I, p. 148)

O decisivo para o desejo do capitalista é o próprio valor de uso da mercadoria força de trabalho, por ser fonte criadora de valor. Para que exista o capital, ou melhor, a condição *sine qua non* para o capitalista investir produtivamente o seu dinheiro e fazer mais dinheiro, não dispensando-o em outras atividades, consiste em que a soma dos valores dos produtos finais não devem ser iguais às somas das mercadorias lançadas no processo de trabalho. O capitalista não pode “consolar-se com a idéia de a virtude ser a recompensa da virtude.” (Ibid., p. 152).

Cabe no intercâmbio da mercadoria força de trabalho as leis que valem para todas as outras mercadorias. Ao vendedor da força de trabalho pertence o valor de troca que, como em outras mercadorias, esse valor é o tempo gasto para produzi-la, no caso da força de trabalho, produzir os meios de subsistência essenciais para o trabalhador, e ao seu comprador o valor de uso. O fato de o primeiro equivaler aos “seus custos de manutenção” ou ao “trabalho passado que a força de trabalho contém” e diferir do “trabalho vivo que ela pode prestar” ou o “seu dispêndio diário”, é a “grande sorte para o comprador” desta mercadoria. O valor da força de trabalho e a sua valorização são grandezas diferentes. E isso, de maneira nenhuma, é “uma injustiça contra o vendedor”, apenas não foram violadas, aparentemente, as leis do intercâmbio de mercadorias, ou seja, a troca de equivalentes. (Ibid., p. 152-153).

Destarte, o valor final do produto é uma soma diferente daquela adiantada para a sua produção, pois o trabalhador mantém-se em atividade por um tempo maior que o necessário para produzir o equivalente aos seus meios de vida. Esta diferença manifesta a “grande sorte” do capitalista, a mais-valia, condição para a sua função social e, assim, o “dinheiro se transformou em capital”. (Ibid., p. 142-156).

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a ‘trabalhar’ como se tivesse amor no corpo. (Ibid., p. 154).

Como já tratado, do lado das mercadorias, constituídas pela unidade entre valor de uso e valor, o seu processo de produção deve figurar como unidade do processo de trabalho (trabalho útil, destinado a um fim específico) e processo de formação de valor. De modo que a produção de mercadorias enquanto unidade do processo de trabalho e do processo de valorização é processo capitalista de produção. Definição esclarecedora quando se pretende compreender a reprodução capitalista e o limite posto pelo próprio sistema a si mesmo.

1.4 O Desatar das Leis Naturais-Sociais de um Modo de Produção Historicamente Constituído

Até o momento vislumbrou-se como o dinheiro, ao comprar trabalho e produzir mais-valia, se transformou em capital. Entretanto, esse movimento do capital que põe e repõe a mais-valia, a acumulação, a força de trabalho, etc., parece “girar num círculo vicioso”, do qual somente é possível sair supondo uma acumulação prévia à acumulação capitalista, seu ponto de partida, que Marx expõe como a “Assim chamada acumulação primitiva”. (MARX, 1 II).

Fazer menção à acumulação primitiva e ao posterior desatar das leis capitalistas acompanha o esforço de demonstrar as contradições deste modo de produção, mas, principalmente, busca salientar a formação destas oposições no interior do processo de constituição do capital. Portanto, além de situá-lo historicamente como consequência de condições prévias redefinidas sob suas leis, aponta para o seu limite. No capítulo em que desenvolve a acumulação primitiva, Marx inicia descrevendo as condições históricas das quais originou este modo de produção e que culmina com o entrave florescido com ele e sob ele, ou nas suas palavras: “A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebitado.” (Ibid., p. 381).

Com efeito, este esforço intenta evitar o risco de absolutizar o modo de produção capitalista num movimento de eterna repetição. Defesa esta que recorre, inclusive, a uma acumulação primitiva freqüente e desconsidera o constante desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, as barreiras à valorização. Na esteira deste raciocínio seguem as seguintes observações, com base em Marx, sobre a constituição das contradições na sociedade capitalista e o desatar das suas “leis naturais”.

A estrutura econômica feudal após a sua decomposição liberou os elementos da estrutura capitalista. Segundo os escribas burgueses o movimento histórico liberta da servidão e da coação corporativa. Os trabalhadores recém liberados precisam estar livres dos meios de produção e de todas as garantias de existência que a sociedade feudal lhes oferecia.

O cavaleiro da indústria teria se lançado em luta contra o poder feudal e seus privilégios, contra as corporações e os seus entraves ao desenvolvimento da produção e a livre exploração do trabalho. A expropriação abrupta e violenta da base fundiária do produtor rural em direção ao mercado de trabalho forma a base de todo o processo.

A assim chamada acumulação primitiva realizou as transformações a partir das quais dinheiro, mercadoria, meios de produção e subsistência puderam se transformar em capital. Tais mudanças podem ser reduzidas às seguintes circunstâncias:

(...) duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1 II, p. 340).

A relação-capital tem como condição para a sua realização o processo de separação do trabalhador da propriedade dos meios de realizar o seu trabalho. Esta cisão opõe no mercado o trabalhador ao proprietário dos meios de produção. De modo que esta relação, no processo histórico de acumulação primitiva, é o momento da formação categorial do capital, portanto, marca a passagem para uma realidade que vem a ser determinada por uma lógica contraditória⁷.

Este revolucionamento que cria as bases do capitalismo, entre o último terço do século XV e o início do XVIII, na Inglaterra, é descrito por Marx como uma sucessão de acontecimentos, cuja síntese do processo de expropriação das massas do campo e a criação do proletariado pode ser apreendida no seguinte trecho:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (Ibid., p. 355).

As leis que por 150 anos procuraram impedir a usurpação da propriedade comunal, transformada de lavoura à pastagem ao longo deste período, legislaram a favor desta transformação, pois, ao longo do século XVIII, passaram a garantir, paralelamente aos métodos privados dos grandes arrendatários, a expropriação do povo e o cercamento desta propriedade.

É possível estender a funcionalidade das leis, no âmbito desta acumulação primitiva, à criação de uma legislação sanguinária, de meados do século XV e durante o XVI, contra o que se chamou de vagabundagem, para coagir ao trabalho os “proletariados livres como os pássaros”, que não podiam ser absorvidos na mesma velocidade em que eram expropriados. Igualmente a lei deveria enquadrar subitamente na disciplina da sua nova condição os expulsos dos seus antigos modos de vida, ou ainda impelir os “criminosos voluntários” a condições que já não existiam mais. Os expropriados do campo foram forçados, como

⁷Segundo Prof. Dr. Anselmo Alfredo, no grupo de discussões sobre “O Capital”, no LABUR-DG-USP.

vagabundos, à disciplina do trabalho assalariado “por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”. (MARX, 1 II, p. 359).

Contudo, não é suficiente a cisão que opõe de um lado as condições de trabalho como capital e, do outro, pessoas que tem unicamente a propriedade da sua força de trabalho para vender. É com a “organização do processo capitalista de produção plenamente constituído” que a “muda coação das condições econômicas” completa o domínio do capitalista sobre o trabalhador, de modo que este se submete às “leis naturais da produção” que garantem a própria reprodução da condição de dominação. Assim, a violência extra-econômica ou mesmo a coação do Estado para controlar os salários é substituída por “(...) uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. (Ibid., p. 359).

Os antigos meios de trabalho disseminados entre inúmeros pequenos proprietários, posteriormente expulsa da base fundiária e substituídos por arrendatários capitalistas, que serviam como fonte de renda extra ou meio de pagamento de impostos, em suma, meios de existência independente, quando concentrado nas mãos do capitalista industrial, transformam-se em meios de comandar o trabalho e extrair trabalho não-pago. O alimento antes produzido pelo povo do campo, ao tornar-se mercadoria, se transforma em elementos do capital variável, assim como as matérias-primas agrícolas nacionais se transformaram em elemento do capital constante.

Entretanto, emenda Marx (Ibid.), o período manufatureiro propriamente dito não levaria a nenhuma revolução radical, foi apenas com a grande indústria e as máquinas, ou ainda, a passagem da subsunção formal dos elementos que veio da história para a subsunção real, com a tendência para o predomínio da base constante sobre a variável, que a expropriação do povo do campo se completa, do mesmo modo que a separação entre a agricultura e a indústria rural doméstica, formando definitivamente o mercado interno para o capital industrial.

Marx ainda desenvolve outros momentos da acumulação primitiva, importantes para compreender a transição da primazia do comercial para o industrial e a sua repartição nos diferentes países, que corresponde, na Inglaterra, em resumo, ao sistema colonial, à dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Esse intrincado processo tem em comum com os outros países a violência concentrada e organizada em torno do Estado, capaz de ativar e abreviar a transformação do modo feudal em capitalista de produção.

*Tantae molis erat*⁸ para desatar as ‘eternas leis naturais’ do modo de produção capitalista, para completar o processo de separação entre trabalhadores e condições de trabalho, para converter, em um dos pólos, os meios sociais de produção e subsistência em capital e, no pólo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em ‘pobres laboriosos’ livres, essa obra de arte da história moderna. (MARX, 1 II, p. 378).

1.5 Condições para a Reprodução Ampliada do Capital

A partir do estabelecimento da produção propriamente capitalista, o desatar das “eternas leis naturais”, é possível pensar que no processo global de produção burguês a circulação simples não é somente negada, nem conservada, mas sim superada - no seu objetivo de fornecer valores de uso - pela produção industrial, que a rebaixa a seu momento e lhe dá um novo fundamento. Pela circulação o capital estabelece o nexos social entre proprietários privados que se socializam no mercado e garante a compra e a venda de mercadorias cruciais para o processo de produção burguês, que associa a circulação ao processo de trabalho criador de mais-valia, já que o objetivo desse processo de produção é o aumento do valor e não a sua conservação. (GRESPLAN, 1999, p. 111).

Nesse sentido, estabelecido o objetivo do processo de produção e circulação capitalista – a valorização do valor –, é preciso, assim como ocorre em outras formas sociais, segundo Marx (1 II), que este modo de produção retransforme continuamente parte dos seus produtos em novos meios materiais para a produção, isto é, as condições para a produção são ao mesmo tempo as da reprodução, de modo que no capitalismo boa parte dos produtos devem ir para o consumo produtivo. A especificidade da produção sob o modo capitalista é que o processo de trabalho deve ser meio para a valorização do valor, assim, a reprodução é apenas a reposição desse processo, transformar valor adiantado em capital, o que implica um movimento em espiral.

A existência do capital depende da transformação contínua da riqueza material em meio de valorização e, simultaneamente, da presença no mercado da força de trabalho despojada das condições para efetivar o seu trabalho. Daí a necessária unidade entre a produção e a circulação de mercadorias.

Dadas essas condições, o processo de trabalho ao se objetificar em produto alheio, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, produz não somente a mercadoria, mas recria constantemente o valor capaz de explorar a si mesmo como fonte viva de valor.

⁸Tanto esforço fazia-se necessário.

O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza (...) Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição *sine qua non* da produção capitalista. (MARX, 1 II, p. 204).

Assim, a passagem da mera reprodução, presente em outras formas sociais, para a reprodução determinada pela finalidade do processo de produção capitalista, permite distinguir a reprodução simples da reprodução ampliada, que consiste na constante aplicação e retransformação da mais-valia em capital, isto é, na reposição ampliada dos pressupostos do processo de produção (meios de produção e força de trabalho). Esse é o consumo produtivo do capital levado a cabo pela produção capitalista, sem o qual corre-se o risco de imprecisão ao falar-se de reprodução ampliada.

Para tanto, o valor do capital somado a mais-valia contida no produto bruto são transformados em dinheiro mediante a circulação. A aplicação deste na compra de meios de produção capacita o capitalista a recomeçar a fabricação ampliada de mercadorias. Para que isso ocorra, como visto a pouco, é preciso encontrar todas as mercadorias prontas no mercado, com as quais serão repostos os componentes consumidos no decorrer do processo de produção, mas para além desta reposição, o mais-produto, onde se encontra a mais-valia, deve ser investido como capital em coisas adicionais utilizadas no processo de trabalho.

Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. Por conseguinte, parte do mais-trabalho anual tem de ser empregada na fabricação de meios adicionais de produção e de subsistência, em excesso sobre o quantum que foi necessário para a reposição do capital adiantado. Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais-produto, do qual é valor, já contém os componentes materiais de um novo capital. (Ibid., p. 215).

Logo, assegura Marx (Ibid.), esses componentes só podem continuar funcionando de fato como capital através do seu consumo ampliado na produção, processo que exige um acréscimo de trabalho, seja através da exploração do trabalho intensiva, extensiva ou pelo aumento do número de trabalhadores.

Observa-se então, nos termos da reprodução ampliada, que após o adiantamento do capital original pelo capitalista e a valorização deste valor adiantado, é o capital adicional, no qual se encontra o trabalho alheio não pago, isto é, mais-valia capitalizada, o pressuposto para a exploração do trabalho vivo. O trabalho passado não-pago é a condição para a apropriação presente do trabalho vivo não-pago e, por isso, o capitalista acumulará quanto mais houver acumulado no ciclo anterior. Com isso, segundo Grespan (1999), o aparente intercâmbio de equivalentes entre o capitalista e o trabalhador revela-se enquanto mera aparência, pertencente ao processo de circulação, que mistifica o verdadeiro conteúdo da produção, a saber, a troca

de trabalho alheio já objetificado e, portanto, sem equivalente, por quantidades sempre maiores de trabalho vivo.

Acerca desta aparente equivalência na troca entre proprietários – o do capital e o da força de trabalho -, Grespan afirma que para ela realmente existir cada proprietário teria que se apropriar da mercadoria alheia pela alienação da sua própria. Com a separação entre a propriedade e o trabalho, esta não dá mais direito ao trabalhador de se apropriar do seu produto, de modo que é o trabalho alheio o responsável pelo produto do capitalista e pelo pagamento do salário do trabalhador. O princípio da equivalência de troca na esfera da circulação “é uma *‘simples forma que é alheia ao conteúdo e que apenas o mistifica’*, pois formalmente o trabalhador recebe seu salário que, conforme o *‘conteúdo’*, é valor produzido antes pela sua própria força de trabalho.” (GRESPLAN, 1999, p.116, grifo do autor).

1.6 A “Subjetividade” do Capital

Do confronto com o dinheiro na circulação, a força de trabalho é o elemento capaz de agir na esfera da produção e transformá-lo em capital-dinheiro. Por isso o dinheiro não é mais simples oposição à mercadoria em geral, mas ao trabalho⁹. A aquisição da força de trabalho no mercado conforma esta, no processo imediato de produção e valorização, numa fonte de valor, um valor-de-uso do próprio capital e não apenas um valor-de-uso (trabalho vivo, enquanto subjetividade) que se contrapõe ao capital (trabalho morto, objetivado), ou seja, o capitalista dispõe desta força de trabalho e a coloca em atividade, consumindo-a de acordo com suas necessidades (Ibid., p. 118-119).

Por um lado, a força de trabalho é o momento que *‘atua [...] enquanto vitalidade frutífera sobre a objetividade existente e, assim, morta’* dos meios de produção; ela é vida que ressuscita o valor *‘morto’*, pretérito, destes meios, transferindo-o para o produto, de forma que este valor não muda sua grandeza, sendo *‘capital constante’*. Por outro lado, ela também é o momento que *‘altera seu valor no processo de produção’*, que cria a mais-valia para além do valor da força de trabalho, sendo por isso *‘capital variável’*. (...) Enquanto *‘capital variável’*, a força de trabalho passa a ser, assim, ela mesma parte do capital; e justamente a parte que, ao *‘alterar seu valor’*, faz, do valor, capital. (Ibid., p. 120, grifo do autor).

Portanto, o capital precisa pôr e repor constantemente o trabalho como uma oposição, isto é, destituído dos meios de produção que, enquanto parte do capital, defrontam o trabalho como objetividade alheia, reproduzindo desta forma a desapropriação que torna a mercadoria força de trabalho capaz de produzir valor e mais-valia. Dado essas condições, o capital –

⁹Na dimensão do intercâmbio entre capital e trabalho, isto é, entre compra e venda da força de trabalho, esta aparece como simples oposição ao dinheiro, como na circulação simples todas as mercadorias o são em relação ao dinheiro.

trabalho morto - segue o impulso a se valorizar sugando vampirescamente a maior parte possível de trabalho vivo com sua parte constante, “(...) a vida do capital não é originalmente sua, mas a de um ‘morto’ que continua contrapondo-se ao vivo e, com isso, se ‘vivifica’ por ‘sugar’ a ‘vitalidade frutífera’ que é do outro, retirando-lhe a vida da qual, porém, depende.” (GRESPLAN, 1999, p. 121, grifo do autor).

Este movimento criador demonstra o objetivo da circulação do capital. Se na circulação simples de mercadorias a finalidade estava fora deste circuito - M-D-M -, no consumo individual dos produtores e realização das suas necessidades, algo exterior a própria circulação, o contrário ocorre na circulação do dinheiro enquanto capital - D-M-D' -, em que o fim está neste movimento mesmo. As formas-valor (mercadoria e dinheiro) da circulação do capital são determinadas pelo próprio valor, algo interior, que determina cada fase como necessidade para a valorização. Mas isso só se torna possível com a incorporação da força de trabalho enquanto um momento do capital, pelo qual ele mesmo se constitui.

A valorização do valor em sendo a finalidade do próprio processo de circulação do capital, pode ser traduzida na seguinte equação: D...M...P...M'...D' ou na forma mais detalhada $D - M (FT - MP) \dots P \dots M' (M - m) - D' (D + d)$.

O capital aparece aqui como um valor que percorre uma sequência de transformações interligadas e reciprocamente condicionadas a uma série de metamorfoses (...) Dentro desse movimento, o valor adiantado não só se conserva, mas cresce, aumenta sua grandeza. Por fim, no estágio final, retorna à mesma forma em que apareceu no início do processo global. (MARX, 2 III, p. 39).

Transformado em finalidade de si mesmo, o valor passa a ser o conteúdo de seu movimento e a determinar as suas formas conforme necessário. Na circulação simples, o valor (substância) apenas permite a troca, não determinando suas formas de existência nem a passagem de uma à outra. No caso do capital, o valor enquanto finalidade determina o movimento das formas-valor e lhe dá conteúdo, isto é, conferindo unidade entre a forma e a substância do valor; é não somente valorização de si, mas por si. Esta autovalorização caracteriza o capital como “sujeito”¹⁰. Desse fetichismo consiste não somente o seu poder efetivo de subordinar as condições para a sua autovalorização, mas também a ilusão de que o capital é uma fonte autônoma de produção de valor (Ibid., p. 124). Inconsciência com implicações cruciais para a queda na taxa dos lucros dos capitais individuais, já que oculta a real fonte produtora de valor.

¹⁰ “Esta auto-relação mediada pela relação com o outro é o significado do termo ‘sujeito’, que Marx emprega (...), inspirando-se na terminologia hegeliana: algo que reflete sobre si, que retorna a si a partir do outro ‘sem se perder neste movimento’, entrando numa ‘relação privada consigo mesmo’ e determinando suas formas de existência como momentos desta auto-relação.” (GRESPLAN, 1999, p. 124, grifo do autor).

Importante salientar que esta concepção às avessas ou consciência transposta de que o lucro é produto do capital, surge, segundo Marx (3 IV, p. 34-35), necessariamente de uma relação constituída às avessas, pela inversão entre sujeito e objeto, na qual a força produtiva subjetiva do trabalho subjaz na qualidade de mera força produtiva do capital, isto é, o capital – trabalho objetivado, morto -, personificado na figura do capitalista, determina o vivo, objetivado como mercadoria e elemento no interior do capital.

Para Grespan (1999, p. 125), as relações sociais mais uma vez ocultas por trás das relações entre coisas, como mercadorias, dinheiro e meios de produção, tornam-se agora, pela subjetividade do capital, meio para atender as necessidades do capital e não mais as humanas. O capital, à medida que se constitui enquanto finalidade da produção em geral e se apropria das condições materiais e sociais,

(...) apresenta-se de fato como o organizador das relações entre os homens, como um poder que escapa às suas vontades e consciências individuais – daí '*sujeito automático*' – impondo-se a suas atividades enquanto objetivo maior, cuja autoridade deriva justamente deste caráter transcendental de que se reveste para eles. Tal fetiche se caracteriza (...) pela força que exerce sobre as vidas humanas reais ao converter-se em seu objetivo supremo (...). (Ibid., p. 125, grifo do autor).

1.7 O Impulso Infinito à Acumulação

A constituição deste sujeito automático que caracteriza o capital pela sua capacidade de autovalorizar-se, ou melhor, pelo domínio das suas condições de reprodução e acumulação, implica certas determinações através das quais o volume da acumulação pode se alterar. Essa oscilação positiva é a busca constante dos capitalistas em sua “Tarefa de Sísifo” de criar somas sempre crescentes, porém insuficientes de valor.

Marx (1 II) apresenta algumas circunstâncias que determinam, por exemplo, o aumento da massa de mais-valia e que dependem do grau de exploração do trabalho. Dentre as possibilidades de aumentar esta taxa de exploração estão o rebaixamento do salário para baixo do valor da força de trabalho ou o aumento da mais-valia absoluta sem elevar os gastos com o capital variável.

Outro fator importante no processo de acumulação é o nível de produtividade do trabalho social. Dado esse fator, com uma massa de mais-valia constante ou mesmo decrescendo mais lentamente que o avanço da força produtiva do trabalho, a massa de mais-produtos aumenta. A crescente produtividade do trabalho torna o trabalhador mais barato, pois reduz o valor dos seus meios de subsistência, e, portanto, eleva a taxa de mais-valia ainda que o salário aumente; é possível também contratar mais força de trabalho com o mesmo

capital variável. Com essas implicações, o mesmo valor em capital constante significa um volume maior de meios de trabalho.

Com valor constante ou mesmo decrescente do capital adicional tem lugar, portanto, acumulação acelerada. Não apenas amplia-se materialmente a escala da reprodução, mas a produção da mais-valia cresce mais rapidamente que o valor do capital adicional. (MARX, 1 II, p. 237).

Assim sendo, o capital enquanto sujeito realiza a sua tendência à acumulação, ou ainda, a alteração quantitativa dos extremos qualitativamente iguais, D-M-D', que define o seu próprio movimento. O impulso incessante para esse movimento, Marx (1 I) deixa entrever no caso da “Tarefa de Sísifo” do entesourador, devido à natureza contraditória do dinheiro – qualitativamente ilimitado/quantitativamente limitado.

Em decorrência dessa homogeneidade qualitativa do dinheiro e do seu poder social, o movimento de autovalorização do capital é representado por quantias sempre crescentes desta forma-monetária. Não obstante essa capacidade do dinheiro se acumular indefinidamente, no processo de produção capitalista todo o valor produzido em cada ciclo de acumulação, a ser metamorfoseado em dinheiro, esbarra nas quantidades limitadas dos valores iniciais e finais de cada ciclo. Todo o novo valor criado pelo processo de autovalorização de si é quantitativamente limitado e, por isso, busca superar o seu limite, daí o impulso permanente da acumulação e a realização do potencial ilimitado do dinheiro. Esse é o sentido da desmedida do capital no movimento de acumulação, em que as quantidades limitadas tem de ser sempre suprimidas e repostas por sobre as barreiras que se interpõem (GRESPLAN, 1999, p. 128, 130).

Ao contrário da circulação simples, em que a medida está regulada pela satisfação das necessidades e o movimento se extingue no consumo,

(...) ‘o movimento do capital é [...] desmedido’, porque nele o começo e o fim são o mesmo [...] e já por isso o movimento é infinito’. E o fim tem de ser um novo começo, com a superação do momento da auto-repulsão pelo da capitalização, pois o capital ‘tem seu fim em si mesmo’, não encontrando fora de si mais nenhum limite permanente, nenhum elemento exterior que lhe possa conter indefinidamente a expansão, já que esta se baseia no domínio da fonte de valor mesma. (Ibid., p. 129, grifo do autor).

1.8 A Expansão Absoluta das Categorias do Capital

“Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação.” (MARX, 1 II, p. 254). Nestes termos, Marx (Ibid., p. 245-337) desenvolve a lei geral da acumulação capitalista, que trata da

tendência à economia de trabalho vivo em relação ao volume de capital investido, ao mesmo tempo em que a acirrada competição entre os capitais individuais desencadeia a centralização destes e fomenta uma renovada e ampliada acumulação de capital, mediante o incremento da sua parte constante em face da variável. A seguir são apresentados alguns elementos desta lei geral.

O constante progresso das forças produtivas que se desenvolvem com a ciência e a técnica reage sobre o capital original e o já em funcionamento no processo produtivo. A reprodução do capital fixo, que se repõe periodicamente, ao se deparar com determinado avanço, substitui por meios de trabalho mais produtivos os antigos capitais. A incorporação de novos meios, inclusive no que concerne à reposição do capital circulante, segue o progresso social das forças produtivas sob a pressão da concorrência, inclusive com a depreciação do capital antigo.

O grau de produtividade do trabalho social apresenta-se por meio do decréscimo da massa de trabalho em relação à massa dos meios de produção, transformada em produto por essa força de trabalho. Com efeito, a mudança na composição técnica do capital reflete na proporção da sua composição em valor, no acréscimo da parte constante às custas do componente variável. Contudo, a mudança na composição do valor não indica com exatidão a mudança na composição material, uma vez que a produtividade do trabalho eleva os meios de trabalho consumidos e reduz o seu valor em relação ao volume. Mesmo assim esse valor aumenta absolutamente, de modo que a diferença entre o capital constante e o variável é menor do que a diferença entre os meios de produção e a massa da força de trabalho.

Não obstante a queda relativa da parte variável com a acumulação, essa ainda pode crescer absolutamente. Com o aumento do capital expande também o valor do capital variável, embora seja preciso ponderar que, quanto maior a parte do capital que corresponde a capital constante, maior deve ser o aumento do capital total para o incremento nas mesmas proporções do capital variável. Todavia, o decisivo neste momento da acumulação acelerada do capital, diante do incremento das forças produtivas, consiste na expansão da sua taxa de mais-valia.

O aumento da exploração da força de trabalho absolutamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho, se depara com os limites físicos e naturais do dia de trabalho. A saída para esse entrave seria aumentar a exploração da força de trabalho - taxa de mais-valia - sem prolongar a jornada de trabalho, mas reduzindo o trabalho necessário, tornando-o parte do mais-trabalho.

A redução do trabalho necessário leva a uma redução no valor da força de trabalho (Marx considerava que a força de trabalho não é sub-remunerada), possível a partir do barateamento dos meios de vida que estipula esse valor. Tal transformação implica uma alteração na proporção entre as partes que compõe o dia de trabalho, a chamada mais-valia relativa, e tem como condição para a sua efetivação o revolucionamento nas condições técnicas e sociais de produção, o que elevaria a força produtiva do trabalho e encurtaria a parte do dia de trabalho destinado a produzir o valor equivalente à força de trabalho.

Assim, a elevação da força produtiva do trabalho permite a acumulação acelerada, portanto, retransforma uma parcela crescente da mais-valia em capital que entra no processo de produção e fundamenta a ampliação da produção, da força produtiva do trabalho e da mais-valia.

O constante movimento de acumulação permite a concentração do capital nas mãos dos capitalistas individuais, como parte da riqueza social, ao mesmo tempo em que pode ocorrer a fragmentação de capitais antigos e a constituição de capitais novos. Essa crescente concentração dos capitais individuais, que coincide com a acumulação, é circunscrita por dois fatores: o primeiro relacionado ao seu limite, dado pelo crescimento da riqueza social e, segundo, pela repartição do capital social entre os diversos produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. “Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais”. (MARX, 1 II, p. 257).

Essa dispersão do capital ou a repulsão entre os capitais individuais, já que na concorrência cada um deve autovalorizar-se por si e para si, se opõe a sua atração, não como acumulação, mas como atração de capitais já constituídos, isto é, expropriação de capitalista por capitalista. Esse processo pressupõe apenas uma divisão modificada dos capitais existentes, sem os limites da acumulação e da riqueza social, ele cresce aqui porque é perdido em outro lugar. “É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração”. (Ibid., 1 II, p. 257).

As leis da centralização, sob a coação da concorrência, são conduzidas pelo barateamento das mercadorias, proporcionada pela produtividade do trabalho, que depende também da escala da produção, “Os capitais maiores derrotam portanto os menores,” (Ibid., p. 258). Os capitais menores irão disputar as esferas da produção que a grande indústria ainda não se apoderou na totalidade. O sistema de crédito, inicialmente como modesto auxiliar da

acumulação, se transforma numa força determinante para a concorrência e a centralização dos capitais. “À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização”. (MARX, 1 II, p. 258).

1.9 Imperialismo e Acumulação Capitalista. Indícios da crise estrutural

Em “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, Lênin (1986) explicita o enorme incremento da indústria nos poucos países que disputavam a hegemonia mundial, marcando a passagem da livre concorrência para os grandes monopólios através da rápida centralização¹¹ da produção em empresas cada vez maiores. O exemplo norte-americano é elucidativo: 43,8% da produção global de todas as empresas estava circunscrito a 1,1% das empresas, cujos trabalhadores somavam 30,5% do total. Dessa centralização em um número reduzido de empresas gigantescas, cerca de 3000, que abarcam 528 ramos da indústria,

(...) se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração¹² por si mesma, por assim dizer, conduz directamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenómenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos. (LÊNIN, 1986, p. 588).

O monopólio assim constituído, nos termos de Lênin como a lei geral e fundamental do capitalismo dos fins do século XIX e início do XX, através dos cartéis e trusts centralizam “(...) freqüentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo industrial.” (Ibid., p. 592). As empresas gigantescas que conseguem interiorizar os diferentes ramos da indústria, seja pelas sucessivas fases da produção e elaboração da matéria-prima ou mesmo daqueles elementos auxiliares à produção propriamente dita, levam vantagem sobre as empresas “simples”, pois detém a garantia de lucros mais estáveis, aperfeiçoamentos técnicos, etc., além de muitas vezes estarem associadas a ferrovias e portos. Somado a isso, elas estabelecem acordos entre si sobre condições de venda, repartem os mercados, fixam a quantidade de produtos a serem fabricados e os preços, distribuem os lucros, etc. O monopólio se estende também sobre as vias e os meios de comunicação, a mão-de-obra

¹¹ O termo “concentração” aparece em Lênin com o mesmo sentido de “centralização” desenvolvido por Marx e caracterizado brevemente no presente trabalho. Continuarei utilizando a segunda expressão por permitir distinguir dois processos diferentes da obra de Marx: concentração e centralização, como já exposto.

¹² Entenda-se centralização nos termos de Marx.

qualificada, a matéria-prima, dentre outros elementos capazes de arruinar as empresas concorrentes fora do monopólio. (LÊNIN, 1986, p. 593-594).

Importante notar que nesta fase imperialista, como caracterizou Lênin, as contradições do modo de produção capitalista não seriam harmonizadas, pelo contrário, o autor enfatiza o acirramento das crises, pela intensificação da desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, já típica do capital. De modo que as crises dariam inclusive novo impulso a centralização, pois como adverte Marx (1 II, p. 258-259), embora esta seja determinada até um certo ponto pelo volume da riqueza social atingida e pela superioridade do mecanismo econômico, o movimento centralizador, diferentemente da concentração, sinônimo de reprodução ampliada, não depende do crescimento do capital social. Ela pode ocorrer mediante a mudança da distribuição dos capitais já existentes em agrupamentos quantitativamente menores dos componentes do capital social, ou seja, pela expropriação de capitalista por capitalista, diante das crises.

Para Marx a centralização (seja violentamente, por meio da destruição de outros capitais individuais ou por meio da fusão dos capitais já constituídos) completa a obra da acumulação, ao propiciar a expansão da escala das operações dos capitalistas industriais.

A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos. (Ibid., p. 259).

O rápido aumento de capital pelo movimento centralizador permitiu, através das sociedades por ações, obras até então inviáveis, como o caso das ferrovias citado por Marx (Ibid.). Ao mesmo tempo em que potencializou a acumulação social, ampliou e acelerou as revoluções na composição técnica do capital, o que elevou o valor de seus componentes constantes em detrimento do variável.

Interessa enfatizar também a ascensão do capital financeiro que ocorre *pari passu* ao movimento já referido, com base no capital produtivo e na acumulação potenciada. Nos termos de Lênin,

(...) o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue 'reinando' como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos 'gênios' das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia...os especuladores. (1986, p. 595).

Os bancos passam de meros intermediários nos pagamentos para um grupo restrito de monopolistas; detém quase todo o capital-dinheiro dos capitalistas, como grande parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas. Esses grandes bancos cartelizados

formaram alianças de modo a controlar as operações financeiras mais volumosas e lucrativas (LÊNIN, p. 597). Junto a isso,

Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem directamente os pequenos como os ‘incorporam’, subordinam, incluem-nos no ‘seu’ grupo, no seu ‘consórcio’ – segundo o termo técnico – por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de acções, do sistema de créditos, etc. (Ibid., p. 598).

Assim, a medida em que cresciam as operações financeiras e a dependência dos setores comerciais e industriais da sociedade capitalista em relação aos bancos monopolistas, estes passavam não somente a conhecer, mas a controlar e influenciar os diferentes capitalistas, mediante concessão de crédito e, conseqüentemente, expandiam ou restringiam suas atividades e rentabilidade. Os bancos passaram a ter um caráter cada vez mais universal, estabelecendo relações as mais variadas possíveis, tanto no que concerne aos lugares como aos gêneros de produção, com a tendência de generalizar as relações com a indústria e torná-las sólidas e intensivas. (Ibid., p. 606-607).

Deve-se buscar o conteúdo destes fenômenos no movimento de autovalorização dos capitais que, sob o impulso desmedido da acumulação e pela coação da concorrência, expandem necessariamente, no âmbito da produção imediata e mesmo da circulação, os investimentos em capital constante e variável - com a tendência para o aumento da composição orgânica. Destarte, os investimentos em máquinas, materiais, desenvolvimento técnico e científico, elevam os custos prévios à própria produção.

Para efetivar essa expansão com elevados custos, a centralização dos capitais e o aumento da participação do crédito, até a sua indissociabilidade com o setor produtivo, foram as formas necessárias - nos termos de Lênin a forma imperialista - que configuraram o modo de produção capitalista neste período, ao realizar as suas determinações mais profundas. O capital que rende juros foi o meio capaz de tornar esse crescimento necessário plausível.

É possível vislumbrar nesse momento uma dimensão mais profunda da crise, produto lógico do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa direção, a reprodução ampliada do capital implica uma crescente diminuição do trabalho por produto, por isso é preciso realizar uma massa cada vez maior de mercadorias no mercado que, proporcionalmente, carregam cada vez menos trabalho no seu interior. Disso resulta, segundo Kurz (2003)¹³, a crescente importância estrutural da superestrutura do crédito financeiro, como a forma de reação do sistema ao real processo de desvalorização que avança pé ante pé. O crédito em grande escala

¹³ As concepções de Robert Kurz contidas neste trabalho, com exceção do livro “O Colapso da Modernização. Da derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial”, foram retiradas dos seus escritos publicados na internet, portanto não possuem paginação. As demais referências seguem ao final do trabalho.

não significa senão a antecipação do valor ou da mais valia ainda não produzida, que é lançada para um futuro cada vez mais longínquo. É a capitalização das expectativas.

Desse modo, o capitalismo imperialista já no início do século XX se apresenta sob o domínio do capital financeiro. Não obstante, essa cisão entre o proprietário do capital-dinheiro e o capitalista propriamente dito, produtivo, é apenas um aspecto da chamada fase imperialista. Pois ainda que o capital bancário, monopolista, dos poucos países do capitalismo avançado¹⁴, especule com terras ou adquira grandes volumes de dinheiro como credor mundial, é de fato funcional enquanto capital na mão do capitalista industrial que o utiliza. Há uma estreita relação entre os ramos produtivos que acumulam de modo acelerado e o capital financeiro, que participa da acumulação no processo produtivo e das rendas nas suas diversas formas de investimentos.

Tal relação se estende para além das fronteiras territoriais dos países avançados, já que a centralização dos capitais em proporções gigantescas constitui um enorme excedente de capital cuja exportação é outra característica do capitalismo imperialista, em oposição à exportação de mercadorias da sua forma concorrencial. O elevado grau de centralização obriga os capitalistas, na forma de grandes cartéis internacionais, a partilharem o mundo para obterem lucro. A divisão territorial do mundo através do monopólio colonial por determinados Estados, além das empresas em busca de mercado, matérias-primas e investimentos, leva a cabo a partilha do mundo (LÊNIN, 1986).

1.10 A Auto-Mensuração Desmedida no Movimento de Autovalorização

Nesta forma imperialista, que predominou dos fins do século XIX até meados do XX, já é possível conceber as formas críticas pelas quais o capital se reproduz. A constituição de um excedente de capital (superacumulação) nos países do capitalismo já consolidado é produto da desmedida do impulso constante a acumulação, que tem como referência a sua autovalorização e não o capital social total. Nesse momento, tal impulso ocorre mediante a centralização dos capitais aliada ao capital financeiro. De modo que o capital financeiro auxilia a valorização, dado os altos custos do processo produtivo em decorrência do constante

¹⁴ Convém destacar que a Inglaterra, a França (os dois países capitalistas mais antigos e com mais colônias), a Alemanha e os Estados Unidos detêm 80% do capital financeiro mundial, “Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro ‘pilares’ do capital financeiro mundial.” (LÊNIN, 1986, p. 621)

aumento na composição orgânica dos capitais (tendência à queda na taxa de lucro), potencializando a acumulação e açambarcando grande parte da mais-valia pelos juros.

A crise pode ser compreendida em sua potencialidade destrutiva, embora a execução das contradições internas ao processo de acumulação, nesse período tratado, encontre os meios a partir dos quais pode se mover e reproduzir ampliamente a riqueza social. A execução da crise ou a retomada da “normalidade” não invalidam os conflitos que impossibilitam qualquer equilíbrio, mas nesse caso estas oposições se resolvem generalizando-se.

Assim sendo, o processo de acumulação dos capitais altamente produtivos e competitivos, leia-se com altos custos, não é paralisado por uma queda nos lucros, mas alavancado pelo capital financeiro e as sucessivas centralizações, evidenciando que o crescimento absoluto da massa de valor oculta uma redução paulatina desta substância, pois a produção propriamente dita necessita de aportes cada vez maiores de capital para açambarcar massas cada vez menores de valor, recorrendo às fusões ou aos capitais externos (crédito).

A preponderância das finanças ocorre em paralelo à valorização destes capitais na esfera produtiva, por isso não são criados volumes de dinheiro meramente fictício. O lastro em trabalho permanece, não havendo um descolamento completo da mercadoria-dinheiro de sua base. A superacumulação própria aos grandes conglomerados, que atuam em todas as possibilidades de negócios e muitas vezes por monopólios, resolve-se estendendo o modo de produção capitalista mundialmente, sobretudo exportando os capitais ociosos.

Estas são algumas formas que revelam o conteúdo crítico do processo de acumulação na denominada fase imperialista. Todavia, sem descartar a contradição, estas possibilidades de “caos” na “ordem” capitalista não significam a perda total de referência ao seu fundamento – o trabalho abstrato. Desta reflexão, busca-se avançar, com base nos escritos de Grespan (1999), para os termos determinantes da crise estrutural e demonstrar a sua natureza inexorável, que põem um limite, uma barreira intransponível ao movimento de autovalorização do capital.

O capital até certo momento da apresentação de Marx aparece em seu progresso infinito de acumulação e superação dos obstáculos. Todo limite ao capital é e deve ser uma barreira a ser superada. Se o capital não sentisse o limite enquanto barreira, isto é, algo a transpor, ele deixaria de ser capital. Em sua autovalorização, o limite é certa quantidade produzida de mais-valia, quantitativamente limitada, que aparece como limite a ser dominado, barreira a ser superada ao criar mais-valor e constituir o capital (Ibid., p. 136-137).

O resultado desse processo de autovalorização é a conformação dos excedentes, seja da produção ou na forma de capital-dinheiro, pois o capital se refere a si mesmo como medida. Esta medida, limite estabelecido pelo capital a cada circuito por si mesmo, não se determina por nenhum elemento exterior, mas a partir da desmedida (impulso infinito a acumulação) do próprio capital, que busca convertê-la (esta medida enquanto grandeza de valor) em nova base para a acumulação.

Contudo, essa capitalização desmedida pode falhar em estabelecer uma nova medida para o capital, isto é, nem todo o valor produzido integra a nova etapa de acumulação impondo um limite mais elevado. Tal limite poderia não se transformar em uma próxima barreira a ser superada, gerando os excedentes, ou melhor, a impossibilidade de um novo ciclo do capital ser estabelecido, já que o novo valor criado não pode ser reinvestido com lucro (GRESPLAN, 1999, p. 138).

A partir da exposição da desmedida determinada pela acumulação - como no caso da perda de referência pela conformação dos excedentes de capitais na fase imperialista - Gresplan passa à relação negativa constitutiva do capital com o trabalho vivo, a fonte do valor, e redefine o conceito de desmedida. A relação de oposição entre capital e trabalho revela o seu caráter contraditório mais completamente com a subsunção real do trabalho pelo capital, que, ao elevar a produtividade do trabalho e produzir uma mais-valia relativa, mediante a substituição do trabalhador pela máquina, reduz a fonte de valor. Resulta então o problema da valorização, que o capital, enquanto sujeito, deveria estabelecer a medida. (Ibid., p. 141-142).

As condições de automensuração do capital derivam do seu processo de valorização, pautado na extração da mais-valia, mas que, sob o aumento da maquinaria, encontra-se numa contradição imanente: das duas medidas que compõem a mais-valia de um dado capital – taxa de mais-valia e número de trabalhadores – uma delas aumenta somente porque a outra se reduz. “A redução do tempo de trabalho necessário, realizada para se obter mais-valia relativa, ocorre pelo aumento generalizado da parte constante do capital em relação à parte variável. Para que cresça a taxa de mais-valia reduz-se a base sobre a qual ela opera”. (Ibid., p. 143). Essa contradição é resultado da afirmação e negação do trabalho pelo capital.

Assim, a resultante das duas medidas que entram em contradição, ao invés de uma nova medida da valorização, leva a desmedida. Ocorre a perda de referência do processo de valorização, mesmo com a pretensão de se automensurar com a inclusão do trabalho como seu momento, já que o capital ao incluir o trabalho ao mesmo tempo o nega. A desmedida aparece neste momento contradizendo o primeiro sentido, que se refere a acumulação infinita e

desenfreada, expondo uma limitação específica da produção, como um limite que não é transformado como simples obstáculo a ser superado, o que leva a sobreprodução. Esse excesso se refere à impossibilidade do trabalho, cada vez mais reduzido, conservar o valor já criado e ainda produzir mais-valor diante do enorme desenvolvimento das forças produtivas e sociais (GRESPLAN, 1999, p. 143-145).

Essa é a desmedida com referência a relação constitutiva do capital, ao seu fundamento, que culmina, portanto, necessariamente, na crise do trabalho produtor de valor. A base do argumento da crise do trabalho reside na negação do próprio trabalho pelo movimento de valorização, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. Daí cabe desvendar as formas como aparece esse fundamento crítico.

1.11 A Prosperidade Fordista como Forma de Postergar a Crise

O movimento de autovalorização presidido pelo “sujeito-capital”, ao incluir o trabalho como seu momento, passa a conter não só o conteúdo da sua valorização, mas igualmente a condição da sua crise. A desmedida emana necessariamente do fundamento da autovalorização, portanto a crise está posta como necessidade, determinada a partir da relação capital-trabalho como conteúdo fundado, pois não depende de condições exteriores, pelo contrário, está no automovimento de valorização. Como conteúdo fundado a crise é a forma de expressar a negação do capital por si mesmo, pelas determinações desdobradas do seu interior. Essa contradição imanente reside na tendência a aumentar o capital constante em face do variável, ou seja, na negação do trabalho vivo capaz de ressuscitar o morto, levando a autovalorização à expansão e ao mesmo tempo à desmedida (GRESPLAN, 1999).

A forma histórica do desenvolvimento capitalista tratada a seguir, pautada nos estudos de Harvey (2005a) e caracterizada por ele como modo de acumulação fordista, é o momento em que esta contradição constitutiva se põe criando a forma pela qual ela se move. No caso, a forma de movimento, que não suprime nem elimina a contradição, se deu com a ampliação da massa absoluta de valor através da elevação da taxa de valorização simultaneamente à expansão da sua base, ainda que ao mesmo tempo tenha ocorrido um aumento progressivo da composição orgânica. As contradições, segundo Gresplan (op. cit., p. 151), se resolvem porque permanecem, ambos - o conflito e a resolução - são necessariamente determinados pela natureza do capital.

Em termos fenomenológicos, a expansão fordista do trabalho produtivo e da substância real do valor pode ser descrita em diversos planos que se sobrepõem. A

extensão interna e externa da valorização do capital, e portanto da racionalidade empresarial, abriu novos campos da produção real de mais-valia. Quanto ao exterior, tal extensão traduz-se na contínua inserção na forma capitalista de reprodução - já referida no *Manifesto Comunista* - de regiões da Terra até então não-capitalistas, bem como na conexa exportação de capitais (um elemento importante na teoria de Lenine, embora concebido de forma redutora); internamente, o mesmo efeito foi obtido com a transformação das formas de reprodução até então não-capitalistas (camponeses, artesãos e economia de subsistência) em sectores de valorização do capital, tornada possível pelos novos métodos fordistas. (...) (KURZ, 2002).

Para Harvey, esta expansão do trabalho produtivo é acompanhada por um conjunto de práticas fordista-keynesianas que definem as formas de controle do trabalho, das tecnologias, hábitos de consumo, configurações de poder político-econômico, enfim “(...) o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo (...)” (2005a, p. 118). O colapso desse modo de acumulação e a ascensão de um novo, com o seu respectivo conjunto de práticas, relações e regulamentações, fundamentaria a hipótese da passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de regime de acumulação “flexível”.

A implantação do fordismo, simbolicamente datado de 1914, envolve aspectos tecnológicos e organizacionais já estabelecidos, tais como a forma corporativa de organização dos negócios, a racionalização de velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho existente que, aliado à linha de montagem, elevou drasticamente a produtividade,

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (Ibid., p. 121).

O estabelecimento do fordismo se deu por um longo e complicado período, com alguns impeditivos a sua disseminação, mas ganha impulso no período pós-guerras. A ascensão de inúmeras indústrias baseadas na tecnologia amadurecida no entre guerras e racionalizada na Segunda Guerra foram as propulsoras do crescimento econômico. Estas indústrias (automóveis, navios, eletrodomésticos, construção, petroquímicos etc.), localizadas em algumas regiões nos países de capitalismo avançado, com a sua força de trabalho, formavam uma coluna de uma demanda efetiva e em expansão.

A outra coluna estava na reconstrução patrocinada pelo Estado de economias devastadas pela guerra, na suburbanização (particularmente nos Estados Unidos), na renovação urbana, na expansão geográfica dos sistemas de transporte e comunicações e no desenvolvimento infra-estrutural dentro e fora do mundo capitalista avançado (Ibid., p. 125).

A face externa do fordismo manifesta-se na ampliação do comércio mundial e com o investimento internacional. Na Europa e Japão a sua expansão e consolidação é posterior aos anos 1940, no pós-guerra, seja direta (política imposta da ocupação) ou indiretamente (Planos

Marshall ou investimentos americanos subsequentes, para superar os limites da demanda efetiva interna). A abertura aos investimentos internacionais e do comércio, particularmente na Europa, permitiu escoar a capacidade excedente norte-americana, ao mesmo tempo em que a formação de um mercado de massa global e a absorção completa da população mundial, que se encontrava fora do mundo comunista, inseriu todos os continentes na dinâmica capitalista.

O novo internacionalismo também trouxe no seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, turismo. Ele trouxe consigo uma nova cultura internacional e se apoiou fortemente em capacidades recém-descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação (HARVEY, 2005a, p. 131).

O autor ressalta também que a expansão do pós-guerra, tanto interna quanto externa, dependeu de novos compromissos e papéis assumidos pelo trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, configurando um equilíbrio de poder. Embora variassem nos diversos países a atuação destes segmentos, houve, em linhas gerais, uma tendência a ratificar o modo de reprodução em ascensão. Os sindicatos nos Estados Unidos, por exemplo, ganham considerável poder nas negociações, conquistando ganhos políticos e no interior do processo produtivo, condicionados, diga-se de passagem, a uma atitude cooperativa no tocante às técnicas e estratégias corporativas visando o aumento da produtividade; relações de classes estas que não se deu sem conflitos. Ao Estado caberia o controle dos ciclos econômicos (política fiscal e monetária) que garantisse a estabilidade da demanda e a lucratividade dos altos investimentos em capital fixo. Os investimentos públicos foram essenciais para o crescimento da produção e do consumo, o que se estendia a outras áreas como educação, seguridade social, saúde, habitação etc. (Ibid., p. 128-130).

Em relação às corporações, Harvey salienta que buscavam

(...) assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização de lucros. Isso implicava um compromisso corporativo com processos estáveis, mas vigorosos de mudança tecnológica, com um grande investimento de capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização de economias de escala mediante a padronização do produto. (...) A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática (Ibid., p. 129).

1.12 A Concorrência

Pelo menos até meados da segunda metade do século XX a sociedade mundial parecia partilhar de uma generalização do progresso, que ocorria através de um sistema cada vez mais intrincado de relações mundiais, aliado ao aumento do crescimento interno da maior parte dos

países do globo. De um lado, a recuperação da Europa e do Japão, do outro, do ponto de vista ideológico, os países do socialismo real experimentavam grandes taxas de crescimento interno. Entre ambas as esferas de influência estavam os chamados países subdesenvolvidos, que implementavam políticas de industrialização aspirando tornarem-se desenvolvidos.

A ausência neste período, segundo Kurz (2003), de indícios empíricos que pudessem confirmar a crise de valorização que avançava, impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, impondo barreiras que se tornariam cada vez mais intransponíveis, a ponto de apontar para a obsolescência do seu próprio fundamento - base da chamada sociedade do trabalho -, limitou os termos da crítica.

Entretanto, como já tratado teoricamente e exposto no desenvolvimento do capitalismo dos fins do século XIX e XX - sob o imperialismo e o fordismo -, a oposição que coincide com a rarefação do fundamento da sociabilidade capitalista é parte constitutiva do capital e, por isso, irrevogável neste modo de produção. Mas antes de desdobrar mais completamente esta contradição, ou nos termos de Grespan (1999), a desmedida como problema da automensuração do capital, com a “Lei da queda da taxa de lucro” (Marx), apresenta-se a concorrência como o princípio executor das leis internas e impulsora do desenvolvimento das forças produtivas.

A concorrência ou conflito, segundo Grespan (1999), ocorre pela busca de cada capital singular, em oposição ao outro, realizar a sua necessidade de autovalorização, como se elas fossem somente suas, competindo pelas oportunidades relativamente escassas. Nessa direção o autor afirma que “A concorrência, enquanto *‘repulsão dos capitais uns dos outros’*, tem sua origem na *‘essência do capital que [...] se repele de si’*, isto é, na auto-repulsão do capital.”¹⁵ (Ibid., p. 193, grifo do autor), movimento que define o próprio capital. A multiplicidade de capitais diferenciam-se e negam-se reciprocamente, pois cada um deve realizar a finalidade comum como se fosse apenas a dele, por si e para si somente, repelindo os demais.

O autor ainda continua,

De acordo com Marx, *‘conceitualmente a **concorrência** não é senão a **natureza interna do capital**, sua determinação essencial, que aparece e é realizada como*

¹⁵ Grespan esclarece a essência do capital enquanto esta auto-repulsão de si a partir do modo como o trabalho vivo é incorporado ao capital e, com isso, determinado e subsumido a um seu momento como capital variável. Este movimento é o momento negativo do capital, que consiste na repulsão da mais-valia pelo valor original, que constitui sua diferença quantitativa; movimento este que possibilita a existência do capital, pois com o seu retorno a si, no qual as duas grandezas se confundem (D’), restitui-se a unidade do seu movimento. O momento negativo, inicialmente como diferença quantitativa (valor original/mais-valia), é superado pela posterior identidade qualitativa, formando um novo e maior valor, que possibilita o momento positivo da capitalização para um novo circuito. “Desta maneira, o movimento de auto-repulsão do capital conduz à sua renovação com um valor maior, correspondente à mais-valia acrescentada; conduz à reprodução e acumulação de capital.” (1999, p. 127).

ação recíproca dos muitos capitais uns sobre os outros, a tendência interna enquanto necessidade externa. O capital existe e só pode existir enquanto muitos capitais e sua determinação aparece, por isso, como ação recíproca dos mesmos uns sobre os outros’.” (Grundrisse, p. 317, apud Grespan, 1999, p. 195, grifo do autor).

Assim, a dependência entre os capitais, em decorrência do entrelaçamento dos ramos produtivos, se dá pelo conflito, ao impor uns aos outros a determinação essencial da valorização, na própria tentativa de exclusão dos capitais que estiverem fora da média social de valorização. Daí que a tendência interna do capital se firme diante de uma necessidade externa, pela dimensão negativa da concorrência.

A concorrência seria a locomotiva essencial da economia por executar as leis internas, constituídas pela autonegação do capital, em sua oposição ao trabalho vivo. A lei interna se afirma mediante a negação e o conflito dos capitais singulares (GRESPLAN, 1999, p. 197).

Ou, nos termos de Kurz (1993), a luta na esfera da circulação seria a força motriz da modernidade, o princípio impulsor do sistema produtor de mercadorias, de onde surge uma dinâmica social enorme.

Somente a concorrência, como ‘coação muda’ (Marx) do sistema produtor de mercadorias, nascida e atuando ‘atrás das costas’ dos sujeitos, podia pôr em movimento de modo tão enérgico as forças produtivas, ainda que em contradições gritantes de destruição e emancipação. (Ibid., p. 79).

1.13 Breve Advertência para a Consciência Fetichista

Antes de tratar propriamente da “Lei da queda tendencial da taxa de Lucro”, é preciso revelar alguns aspectos do fetiche do capital que, ao se constituir como sujeito, por tornar o trabalho vivo parte de si, aparece como a força capaz de subordinar a si todas as condições de sua autovalorização. Sob o “místico véu nebuloso” (Marx) estão as relações sociais criadoras, que se mantêm ocultas e, portanto, tornam-se simples meios para efetivarem as necessidades do capital. Desta pretensão resulta a ilusão de que o capital é criador de valor; ilusão esta necessária para incorporar a força de trabalho e ao mesmo tempo produzir valor.

Para Marx (3 IV, p. 24-25), o valor acrescentado através do processo de valorização aparece para a consciência do capitalista como fruto do simples adiantamento de valor-capital. De modo que o preço de custo da mercadoria, sob a aparência de uma categoria própria à produção de valor, oculta a diferença funcional entre as partes que o compõem – capital constante e capital variável (o trabalhador como propriedade do capital) -, ou seja, que é a força de trabalho que cria e mantém o valor pretérito dos meios de produção quando

adequadamente utilizados e consumidos; característica do capital produtivo realmente funcionante.

Assim, a mais-valia como produto do capital, recebe a forma transmutada de lucro. Capital seria a soma de valor gasta para produzir lucro. Tem-se então, M (valor-mercadoria) = p (preço de custo) + l (lucro). O lucro nesse primeiro momento é o mesmo que a mais-valia numa forma mistificada que “(...) brota necessariamente do modo de produção capitalista.” (MARX, 3 IV, p. 27).

Esta mistificação, de que o lucro provém igualmente do adiantamento de capital constante e variável, produto da inversão entre sujeito e objeto, como já tratado, avança tanto mais quanto o verdadeiro grau do lucro do capitalista não for determinado na relação com o capital variável, ou seja, pela produção de mais-valia, mas em relação ao capital global, isto é, pela taxa de lucro. Esta ilusão ganha impulso através da concorrência, em que, segundo Grespan (1993, p. 202-203), há um movimento que tende a nivelar as taxas de lucro, de modo que por uma taxa média geral de lucro são atribuídos diferentes volumes de lucro, de acordo com a magnitude de cada capital singular. A definição de uma taxa média de lucro, a partir das diversas taxas de lucro que compõe o capital social, determina os preços de produção. Este adiciona uma massa específica de lucro ao capital singular a partir do preço de custo. O preço de produção (preço de custo + lucro médio) não tem relação direta com o valor produzido por cada capital singular, mas é calculado a partir da taxa média de cada ramo.

Não importa mais só a magnitude de capital variável produtor de mais-valia, e sim a do capital total, de modo que mesmo sendo baixo o volume do capital variável empregado num certo ramo, se ele for compensado por um volume alto de capital constante, será atribuída a ele uma massa de lucro igual à de outro capital com ‘igual grandeza’ e diferente composição orgânica. (Ibid., p. 203).

A mais-valia social global, sob a forma de lucro, se refere ao capital total e não a parte investida em trabalho. Há uma separação na aparência entre preço e valor, que torna-se efetiva na forma do preço médio e do lucro médio, já que ambos distinguem-se da exploração efetiva do trabalho por cada capital singular. Os lucros médios parecem independer da exploração do trabalho, como imanentes ao próprio capital; o que obscurece o capital como valor que se valoriza pela apropriação da mais-valia, pois ocultada como lucro, é distribuída de acordo com a taxa de lucro média.

Diante disso, Marx (3 IV) deduz duas fórmulas principais, a partir das quais é possível demonstrar a taxa real de valorização considerando o capital global em suas partes constitutivas e a diferença funcional dos seus componentes. As deduções põem em relação o real elemento produtor de valor com o volume de capital despendido como preço de custo. As fórmulas são as seguintes: da taxa de mais-valia (m'), representada pela fração m/v (mais-

valia sobre o capital variável) e da taxa de lucro, m/C ou $m/c+v$, em que a mais-valia está numa relação com o capital global C (capital constante + capital variável).

Nesse sentido, de revelar a relação capital-trabalho e o movimento de valorização, Marx aprofunda a sua elaboração ao expor as inúmeras variações possíveis dos fatores que compõem a equação $m'v/C$, derivada das fórmulas supracitadas.

Nós separamos, pois o produto $m'v/C$ em seus dois fatores m' e v/C ; tratamos m' primeiro como constante e examinamos o efeitos das possíveis variações de v/C ; fazemos, então, a fração v/C como constante e deixamos m' percorrer as variações possíveis; por fim, fazemos todos os fatores como variáveis e, com isso, esgotamos todos os casos dos quais podem deduzir-se leis sobre a taxa de lucro (3 IV, p. 40).

Destas inúmeras variações o autor ressalta que há uma relação orgânica, no que tange a valorização, entre capital variável e o movimento do capital global (composição orgânica), diferentemente do capital constante que, ao se considerar a formação do valor, importa apenas pelo valor que ele contém. Todavia, preso a forma fenomênica, o que interessa ao capitalista individual é elevar ao máximo o seu excedente sobre os seus gastos adiantados, independentemente de onde surgiu esse excedente, se do processo produtivo ou na esfera da circulação.

Assim sendo, a concorrência atua neste movimento de autovalorização do capital como a necessidade externa que, não somente aprofunda o fetiche até então descrito (de que o lucro provém do capital), mas age sobre os capitais individuais de modo a coagi-los na busca de um lucro acima do lucro médio, a partir de novos investimentos em inovações que tendem a se generalizar. O crescente aumento nos investimentos dos capitais globais acaba por elevar a composição do capital global e a reduzir proporcionalmente aquela parte responsável pela produção do valor. Portanto, a concorrência, como lei imanente, realiza a tendência interna de negar o trabalho vivo pelo morto ao aumentar a produtividade. Desse modo, segundo Grespan (1999), o capital se automensura a partir do seu fetiche, que faz o capitalista acreditar que o lucro provém das suas inovações tecnológicas, o que culmina na desmedida do processo de valorização.

Os exemplos que Marx (3 IV) considera típico da indústria moderna são elucidativos quanto a esta questão – da desmedida da valorização -, pois demonstra as variações da taxa de lucro levando em conta a composição orgânica do capital, ou seja, a relação entre o capital constante (progresso das forças produtivas) e o capital variável produtor de valor no interior do capital global.

Um capital de $90c + 30v + 15m$, com $l' = 12,1/2\%$ e $m' = 50\%$, transforma-se em $100c + 20v + 10m$. A produtividade crescente do trabalho permite a redução em $1/3$ do número de trabalhadores, por isso v passa de 30 para 20, com um capital constante crescente, e l' cai para

8 1/3%, que representa o “(...) controle de maiores massas de meios de produção por menos trabalhadores”. (MARX, 3 IV, p. 44).

Nesse mesma direção, Marx (Ibid., p. 45) deduz outro capital individual, dado m' e v constantes, cuja variação do capital constante e , por isso, do capital global C , influi na razão inversa as taxas de lucro. Mais precisamente, no caso em que c varia em decorrência de uma composição técnica alterada, e não pela simples mudança de valor dos seus elementos, que implica uma produtividade crescente do trabalho, ter-se-ia a seguinte seqüência:

I. $60c + 20v + 20m;$

II. $80c + 20v + 20m;$

III. $100c + 20v + 20m;$

Pode-se perceber que o incremento em capital constante, que eleva os custos de, respectivamente, $C_I=80$, $C_{II}=100$ à $C_{III}=120$, e permite uma massa crescente de meios de produção ser operado pelo mesmo quantum de trabalho, reduz a taxa de lucro, na mesma seqüência, de $l'_I=25\%$, $l'_{II}=20\%$ à $l'_{III}=16,2/3\%$. Marx afirma que esta é a situação atual da grande indústria e na agricultura, (...) o capital variável é apenas uma parte relativamente diminuta do capital global e , por isso, a diminuição ou o crescimento do último, à medida que são determinados por alterações do primeiro são também relativamente exíguos.” (MARX, 3 IV, p. 44)

1.14 A Lei da Queda da Taxa de Lucro

A lei da taxa decrescente de lucro, expressão da produtividade aumentada do trabalho, significa que uma parte alíquota cada vez menor do capital global seja despendida em trabalho vivo, o que leva esse capital a absorver cada vez menos mais-valia proporcionalmente ao seu volume, ainda que a parte não paga do trabalho possa crescer em relação à parte paga (taxa de mais-valia). Ou melhor, a elevação desta taxa de exploração do trabalho representa simultaneamente ao decréscimo da taxa de lucro o fenômeno da produtividade crescente.

Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso (da força produtiva social do trabalho) a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. (Ibid., p. 155).

Portanto, essa lei não exclui que a massa absoluta de trabalho vivo explorado pelo capital cresça, ou que um capital individual explore mais-trabalho com o mesmo número de trabalhadores. A queda da taxa de lucro se refere à diminuição relativa do componente

variável em relação ao constante. Nestas condições – de queda nos lucros -, o aumento da massa absoluta de riqueza social depende de investimentos cada vez maiores de capitais.

Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e o decréscimo da parte variável do capital em funcionamento é preciso uma massa cada vez maior do capital global para por a mesma força de trabalho em movimento. Para que a massa de lucro cresça, o capital investido deve se elevar em proporção maior que a queda da taxa de lucro. Ou ainda, para que o componente variável aumente em termos absolutos é preciso que o capital global investido cresça proporcionalmente mais do que a queda percentual da sua parte variável.

Paralelamente a tal fato, os capitais individuais no seu impulso a acumulação inundam o mundo de mercadorias. A mesma grandeza de valor representa-se em uma quantidade crescente de valores de uso. Os capitais centralizados e concentrados buscam ganhar novos mercados para compensar o barateamento das mercadorias, que carregam em si frações progressivamente menores de valor.

Na seqüência deste movimento desencadeiam-se renovados surtos de produtividade, centralização e acumulação que, levados ao limite, não podem mais aumentar nem a massa de mais-valia, nem a taxa de mais-valia. O que leva “(...) a crises violentas e agudas, súbitas desvalorizações forçadas e à estagnação e perturbação reais do processo de reprodução, e com isso a uma diminuição real da produção.” (MARX, 3 IV, p. 183). O capital não consegue estabelecer para si uma medida coerente com referência à sua finalidade de produzir valor. Por isso a sua expansão coincide com a constituição de limites ao seu desenvolvimento.

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas expressam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas, mediante a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa de acumulação.

Por outro lado, à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua. Portanto, os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo (....). (Ibid., p. 174).

CAPÍTULO II

A concepção primitiva segundo a qual o capital se queima periodicamente a si mesmo, para depois ressurgir qual Fénix das cinzas, passando assim da eterna destruição à eterna auto-renovação, faz parte do pensamento mitológico, não do pensamento histórico e analítico. Uma desvalorização em si, à qual não se siga uma produção real e majorada de valor e de alta intensidade de trabalho (que não é exclusivamente produção de bens, mas também utilização de quantidade de trabalho abstracto), não passa duma simples desvalorização; uma retomada da reprodução capitalista sobre a suposta nova base repetiria portanto em rápida progressão a crise e o colapso

Robert Kurz.

2. Destruição Criativa/Ajuste Espacial/Compressão Tempo-Espaço:

A Produção do Espaço como Forma de Superar a Crise

O presente capítulo não abandona o norte dado pela negatividade imanente, ao contrário, desdobra as contradições com relação ao trabalho produtor de valor, muitas vezes empiricamente imperceptíveis sob a égide do fordismo, tensionando-as com as formas de resolução dos conflitos imanescentes, especificamente pela produção do espaço, para no fim questionar a potência desta produção em superar a redução do valor social.

Para tanto, o diálogo com Harvey¹⁶ (2005a, 2005b) deve ser profícuo, pois permite pensar a relação de necessidade entre a produção do espaço e a acumulação de capital determinada por uma lógica crítica. Nessa direção, a industrialização dos anos 50 e 60 no Brasil pode ser pensada pela perspectiva da crise nos países centrais, configurando o “ajuste espacial”¹⁷ a partir dos capitais superacumulados. O fordismo periférico teria sido a forma necessária de expansão das massas de valor destes países. Assim, a modernização periférica – “ajuste espacial”¹⁸ – desse período foi também a forma de resolver¹⁹ a crise dos capitais ociosos europeus e norte-americanos.

Harvey apresenta a reprodução do capital em sendo um movimento que põe barreiras a si mesmo, ou seja, impedimentos a sua própria valorização e, dessa sua internalidade, advém conjuntamente as tendências contrárias, dentre as quais a produção do espaço seria uma delas. Não obstante tal fato, mas a partir dele, o trabalho problematiza aquilo que parece ser um eterno retorno às condições de acumulação, recorrendo aos limites intransponíveis da produção de valor que amadurece com o fordismo. Por outras palavras, se por um período a expansão absoluta das fronteiras da valorização se contrapunha às crises, há um momento em que o impulso infinito a acumulação depara-se necessariamente com um limite, ainda que sejam constantemente destruídos e reconstruídos novos espaços.

Constrói-se através deste autor um caminho crítico da reprodução capitalista com relação à produção do espaço, ao mesmo tempo se aponta a falta de referência da sua concepção de crise no tocante a negação fundamental do trabalho vivo pelo morto. O que

¹⁶ Faz-se menção a duas obras: “Condição Pós-Moderna” e “A Produção Capitalista do Espaço”.

¹⁷ A seguir essa hipótese, dentre outras desenvolvidas por David Harvey, serão melhor explicitadas.

¹⁸ A expansão da acumulação capitalista para outros países é vista por Harvey também como um empecilho aos futuros ajustes. A produção de uma estrutura espacial própria a esses países constituiriam contradições internas, obrigando-os também a buscar ajustes, seja por fronteiras internas ou externas. Por outras palavras, a generalização do sistema capitalista poderia formar uma barreira em torno das possibilidades de novos ajustes, além de acirrar a competição em nível mundial.

¹⁹ Leia-se que a resolução é apenas uma forma de movimento das contradições sem aboli-las do contexto da reprodução.

permite Harvey conceber uma história de “ondas de compressão tempo-espaço” que restitui invariavelmente a acumulação. Desse modo, chega-se ao argumento de que a compressão tempo-espaço de uma acumulação flexível e a primazia das cidades que advém dessa nova dinâmica, impulsionariam um novo momento de valorização do capital, a qual este trabalho busca desvelar enquanto uma aparência que ocultaria a real desmedida do capital.

2.1 Coerência Estruturada e Ajuste Espacial

David Harvey (2005b) no seu livro “A Produção Capitalista do Espaço”, procura demonstrar, ao longo dos vários textos que o compõem²⁰, a relação entre a teoria da acumulação de Marx e a estrutura espacial, assim como as possibilidades, ainda que temporárias, desta relação necessária conduzir a superações das contradições iminentes ao modo de produção capitalista. A reflexão a seguir parte desta hipótese, que acredita-se permear toda a obra, e apresenta, em linhas gerais, o argumento do autor e o seu elemento principal, que se baseia na proposição acerca do “ajuste espacial”, confrontando-os com o fundamento crítico e inexorável da produção capitalista.

A proposição de Harvey acerca do “ajuste espacial” decorre, com efeito, da tensão entre a transformação interna e externa²¹ a uma dada realidade, forma de ser própria do desenvolvimento do processo de acumulação, não explícita na exposição do próprio Marx. No mesmo sentido, para o autor, teria escrito Lênin, quando apresenta as crises de desvalorização e superacumulação que culminam em guerras interimperialistas para exportar capital ocioso, desemprego, inflação, intensificar as conquistas coloniais, implementar políticas de imigração, levar adiante a destruição física do capital e da mão-de-obra pelas guerras, etc. Mesmo nesta forma imperialista o capitalismo não resolveria as suas contradições internas a longo prazo. (Ibid., p. 124-125).

Entretanto, antes de levar adiante esta concepção de “ajuste”, o autor desenvolve o que para ele constitui as contradições que desembocam nas crises. O capitalismo ao reproduzir-se ampliamente, ou seja, levar a cabo o processo de acumulação, imporia barreiras a seu

²⁰ Este capítulo da dissertação faz referência mais direta aos escritos que vão dos capítulos II ao VI, de um total de VIII.

²¹Essa relação interno – externo assume, ao longo do texto, conteúdos diversos. O “interno” é resultado das contradições necessárias e não contingentes do modo de produção capitalista, sendo o ajuste espacial uma possibilidade de superar estes antagonismos por meio de uma relação “externa”, ou seja, a partir da incorporação de sociedades não-capitalistas. As formas com que isso ocorre são diversas, por isso, em alguns momentos da obra, a relação interno – externo parece assumir a possibilidade de expansão das contradições internas a uma sociedade civil, o que de fato poderia implicar não somente a relação entre realidades capitalistas e não-capitalistas, mas entre dois países capitalistas com diferentes graus de desenvolvimento ou subordinação formal.

próprio crescimento. Para Harvey (2005b., p. 44-45), as barreiras poderiam se formar a partir das próprias condições ao seu processo de acumulação, que envolve: “a existência de um excedente de mão-de-obra”, “a existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades para obtenção) de meios de produção” e “a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas”, já que o capitalismo produziria estes elementos cruciais com certa autonomia das suas combinações *a posteriori*.

A contradição entre a produção capitalista destes fatores e o seu consumo necessário posterior não pode ser eliminada, pois a primeira esfera é guiada pelo impulso individual dos capitalistas a maximizar os seus lucros, cuja subjetividade é condicionada pela forma geral da valorização do valor, e só depois de adentrar na circulação geral define-se quais capitais são capazes de manter-se produtivos ou a correta proporção da sua produção com relação à circulação geral. O que pode levar a diversas formas de crise, tanto na esfera da produção quanto na da circulação – superprodução, superpopulação, subconsumo. A razão para as barreiras à acumulação e as suas formas posteriores de crise residiriam na tendência a superacumulação do capital, produto direto da sua necessidade de expandir e acumular (Ibid., 45-46).

Sem forças controladoras em meio a anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises, para David Harvey (Ibid., p. 47), teriam uma função compensatória importante, pois, apesar de não serem lógicas ou ordenadas, criariam arbitrariamente algum tipo de ordem e racionalidade. As conseqüências podem ter um alto custo social e provocar graves tragédias, inclusive não apresentando um único e esperado resultado, embora geralmente as crises se prestem para estabelecer a expansão da capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação “(...) para um nível novo e superior.”

Esse novo momento seria caracterizado por uma nova configuração do capital que permitisse a continuidade do processo de produção e a sua correspondência na esfera da realização, pelo consumo. Assim, a intensificação do modo de produção capitalista nos diversos ramos aliado à criação de novas necessidades seria uma das soluções. A outra está associada à expansão geográfica através de uma complexa estruturação do espaço, com investimentos na forma de capital fixo que permitam “anular o espaço pelo tempo”, reduzindo o tempo de circulação e giro do capital, além de aumentar o raio de sua ação. Ambas as soluções – intensificação do capitalismo e expansão geográfica (“ajuste espacial”) – poderiam combinar-se de diversas maneiras (Ibid., p. 47-48).

Deste modo, as determinações da acumulação implicam a superação das barreiras espaciais. O desenvolvimento de formas mais eficientes e baratas de transporte e comunicação (desenvolvimento das forças produtivas), atrelada a estruturação do espaço (criação de capital fixo, infra-estrutura), permitem que as mercadorias possam ser realizadas em distâncias, velocidades e quantidades maiores, junto a novas esferas para a realização do trabalho, de onde é possível derivar a expansão necessária do comércio exterior, inclusive como contraposição à queda tendencial da taxa de lucro (HARVEY, 2005b, p. 49-55, 71-73, 117).

“Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte.” (Ibid., p. 50).

À sombra das contradições pressupostas do capitalismo, a face espacial necessária ao modo de produção não se compõe permanentemente como adaptação superadora dos conflitos interiores, todavia, ao se formar, teria configurações distintas em relação a produção e ao consumo em determinada localização, que Harvey (Ibid., p. 146-147) chama de *coerência estruturada*. Esta envolveria os padrões e a oferta da mão-de-obra, formas e tecnologias de produção, as quantidades e qualidades do consumo, infra-estruturas sociais e físicas, etc.

Destarte, o movimento de acumulação e expansão do capital que põe e repõe os seus pressupostos o faz também com o espaço, criando contradições específicas a essa esfera da reprodução que tendem a solapar a coerência almejada. A conclusão essencial do autor reside em que a própria condição que capacita os capitais e a força de trabalho se moverem pelo espaço e levar adiante suas funções, ou seja, a “(...) criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis.” (2005b, p. 149), tende a ser minada pela acumulação e superacumulação, a mudança tecnológica, as novas formas de organização, a ascensão do capital financeiro, a luta de classes, etc. A mobilidade geográfica do capital e da força de trabalho coloca em risco as próprias estruturas que a propiciou²² (Ibid., 2005b, p. 145-150).

A consequência só pode ser a instabilidade crônica em relação às configurações regionais e espaciais; (...) O desenvolvimento capitalista deve buscar uma solução de continuidade entre a preservação dos valores dos compromissos passados (assumidos em um espaço e tempo específicos)²³ ou a sua desvalorização, para abrir espaço novo para a acumulação. Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça

²²Outro elemento crítico que aparece na análise se refere ao aumento da composição orgânica do capital através dos investimentos em transporte. A expansão que tenderia a superar a queda da taxa de lucro elevaria a própria composição de valor dos capitais para esta finalidade, acirrando as contradições (HARVEY, 2005b, p. 54).

²³Aqui o autor enfatiza que ao capital excedente imobilizado no espaço, em infra-estruturas físicas e sociais, deve corresponder uma circulação do capital remanescente compatível com a média social. Esses capitais devem tornar rentável os investimentos na infra-estrutura, que abrange desde serviços jurídicos e armazéns para a troca de mercadorias, a uma enorme variedade de serviços físicos e sociais, de costureiras a cientistas, ou esses capitais podem se desvalorizar.

para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar. (HARVEY, 2005b, p. 150).

A coerência estruturada e a aliança de classe de uma dada região na busca de resolver os problemas das suas contradições internas deparam-se com os limites engendrados pela própria acumulação, daí o “ajuste espacial” mediante a expansão e a reestruturação geográfica, para protelar as crises de superacumulação e valorização.

Os prováveis “ajustes espaciais” envolveriam a exportação de capitais superacumulados como meio de pagamento a países potencialmente consumidores dos primeiros; a troca com formações sociais não capitalistas; a criação de novos recursos produtivos pelo investimento de capital excedente em países estrangeiros; a proletarianização e o investimento de capital via acumulação primitiva ou, na sua forma derradeira, a destruição em massa dos capitais e da força de trabalho com a guerra²⁴ (Ibid., p. 115-122, 153-157).

Alguns desses “ajustes” foram, em linhas gerais, formas que, associadas com os deslocamentos temporais²⁵ através da criação de uma coerência estruturada, configuraram a “compressão do tempo-espaço” fordista²⁶ (HARVEY, 2005a) e permitiram ao capitalismo tomar certo “fôlego” em relação a superacumulação, nos dizeres de Harvey (op. cit., p. 156).
Todavia,

A circunstância geral permanece. (...) as relações sociais que impulsionam a dialética interna do capitalismo são meramente recriadas numa escala geográfica mais ampla. Sob tais circunstâncias, não há ‘ajuste espacial’ a longo prazo para as contradições internas do capitalismo (Ibid., p. 122).

O autor afirma que a crise está posta no capitalismo por uma negatividade inerente, como semente que ao crescer destrói a própria base na qual está enraizada. A explicitação

²⁴A crise inexorável levaria a busca de “ajuste espacial” a irromper em guerras, com lutas econômicas, políticas e militares entre Estados-Nações. Os inúmeros fenômenos, dentre os quais, as guerras comerciais, o *dumping*, as tarifas, restrições de fluxo de capital e câmbio, até a destruição física e a desvalorização pela guerra, seriam partes da formação e solução das crises (HARVEY, 2005b, p. 157).

²⁵Os deslocamentos temporais envolveriam a criação de infra-estruturas sociais e físicas que correspondessem aos impulsos de aceleração do tempo de rotação e circulação do capital. Seria preciso desviar capital para os usos futuros. Contudo, a produção de ciência e tecnologia, infra-estruturas sociais de saúde, educação, justiça, administração pública, sistemas de transporte, comunicação, etc., exigem grandes quantidades de capital excedente a serem investidos e um tempo maior de rotação. O equilíbrio momentâneo estaria na possibilidade deste capital com tempo maior de circulação se associar com o capital que rota mais rápido, já que o êxito deste valorizaria o primeiro. Da mesma forma o adiantamento de trabalho futuro com capital creditício e fictício, aliado a uma dívida estatal, fomentariam a produção desta infra-estrutura social e física capaz de acelerar o tempo de rotação e circulação do capital. (HARVEY, 2001, p. 136-142)

²⁶Adiante será desenvolvido mais detidamente o sentido das “compressões tempo-espaço” na obra “Condição Pós-Moderna”, de David Harvey (2005). Essa concepção e os limites do fordismo, ou mesmo a superação das suas barreiras, também serão apresentados ao longo do trabalho.

desta contradição com as crises revelaria a irracionalidade e o poder destrutivo deste modo de produção.

Em parte, no entanto, o recurso ao ajuste espacial mascara a irracionalidade do capitalismo, pois permite atribuir à desvalorização, por meio da destruição física ou da guerra global, fracassos puramente políticos. Uma teoria marxista adequadamente elaborada das relações entre transformação interna e externa desnuda tal ilusão. Ficam desnudas as raízes da formação da crise no aspecto tanto nacional quanto internacional, na dimensão geográfica. (HARVEY, 2005b, p. 126).

Nota-se, porém, que o argumento de Harvey apresenta a negatividade inerente e o *modus operandi* como um movimento constante em que as contradições vão se exasperando e, por conseguinte, generalizando-se em nível mundial, sem deixar entrever nenhum limite lógico à acumulação. Isso porque às cisões e fragmentações da coerência estruturada e do pacto de classe sucede o “ajuste espacial” que, por fim, admite o autor, não pode manter o equilíbrio a longo prazo, mesmo que esse tempo ele não deixe claro o quão curto será. Dito por outras palavras, compreende-se que a concepção de crise nesta obra carece das leis internas que fundamentariam o limite à acumulação do capital, pois ainda que a impossibilidade de reprodução eterna seja enfatizada ao longo do livro, há sempre uma acomodação daquelas contradições inerentes; elas criam novas formas pelas quais se resolvem.

Em que pese a concepção de crise imanente e a impossibilidade de medidas perenes à reprodução capitalista, o impulso à acumulação, nesta obra, tende a superar as suas próprias barreiras. A irracionalidade expressa nas crises enquanto barreira para a acumulação se resolve, no limite, com a destruição física e a desvalorização do capital (nas diversas formas da sua existência), seja pela guerra ou “mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas”. Essa “destruição criativa” (HARVEY, 2005a, p. 26, 210) “é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar”, e figura como um rodeio que não permite prever um limite necessário absoluto²⁷ para a acumulação.

²⁷ David Harvey (2005b, p. 162) não deixa de apontar, todavia, a potência destrutiva que pode inclusive liquidar, literalmente, o modo capitalista de produção. Essa “condição necessária para a sobrevivência humana” poderia ser executada por uma guerra global. Se esse limite pode ser considerado lógico, isto é, um desdobramento do movimento necessário das categorias do conceito de capital, não é possível, dado os limites deste trabalho, afirmar. Contudo, é preciso demonstrar aqui que Harvey não deixa de conceber uma forma de barreira intransponível. A seguir o trecho em que isso aparece: “Conforme se esgotam as soluções temporais e geográficas para a dialética interna da superacumulação, a tendência de crise do capitalismo mais uma vez investe furiosamente, as rivalidades interimperialistas se agudizam e a ameaça de autarcia dentro dos impérios comerciais fechados se avulta. Numa ordem mundial em desintegração, a luta para exportar a desvalorização ganha prioridade e a beligerância domina o tom do discurso político. Com isso, surge a ameaça renovada da guerra global, dessa vez travada com armas de tão grande e insano poder destrutivo que nem mesmo o mais apto sobreviverá.”

Essa indeterminação parece resolver-se, positivamente, em outra obra do mesmo autor, “A condição pós-moderna”²⁸ (2005a), que apresenta o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma sucessão de ondas de compressão tempo-espaço, determinadas pela acumulação do capital “com seus perpétuos esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro” (HARVEY, 2005a, p. 276). Nessa direção, à crise que inviabilizou a reprodução capitalista de outrora segue uma acumulação de outro tipo, possível a partir de rearranjos no tempo-espaço do modo de produção capitalista, que serão posteriormente tratadas ao longo do texto.

Uma nova fase de compressão tempo-espaço é a resposta à crise que, por exemplo, a partir dos anos 1960, marcou a passagem do fordismo para uma acumulação de tipo flexível, com grande impacto sobre as práticas político-econômicas, o equilíbrio do poder de classe e a vida social e cultural, conformando, neste novo contexto experiencial de efemeridade e fragmentação, a condição pós-moderna à acumulação. Nessa altura, o espaço aparentemente eliminado pelo desenvolvimento das forças produtivas com as redes instantâneas de comunicação, tem a sua relevância potencializada. A produção de lugares diferenciais, dotados de qualidades singulares, pode capacitar e impulsionar a nova forma de acumulação por meio das qualidades distintas do espaço. As cidades, em sua capacidade mais imediata de corresponder as novas necessidades, vêm à tona na análise da reprodução capitalista (Ibid.).

2.2 Acumulação Flexível ou Representação da Crise do Trabalho?

Antes de levar adiante o argumento de Harvey (2005a), segundo o qual as cidades a partir do último quarto do século XX, sob a égide da compressão tempo-espaço de uma acumulação flexível, adquirem particular importância para a reprodução capitalista, cabe cotejar a negatividade fundamental deste modo de produção com a forma variante da sua superfície. Esta, ao ser apreendida enquanto objetivação invertida da sua lógica basilar, deve pôr em evidência a face negativa como determinação essencial para a reprodução na contemporaneidade. Contrariamente, se considerada por um conjunto de mudanças e regulamentações, ou seja, como uma nova configuração, que segue estabelecida por uma alternância entre acumulação e crise, mas que repõe cíclica e ampliadamente os pressupostos capitalistas, a interpretação caminha na direção da acumulação infinita, pondo e repondo em outras formas a positividade expansiva do capital.

²⁸As considerações desenvolvidas até este momento foram retiradas, em sua maioria, do livro “A produção capitalista do espaço” (2001), composto por uma coletânea de escritos.

A exposição de Harvey não prescinde do recurso à imanência crítica do capital, como já exposto na outra obra, reconhecendo-a como impossibilidade de combinar as necessidades “inconsistentes e contraditórias” do modo de produção capitalista de forma estável e capaz de engendrar um crescimento equilibrado e permanente²⁹. O problema da medida correta surge, neste momento da sua exposição³⁰, da correspondência incerta de alguns elementos cruciais impostos e requeridos para a reprodução capitalista, tais como: o crescimento sustentável real – exploração do trabalho vivo - suficiente para manter as taxas de lucro e a acumulação; o controle do trabalho vivo produtor de valor; o dinamismo organizacional e tecnológico (desenvolvimento das forças produtivas) revolucionados constantemente e que demandam um sistema regulatório adequado para o controle do trabalho (HARVEY, 2005a, p. 164-170).

Essas condições contraditórias, que tendem à superacumulação, em que simultaneamente trabalho e capital ficam ociosos, definem, para o autor, o motivo da crise, então necessária e por isso nunca eliminada, sendo “(...) um interminável e eterno problema (...)” sob os auspícios da produção capitalista (Ibid., p. 170). Todavia, também não é evidente na concepção de crise desta obra, o caráter crítico do modo de produção capitalista tendo como referência a questão fundamental do trabalho produtor de valor, em que o trabalho vivo abstrato, sem o qual não há movimento de autovalorização, é simultaneamente afirmado e negado na sua positividade criativa. Não fica claro a condição da crise como conteúdo da “subjetividade” do capital, ou seja, não se define a causa da crise como conteúdo fundado e fundante da sua desmedida. Com isso a crise categorial não pode ser observada e, por conseguinte, a valorização do valor determinada por esta crise também é ocultada pela constante reposição destas categorias.

Portanto, a crise seria para Harvey (Ibid., p. 170) o produto lógico de uma combinação que não pode “(...) produzir um crescimento equilibrado e sem problemas (...)”, tendência esta que implica na produção permanente de uma superacumulação, ora produzida em fases periódicas, ora se generalizando. Ambas as tendências - à superacumulação e à desproporção das condições de reprodução -, quando sem referência ao fundamento da valorização, parecem constantemente superáveis por renovadas formas de regulação e ajustes. Desconsidera-se que a superacumulação, na modernização hodierna, é o resultado do aumento

²⁹ Harvey reconhece nesta tendência crítica a “lógica subjacente do capitalismo em geral”. É a partir dos “elementos e relações invariantes” do capital que seria possível compreender e fazer a transição de um modo de acumulação fordista para um flexível, que ‘ainda é uma forma de capitalismo’. (...) a virtude peculiar de Marx foi ter construído uma teoria do capitalismo em geral por meio de uma análise do capitalismo sob o modo de regulamentação em que vigiam uma ampla competitividade e o *laissez-faire*, existente na Inglaterra da metade do século XIX.” (2005a, p. 164).

³⁰Relativa ao livro “Condição Pós-Moderna” (2005a).

sem precedentes na composição orgânica e nos custos dos capitais e, conseqüentemente, da impossibilidade de investir o dinheiro disponível de forma a valorizá-lo a taxas suficientes de lucro para repor as suas próprias condições e permitir a acumulação. O que leva a indagar sobre a permanência do capital diante do seu fundamento cada vez mais fugidio.

Assim, a oposição – capital/trabalho - que rompe as próprias bases da acumulação, apresenta-se para ele como um problema de

(...) como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência (de superacumulação) de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista. Deparamos aqui com o lado heróico da vida e da política burguesa, em que devem ser feitas escolhas reais para que a ordem social não se transforme em caos (HARVEY, 2005a, p. 170).

Segundo essa concepção o modo de produção capitalista é passível de constantes reparos, como assinala a última compressão tempo-espaco, a qual Harvey caracterizou como parte de um modo de acumulação mais flexível, capaz de dar respostas à crise da acumulação fordista-keynesiana mais rígida.

Sobre os mecanismos de controle das crises, ou ainda nas palavras de Harvey, as possibilidades de “escolhas reais” da vida e da política burguesa para evitar o caos, o autor elenca algumas: “*Desvalorização* de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro, talvez associada à destruição direta (...)”; “*O controle macroeconômico*, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação (...)”; “*A absorção da superacumulação* por intermédio do deslocamento temporal e espacial (...)” (2005a, p. 170-171). Dentre estas tentativas de controle, o deslocamento temporal e espacial, ou ainda, os deslocamentos tempo-espaciais³¹, seriam os meios que oferecem “(...) um terreno muito mais rico e duradouro, mas também muito mais problemático, no qual tentar controlar o problema da superacumulação.” (Ibid., p. 171). Logo, se as tendências de superacumulação sob o fordismo foram resolvidas através da combinação de um conjunto de medidas como as acima mencionadas, a sua crise está associada ao esgotamento destas opções (Ibid., p. 173).

³¹ O deslocamento temporal tratado por Harvey implica a utilização dos excedentes para acelerar o tempo de giro dos capitais e/ou o deslocamento destas quantias para usos futuros, ou seja, investimentos de mais longo prazo. O deslocamento espacial é outra possibilidade de absorver a superacumulação, através da expansão geográfica do capital e do trabalho excedentes. O denominado “reparo espacial” produz reiteradamente novos espaços pelos quais a produção capitalista pode se reproduzir. Estas duas possibilidades de superação da crise de superacumulação possuem diversos entraves e alcance restrito, por isso, a associação das estratégias temporal e espacial detém uma redobrada potência de resolver o problema da superacumulação. “Emprestar dinheiro (com frequência levantado, digamos, nos mercados de capital de Londres ou Nova Iorque por meio da formação de capital fictício) à América Latina para a construção de infra-estruturas de longo prazo ou para a compra de bens de capital que ajudem a gerar produtos por muitos anos é uma forma típica e forte de absorção da superacumulação.” (HARVEY, 2005a, p. 172).

2.2.1 Do Fordismo à Desproporção dos Custos de Reprodução

A expansão absoluta do capitalismo mundial entre o fim da Primeira Guerra e finais dos anos 1970, caracterizada como fordista³², permitiu ao trabalho produtivo expandir-se de modo absoluto. A valorização ocorria em âmbito nacional e mundial sobre as formas de reprodução até então não-capitalistas, amplamente associada à elevação da produtividade que propiciou combinar as novas indústrias e novas necessidades de massa. A agricultura que até a Segunda Guerra mantinha uma reduzida divisão do trabalho e especialização relativamente à indústria, experimenta altas taxas de produtividade nos anos posteriores. A penetração do capital em empreendimentos de grande escala equalizava, ou pelo menos se aproximava, em muitos empreendimentos agrícolas, da composição orgânica da indústria média (MANDEL, 1982, p. 266). O crescimento da substância real do valor compensava em larga medida o aumento dos custos³³ individuais e sociais de produção (KURZ, 2002).

Sem embargo, o “curto verão siberiano do boom fordista” deparava-se com o seu limite.

A expansão do modo de produção capitalista, como pressuposto da expansão fordista da massa de lucro e portanto da compensação da diminuição da taxa de lucro, implica a necessidade de ampliar permanentemente a produção e consequentemente os mercados. Mas isso só funcionou enquanto os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e para a ampliação superaram em medida suficiente os investimentos destinados ao desenvolvimento de novos procedimentos e à racionalização: de facto, só desse modo se empregou uma massa em termos absolutos crescente de força de trabalho industrial, e foram criadas crescentes rendas monetárias “baseadas na produção”, apesar da racionalização. Só enquanto esta relação foi mantida pelo menos até certo ponto, foi possível manter viva a expansão fordista “em bola de neve”, apesar da presença duma parcela desproporcional de sectores improdutivos, e pagar com uma massa real de valor os juros da montanha de créditos que crescia em simultâneo (Ibid.).

O limite interior explícito na citação de Kurz refere-se à negação do trabalho pelo capital. A expansão absoluta do modo de produção capitalista sob o fordismo deixava crescentemente de lado o seu fundamento, isto é, volumes cada vez maiores de capitais colocavam em movimento quantidades proporcionalmente cada vez menores de trabalho. Entretanto, Harvey (2005a, p. 174) apresenta a crise do fordismo como consequência da

³² Essa forma da expansão capitalista já foi tratada na primeira parte deste trabalho.

³³ Marx em seu livro terceiro de “O Capital”, que trata do “Processo Global da Produção Capitalista”, define preço de custo a partir dos elementos que compõem a mercadoria. “O valor de toda mercadoria M produzida de modo capitalista se apresenta na fórmula: $M = c + v + m$. Se subtraímos desse valor produto a mais-valia m, então resta um mero equivalente ou um valor de reposição em mercadoria para o valor-capital $c + v$ despendido nos elementos de produção.” Mais adiante o autor continua: “Essa parte de valor da mercadoria, que repõe o preço dos meios de produção consumidos e o preço da força de trabalho empregada, só repõe o que a mercadoria custa para o próprio capitalista e, por isso, constitui para ele o preço de custo da mercadoria.” (MARX, 3 IV, p. 20-21).

inoperância dos mecanismos desenvolvidos para controlar a superacumulação deste período, já que sucumbiram às contradições do capitalismo.

Assim, o autor (2005a, p. 135-140) descreve a incapacidade da rigidez desse modo de acumulação em associação com a regulamentação estatal keynesiana conter as contradições inerentes ao capitalismo. O termo “rigidez” se refere, dentre outros, a atuação dos investimentos (de grande escala, longo prazo e pressupondo mercados estáveis) que impediam um planejamento mais flexível, além de problemas com os contratos, alocação e nos mercados de trabalho, fortemente protegidos pela organização da classe trabalhadora. O Estado sob esta base rígida se encontrava pressionado a aumentar os gastos públicos ao mesmo tempo em que a arrecadação fiscal declinava. O pacto anterior entre Capital, Trabalho e Estado, em sua rigidez específica e nas suas relações recíprocas, ao invés de garantir a acumulação do capital estava solapando-a.

A expansão absoluta e contínua das categorias do capital se deparou com a completa recuperação da Europa e do Japão, ao mesmo tempo em que a saturação destes mercados internos impulsionava a criação de mercados de exportação e a racionalização significava relativo deslocamento de trabalhadores da manufatura. Nesse momento, as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo e o movimento de multinacionais em direção ao Sudeste Asiático intensificavam a competição em nível internacional (HARVEY, 2005a, p. 135).

O excesso de fundos encontrava dificuldades de investimentos na área produtiva e expunha a capacidade excedente nas economias ocidentais. Com muita capacidade ociosa inutilizável e o acirramento da competição, as corporações foram obrigadas a adotar medidas de reestruturação e racionalização, assim como a reprodução capitalista um sistema diferente de regulamentação social e política, marcando a passagem para um sistema de acumulação flexível, em oposição à rigidez fordista. Esgota-se então a compressão tempo-espaço deste último modo de reprodução (Ibid., p. 137).

O novo sistema de acumulação³⁴

³⁴ Em entrevista para a revista *New Left Review* no ano 2000 (11 anos depois da primeira edição do livro “A Condição Pós-Moderna) publicada no livro “A produção capitalista do espaço” (2005b, p. 29), Harvey enfatiza que “(...) pode haver uma tendência de acumulação flexível, mas há alguns limites chave para o processo.”, pois a própria universalização deste processo poderia levar a uma instabilidade da ordem social capitalista. Nesta entrevista o argumento se refere principalmente ao mercado de trabalho flexível, como por exemplo, o trabalho temporário deste novo tipo de acumulação. As mudanças presentes no modo de produção não podem ser compreendidas, segundo ele, como uma extensão sistemática por todos os setores. Um exemplo nesse sentido é a persistência fordista em diversos setores, embora com transformações, “Em Baltimore, onde a Bethlehem Steel costumava empregar 30 mil trabalhadores, a siderúrgica produz agora a mesma quantidade de aço com menos de 5.000; portanto, no próprio setor fordista, a estrutura de emprego já não é mais a mesma.” Tal afirmação

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais inteiramente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...) Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2005a, p. 140).

Embora um renovado potencial de valorização, segundo Harvey, seja liberado com a acumulação flexível, esse momento não se constitui de elementos inteiramente novos, mas também de uma recombinação de formas de organização, relações de produção e sistemas produtivos para extrair mais-valia relativa e absoluta. Trata-se de uma nova configuração determinada pela lógica inerente e as tendências de crise, em que estão presentes as velhas estratégias (controle do trabalho, ideologias, competição, forças políticas, etc.) redefinidas de um modo diferente. Não obstante, cabe enfatizar o que de fato constitui, nos termos do autor, algo de suma importância e novo neste momento, a saber, o grau de inovação, complexificação e autonomia, em relação à produção, do sistema financeiro, sem o qual não seria possível as novas formas de ajuste temporal e espacial capazes de uma estabilidade mais duradoura (Ibid., p. 174-184). Essa faceta de crucial importância será desenvolvida mais adiante.

Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos (Ibid., 2005a, p. 181).

Nessa direção, se a denominada nova dinâmica flexível da acumulação capitalista que teria evitado o “caos” e permitido a manutenção da “ordem social burguesa”, não pode situar-se para além das leis férreas do movimento capitalista, deve-se pensar o produto lógico deste movimento crítico. O acirramento da competição entre capitalistas para realizar a maior quantidade possível do valor produzido, diante de escassas possibilidades de lucro, impõe para a subjetividade fetichista do capitalista, que acredita ser o seu capital, sem distinção dos elementos que o constituem, o próprio produtor de valor, uma série de transformações com vistas a elevar o seu lucro médio e a participação no mercado (MARX, 3 IV).

corroborar com a hipótese deste trabalho, que compreende a acumulação flexível como expressão da desmedida do capital.

Na realidade, as leis naturais-sociais deste modo de produzir agem sobre os capitais individuais determinando doses cada vez maiores de produtividade e, por isso, de centralização dos capitais, elevando cada vez mais os investimentos privados – que significa queda na massa de valor produzida por capital – e sociais, tanto para participar da produção de mercadorias a nível mundial quanto realizá-las. O nível de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, da crescente divisão e socialização objetiva do trabalho, passaram a exigir “(...) uma ampliação das funções intermediárias: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral.” Segundo Mandel, “Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas.” (1982, p. 269-270).

Destarte, a nova acumulação flexível que seria capaz de sobrepor-se a crise e engendrar um renovado processo de acumulação, anexa à produção, circulação e ao consumo, uma enorme quantidade de novos setores e ramos de serviços cada vez mais imprescindíveis para realizar a reprodução na forma capitalista. O que demonstra a necessidade do aumento constante nos custos para efetivar a circulação do capital.

A produção de um saber especializado se torna indispensável para efetivar os diversos momentos do capital, ele mesmo vendido por centros do conhecimento, empresas, assessorias, etc. Junto às inovações no âmbito da produção propriamente dita, novos investimentos em outros ramos desenvolvem eficientes sistemas de comunicação e de fluxo de informações, tendo em vista às racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, sistema *just in time*, etc.). A preocupação das empresas com publicidade³⁵, pesquisa de mercado, controle dos veículos de informação e criação de novas necessidades, visa ultrapassar os limites do mercado consumidor que o próprio desenvolvimento do capitalismo põe a si mesmo com o declínio da força de trabalho empregada. Outra característica desse período se refere à generalização do consumo com a intensificação da criação de novas necessidades através da moda em mercados de massa, novos estilos de vida, recreação, lazer, música e uma miríade de bens de consumo. Exacerba-se também o consumo de serviços, que envolvem aqueles voltados a educação, comerciais, pessoais, diversão, espetáculos, entretenimento, etc. A penetração dos

³⁵ O aumento dos gastos corporativos em publicidade demonstra que não somente os produtos são objeto de marketing, mas a própria imagem da empresa, como fator relevante na formação de capitais, meio de obter vantagens nas políticas governamentais ou para a realização de fusões, de onde se deriva o interesse das empresas ao patrocínio das artes, universidades, projetos filantrópicos etc (HARVEY, 2005a, p. 152).

capitais nos setores culturais é emblemática a respeito do seu tempo de giro, dada a pequena duração destes serviços (HARVEY, 2005a, p. 257-258).

Portanto, se de um lado a pressão da concorrência leva a reduzir os custos de produção pela dispensa de trabalho vivo, através de contratos mais flexíveis de trabalho, terceirizações e desemprego, por outro, amplia-se consideravelmente o aumento dos custos de produção, através dos investimentos em tecnologia, racionalização e com os setores intermediários – comércio, serviços, crédito -, que tem início no fordismo e exacerba-se na chamada acumulação flexível. Tal fato deve revelar essa forma de crescimento flexível como expressão privilegiada da desmedida do capital, que oculta a real base produtora do valor.

Nesse sentido, a expansão dos setores improdutivos que sempre estiveram presentes na produção e circulação do capital como, por exemplo, no âmbito do comércio ou do crédito, desenvolvem-se simultaneamente às forças produtivas como necessidade da circulação do capital e tornam-se, segundo Mandel (1982, p. 272-273), com a queda secular da taxa de lucros, setores privilegiados de investimento.

A impossibilidade de investir o capital acumulado nos setores de produção direta de mais-valia, já que aumenta as parcelas do capital social que não conseguem se valorizar, revela a negatividade constitutiva do capital e cria a possibilidade de desvendar os novos campos de investimentos do grande capital. Os capitais diversificam as suas operações e buscam nos setores improdutivos ao menos o equivalente ao lucro médio de setores não monopolizados.

Os conglomerados combinam indiscriminadamente a produção de aço, companhias de aviação, produção de margarina, fabricação de máquinas elétricas, companhias de seguro, especulação de terras e grandes lojas de departamento, a fim de assegurar a taxa média de lucros para o maior volume possível de capital, de minimizar os riscos do investimento especializado e mesmo de explorar as possibilidades crescentes da administração racionalizada e da especulação marginal, para embolsar superlucros para o todo desse capital conglomerado. (Ibid., p. 273).

Para Mandel (Ibid., p. 280-284), à medida que o investimento no setor de serviços, dentre outros setores improdutivos, deixa de ser marginal e passa a absorver grande parte do capital social, é preciso traçar um limite mais preciso entre trabalho produtivo e improdutivo. Suas considerações retomam o Livro II de O Capital, no qual Marx esclarece que nem todo trabalho trocado por capital é produtivo, como ocorre na esfera da circulação (capital comercial e bancário). Mesmo se estas atividades necessárias à reprodução fossem organizadas de forma capitalista e com trabalho assalariado, continuariam improdutivas, o que

de fato poderia se estender para um conjunto de trabalhos que se quer teriam um papel direto na reprodução³⁶.

A definição de trabalho produtivo passaria pelo trabalho assalariado que “(...) aumenta, muda ou preserva um valor de uso, ou é indispensável para a sua realização (...)” (MANDEL, 1982, p. 284), em oposição àquele que apenas alternaria a sua forma – como as metamorfoses da forma valor na circulação – ao invés de criar mudanças para o valor de uso. Essa definição é estendida para o capital de serviços, à medida que não se confunde com a produção material de mercadorias³⁷.

É importante notar, como admite o autor, que o setor de serviços não pode reverter a composição social média do capital e propiciar o aumento da taxa média de lucro, ao contrário, a renda do setor de serviços é uma dedução da mais-valia social global e não um acréscimo³⁸.

A exposição até aqui buscou um confronto entre a forma da acumulação flexível e o desdobramento das contradições interiores do capital, procurando demonstrar o limite à expansão da massa de valor diante dos elevados custos para a sua reprodução e o enorme crescimento dos setores improdutivos. Esta tensão entre redução do trabalho produtivo e aumento dos custos para a produção, aos quais somam-se os gastos com trabalho improdutivo, cujos investimentos devem apontar para a crise da produção de valor propriamente dita, subjazem à superfície da chamada acumulação flexível.

Entretanto, ao invés de revelarem a crise de valorização, aparecem como parte das transformações que conformaram a chamada acumulação flexível, capaz de acelerar o tempo de circulação e giro do capital, que significou também para Harvey mudanças nas maneiras de pensar, de sentir e agir³⁹, isto é, a compressão temporal a que ele se refere como parte do novo modo de acumulação. Nessa direção e considerando as contradições e tensões já discutidas, a

³⁶ “Se mesmo o trânsito de pessoas, organizado de forma capitalista, é improdutivo (aqui ele remete à Marx), então é de se supor que as lavanderias, os concertos, os circos e a assistência médica e jurídica, organizados de forma capitalista, sejam mais improdutivos ainda.” (MANDEL, 1982, p. 283).

³⁷ “A produção de filmes, de programas de televisão, assim como de meios de comunicação, é produção material de mercadorias no capitalismo. Se é executada por trabalhadores assalariados, é produtiva no sentido capitalista, isto é, cria mais-valia. A ‘distribuição’ de programas de televisão a milhões de espectadores não é produção de mercadorias, e sim um serviço socializado. Por isso não produz mais-valia adicional.” (MANDEL, 1982, p. 282)

³⁸ Mandel ainda pondera que o capital ocioso tem a tendência de se converter em serviços e ao mesmo tempo substituí-los por capital produtivo, como é o caso dos serviços de transporte por automóveis, teatro e cinemas por televisores e videocassetes, etc. Contudo, enfatiza os próprios limites desta forma de produção. Outra forma dos serviços contribuírem com a mais-valia social se daria com a redução do tempo de giro do capital.

³⁹ A instantaneidade e a descartabilidade se liga não somente as refeições, alimentos, embalagens, roupas, etc., mas também aos valores, estilos de vida, relacionamentos, lugares, pessoas...

explicação abaixo deve configurar brevemente as mudanças do espaço que, para o autor, são parte dos sucessivos impulsos da compressão tempo-espaço flexível.

A diminuição das barreiras espaciais pelo desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento da competição nas condições de crise potencializaram as vantagens localizacionais relativas. Os diversos capitais têm a possibilidade de explorar as mínimas diferenciações espaciais, no que concerne a recursos, infra-estrutura, oferta de trabalho, etc. A mobilidade geográfica permite, por exemplo, a fuga de capitais ou a desindustrialização de algumas regiões em busca de novas vantagens comparativas, inclusive como meio de desmobilizar o poder sindical em grandes fábricas. O aparente paradoxo entre a queda das barreiras espaciais e a crescente sensibilidade do capital em relação às variações locais, demonstra a importância da produção de lugares diferenciais na acumulação flexível. As possíveis associações entre Estado e capitais privados locais tendem a produzir nas cidades espaços atrativos aos capitais “altamente móveis” e ao consumo. As novas configurações dos espaços que daí surgem dotam as cidades dos elementos cruciais a serem negociados na competição espacial entre as localidades, abrindo as cidades a novos sistemas de acumulação. Neste contexto pode-se compreender o esforço das cidades em produzir um ambiente diferenciado para atrair os investimentos (HARVEY, 2005a, p. 265-267).

A necessidade de informações precisas e comunicações rápidas enfatizou o papel das chamadas ‘cidades mundiais’ no sistema financeiro e corporativo (centros equipados com teleportos, aeroportos, ligações de comunicação fixas, bem como um amplo conjunto de serviços financeiros, legais, comerciais e infra-estruturais). A diminuição de barreiras espaciais resulta na reafirmação e realinhamento hierárquicos no interior do que é hoje um sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, ou mesmo a custos marginalmente inferiores, começa a assumir crescente importância, o mesmo ocorrendo com variações locais de gosto do mercado, hoje exploradas com mais facilidade em condições de produção em pequenos lotes e de flexibilidade de apresentação. As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais (em oposição às políticas da nação-Estado) também se tornam implicadas de maneira mais profunda no regime de acumulação flexível (Ibid., p. 266).

É importante enfatizar que essa nova configuração superadora e capaz de impulsionar, segundo Harvey, um renovado processo de acumulação, teve como condição imprescindível para se efetivar - e que merece destaque por colocar o acento na reprodução crítica dos capitais - a expansão estrutural do sistema financeiro, que adquire uma maior autonomia em relação ao financiamento corporativo, estatal e pessoal. Além de pressuposto para o início de cada novo ciclo da produção, a sua expansão é também o resultado da busca de novas formas de lucro, cada vez mais descolado da produção real de valor.

Para Harvey (Ibid., p. 152), a chamada acumulação flexível foi marcada por uma completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência ampliada de coordenação financeira. Ao mesmo tempo em que se formavam conglomerados e corretores financeiros de poder global, proliferavam de maneira descentralizada inúmeros mecanismos e fluxos financeiros.

A desregulamentação e a inovação financeira – processos longos e complicados – tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito. (Ibid.).

O autor continua em outro trecho,

(...) Esse ‘espantoso’ mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos de curto prazo uns dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como ‘formadores de mercado’ dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros (HARVEY, 2005a, p. 154).

A tendência anunciada por Lênin no início do século XX – que se refere ao predomínio do capital financeiro - se realiza nos fins do mesmo século na forma de uma sobrevida a acumulação produtiva, que não caminha mais com as próprias pernas, ressalta Kurz (2003). Os investimentos e o próprio consumo são crescentemente financiados pelo capital fictício, ou seja, pelas promessas futuras de trabalho e não mais pelo trabalho vivo. A condição fictícia deste capital se dá pelo comprometimento do trabalho futuro em que o capital variável não pode mais determinar a valorização do valor.

Para Harvey (op. cit., p. 181-184) a primazia dos mercados financeiros na busca de superar a crise do capitalismo, vinculando cada vez mais as dívidas do consumidor, das corporações e governos, como um modo aparente de regular o consumo e a produção através dos financiamentos especulativos e fictícios, permitiu a maior flexibilidade geográfica e temporal. Embora cada vez mais autonomizado da produção real e vulnerável a crises monetárias, financeiras e a bolhas especulativas, a inovação dos sistemas financeiros parece ter sido determinante para superar a rigidez fordista e a crise temporal, geográfica e política deste regime de acumulação no final dos anos de 1960.

Desse modo, munida do instrumento financeiro e das reestruturações e novas regulamentações entre Capital, Estado e Trabalho, a nova compressão tempo-espço da acumulação flexível é capaz de permitir novo “fôlego” e manter a música tocando para que o

capitalismo possa “dançar sem cessar”. Portanto, sobrepõe-se ao limite fordista rígido anterior. Não obstante a forma pela qual se efetiva a superação da crise e o estabelecimento de um novo “equilíbrio” para a acumulação, ou mesmo o lado “heróico da vida e política burguesa” que busca apagar o incêndio provocado pela crise, a expansão sem precedentes do sistema financeiro deixa entrever a obsolescência da própria substância do valor. A realização da tendência interior ao próprio capital - de negar o trabalho vivo pelo qual se valoriza - impõe volumes cada vez maiores da forma monetária, multiplicada exponencialmente sem lastro em trabalho substancial, para produzir quantidades relativamente cada vez menores de valor. Portanto, o recurso às diversas formas do capital financeiro não elimina ou harmoniza a efetividade crítica do capital, pelo contrário, expõe o seu próprio limite posto por uma negatividade dominante.

2.3 Apontamentos sobre a Autonomização do Dinheiro e o Trabalho Improdutivo

Com base em Marx (3 IV) e Kurz (2002) desdobra-se a dependência que o capital real assume em relação ao crédito, além dos negócios diretos com capital fictício, antes fenômenos marginais a acumulação de valor no processo produtivo, mas crescentemente autonomizados e avultados como sugere Harvey (2005a) na sua proposição acerca de uma acumulação flexível. No limite, a multiplicação do volume de dinheiro desloca-se da sua substância real abstrata e segue como expressão autonomizada daquilo que inicialmente representava, pois circula sem relação com o consumo de trabalho abstrato nas empresas capitalistas.

Importante lembrar que trabalho e dinheiro são dois momentos distintos do movimento de autovalorização, portanto, necessários para as metamorfoses do valor na circulação do capital, logo, para a própria constituição do capital. A desvinculação ou autonomização de momentos copertinentes e distintos indica a crise para o capital se reproduzir. A reprodução do capital precisa da unidade entre ambos os opostos, de modo que tanto a autonomia destes quanto a unidade são necessárias. Portanto, a crise não reflete somente a separação, mas também que esta contraria a unidade necessária.

Nesse sentido, nos momentos de crise do capital o dinheiro se destaca da sua base e se multiplica sem referência ao trabalho produtor de valor. Para a consciência fetichista a forma-monetária aparece como a própria fonte criadora do valor, o que resulta nas crises cada vez mais generalizadas de desvalorização do enorme volume de dinheiro circulante.

O movimento direto D-D' oculta, por exemplo, a relação necessária que inicialmente havia entre o capital produtivo e o crédito bancário, pois o dinheiro emprestado a juros deveria se valorizar mediante o processo de produção para se apropriar de uma parte da mais-valia como juros. Contudo, o que antes era uma ilusão subjetiva passou a ser uma efetividade, o movimento D-D' prescinde cada vez mais da sua base de valor.

O aparente movimento directo D-D' só se torna "fictício" em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquiado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos. É o que acontece hoje em grande escala, não só com créditos do Terceiro Mundo, mas também com uma grande massa de créditos às empresas e ao consumo. Desse modo o sistema financeiro empurra uma montanha sempre crescente de dinheiro creditício "sem substância", tratado "como se" passasse por um processo real de valorização, embora seja apenas simulado por metacréditos. (...) Um grau ainda mais alto de desvinculação entre trabalho e dinheiro é atingido quando o dinheiro creditício serve como ponto de partida dum movimento especulativo, no qual já não há sequer a aparência duma produção real de mercadorias. O comércio com os simples *títulos de propriedade* de acções e imóveis produz assim aumentos fictícios de valor, que não têm mais nada a ver nem formalmente com os ganhos reais provenientes do consumo empresarial do trabalho abstracto. Um tal movimento especulativo põe-se em marcha sempre que a real acumulação empresarial do capital atinge os seus limites e os ganhos dos períodos passados de produção não podem ser investidos, em medida suficiente, num aumento da produção real de mercadorias, mas têm de ser aplicados exclusivamente no sistema financeiro. Assim, a pressão para um movimento imediato D-D' cresce tão fortemente que perante o aumento especulativo do valor das acções os dividendos reais são "*peanuts*"; a relação entre cotações e lucros ultrapassa todas as medidas. (KURZ, 2002)

Compreende-se então, que o impulso para a circulação direta D-D' e a dependência cada vez maior, pelo lado do capital produtivo, do trabalho futuro hipotecado, tornam patente a contradição interior ao processo de valorização, em que as determinações simultâneas e conflitantes levam à desmedida entre os custos empresariais - incluindo não somente a desproporção nos gastos com capital fixo e circulante, mas também com o trabalho improdutivo - e o trabalho vivo produtor de mais-valia. Os capitais individuais deparam-se com a impossibilidade de reporem os seus pressupostos sem recorrer ao sistema financeiro, como elucida os exemplos de Kurz, segundo o qual, o balanço de algumas empresas, ainda que muitas vezes arrançados ou maquiados, revelam a quota de capital próprio "(...) da Daimler-Benz ainda era quase de 55%, da AEG de 17%, da Viag de 20%, da Baiersdorf-AG de 35%, da Krupp-Hoesch de 15% e da Klockner-Deutz de apenas 8%." (2002). A repetição dos problemas concernentes a valorização dissolvem o aparente equilíbrio e perenidade do capitalismo, impondo uma reprodução crítica aos capitais individuais e catástrofes para o capital em geral.

Mas a questão da inviabilidade substancial do capital não é apenas revelada com a crescente independência da forma monetária fetichisticamente criadora de valor, mas deve ser problematizada igualmente nos termos do trabalho produtivo que, de fato, impulsiona a

acumulação e acresce a substancia social necessária a reprodução ampliada. O crescimento dos setores improdutivos e o seu predomínio em muitas economias, que marca a chamada acumulação flexível, como já mencionado, é outro aspecto da negatividade interior a ser tratada. Para tanto, cabe avançar das indeterminações do conceito de trabalho improdutivo de que trata Mandel (1982), que o define relativamente ao trabalho produtor de mercadorias concretas, para a sua complexificação com relação à reprodução global, a partir de Robert Kurz (2002). Antes, apresentam-se alguns excertos do pensamento de Marx sobre o trabalho improdutivo.

2.3.1 O Trabalho Improdutivo em “O Capital”

Marx define o horizonte burguês ao dizer que “(...) fazer negócios ocupa a cabeça inteira (...)” (2 III, p. 81), o que envolve a necessidade de acumular e expandir a produção de mercadorias. Entretanto, como contradição inerente, o capital depara-se com a impossibilidade de criar valor na circulação⁴⁰, fase imprescindível para a reprodução capitalista. Isso porque no âmbito da circulação o capital não funciona como capital produtivo e consequentemente não produz mais-valia, mas atua como capital-mercadoria e capital-monetário, de modo a transfigurar-se constantemente e simultaneamente de uma a outra forma, sendo condição tanto para a realização da mais-valia (venda) quanto para o reinício do processo de produção (compra). Logo, as variações desse tempo de circulação criam limites à valorização em dado negócio capitalista.

A expansão e a contração do tempo de circulação atuam como limite negativo sobre a contração ou a expansão do tempo de produção ou da amplitude em que um capital de dada grandeza funciona como capital produtivo. Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de circulação for = zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização. (MARX, 2 III, p. 86)⁴¹.

Posto que a esfera da circulação não produz valor, as metamorfoses D-M ou M-D são tão necessárias para a reprodução do capitalista quanto a própria produção de mercadorias,

⁴⁰ “Mas o que a Economia Política enxerga é aquilo que aparece (...) Ela entende essa influência negativa como sendo positiva (...) E mais se aferra a essa aparência porque ela parece fornecer a prova de que o capital possui uma fonte mística de autovalorização independente de seu processo de produção, e, por isso, da exploração do trabalho, que lhe advém da esfera da circulação.” (MARX, 2 III, p. 87, grifo nosso).

⁴¹ Cabe aqui um adendo, sem, contudo, desdobrar em pormenores o assunto. Na modernização hodierna o tempo zero de circulação e a aceleração máxima do tempo de rotação deparam-se com a própria negatividade do trabalho enquanto barreira a autovalorização. É emblemático pensar nas negociações do mercado financeiro, em que o tempo de circulação é negativo. As mercadorias não chegam nem a se efetivar em sua materialidade, mas são antes objetos de especulação. Tais operações “ideais” do ponto de vista da circulação só podem coincidir com a crise do trabalho.

“(…) portanto os agentes da circulação são tão necessários quanto os agentes de produção”. Marx completa esse argumento advertindo para uma distinção importante existente entre os trabalhos circunscritos à produção e àqueles da circulação, ao escrever que “Os agentes da circulação precisam ser pagos pelos agentes da produção”, mesmo quando a escala social da produção capitalista obriga a criar negócios específicos, relegando à terceiros a circulação das mercadorias, pois “Em vários negócios, compradores e vendedores são pagos por meio de uma porcentagem do lucro.” (MARX, 2 III, p. 87).

Sobre essas transformações formais do capital – forma-mercadoria e forma-monetária - e a criação de valor que lhe concerne, Marx é claro:

A mudança de estado custa tempo e força de trabalho, não para criar valor, mas para realizar a conversão de uma forma em outra, e a tentativa mútua (entre negociantes) de, nessa ocasião, apropriar-se de uma quantidade extra de valor nada altera. Esse trabalho, aumentado pelas más intenções de ambos os lados, cria tão pouco valor quanto o trabalho realizado num processo judicial aumenta a grandeza de valor do objeto em litígio. (Ibid., p. 90).

Portanto, esse tempo de trabalho é improdutivo, ainda que o desenvolvimento da produção de mercadorias demande uma ampliação daquelas funções, seja pela escala em que esse processo ocorre, seja para reduzir o limite negativo da valorização. Para esclarecer a questão, Marx toma como exemplo um sujeito que vende sua força e tempo de trabalho nas operações necessárias $D - M$ e $M - D$. Por mais que ele trabalhe tão bem quanto a força de trabalho produtiva, seu dispêndio de energia não gera valor ou produto (aqui o apego de Marx a materialidade), mas é um gasto improdutivo de trabalho. Este é pago de uma dedução do produto final, não há apropriação de excedente pelo capitalista ou aumento da massa social de valor, ao contrário, a esses custos necessários da circulação de mercadorias é transferido parte do produto social. Essa função improdutiva do trabalhador “(…) pertence aos *faux frais*⁴² da produção. Sua utilidade não consiste em transformar uma função improdutiva em produtiva, ou trabalho improdutivo em produtivo. Seria um milagre se semelhante transformação pudesse ser efetuada mediante tal transferência de função.” (Ibid., 2 III, p. 91).

Outra atividade ligada aos custos de circulação e, por isso também, a “(…) pura transformação formal do valor (...)”, é a contabilidade. Essa atividade subtrai, como as similares, tempo de trabalho e meios de produção que poderiam ser gastos produtivamente. A parte do capital constantemente despendida na contabilidade “(…) está subtraída ao processo de produção e pertence (...) às deduções do rendimento global.” (Ibid., p. 93). Ainda na esfera da circulação, Marx ressalta que ouro e prata à medida que funcionam como dinheiro servem apenas como “máquina de circulação” – custos de circulação. Embora sejam produtos diretos

⁴² Falsos custos.

da produção de mercadorias, o trabalho social e os meios de produção gastos não entram como consumo produtivo. Nesta forma improdutivo, ambos os metais “São *faux frais* da produção de mercadorias em geral, que crescem com o desenvolvimento da produção de mercadorias e sobretudo da produção capitalista. É uma parte da riqueza social que precisa ser sacrificada ao processo de circulação.” (MARX, 2 III, p. 94).

Nota-se que na discussão de Marx sobre os falsos custos e, por conseguinte, do trabalho improdutivo, ambos estão circunscritos a um gasto que não está vinculado diretamente à produção de mercadorias – valores de uso/valores. Do lado do capitalista, o adiantamento de capital para suprir os custos de circulação “(...) não gera produto nem valor. Ele diminui *pro tanto* o âmbito em que o capital adiantado funciona produtivamente” (Ibid., p. 92). Na perspectiva do capital social esses custos conformam uma redução destes produtos, na forma de materiais de trabalho, e também uma subtração das forças produtivas sociais, que poderiam estar impulsionando a valorização. De acordo com Marx, os enormes *faux frais* da simples metamorfose formal do valor devem ser compreendidos no desenvolvimento da produção de mercadorias. À medida que os custos de circulação referentes à mera mudança formal do valor - as funções de compra e venda, contábil, bancária, para ficar nos exemplos de Marx -, retiram da sociedade parte do seu produto sem, em contrapartida, restituir um novo valor de uso, eles constituem um consumo improdutivo não somente em primeira instância, quando atuam na sua função, mas também em um segundo momento, ao considerar a reprodução deste tempo de circulação e a necessidade do consumo individual das forças de trabalho empregadas nestas atividades.

Importante ressaltar que na leitura dos “Custos de Circulação” apreende-se o apego de Marx à materialidade do trabalho produtivo, ligado à criação de valores de uso na produção propriamente dita, em oposição ao trabalho improdutivo despendido nos falsos custos, que não cria “produto nem valor”. Ao mesmo tempo, Marx também vê alguns trabalhos que geram produto e valor, mas estão em oposição à esfera da produção, a exemplo do ouro e da prata, ligados à circulação, como incapazes de ampliar a riqueza social. Portanto, o consumo de capital constante e variável enquanto custos à margem do processo de trabalho na produção, não alavancam a produção de valor e, por conseguinte, a produção de riqueza social, pelo contrário, constituem sobrecustos⁴³ ou falsos custos a esta, que reduzem e

⁴³ Segundo a nota dos tradutores da edição de “O Capital” aqui utilizada: “Marx usa a expressão *Unkosten*, isto é, algo como ‘sobrecustos’, distinguindo-a de *Kosten*, que são custos simplesmente. Preferimos usar a versão em português da expressão francesa *faux frais*, que Marx também utiliza no mesmo sentido de *Unkosten*.” (MARX, 2 III, p. 95).

subtraem da sociedade os meios que poderiam impulsionar a produção de valor, sendo apenas dispêndios necessários da forma de produção capitalista.

A observação acima é importante para avançar na sua exposição sobre os “Custos de conservação”. Estes custos seriam de natureza diferente dos primeiros – vinculados à mera mudança de forma do valor –, pois envolvem um processo produtivo na circulação e, por isso, produzem mais-valia nesta esfera. Por um lado, tal fato permite ao capitalista agregar mais-valor a sua mercadoria e aumentar o seu preço de venda⁴⁴, mas nem por isso o gasto de trabalho vivo e objetivado deixou de ser, socialmente, um *faux frais*, distribuído entre a classe dos capitalistas através do preço das mercadorias.

Por conseguinte, custos que encareçam a mercadoria, sem lhe acrescentar valor de uso, que pertencem, portanto, do ponto de vista da sociedade, aos *faux frais*, da produção, podem constituir para o capitalista individual fonte de enriquecimento. Por outro lado, à medida que o acréscimo que adicionam ao preço da mercadoria apenas distribui esses custos de circulação de modo uniforme, nem por isso seu caráter improdutivo cessa. Por exemplo, as companhias seguradoras distribuem as perdas de capitalistas individuais entre a classe dos capitalistas. Isso não impede, no entanto, que as perdas assim compensadas, considerando-se o capital social total, continuem sendo perdas. (MARX, 2 III, p. 94).

Os custos de conservação dizem respeito à formação do estoque de produtos em três possíveis formas: capital-mercadoria, capital produtivo e fundo de consumo individual. Não interessa aqui pormenorizar as formas de estoque - embora em comum estes custos não entrem na formação do produto e sejam deduções da riqueza social -, muito menos tratá-las em outras formas de produção, mas esclarecer que no progresso da produção capitalista o estoque de mercadorias cresce em detrimento das outras formas. O comportamento da forma social do estoque reflete uma tendência da produção de mercadorias, como também o impulso dos produtores individuais autônomos em busca de valorizar incessantemente os seus capitais; por isso, o estoque de mercadorias é analisado de modo mais detido por Marx.

Com o desenvolvimento da produção capitalista, a escala da produção é determinada em grau cada vez menor pela demanda direta do produto, e em grau cada vez maior pelo volume do capital de que o capitalista individual dispõe, pelo impulso de seu

⁴⁴ Sobre o acréscimo de valor às mercadorias nesse processo, Marx faz uma ressalva que torna a discussão ainda mais complexa. “Só na medida em que o estoque de mercadorias é condição da circulação de mercadorias e ele mesmo constitui uma forma surgida necessariamente da circulação de mercadorias, só na medida em que essa estagnação aparente é, pois, forma do próprio fluxo – exatamente como a formação de reserva monetária é condição da circulação monetária -, só nessa medida ele é normal. Assim que, pelo contrário, as mercadorias que permanecerem em seu reservatório de circulação não abrirem espaço à onda subsequente da produção, saturando-se, por conseguinte, os reservatórios, o estoque de mercadorias se expande devido à paralisação da circulação, exatamente como os tesouros crescem quando se paralisa a circulação de dinheiro. Nisso, é indiferente que essa paralisação ocorra nos armazéns do capitalista industrial ou nos armazéns do comerciante. O estoque de mercadorias não é, então, condição da venda ininterrupta, mas consequência da invendabilidade das mercadorias. Os custos permanecem os mesmos, mas como agora se originam exclusivamente da forma, particularmente da necessidade de transformar mercadorias em dinheiro e da dificuldade dessa metamorfose, então eles não entram no valor da mercadoria, mas constituem deduções, perda de valor na realização do valor.” (MARX, 2 III, p. 101-2).

processo de produção. Com isso, necessariamente cresce a massa de produtos, em cada ramo específico da produção, que se encontra como mercadoria no mercado ou que procura escoamento. Cresce a massa de capital imobilizada durante mais ou menos tempo sob a forma de capital-mercadoria. Cresce, pois, o estoque de mercadorias. (MARX., 2 III, p. 99).

É na forma do estoque de capital-mercadoria que fica evidente os custos de conservação como parte dos custos de circulação, que precedem a transfiguração que os produtos na forma de produção capitalista devem passar. Novamente, esses custos de circulação conformam *faux frais* da riqueza social, pois estão em oposição ao tempo de produção. Nesta forma-mercadoria, em espera para ser consumida, o tempo da passagem formal de M' para D' condiciona os custos de conservação e exige para isso uma subtração de capital constante e variável do processo direto da produção para a manutenção e conservação dos produtos. Diferente, portanto, dos falsos custos ligados diretamente a mera transformação formal da mercadoria, os gastos com a formação de estoque tem como objeto a conservação do valor materializado no produto, a manutenção do próprio valor de uso. Assim, “O valor de uso aqui não é aumentado nem multiplicado, pelo contrário, diminui. Mas sua diminuição é limitada e ele é preservado. Também o valor adiantado existente na mercadoria aqui não é aumentado. Mas trabalho novo, objetivado e vivo, é acrescentado.” (Ibid., p. 96).

Outra situação é a dos custos com transporte, que se manifestam como custos de circulação, embora correspondam à indústria de transportes. O metabolismo do trabalho social – passagem formal do valor – pode, em muitas circunstâncias, depender do deslocamento espacial da mercadoria, assim sendo, demandar “(...) o processo de produção adicional da indústria de transportes. O capital produtivo nela investido agrega, pois, valor aos produtos transportados, em parte pela transferência de valor dos meios de transporte, em parte pelo acréscimo de valor pelo trabalho de transportar.” (Ibid., p. 103). Para essa indústria vale também a lei geral da produção de mercadorias, segundo a qual uma maior produtividade do trabalho agrega menos valor aos produtos; tendência do modo de produção capitalista, que diminui os custos com transporte mediante o avanço das forças produtivas e aumento da escala de operação.

Destarte, os custos de transporte não constituem tempo perdido, no tocante à produção de valor, sendo assim, não se enquadram na lei geral dos custos de circulação que se originam da mera transformação formal da mercadoria. Segundo Marx, estes últimos não agregam valor à mercadoria

São apenas custos para a realização do valor ou para sua conversão de uma forma em outra. O capital despendido nesses custos (inclusive o trabalho por ele comandado) pertence aos *faux frais* da produção capitalista. A reposição dos mesmos tem de se dar a partir do mais-produto e, considerando-se a classe

capitalista como um todo, constitui uma dedução da mais-valia e do mais-produto, exatamente como, para um trabalhador, o tempo de que precisa para comprar seus meios de subsistência é tempo perdido. (MARX, 2 III, p. 102).

2.3.2 O trabalho improdutivo com referência à reprodução geral capitalista

Apreende-se da exposição de Marx que a unidade entre o tempo de produção e o seu oposto, o de circulação, estabelece custos qualitativamente diferentes ao processo de reprodução. Entende-se que algumas atividades são *per se* improdutivas e Marx as define como não produtoras de valor e produtos. Já aquelas que têm como resultado uma nova mercadoria e/ou acrescentam valor, mas estão ligadas ao tempo de circulação, os elementos do capital variável e constante nelas empregadas não impulsionam a valorização geral capitalista. Estas atividades são condição e necessidade da produção, porém se enquadram como consumidoras do valor social, conformam os falsos custos da produção de mercadorias. O trabalho realmente produtivo está situado no tempo da produção propriamente dita, ele é constitutivo do valor de uso/de troca das mercadorias.

Sobre a dificuldade deste momento do pensamento de Marx, Kurz (2002) deixa claro que o autor não ofereceu instrumentos para uma afirmação unívoca do assunto, nem mesmo o debate marxista teria chegado a alguma conclusão acerca do trabalho produtivo e improdutivo. Para tanto, dada a complexidade do tema, Kurz faz um percurso na busca de uma determinação conceitual para definir se um trabalho é produtivo ou não, tentando se livrar das distorções e reducionismos. A sua reflexão se baseia na reprodução geral da produção capitalista e estabelece critérios que permitem distinguir o trabalho abstrato formal do substancial.

Para Marx (1 II), na forma da produção capitalista o processo de trabalho é meio para a valorização do valor, assim, a reprodução é apenas um meio para a reposição desse processo, transformar valor adiantado em capital. Mas para a sociedade se reproduzir sob esse conteúdo e levar adiante a sua finalidade é preciso que seja posto e repostado, continuamente, os meios materiais para o processo de valorização e a força de trabalho como fonte viva de valor, de modo que sejam em boa parte consumidos produtivamente pelo capital. Por isso, as condições para a produção são simultaneamente as da reprodução. A reprodução implica, com isso, a produção e o consumo crescente dos elementos cruciais ao processo de valorização.

Kurz propõe que a definição desse trabalho produtivo, o qual Marx apresenta como o elemento - substância – imprescindível para a constituição e reprodução do capital, deve ser pensada no plano do capital em conjunto, mais especificamente no que se refere ao processo

de mediação da reprodução capitalista na sua totalidade, ou seja, nos termos da teoria da circulação – interdependência dos capitais individuais.

Quer dizer: em termos da teoria da circulação, só é produtivo de capital aquele trabalho cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo *consumo* é recuperado de novo na reprodução ampliada. Só este consumo é um "consumo produtivo", não apenas imediatamente, mas também em referência à reprodução. Isso ocorre quando os bens de consumo são consumidos por trabalhadores que são por sua vez produtores de capital, cujo consumo não se esgota em si, mas retorna na forma de energia produtiva de capital, num novo ciclo de produção de mais-valia. (KURZ, 2002).

Nota-se em Marx (1 II) uma caracterização elucidativa do consumo da força de trabalho com relação a definição de trabalho produtivo que pretende Kurz. Marx considera os diferentes momentos do consumo da força de trabalho, em meio ao predomínio do capital industrial concorrencial do século XIX, como produtivo, ou seja, que impulsiona a valorização do capital, com exceção de uma breve observação que atenta para os limites do absolutamente necessário do consumo individual. Segue abaixo o momento da exposição de Marx com referência a este consumo.

O consumo do trabalhador é, segundo Marx, de dupla espécie: consumo dos meios de produção, mediante o trabalho, que transforma os produtos finais em valores mais elevados que o capital adiantado e é, simultaneamente, consumo da força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Este consumo produtivo produz a riqueza objetiva como capital que domina e explora o trabalho e se diferencia, aparentemente, do consumo individual do trabalhador, que o mantém vivo. Contudo, ao considerar a classe capitalista e de trabalhadores, assim como o processo de produção capitalista e não um capital isolado, percebe-se que o trabalhador ao consumir mantém a sua força de trabalho em andamento e, por isso, seu consumo individual é diretamente produtivo. O seu consumo individual produz continuamente o seu trabalho como fonte subjetiva de riqueza.

Quando o capitalista converte parte de seu capital em força de trabalho, valoriza com isso seu capital global. Mata dois coelhos com uma só cajadada. Ele lucra não apenas daquilo que recebe do trabalhador, mas também daquilo que lhe dá. O capital alienado no intercâmbio por força de trabalho é transformado em meios de subsistência cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos, cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora é portanto retransformação dos meios de subsistência, alienados pelo capital por força de trabalho, em força de trabalho de novo explorável pelo capital. Esse consumo é produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador continua sendo, pois, um momento da produção e reprodução do capital (...) Em nada altera a coisa se o trabalhador realiza seu consumo individual por amor a si mesmo e não ao capitalista. (Ibid., p. 205).

A partir da definição de trabalho produtivo com base numa teoria da circulação e que permite remeter ao processo de reprodução, é possível permear todos os setores da reprodução

social, pois a definição permite ultrapassar o nível dos capitais individuais e considerá-los na esfera da circulação, através da qual os diversos capitais necessariamente se relacionam, portanto, restitui a unidade entre produção e consumo que permite desvelar o carácter do trabalho a partir do consumo social.

Assim, todos os produtos e as atividades não consumidas produtivamente, ou seja, que não impulsionam substancialmente o processo de valorização do capital, se inserem naquele consumo improdutivo, não importa se fruto material do processo propriamente industrial.

(...) todos os bens de consumo que são consumidos por trabalhadores improdutivos ou por não-trabalhadores (crianças, reformados, doentes etc.) não retornam, como energia renovada, na criação de mais-valia: no plano do conjunto da sociedade, trata-se apenas de um consumo que desaparece sem deixar rastros e sem impulsionar a reprodução capitalista. O mesmo vale também para a produção de bens de investimento: em termos de teoria da circulação, este trabalho só é produtivo se o consumo de seus produtos se dá no contexto da criação de mais-valia, isto é, se retorna ao ciclo de produção da mais-valia. Pelo contrário, todos os bens de investimento cujo consumo ocorre fora da produção de mais-valia, integram, no plano do conjunto da sociedade, o mero consumo que "cai fora" da reprodução do capital global e do seu movimento de acumulação. (KURZ, 2002).

Destitui-se então o apego à materialidade como definidora da atividade criadora de mais-valia. O trabalho substancial independe do seu produto final ser um bem puramente concreto, pois segundo Kurz, o corte de cabelo de um trabalhador produtivo o seria, mas está relacionado com o consumo deste fruto. Sem embargo, em meio à multiplicidade de atividades do mundo moderno, o autor estabelece algumas atividades antecipadamente como improdutivas,

A maior parte do trabalho terciário, estruturalmente em contínuo crescimento, não pode retornar à produção de mais-valia como "consumo produtivo", e isso por diversos motivos; em parte estão na natureza ou no carácter destes mesmos trabalhos, em parte trata-se de limitações externas.

No caso dos trabalhos de transação puramente comercial, jurídica ou monetária, o que os impede de entrar ou retornar à produção substancial de mais-valia é o carácter de simples mediação lembrado por Marx (embora os "produtos" que eles fornecem apareçam no mercado); outros produtos não podem sequer assumir à partida a forma de mercadoria, uma vez que o seu consumo não é privatizável (por exemplo, medidas necessárias para a manutenção da qualidade do ar); contudo, numa economia total do dinheiro, também estes trabalhos devem ser pagos e aparecer no mercado de trabalho. Com outros produtos (estradas, canalizações, escolas, hospitais etc.) é possível, em princípio, uma privatização do consumo (de modo mais ou menos penoso); mas seria preciso reservar este consumo a uma minoria capaz de pagar, o que entraria em contradição com o carácter ubíquo duma *infra-estrutura social*. A maior parte da infra-estrutura não pode ser, portanto, organizada como produção empresarial para o mercado (nesse caso, o volume das rendas de massa deveria ser o dobro ou o triplo do alcançável na economia de mercado). Diferente é ainda o caso de sectores comerciais como o turismo: poder-se-ia discutir se se trata de um improdutivo consumo de luxo de poucos países ricos, mediado apenas pela singular potência na apropriação e na redistribuição da mais-valia mundial (três quartos da humanidade não fazem turismo), ou se este consumo entra parcialmente (na medida que é desfrutado por trabalhadores produtivos) nas despesas produtivas de reprodução, regressando novamente à produção de mais-valia. (Ibid.).

Permeia esta reflexão o problema da própria continuidade da produção de mercadorias e da efetividade das categorias que lhe correspondem. A “Revolução Terciária” significa uma quantidade cada vez maior do dispêndio de trabalho que representa “custos empresariais” ou “despesas gerais”, nos termos de Kurz, que não retornam à valorização, por isso sugam parte crescente do valor social. O relevo do capital creditício no processo produtivo pode demonstrar também as despesas desproporcionais com o trabalho improdutivo.

A questão do limite interior ao capital aqui suscitada leva a recuperar o momento da apresentação de Marx que se refere à lei da queda tendencial da taxa de lucro, na qual a produção de valor é reduzida proporcionalmente ao capital global, em decorrência do encolhimento progressivo da sua base – o trabalho vivo. Deste modo, a redução da base sobre a qual opera o capital e permite o processo de valorização, atrelada ao aumento dos setores improdutivos, têm como consequência direta a diminuição potenciada do trabalho produtivo.

A lei que implica a queda da taxa de lucro é a execução do conteúdo contraditório do capital, objetivado como subsunção real do trabalho no aumento da composição orgânica do capital ao realizar o seu impulso de acumulação. A concorrência executa esse impulso dos capitais individuais e retorna como força externa que os coage a investir intensamente no processo produtivo em busca de lucros diferenciais. Esta luta entre os capitalistas elevam os volumes gerais de capitais a serem investidos. Isso ocorre tanto diretamente no processo produtivo, com os gastos em novos métodos e técnicas de produção, capital circulante qualitativamente mais elaborado, com o capital fixo desenvolvido por processos de incessantes inovações tecnológicas, quanto naquela parte que Kurz chamou de “custos empresariais” ou “despesas gerais” da economia capitalista. Esta se refere aos custos administrativos, assim como transações comerciais, monetárias e jurídicas, os custos da infraestrutura, os problemas sócio-ecológicos, etc.

Outro modo de analisar o trabalho produtivo, ainda de acordo com a exposição de Kurz, se dá no âmbito da produtividade média social, isto é, no plano da concorrência e dependência dos capitais individuais⁴⁵. A produção de mercadorias nos níveis de conexão e dependência global da atualidade é determinada pela produtividade dos países mais avançados (do ponto de vista tecnológico e científico), ou seja, parcelas crescentes das empresas caem abaixo deste nível e sobrevivem apenas mediante subvenção estatal e forte protecionismo.

⁴⁵ “(...) não menos relevante é a ascensão dentro do sistema industrial da parcela de trabalho que só é improdutivo num sentido relativo. Como se sabe, uma actividade produtora de mercadorias é improdutiva em sentido relativo, independentemente de suas demais características, quando a sua produtividade (a relação entre trabalho gasto e resultado da produção) cai abaixo do nível social dado, isto é, abaixo da produtividade média social.” (KURZ, 2002).

Na verdade, cresce a parte do sistema industrial global que já depende *directamente* (ou seja, não só através do consumo dos crescentes sectores improdutivos) da simulação creditícia; do ponto de vista da lógica do sistema, trata-se de meras indústrias-fantasmas, geradas e mantidas em vida artificialmente. Depois dos crescentes custos creditícios para a produção verdadeira e própria de mais-valia, e da crescente parcela de trabalho estruturalmente improdutivo e financiado através de créditos, vemo-nos aqui perante a terceira figura da dependência do conjunto da sociedade em relação ao crédito. (KURZ, 2002).

Observa-se que não somente os altos custos com a composição orgânica, ou melhor, a reprodução de dado capital é financiada com créditos, mas também os setores improdutivos, as indústrias-fantasmas sob alta produtividade social e o Estado com os crescentes gastos em infra-estrutura, subvenções, danos ecológicos, assistência social, dentre outras inúmeras despesas. Em consequência de tal realidade, a produção de mercadorias está vinculada visceralmente ao crédito, pois o consumo é financiado com promessas constantes de trabalho futuro, inclusive no plano individual. Essa dependência estrutural deve deixar claro a desvinculação que avança entre dinheiro e o trabalho produtivo.

Os breves apontamentos desenvolvidos nesta terceira parte do trabalho apresentaram a concepção de Harvey sobre o *modus operandi* e as formas de superação das crises do capital, sobretudo através dos mecanismos espaciais. Igualmente, pelas obras deste autor, buscou-se questionar os constantes ajustes e regulações que são capazes de restabelecer, segundo ele, constantemente a acumulação. Para tanto, demonstrou-se que “(...) as capacidades de produção material cresceram para além da forma social da valorização do capital (...)”, ou ainda, o desenvolvimento das forças produtivas se tornaram “(...) prisioneiras da lógica de valorização tornada insubstancial (...)” (KURZ, 2010a), de onde proveio a posterior análise do trabalho improdutivo e do setor financeiro. Assim, foi possível assentar as bases a partir das quais pode-se discutir o urbano, mais especificamente o modo como se efetiva a reprodução crítica na metrópole paulista no século XXI, e construir uma interpretação que considere a cidade de São Paulo como uma forma de expressão da crise do trabalho produtivo.

CAPÍTULO III

(...) as cidades, transformadas em novos “atores sociais complexos” – como dizem -, não passam de balcões de negócios..., a disputar a nuvem financeira e as hordas de turistas que circulam pelo mundo.

Otília Arantes

3. Produção da Metrópole, Reprodução Ampliada da Crise de Valorização

O desenvolvimento das forças produtivas, da divisão e da socialização objetiva do trabalho, impulsionados pela competição acirrada em nível mundial, colocaram as cidades em lugar de destaque para a análise. As transformações e as contradições já descritas e problematizadas da produção capitalista e os novos ramos e atividades daí decorrentes teriam no urbano o seu *locus* privilegiado de efetivação.

Portanto, se até os anos 1970 - 1980 a acumulação do capital industrial estabelecia o sentido do trabalho na cidade de São Paulo, o que leva a pressupor que a produção do espaço urbano e de seu Centro a esta remetiam, com o esgotamento desta forma de acumulação, nos termos de Harvey (2005a) fordista, as mudanças no processo de reprodução do capital que engendram uma “cidade dos negócios” (CARLOS, 2005) - com o crescimento desproporcional dos serviços em relação à indústria - podem por a descoberto a crise do trabalho produtivo.

A desconcentração da produção industrial e a centralização financeira na metrópole paulistana (CARLOS, 2004) produzem um espaço identificado pelas novas atividades do terciário moderno, pelo setor imobiliário de ponta e a indústria de alta tecnologia. A nova identidade paulistana é também forjada mediante as inúmeras representações dos sujeitos empreendedores e do Estado, que coadunados buscam criar uma imagem atrativa e próspera como condição para São Paulo ser “lucrativa” na rede mundial de cidades. Assim sendo, penetrar os nexos mais íntimos da reprodução social e analisar o urbano pela crise do trabalho torna-se uma pretensão ainda mais complexa e difícil.

Dado o momento da reprodução social sob o modo de produção capitalista, no qual a crise se revela, por exemplo, pela impossibilidade do capital se valorizar nos setores produtivos tradicionais, o desenvolvimento das atividades terciárias, ou setor de serviços, e a produção do espaço, nomeadamente pelos grandes empreendimentos através das operações urbanas, aparecem como uma possibilidade para o capital se valorizar; estas são as condições inclusive para o processo de intervenção urbana no Centro paulistano, que os une – setor de serviços e produção do espaço - e aponta para uma centralidade a ser revelada com referência à crise do trabalho - o trabalho em sua negatividade.

Sem embargo, esse capítulo recorre a diversos autores para apresentar a urbanização enquanto uma forma de resolver a negatividade do capital. Na direção de uma acumulação infinita ou mesmo um reparo temporário para a crise de valorização, a reprodução do capital e

do espaço urbano enquanto momentos copertinentes e necessários, como exposto no argumento de Harvey, dotaram, segundo este e outros autores adiante citados, o capitalismo do recurso capaz de controlar, senão protelar, as barreiras internas a reprodução capitalista.

A reestruturação produtiva e a sua correspondente reestruturação urbana, assim como as estratégias da cidade-empresa-cultural (ARANTES, 2009), seriam algumas das formas do capital ludibriar as suas próprias leis. Nesta perspectiva e no plano da metrópole de São Paulo as intervenções urbanas cumprem a sua determinação superadora, onde o Projeto Nova Luz é o exemplo paradigmático, não só por sua atualidade e vanguarda no tipo de instrumento que a viabiliza, senão por convergir os elementos representativos da “nova economia produtiva urbana”. Com isso, os escritos abaixo procuram situar o Projeto Nova Luz como resultado de mudanças complexas nas políticas públicas locais e na ação capitalista, determinadas pelo impulso cego e tautológico de gerar dinheiro. As novas oportunidades de negócios que emanam dos países centrais são paulatinamente readequadas de acordo com o contexto vigente em São Paulo.

Azeitada então a “máquina paulistana de crescimento”, é necessário cotejar o argumento central deste trabalho com a força positiva e superadora que a produção do espaço e, por conseguinte, a urbanização generalizada antecipam aos limites internos do capital.

3.1 A Falsa Potência do “Motor de Acumulação”

Lefebvre (200-, p. 23) alerta para um *front* muito mais amplo, diversificado e complexo no qual o modo de produção capitalista deveria se defender, o da reprodução das relações sociais de produção através do espaço inteiro, já que não é mais suficiente apenas a reprodução dos meios de produção, tão caro ao capitalismo concorrencial do século XIX. A própria acumulação do capital industrial generalizou as contradições antes circunscritas ao seu interior e ao fazê-lo engendrou o urbano. A produção do espaço imbricaria a extensão do urbano e, sobretudo, a reprodução das relações sociais de exploração e dominação⁴⁶.

A produção das coisas no espaço não é substituída, mas as contradições se ampliariam com a produção do espaço a nível mundial. “Portanto, o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro” (LEFEBVRE, 200-, p. 71, grifo do autor). Foi preciso transbordar das unidades de produção – trabalho produtivo – não mais suficientes, ele teve

⁴⁶ Lefebvre (200-, p. 48) afirma: “A sociedade inteira torna-se urbana”, que significa a generalização do mundo da mercadoria e da troca, inclusive ao solo, com o predomínio do valor de troca sobre o uso, característico das cidades pré-capitalistas.

que resolver as suas contradições expandido-as para a sociedade como um todo, desfazendo restos pré-modernos e constituindo novos setores, dentre eles os lazeres, a cultura, a urbanização, o setor imobiliário, etc. De setor secundário e investimento conservador em épocas de crise, o setor imobiliário torna-se primordial e dotado de especificidades atrativas para o grande capital, fenômeno abordado em mais detalhes a frente. “Em termos mais adequados: o que amplia as contradições, ao invés de aboli-las!” (LEFEBVRE, 200-, p. 81).

Esse novo *front* detém uma enorme complexidade nos termos de Lefebvre e, ao que se nos interessa, é importante para compreender a produção do espaço em sua indissociabilidade a reprodução do capital. Assim sendo, o movimento crítico de autovalorização do capital no impulso de superar as suas barreiras produziu um espaço urbano a sua semelhança: proliferando uma miríade de novos setores e atividades; o valor de troca passa a permear todos os níveis da vida cotidiana; o centro tradicional é tomado e sua centralidade é extravasada; o espaço é produzido enquanto raridade nos lugares dotados de qualidades diferenciais, junto a hierarquização dos espaços produzidos de maneira fragmentada, elevando o setor imobiliário, financiado por capitais creditícios, a ramo privilegiado na valorização capitalista.

No mesmo sentido de ressaltar a primazia do espaço urbano para a reprodução do capital, Carlos (2004) desdobra o conteúdo das mudanças na urbanização da metrópole paulistana se referindo a um processo de desconcentração industrial e centralização do capital – suas funções de comando -, atrelado a um setor de serviços financeiros e mais sofisticados, que trazem consigo outras atividades de apoio na área de informática e telecomunicações. Uma “nova economia” surge na cidade, envolvendo o turismo e o lazer, como também um comércio e serviços neles especializados. Nesse contexto, afirma ela, a crise no processo produtivo determina os investimentos do capital-monetário ocioso nos ativos financeiros, os quais se realizam na própria cidade, no setor imobiliário, em detrimento do setor industrial. Portanto, a produção do espaço urbano vem a ser a condição *sine qua non* para efetivar as exigências da acumulação, articulada ao plano mundial e através de uma nova relação Estado-espaço, a propiciar os quadros normativos e infra-estruturais adequados a este novo momento do processo de reprodução do capital.

Harvey (2008) vai ainda mais longe no que concerne ao papel da urbanização para resolver a desmedida própria ao automovimento de acumulação. E para isso ele cita a França de Haussmann, que já no século XIX teria absorvido os capitais excedentes através de uma enorme quantidade de investimentos e exploração do trabalho com as obras de infra-estrutura

no exterior e internamente reconstruindo Paris. Os exemplos seguem até o final do século XX e tem na China o êxito emblemático. O país no período posterior ao ano 2000 teria não somente consumido aproximadamente metade do suprimento de cimento do mundo, mas propiciado o crescimento e o fim da recessão de muitos países exportadores de matérias-primas. Este seria apenas um caso particular diante da urbanização global, que detém novas possibilidades de expansão diante da integração dos mercados financeiros e a disponibilidade de crédito a muitas cidades ao redor do mundo.

Em consonância quanto à relevância do espaço urbano, principalmente no que concerne à proeminência das intervenções nos espaços das cidades na atualidade, Smith (2006) alerta para um novo urbanismo que surge entre o início dos anos 70 e os primeiros anos do século XXI. Os processos localizados da chamada gentrificação⁴⁷ nos bairros londrinos, na segunda metade do século XX, se transformam, na virada do século, em projetos sistemáticos para a produção de uma nova morfologia nas cidades ao redor do mundo. As antigas transformações, antes produtos de algumas vicissitudes do mercado imobiliário de algumas cidades, passam a direcionar as políticas públicas em associação com o grande capital ao redor do mundo.

Zachariasen (2006, p. 21) afirma que o “coração das cidades” mais desenvolvidas estão no centro da economia mundial. Depois de décadas de desconcentração e suburbanização, as áreas centrais passam a ser alvo dos atores políticos e econômicos, porém sem excluir essa dinâmica anterior, os projetos imobiliários se tornaram “(...) à peça central da economia produtiva da cidade”. (SMITH, op. cit., p. 79). Isso porque os projetos imobiliários nas áreas centrais, que envolvem o mercado financeiro mundial, os promotores e agentes imobiliários, comércio e poder público local, se tornariam “(...) cada vez mais uma inatacável estratégia de acumulação do capital para as economias urbanas em competição.” (Ibid.).

O aspecto marcante desse momento da reprodução do capital, que transforma as cidades em mercadoria, não são as intervenções urbanas, nem mesmo o urbanismo segregador, mas segundo Smith (2007, p. 20), “(...) é a intensidade em que esta reestruturação

⁴⁷ Sobre este conceito, amplamente discutido por diversos autores, cabe aqui apenas explicitar em linhas gerais o seu significado, pois como não constitui parte essencial da pesquisa, caracteriza-se sucintamente o termo através da citação do sociólogo Heitor Frúgoli. O autor faz uma síntese de alguns enfoques, enfatizando os seguintes processos: “(...) pode-se falar da criação de áreas residenciais para classes médias e altas em bairros de áreas urbanas centrais, articulados a processos de controle ou expulsão de setores das classes populares, num processo também assinalado pelo desempenho de certos estilos de vida e de consumo, produzindo mudanças da composição social de um determinado local, bem como tipos particulares de segregação sócio-espacial e de controle da diversidade”. (2005, p. 2).

do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas”.

Logo, em oposição à estagnação econômica e superando-a, as cidades tornam-se, para BORJA E CASTELLS (1996), atores sociais e políticos, protagonistas na vida econômica, política, social, cultural... e tanto maior é o seu sucesso a nível mundial quanto maior for a sua capacidade para implementar um receituário consensual a nível empresarial e articular o poder público, os agentes econômicos públicos e privados, os setores intelectuais, as organizações sociais, meios de comunicação, etc. Promovendo-se, assim, enquanto motores do desenvolvimento econômico⁴⁸.

Na esteira desta máquina de produzir riquezas⁴⁹ ou ainda, das novas multinacionais⁵⁰, está a necessidade de passar do modelo tradicional industrial para o terciário moderno. As respostas à crise da cidade⁵¹ podem ser catalisadas também com grandes eventos internacionais, como as olimpíadas, feiras culturais, encontros internacionais, etc.

As grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar. (BORJA E CASTELLS, 1996, p. 155).

Não é por simples recurso estilístico que as metáforas relacionadas ao setor empresarial e produtivo são empregadas por esses autores. São as “cidades-sujeitos” que parecem determinantes e, por isso, capazes de responder e promover estratégias para o crescimento da riqueza, pautadas num planejamento com base numa racionalidade empresarial. Nesse caso, a cidade passa de objeto à sujeito da reprodução social, portanto,

⁴⁸“No ano de 1986, teve lugar em Roterdã uma Conferência de Cidades Europeias, que definiu as cidades como motores do desenvolvimento econômico.” (BORJA,CASTELLS, 1996, p. 153).

⁴⁹Arantes (2002) afirma que alguns teóricos e urbanistas encaram com naturalidade o arrastão empresarial provocado pelo triunfo incontestável do mercado sobre as políticas urbanas, fazendo com que o fenômeno transpareça sem disfarces, de acordo com a autora citando Peter Hall. Este dá a entender, segundo ela, que a cidade-emprego teria nascido das cinzas do consenso keynesiano, por uma espécie de reviravolta desconcertante: “(...) houve um momento na década de 1970, em que (o planejamento urbano) começou a plantar bananeira e a virar do avesso (...). O planejamento convencional, a utilização de planos e regulamentos para guiar o uso do solo pareciam cada vez mais desacreditados. Em vez disso o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo” (2002, p. 20-21).

⁵⁰“Personalidades do porte de Maragall (presidente do Conselho de Municípios e Regiões da Europa) e Delors (presidente da Comissão Europeia) definiram as Eurocidades como "as multinacionais europeias" ou "la force frappe" europeia.” (BORJA,CASTELLS, 1996, p. 153).

⁵¹A idéia de crise utilizada por estes autores parece estar mais relacionada a uma sensação urbanística e social de declínio do crescimento econômico das cidades, vindo se opor a isso um amplo arsenal estratégico para garantir rendas e investimentos a qualquer custo.

depende apenas da boa vontade e das escolhas certas para galgar elevado crescimento e equilíbrio.

Tal ilusão se encontra no extremo oposto a uma proposição de análise que recupera o fundamento cego e necessário que não pode estabelecer uma medida coerente com a sua própria finalidade. Essa abordagem fetichista da “cidade-protagonista” é consequência das contradições incessantes entre a cidade tomada enquanto objetivação de um processo social e o automovimento deste processo, “(...) há uma tensão permanente entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa.” (HARVEY, 2005b, p. 170).

Talvez a idéia de “fronteira” utilizada por Smith (2007), guardada a especificidade em que é aplicada por ele, seja a melhor expressão para veicular a potência que a produção do espaço urbano detém na perspectiva dos diversos autores abordados. Sem cair nas armadilhas de Borja e Castells (1996) - que oportunamente propõem novos negócios e a supressão das contradições através do crescimento econômico e democrático -, o autor desenvolve o argumento com base em Marx, porém vê o urbano enquanto meio de positivar uma acumulação capitalista indelével.

Smith (2007) faz uma analogia com a expansão das fronteiras do lado Oeste norte americano, no processo de conquista territorial e expansão geográfica, que teve como objetivo, dentre outros, acumular capital para o crescimento do país, utilizando a idéia para caracterizar o recente processo, denominado por ele, de reconquista dos antigos centros, que haviam sido abandonados pelo processo de suburbanização americana. O lugar deixado pela classe média branca, passa a ser representado como violento, decadente, patológico, etc. Contudo, nos últimos 20 anos, a idéia de selvagem vem sendo substituída por certo romantismo, identificado nas renovações urbanas que se iniciam.

Se a fronteira de expansão para o Oeste foi supostamente o ponto de encontro entre a civilização e a barbárie, a fronteira urbana guarda algo de parecido, já que os chamados “pioneiros urbanos” estariam desbravando um lugar que ainda não é socialmente habitado. “Assim como os americanos nativos, a classe trabalhadora de hoje é vista como menos do que social, como uma simples parte do meio físico”. Smith salienta que esta recente fronteira nos EUA estaria relacionada ao processo de reestruturação urbana, na qual a gentrificação se desenvolve como um componente dessa reformulação maior do espaço das cidades. Com isso, a gentrificação se constitui como a esperança de um renascimento urbano e, portanto, espera-se que os pioneiros de hoje façam como os de ontem, conduzindo a um novo mundo, deixando os problemas do velho mundo para trás (2007, p. 16).

Para o autor, a expansão da fronteira sempre esteve ligada ao crescimento econômico. Na colonização este crescimento se associava à expansão geográfica absoluta, hoje, no que concerne ao espaço urbano, a expansão econômica se liga à diferenciação interna deste espaço geográfico. O caso de Nova York tratado por Harvey (2008) vai nesse sentido, ao descrever a reconstrução da cidade após décadas de estagnação econômica, desemprego, violência e inquietação social, em decorrência da forma de crescimento no período de acumulação fordista. Baseado em intensas negociações os investidores refizeram a cidade sob os seus próprios interesses:

(...) os negócios político-econômicos da elite precisavam de algo mais. Eles reconheceram que a indústria manufatureira estava com problemas e buscaram reconstruir a Cidade de Nova Iorque como um destino turístico (este foi o famoso momento do “eu (amo) Nova Iorque” logomarca e campanha publicitária) e ao fim eles cultivaram o que mais tarde se tornou conhecido como as “indústrias culturais” do teatro, museus e artes gráficas. Eles buscaram reerguer o tradicional papel de Nova Iorque como um centro de mídia. (...) A resposta foi reinventar o governo urbano como “governança” – como um padrão entre a administração da cidade e os principais interessados [stakeholders] no futuro da cidade, a parte crucial interessada sendo os parceiros dos negócios do centro da cidade, a indústria de turismo, os interesses da propriedade privada do solo e (onde fosse apropriado) setores do trabalho (sindicatos da construção em particular). A estratégia foi assegurar Manhattan através da gentrificação, serviços superiores, repressão policial (que alcançou um alto ponto com o revanchismo da administração Giuliani) e aumento da escala de projetos de desenvolvimentos enquanto deixava os bairros deteriorados (...). (HARVEY, 2008, p. 11).

A produção deste espaço diferencial ou reestruturação urbana, com vistas à atração de setores mais dinâmicos da economia, pois conforme a citação acima a indústria tradicional enfrenta problemas, aliado a consumidores solventes, sejam estrangeiros ou locais, e moradores de alto poder aquisitivo, representa, de meados dos anos de 1990 em diante, para Neil Smith (2006, p. 72), uma conquista altamente integrada do espaço urbano. A gentrificação abarcaria não somente os edifícios e apartamentos reabilitados e reformados, mas restaurantes, os museus, locais turísticos, cinemas, centros culturais, parques, vias comerciais, etc. Às mudanças referentes ao componente residencial somariam aquelas dos setores de lazer, consumo e serviços.

De modo diametralmente oposto, a crítica negativa desenvolvida neste trabalho choca-se com esta perspectiva e tenta não perder de vista os nexos interiores que apresentam o urbano enquanto uma forma de centralidade da produção substancial ampliada e da acumulação capitalista, capaz de repor o trabalho produtivo e que aparece, no limite, na forma fetichista das “cidades-protagonistas”.

Para levar a cabo essa crítica, cabe expor a produção do espaço urbano na metrópole de São Paulo, sobretudo no que diz respeito ao setor imobiliário e ao moderno setor terciário.

Nesse esforço deve-se ter em mente algumas indagações: Seria a produção do espaço urbano, a sua destruição-criativa ou os processos de “valorização-desvalorização” dos lugares, a realizar os capitais ociosos da esfera financeira, o motivo impulsor de uma nova dinâmica de valorização a repor a substância-trabalho prescindida pela queda da taxa de lucros? Se sim, a simultaneidade determinante das medidas – taxa de lucro e mais-valia – não imporá uma queda da taxa de lucro também no setor imobiliário e da construção? O capital-variável dos enormes canteiros de obras, financiados a créditos, seria capaz de restituir a unidade entre capital-monetário autonomizado – capitais fictícios – e a substância valor? Como considerar as ocupações e os capitais investidos no Terciário-improdutivo em relação à produção do valor social? Não seriam, antes, manifestação dos próprios altos custos da reprodução capitalista ou apenas uma saída para se apropriar de parcelas da riqueza social?

3.2 A Nova Fronteira da “Máquina Paulistana de Produzir Riquezas”

Este trabalho expôs até aqui a reprodução ampliada do capital e a produção do espaço em sua indissociabilidade, sem prescindir das contradições do conceito de capital. O presente item, contudo, contraria o percurso desta dissertação, de confrontar a aparência da produção de mercadorias com o real movimento de valorização do valor, e foca no aspecto fenomênico da reprodução social.

Em resposta à crise de crescimento as cidades devem passar por profundas mudanças na sua estrutura econômica e política, incorporando uma série de requisitos e atribuições para se promoverem a “protagonistas” no cenário mundial. O texto abaixo descreve os insumos-chave que compõem as máquinas urbanas de produzir “riquezas”, sendo o Centro Histórico das cidades um espaço que condensa excelentes condições para a nova economia urbana.

Na cidade de São Paulo, as novas possibilidades de negócios estimulam o poder público e os capitais privados a executarem uma série de intervenções e projetos para o Centro da metrópole. Malgrado as tentativas de gentrificar este espaço até o início do século XXI, o recente Projeto “Nova Luz” parece, de fato, ir se constituindo numa fronteira urbana nos termos de Smith. Segue então a discussão sobre o novo modelo de intervenção urbana.

Na leitura dos escritos de Arantes (1998, 2009) encontram-se menções e convergências com a obra “Condição Pós-Moderna” (HARVEY, 2005a), a principal entre elas para a discussão aqui em andamento é a que diz respeito à readequação do capital às situações de crise, ou, para usar uma expressão de Harvey, a estruturação de um novo arranjo

reprodutivo. É assim que a acumulação seguiria sob novas formas flexíveis e o planejamento urbano de vertente moderna, obsoleto, seria substituído por uma planificação inspirada nos conceitos e técnicas advindos do planejamento empresarial, crescentemente difundidos por organismos internacionais e consultores. O planejamento estratégico é a ferramenta que as cidades devem estar munidas para enfrentar os novos desafios da economia – que atingem também as empresas –, de acordo com os seus porta-vozes. Só assim as cidades terão condições de disputar o dinheiro disponível na esfera financeira, turistas, empresas do terciário de ponta, eventos e feiras internacionais, dentre outras oportunidades de negócios (ARANTES; VAINER, 2009).

Em um cenário mundial de intensa circulação de mercadorias e fluxos financeiros, a acirrada competição intra-urbana por capitais conformou uma rede transnacional de nichos de desenvolvimento, de modo que “(...) as sociedades funcionam atualmente com duas velocidades, a dos integrados no circuito internacional e a da grande massa de perdedores na corrida da competitividade (...)”. (ARANTES, 1998, p. 140).

Os processos de planejar e decidir sobre o destino das cidades, concebidas como empresas para agir no mercado e abarcar o seu filão da riqueza social disponível, exigem a participação direta dos “protagonistas” do mercado, via governo, instituições, associações empresariais ou parcerias público-privadas, assegura Vainer (2009). Outra unanimidade entre os planejadores urbanos adeptos do modelo em discussão é a concepção de cidade enquanto uma mercadoria a ser lançada no mercado em competição junto a outras cidades, por isso o marketing urbano é cada vez mais importante no planejamento e gestão das cidades. Esta análise, levada a cabo por Vainer, centra nos autores para os quais a venda das cidades deve ser necessariamente a promoção de atributos e insumos específicos, valorizados pelo capital transnacional⁵². Além de infra-estruturas e serviços diversos, como telecomunicações, segurança, serviços culturais e econômicos, etc., é preciso também ressaltar os projetos a serem lançados, as campanhas de atração a turistas e investidores, a construção de uma imagem atrativa de cidade, etc.

⁵² Entre diversos exemplos de cidades pelo mundo, cita-se aqui as tentativas de manutenção de Seul na denominada acumulação flexível, por ela ter sido antes, junto a outras localidades desta região asiática, referência na exportação de produtos industrializados. Com a perda do setor produtivo para a China, Seul (Coreia do Sul) “(...) quer virar sinônimo de tecnologia e design (...)”. Para atrair turistas, congressos, novas empresas e profissionais são realizados investimentos num enorme centro de exposições e museu de design, construído pela arquiteta de renome mundial Zaha Hadid. Para forjar a nova identidade de Seul, segundo a arquiteta responsável pelo projeto, busca-se na cultura oriental, no passado daquele país, os elementos de inspiração, no caso a preservação da água. Deriva desta influência cultural o apelo ecológico, com a despoluição do rio principal da cidade e o fomento a atividades de lazer, esportes e a construção de um centro empresarial em suas margens. Disponível em: “Cidade busca nova imagem com água e design”, “A transformação de Seul”, Folha de São Paulo, 17/05/09.

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis* (VAINER, 2009, p. 83, grifo do autor).

Para Arantes (1998), o crucial nesta disputa é a proliferação de Museus, Centros Culturais e Casas de Espetáculos. O investimento cultural é a chave para atrair capitais e consumidores num contexto global “culturalmente ativo”, e isso se faz a partir das imagens do marketing urbano associadas aos valores universalizados da cultura, perceptíveis nos projetos arquitetônicos com visibilidade internacional, na criação de uma imagem moderna, na recuperação do patrimônio, construção do espaço público limpo, seguro e associado com uma tradição cultural (JOSÉ, 2007, p. 21-2). Nesse ambiente, a noção de cultura se prolifera até abarcar todas as dimensões da vida social, todas as experiências e artefatos se apresentam com significado cultural⁵³.

Tudo é passível de associações simbólicas, possui referências a práticas e tradições locais – valores esquecidos e reativados por essa nova voga cultural, que parece querer a todo custo devolver aos cidadãos cada vez mais diminuídos nos seus direitos, materialmente aviltados e socialmente divididos, sua ‘identidade’ (ou algo similar que o console de um esbulho cotidiano), mediante o reconhecimento de suas *diferenças ‘imateriais’*. (ARANTES, 1998, p. 152)

O que parece conciliar as contradições da sociedade, ao menos no plano imaterial, trata-se na verdade de um grande negócio, no qual se expandem as instituições responsáveis pela cultura e seus respectivos lucros monetários. O consumo da cultura vai dos megaeventos às amostras e cursos itinerantes.

Sabemos faz tempo que nada está fora do alcance da febre do consumo, muito menos a cultura e seu prestígio, mas agora o próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador, na forma de bens simbólicos – como se disse à exaustão: de imagens ou de simulacros. É a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado, como forma publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social.

Antes um direito, agora uma obrigação político-administrativa, *a cultura tornou-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo*, a sua nova mola propulsora.” (Ibid., p. 153, grifo da autora).

Não é por acaso que a cidade de São Paulo tem investido cada vez mais em uma infraestrutura adequada para receber turistas interessados em consumir a cidade, sobretudo as atividades culturais disponíveis⁵⁴. Nos planos para a Secretaria da Cultura, consta que o êxito competitivo de São Paulo no plano mundial está intimamente relacionado às suas atribuições relacionadas ao turismo de negócios e cultural, “O turista de negócios amplia sua estadia e

⁵³ “Mas não um cultural qualquer, aqui o *turning point* que está nos interessando demarcar, um cultural – da indústria da consciência às grandes fachadas, passando pelas gentrificações pertinentes – paradoxalmente (ou não?) respaldado pela aura libertária da resistência antiprodutivista (...)” (ARANTES, 2002, p. 45-46).

⁵⁴ Na página inicial da Prefeitura de São Paulo na internet há o seguinte link para o site oficial do turismo municipal: “São Paulo é a capital dos negócios, da diversidade cultural e gastronômica”. Disponível em: www.capital.sp.gov.br. Acesso em: 24/01/2011.

transforma-se em turista cultural se o potencial cultural da cidade for desenvolvido”. Uma das formas de estimular o grande potencial paulistano consiste, por exemplo, no investimento “em museus competitivos, com boas coleções e boas exposições, que atraíam o público e estejam inseridos no circuito nacional, com o objetivo de estimular o encontro de programas culturais e estrutura turística”. No mundo, a indústria cultural tem crescido 200% ao ano, já na cidade de São Paulo estima-se que as atividades econômicas ligadas à cultura circulem entorno de R\$ 1,5 bilhão e gerem 70 mil empregos (PLANO PLURIANUAL 2006-2009⁵⁵, anexo V, p. 118-119). Com relação ao setor de turismo, imbricado com o da cultura, os dados da prefeitura de 2008⁵⁶ apontam para um faturamento anual de R\$ 8 bilhões e a visitação de cerca de 10 milhões de turistas (2,75 milhões de estrangeiros)⁵⁷.

Em encontro promovido em 2008 com a finalidade de “(...) vender e mostrar a cidade (...)”, nas palavras do prefeito Gilberto Kassab, denominado “São Paulo, Meu Destino” e realizado na mesma data da “Virada Cultural”, o presidente da SPTuris (Empresa de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo) lembrou que “(...) a cultura é de fato a praia de São Paulo”⁵⁸.

Tornou-se lugar-comum encontrar roteiros turísticos promovendo o consumo cultural das cidades. Em consulta a um sítio eletrônico especializado⁵⁹, que no caso oferecia Lima, a capital do Peru, aos consumidores interessados, o apelo à história do país e às características naturais são os recursos para forjar uma identidade única do lugar a ser vendido. O turista estaria intimado a conhecer a capital “(...) com o seu charme costeiro, seu passado pré-colombiano e seu ritmo de metrópole (...)”, ademais, a cidade de “vida cultural intensa”, “cultura milenar” e “mestiça por excelência” oferece, por isso mesmo, “uma das melhores culinárias do mundo”. Na visita, uma das prioridades do viajante deve ser

Conhecer o centro histórico e seus antigos palácios e casarões com sacadas talhadas em madeira, além dos imponentes conventos e igrejas, deve estar entre as prioridades do roteiro do viajante. Declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, o centro tem ruas repletas de amostras da arquitetura do período colonial. Para ir mais longe na linha do tempo do milenar passado peruano e

⁵⁵ Dentre as inúmeras políticas para o setor cultural estão o incentivo à iniciativa privada, o reconhecimento da expressão cultural de diversos grupos, entre os que resistem ou se adaptam ao mundo contemporâneo, que poderá ser inclusive fonte de renda, incentivo à exportação da cultura nacional em detrimento da importada, etc (PLANO PLURIANUAL 2006-2009, anexo 5, p. 119-120).

⁵⁶ “Evento da Prefeitura promove São Paulo como ponto turístico”. Prefeitura de São Paulo, disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=23259. Acessado em: 29/04/2010.

⁵⁷ Os dados do Plano Plurianual de 2006-2009 mencionam 70 mil eventos na cidade, o maior número em todo o país, e um público estimado em 15 milhões de pessoas (Anexo V, p. 31).

⁵⁸ “Evento da Prefeitura promove São Paulo como ponto turístico”. Prefeitura de São Paulo, disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=23259. Acessado em: 29/04/2010.

⁵⁹ “Banhada pelas águas do Pacífico, Lima sintetiza a riqueza histórica e a diversidade cultural do Peru”. Uol viagens, disponível em: <http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/lima.jhtm>. Acessado em: 20/12/10.

limenho, a visita aos monumentos arqueológicos, situados no meio da cidade e aos seus arredores, torna-se imperdível. (...) há que se reservar um tempo para aproveitar a variada oferta de museus da cidade. É a possibilidade de ter um panorama completo da história e da arte do Peru.

Na visão de Arantes, esse movimento de “culturalização das cidades” teria nascido como um meio de resistência à desacreditada modernização capitalista. Em um dado momento, diz ela, para resistir à urbanização demolidora e ao crescimento desordenado, pensou-se em alternativas, como: consertar sem destruir nem desalojar, restaurar, criar a partir do que já está dado, reatar e rejuvenescer os vínculos com a tradição, construir um lugar, redescobrir o fio perdido da continuidade histórica, tentar salvar a cidade e a urbanidade, através de intervenções modestas, e requalificar o entorno e por consequência a relação das pessoas entre si e com o espaço (ARANTES, 1998, p. 134-135).

Por uma breve temporada pareceu possível emperrar a máquina urbana de crescimento, contrapondo ao núcleo duro produtivista do sistema a cidade como valor de uso. (...) Nada mais antivalor (de troca) do que o “lugar” redescoberto e contraposto ao espaço homogêneo dos modernos e do mercado. Portanto, muito melhor reabilitar do que demolir; intervenção, só em migalhas; reativar a memória porém evitando o assassinato museográfico dos sítios históricos; valorizar o contexto, o *habitat* ordinário, reanimar a vida dos bairros, sem violentar os moradores, e por aí afora (...) (ARANTES, 2009, p. 44).

As estratégias para reverter as patologias da cidade moderna e recompor os vínculos orgânicos que o deserto moderno desfez, se revelou mais tarde como uma falsa alternativa radical, afirma Arantes, mesmo porque a geração hostil de outrora se transmutou mais tarde nos intermediários culturais “(...) provedores de identidade e estilo, mas quando então a cultura fazia tempo deixara de hostilizar o que quer que seja (...)” (Ibid., p. 45). Na medida em que foi ganhando adeptos e arregimentando inclusive no *establishment*, foi revelando sua verdade oculta (ARANTES, 1998, p. 134-135):

(...) um tal esforço concentrado de salvação da cidade acabou se revelando uma forma, adotada inclusive pelo *establishment*, de administrar as contradições, camuflando os antagonismos e a miséria crescente. No mais das vezes tais iniciativas se resumiam a criar cenários destinados literalmente a fascinar, verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que lhes dessem conteúdo. Passo seguinte: recorrendo às mais avançadas técnicas de comunicação de massa forjaram-se identidades para todos os gostos – proliferação de imagens que por isso mesmo não informavam mais nada. (Ibid., p. 187).

O trecho abaixo não deixa dúvidas sobre o sentido da cultura nos empreendimentos estratégicos da “cidade-empresa-mercadoria” voltada para o êxito competitivo,

O que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é o *outro* ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. A tal ponto que se torna mais ou menos indiferente se se trata de um grande museu (...) tanto quanto tantas outras iniciativas, por exemplo, propiciadas pelo evento “200 anos” (de Revolução Francesa), ou “500 anos” (de Descobrimento da América e, agora, do Brasil). (ARANTES, 2009, p. 48).

Portanto, em um contexto de crise do capital produtivo - culminando com a desindustrialização de muitas localidades e todas as conseqüências de tal efeito - a necessidade de novas fontes de receitas e o reconhecimento desta importante peça – a cultura - na “máquina de crescimento urbano” por parte dos investidores e governos interessados em reverter o endividamento público, levou ao esforço de sistematizar outro paradigma de intervenção urbana. Daí o planejamento estratégico da “cidade-empresa-mercadoria” e as estratégias culturais imperantes nos projetos urbanos. Coube a sucessivos encontros internacionais de especialistas, aos organismos internacionais e de fomento, a elaboração de um arcabouço teórico, que assumiu em várias situações a forma de receituário, condizente com as novas possibilidades de negócios nas cidades. São cruciais para esse novo estado de coisas, afirma Arantes (1998, p. 153), o discurso dos intelectuais e especialistas, na função de intermediários, promotores e animadores dessa nova ordem, bem como a teoria, rebaixada à condição de álibi, “(...) na forma de uma tagarelice sem fim, de redundância apologética”.

A elaboração de documentos com abrangência internacional, traçando diretrizes que devem orientar as políticas urbanas, é um exemplo do consenso a que se chegou sobre as cidades. Alguns exemplos abordados a partir de agora demonstram de fato a vigência destes ideais e a sua influência na cidade de São Paulo.

3.2.1 A Preservação Estratégica do Patrimônio Histórico Urbano

É com a Carta de Veneza, de 1964, que especialistas consolidam a idéia de sítios urbanos como testemunho histórico, ou seja, a preservação e conservação não deveriam situar-se mais em pontos isolados, e sim considerar o tecido urbano. Se antes a política cultural dos países e, por conseguinte, de proteção aos elementos históricos voltava-se para a constituição de uma identidade nacional, com foco nas construções dignas de exaltarem um passado heróico e ufanista, no período posterior a noção de Patrimônio começa a abarcar uma série muito maior de bens com distintos significados⁶⁰, bens móveis e imóveis, tangíveis e intangíveis, e a preservação atrela-se cada vez mais à mercantilização dos bens ditos culturais e históricos. No caso dos centros históricos, a respectiva Carta estabelecia que a manutenção e valorização destes locais deveriam inserir a cidade antiga na dinâmica moderna, sem destruir as estruturas anteriores e mantendo a população local. Percebia-se a despeito do crescimento

⁶⁰ “O Patrimônio não se vincula apenas às tradições e à história oficial, mas estabelece e identifica relações simbólicas (não apenas como símbolos da nacionalidade) e exerce funções de memória (inclusive social e coletiva), num determinado **território**.” (OLIVEIRA, 2009, p. 80).

urbano e do surgimento de novas áreas com funções centrais, que os centros antigos deveriam desempenhar determinadas funções cruciais para o desenvolvimento urbano. Assim, cada vez mais o modelo “arrasa-quarteirão”, para resolver os problemas destes espaços, foi substituído por perspectivas e ações que pretendiam inserir o ambiente construído histórico na dinâmica atual das cidades. A noção de Centro Histórico implicaria a atribuição e defesa de certos valores ditos simbólicos, culturais, históricos, a serem defendidos, por isso o planejamento deveria integrá-lo sem destruí-lo (OLIVEIRA, 2009, p. 40-53).

(...) o Centro ‘propriamente dito’ passou a necessitar de novos predicados que pudessem identificá-lo como tal. Nesse cenário surgiram definições como, por exemplo ‘Centro Velho’, ‘Centro Novo’, ‘Centro Antigo’, além de ‘**Centro Histórico**’. Incluíram-se nessa questão os encontros de patrimônio, que também promoveram a ampliação de termos, conceitos e medidas relacionadas à preservação das memórias e das diferentes manifestações culturais. A própria palavra ‘cultura’, cada vez mais em voga (...), começou a ser empregada para o contexto urbano, contribuindo para disseminar termos como **conjuntos históricos, bairros históricos, centros culturais e Patrimônio Cultural** (OLIVEIRA, 2009, p. 41, grifo da autora).

No tocante às posturas de conservação dos bens patrimoniais das cidades, Mosquera periodiza três momentos importantes,

O primeiro, denota a importância atribuída a bens isolados, enfatizando aspectos relacionados às técnicas de restauro e conservação; o segundo, amplia os campos de ação para áreas urbanas ou rurais com testemunhos da história; e o terceiro, associa a reabilitação urbana à promoção social e desenvolvimento econômico, destacando a atuação de atores não governamentais (2007, p. 83).

A execução deste último momento implicaria também novas formas de financiamento, haja vista a escassez de recursos públicos nos anos de inflexão do crescimento econômico das décadas de 1970-1990, nomeadamente nos países latino americanos. As resoluções de então – Normas de Quito (1967), junto a OEA, Carta de Machu Pichu (1977), Carta sobre Turismo Cultural (1976), no âmbito da Unesco, para ficar em algumas – orientavam para a articulação entre projetos culturais e desenvolvimento econômico, como a fórmula que redundaria em benefícios sociais e na “valorização” do patrimônio cultural. Assim, muitas ações de reabilitação⁶¹ passam a associar as intervenções nas áreas centrais com revalorização imobiliária, viabilidade de uso econômico do sítio histórico e atração da iniciativa privada para dinamizar a região em foco. Nesta ocasião o Estado amplia as suas prerrogativas e não se limita apenas a regular e controlar os usos, mas assume a articulação dos negócios entre o

⁶¹ Através de uma aproximação sucinta com as autoras citadas neste parágrafo, é possível distinguir entre o conceito de Renovação e Reabilitação. O primeiro foi utilizado para designar intervenções urbanas pautadas na racionalidade moderna, funcionalista e arrasadora, com grandes demolições e reconstruções, os maiores exemplos são norte-americanos. O segundo termo designa ações mais pontuais no chamado tecido urbano, com respeito ao entorno, aos moradores e a identidade do bairro. As atividades econômicas deveriam incluir a população residente. Esta última forma de intervenção seria uma resposta aos movimentos sociais e de oposição a destruição generalizada dos bairros populares, mas também da percepção de que haveria outro consumo a ser explorado, culminando inclusive na expulsão da antiga população moradora.

poder público e os capitais privados – caso do Planejamento Estratégico já mencionado. Merece destaque entre as novas formas de financiamento a atuação do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento –, cujos empréstimos ficam condicionados a adoção de certas posturas e mecanismos institucionais por parte do poder público. Estas diretrizes prevêm uma sustentabilidade lograda com as parcerias público-privadas, empresas de capital misto, e fundamentalmente a lucratividade dos capitais privados. As soluções voltadas para o mercado carregam um discurso ideológico segundo o qual a valorização e o êxito dos empreendimentos acabam por extrapolar os benefícios para a sociedade (BEATRIZ, 2007, 42-45; MOSQUERA, 2007, p. 85-90; p. 108-116; OLIVEIRA, 2009, 52-54).

3.2.2 O Concerto entre Prefeitura de São Paulo e Capitais Privados para “Revalorizar” o Centro da Metrópole

As diretrizes internacionais atingem a cidade de São Paulo na década de 1970, com o “Plano Integrado da Região Central”. Este plano de revitalização reconhecia as potencialidades deste espaço para o desenvolvimento da metrópole e lançava-se na vanguarda das grandes intervenções no centro histórico, no intuito de reverter o processo de “degradação” e “desvalorização”. Destas intenções, a preservação do patrimônio encaixa-se como uma forma de impedir a deterioração “física e territorial”, e este deveria ajustar-se às exigências da cidade contemporânea⁶² (OLIVEIRA, 2009, p. 80-87). Neste período a região da Luz, sob o mesmo diagnóstico e preocupação, foi foco de estudos e propostas de intervenção, reconhecendo desde então sua vocação cultural. A primeira proposta formal de requalificação da região da Luz ocorreu em 1974, coincidindo com a Lei de Zoneamento do Município de São Paulo, também do mesmo ano, que previa para o local, após o estudo específico denominado: “Área da Luz: Renovação Urbana em São Paulo”, uma legislação que impedia a descaracterização e orientava o desenvolvimento do bairro. A proposta previa intensificar os usos residenciais, comerciais e de serviços, mudanças na estrutura viária, reorganização do uso do solo, valorização e conservação do patrimônio, dentre outros. Todavia, com exceção da proteção dos edifícios monumentais, pouco se implementou do estudo inicial que acabou por se transformar em leis nos anos seguintes (MOSQUERA, 2007, p. 127; 132-33).

⁶² A intervenção no Edifício Martinelli, primeiro arranha-céu de São Paulo, provocou a expulsão de muitas famílias encortaçadas. O modelo de preservação não excluiu a coexistência de obras do tipo arrasa-quarteirão (JOSÉ, 2007, p. 48-52).

Daí em diante seguem inúmeros projetos para o Centro de São Paulo e, mais especificamente, abrangendo a região da Luz. Os projetos da área central paulistana variaram quanto a sua extensão e execução, ora com poucos efeitos, ora implementados de modo mais sistemático. A década de 1980 foi marcada pelo “Projeto Luz Cultural”, o “Programa de Ordenação da Paisagem da Área Central: Eixo Sé – Arouche” e a “Reurbanização do Vale do Anhangabaú”, sendo os dois últimos concluídos na década de 1990. O “Luz Cultural” teve como objetivo criar um processo de revitalização econômica e recuperação/conservação física de alguns edifícios monumentais do bairro, apoiado na atração turística para os usos culturais sem grandes intervenções urbanas. Para ilustrar as intenções da prefeitura municipal, José cita o discurso do Secretário da Cultura de então, Jorge da Cunha Lima⁶³, pautado no exemplo de antigos bairros industriais e degradados de Nova York, onde os roteiros que estimulavam a “redescoberta” do bairro levaram a reapropriação cultural, preparando-o para o consumo e a transformação dos usos (JOSÉ, 2007, p. 63; 66-67).

Na década de 1990, embora a cidade de São Paulo não tenha desenvolvido um Plano Estratégico, os conceitos e idéias deste tipo de planejamento foram incorporados paulatinamente nas políticas para o Centro de São Paulo e serviram de inspiração para a atuação da iniciativa privada através da Associação Viva o Centro (AVC), cujas premissas estão assentadas no Planejamento Estratégico espanhol. Tais fatos ficam patentes desde a substituição do termo “revitalização” por “requalificação”⁶⁴, até uma série de outras premissas, como a defesa da expansão das parcerias público-privado, do terciário de excelência, a veiculação da imagem de São Paulo como cidade global pela AVC, a necessidade do Centro passar uma imagem eficiente e atrativa para empresários e consumidores, a presença da cultura nos discursos e projetos de requalificação urbana, etc (Ibid.).

Destacam-se nesse período a criação de algumas leis e programas que passaram a fomentar a participação dos capitais privados nas intervenções urbanas, são elas: Operação Urbana Anhangabaú (1991, já finalizada), Operação Urbana Centro⁶⁵ (OUC – 1997), Lei

⁶³ Para mais declarações do ex-secretário cf. a reportagem “‘Hora é de consolidar’, diz Cunha Lima”. Jornal Folha de São Paulo, 12/05/1997.

⁶⁴ “Assim, a expressão ‘requalificar’, dentre outras, passa a representar um conjunto de ações para se chegar na cidade-empresa e mercadoria, em que a cultura é um instrumento chave, seja na criação de cenários atrativos, projetados como imagens de modernidade, seja na criação de consensos em torno de ações permeadas pela idéia de ‘melhoria do bem comum’ – oferta cultural, espaços renovados – encobrindo um processo que tem como base a gentrificação.” (JOSÉ, 2007, p. 114).

⁶⁵ Operação Urbana Centro, Lei número 12.349. Dentre os objetivos da Operação Urbana cabe destacar a disposição do poder público em realizar obras de melhoria urbana na área delimitada pela operação, assim como valorizar a paisagem urbana, ampliar e articular os espaços públicos, incentivar o aproveitamento adequado dos

Mendonça (municipal-1990), Lei Rouanet (federal-1991), Lei de Fachadas (municipal-1997) - as três últimas buscam garantir o incentivo à cultura e a preservação do patrimônio mediante o incentivo fiscal -, o PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo - 1993), o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Sé (2004)⁶⁶, o Programa Monumenta⁶⁷ (2002), financiado pelo BID (Bando Interamericano de Desenvolvimento), e a criação da ONG Viva o Centro (1991). Todos estes dispositivos detêm grande importância para a requalificação do Centro e estão inseridos no ideário do planejamento estratégico.

Assim, José (2007) garante que após a cultura ter se consolidado em foco das políticas públicas para requalificação física e simbólica de áreas “estratégicas”, como é perceptível na fala de Marcos Mendonça, Secretário da Cultura do Estado de São Paulo, que alega ter trabalhado “(...) para usar a cultura como um instrumento para a revitalização do centro de São Paulo (...)”⁶⁸, os empreendimentos, chamados por ela de “urbano-culturais”, entram de

imóveis, com vistas à infra-estrutura já instalada, adaptar o mobiliário urbano de acordo com os objetivos da lei, estimular o remembramento de lotes e a localização de órgãos públicos das três esferas de governo, diversificar os usos na área central, com destaque para a moradia e as atividades de cultura e lazer. Ambos os usos reaparecem no texto por mais de uma vez, o que evidencia os interesses em transformar a região num local dotado de “vitalidade cultural e animação”, sem deixar de mencionar que a conservação, preservação e restauração do patrimônio histórico, cultural e ambiental também são prioridades. Em meio aos objetivos, as diretrizes reiteram o compromisso com o espaço público, a harmonia do desenho urbano, o estímulo à reciclagem de prédios públicos, ampliação de garagens, melhora da acessibilidade, desestímulo do comércio atacadista, de frutas e madeiras, enfim, inúmeros planos que possam atrair os investimentos na região. O controle, a legislação e o estímulo às atividades econômicas, bem como às novas construções, reformas, ampliações, projetos de restauração ou conservação, as contrapartidas financeiras da iniciativa privada com a prefeitura ou possibilidades de transferência de potencial construtivo, aplicações financeiras com os recursos provenientes da operação urbana, estão presentes nesta lei e vão balizar, em sua maioria, o Projeto Nova Luz. A Comissão Executiva da Operação Urbana Centro é formada por sindicatos patronais, órgãos públicos, Associações comerciais e de bancos, instituições diversas, mas não contempla a participação direta dos moradores e usuários.

⁶⁶ O Plano Regional Estratégico estabelece um projeto (...) de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental e de qualidade de vida, visando à correção dos desequilíbrios sociais e entre distritos, buscando alcançar o desenvolvimento harmônico da região, por meio de Projetos Estratégicos, Programas de Requalificação, Áreas de Intervenção Urbana e pela Operação Urbana Centro. “Plano Diretor Estratégico”, 2004, p. 2. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>.

⁶⁷ O Programa Monumenta – Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano -, assinado pelo governo federal em 1999 e no qual São Paulo ingressa em 2002, tem como objetivo recuperar locais representativos para o turismo internacional, “(...) a criação do Programa baseava-se na idéia de que o investimento no âmbito da cultura desencadeia um processo ‘natural’ de revitalização urbana. Para seus idealizadores a recuperação física deveria ser capaz de criar, via mercado, uma dinâmica de transformação econômica e social das áreas de intervenção. Tendo como pressuposto a promoção auto-sustentável do patrimônio, os pontos fortes deste programa, em consonância com as regras do BID, são a existência de interesse da iniciativa privada em participar do projeto, e a comprovação da possibilidade de valorização imobiliária da região. Além de recuperar o patrimônio, novas atividades comerciais devem ser estimuladas a fim de gerar recursos para manutenção dos imóveis.” (JOSÉ, 2007, p. 158).

⁶⁸ Por oito anos na secretaria da cultura, Marcos Mendonça deixa o seu cargo em 2002, sob denúncias de improbidade, para candidatar-se a deputado. Fonte: “Fim de Festa”. Folha de São Paulo, 14/01/02.

modo mais contundente nas intervenções no Centro paulistano. Estes, ainda na interpretação da autora, reúnem as seguintes características:

a) associação entre construção de equipamentos culturais e restauração de patrimônio histórico com a revitalização urbana; b) financiamentos compostos por recursos públicos, capital privado (parcerias) e empréstimos de organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (JOSÉ, 2007, p. 177).

A região da Luz, concebida pelo poder público e iniciativa privada, na figura da Viva o Centro, como um pólo estratégico para o desenvolvimento da metrópole, pelas suas qualidades culturais, acessibilidade, morfologia, traçado de ruas, espaços públicos, localização, comércio diversificado, equipamentos institucionais, etc (OLIVEIRA, 2009, p. 132-135), concentrou grandes aportes de recursos públicos em obras de caráter monumental. Os seguintes empreendimentos urbano-culturais foram realizados no “Pólo Luz”:

(...) reforma da Pinacoteca do Estado (1995-1998); instalação do Complexo Cultural Estação Júlio Prestes e Sala São Paulo (1996-1999); restauração do Mosteiro da Luz e ampliação do Museu de Arte Sacra (1997-1999); recuperação do Jardim da Luz (1999); restauro da Igreja de São Cristóvão (1995-2001); restauro e reforma do antigo edifício do DOPS (1999-2002); restauro e reforma do antigo Hotel Flórida, para sediar a Universidade Livre de Música; implantação do Museu da Energia/Núcleo de São Paulo no casarão que foi de Santos Dumont, e restauração da Estação da Luz, com a instalação do Museu da Língua Portuguesa. Além destas intervenções, é também neste território que seria implantado em 2001 o Projeto Monumenta.” (JOSÉ, 2007, p. 181-2).

Entre os dispositivos citados mais acima é importante ater-se, ainda que brevemente, no escopo do PROCENTRO, pois o Projeto Nova Luz integra parte do seu programa para o Centro de São Paulo, ademais ilustra a forma de articulação da iniciativa privada junto ao governo, como se verá adiante.

Criado por exigência da Associação Viva o Centro (AVC), o PROCENTRO seria o parceiro público com que a sociedade civil, organizada pela ONG, poderia interagir⁶⁹ (FRÚGOLI, 2000, p. 81), como bem demonstra o assento desta na comissão que gerencia o programa. Desde a sua formação houve inúmeras modificações nas prioridades e planos de ação, isso porque se sucederam na gestão municipal governos de orientação política distintas, além das necessárias readequações do programa para obtenção dos empréstimos do BID.

⁶⁹ Trecho retirado do depoimento de Jule Barreto, editor executivo das publicações da Viva o Centro, colhido por Frúgoli: “O ProCentro foi uma exigência da Viva o Centro. Eles pediram que o prefeito criasse o ProCentro ou uma agência, ou um organismo no poder público com que a sociedade civil organizada pela Viva o Centro pudesse interagir, quer dizer, o parceiro público. Qualquer processo urbano como esse, de requalificação urbana, só pode, principalmente em cidade como São Paulo, ser realizado com a liderança efetiva do poder público. Nós não fazemos as leis, não temos poder de polícia, não somos poder público. Então a gente precisava realmente da parceria da prefeitura (...) Basicamente mudar as leis, mudar o zoneamento no Centro, que está na raiz de todo declínio do centro (...) O Centro só tinha restrições. Então a primeira coisa que nós tínhamos que pedir para o poder público era para fazer uma revisão dessas restrições, o que acabou gerando a Operação Urbana Centro. (...) Então partiu-se do seguinte: uma parceria com o poder público municipal através de um ProCentro e com o Estado (...)” (2000, p. 81).

Todavia, a “espinha dorsal” do PROCENTRO, como sugere Oliveira (2009, p. 153), permanecia a mesma da década de 1990, “(...) buscando o fortalecimento econômico do Centro, evitando a sua degradação física, a falta de investimento e a descaracterização”. Os atuais eixos estruturantes do programa, dos quais derivam as diversas ações, são os seguintes: reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial; transformação do perfil econômico e social da área central; recuperação do ambiente urbano; transporte e circulação; fortalecimento institucional do município⁷⁰.

A despeito de o programa ter como mote da requalificação a atração da iniciativa privada e a valorização imobiliária, princípios igualmente exigidos pelo BID, a gestão da prefeita Marta Suplicy⁷¹ (2001-2005/PT) viabilizou projetos, ainda que parques, porém contrários às orientações do banco financiador, de permanência da população de baixo poder aquisitivo e diálogos com os movimentos sociais na luta por moradias no centro⁷², a chamada, pelos planejadores de cidades, inclusão social. A mudança de governo, com a gestão Serra-Kassab⁷³ (2005-2009/PSDB-DEM), levou a um novo direcionamento que rompeu com a política anterior de projetos sociais e concentrou os recursos para potencializar a valorização imobiliária e aumentar as vantagens para a iniciativa privada, como é o caso do Projeto Nova Luz, um dos focos do atual PROCENTRO (JOSÉ, 2010).

Não é preocupação aqui esmiuçar a orientação ideológica ou o governo de qualquer um dos partidos, senão enquadrar o Projeto Nova Luz num contexto mais geral da política paulistana. Ademais, “as boas intenções” das gestões ditas de esquerda não estão para além do que o senso-comum designa como “vontade do mercado”, a construção de moradias populares ou a tentativa de empregar a população de rua e camelôs não escapam da lógica custo/benefício ou dos limites da empregabilidade. As rápidas menções ao longo do texto, no que diz respeito à política de governo, planos, projetos e a efetividade das ações, devem situar o leitor no percurso até então desenvolvido, no intuito de demonstrar que as políticas urbanas têm como finalidade produzir o crescimento a qualquer custo.

⁷⁰ O Programa PROCENTRO, Disponível em: <http://www.procentro.com.br/site/Programa.aspx>. Acessado em: 26/04/2011.

⁷¹ O PROCENTRO ficou conhecido na sua gestão como “Ação Centro”, nome que deu lugar novamente ao primeiro no governo Serra/Kassab.

⁷² Para maiores detalhes das políticas de moradia e permanência das camadas mais populares no centro, assim como as dificuldades e impasses para viabilizar programas habitacionais a estas classes e as diferenças entre a gestão do PT e PSDB/DEM, cf. a tese de doutorado de Beatriz Kara José (2010).

⁷³ A gestão “Serra-Kassab” ficou assim conhecida pela renúncia do então prefeito José Serra (PSDB) para disputar o pleito eleitoral para governador, em 2006. Kassab, vice-prefeito, assumiu a prefeitura de São Paulo nesta ocasião e permanece até os dias atuais, por ter vencido as eleições no ano de 2008. O Projeto Nova Luz, idealizado por Serra, foi encampado por Kassab, que tem tido êxito na execução do projeto, como se poderá observar, mais a frente, nas sucessivas vitórias das leis propostas pelo executivo e aprovadas no legislativo.

A citação abaixo trata da redefinição, por parte do governo Serra-Kassab e vigente na gestão Kassab (2009-atualidade), das ações que compõem os eixos do PROCENTRO e, conseqüentemente, modifica o foco do contrato entre Prefeitura Municipal de São Paulo e BID, financiador da política urbana:

Eixo 1 – retirada do componente habitacional, com paralisação da maioria dos projetos que compunham o Morar no Centro⁷⁴; inclusão do projeto de renovação urbanística ‘Nova Luz’; Eixo 2 – retirada de programas da Secretaria de Trabalho destinados a ambulantes, inclusão de consultorias voltadas para o funcionamento da Agência de desenvolvimento do Centro⁷⁵ e para a caracterização de um Pólo Tecnológico; Eixo 3 – eixo com o maior aporte de recursos, nele foram mantidas várias intervenções nos espaços públicos (as Praças da Sé e República, executadas ainda na primeira gestão de Kassab) e em edifícios de interesse histórico; foi eliminada a construção dos piscinões; e foram incluídas várias ações do projeto ‘Nova Luz’, como a melhoria de ruas e construção da nova sede da Subprefeitura da Sé; Eixo 4 – foi retirado o projeto voltado para a melhoria do transporte público e mantida a melhoria de vias; maior atenção se passou a dar para as ações de monitoramento do sistema de transporte e trânsito e outras obras de infraestrutura; Eixo 5 – o que mudou basicamente foi a inserção de ações voltadas para o Nova luz (CYMBALISTA⁷⁶, 2008 apud JOSÉ, 2010, p. 137).

As mudanças no programa seriam o reflexo das novas metas do governo em questão (2005-2009), que prevê criar no Centro as “condições motivadoras” para a instalação de um Pólo Tecnológico e dotar este espaço central de uma gama enorme de atributos, de acordo com as últimas tendências mundiais, via intervenção urbana de vulto. Nesse sentido e no contexto de precárias condições financeiras da prefeitura municipal, caberia ao poder público o arranjo indispensável para o concerto entre as várias instituições públicas e os capitais privados e, ademais, articular, agilizar e otimizar a utilização dos recursos e estruturas disponíveis, “aumentando tanto sua utilização quanto gerando as sinergias próprias que suas complementaridades podem alavancar” (PLANO PLURIANUAL 2006-2009, anexo 1, p. 5). Logo abaixo um trecho que resume a relação almejada entre prefeitura e capitais privados nos planos da gestão Serra-Kassab:

A recuperação da área central demanda iniciativas com a composição de ações públicas e privadas de formas e naturezas diversas. O papel dos investimentos públicos é sinalizar e articular uma nova realidade para estimular os investimentos privados, minimizando seus riscos, seja no que concerne aos empreendimentos imobiliários, seja no que toca aos empreendimentos nos setores de comércio e serviços. Nesse sentido, ressalta-se o papel do poder público em disponibilizar um conjunto de instrumentos relativos ao planejamento urbano, e de ações de

⁷⁴ O Programa Morar no Centro, da gestão Marta Suplicy, tinha como objetivo propiciar moradia, melhor qualidade de vida e permanência da população já residente no Centro, evitando a expulsão de setores mais populares junto a políticas de geração de renda (JOSÉ, 2010, p. 116).

⁷⁵ “A implementação de uma Agência de Desenvolvimento para a Cidade de São Paulo, contemplando inicialmente a atuação voltada para a região central, terá como objetivo a criação de mecanismos de articulação com o setor privado para facilitar o desenvolvimento de projetos que consolidem São Paulo como uma cidade global, garantindo e reforçando seu dinamismo econômico”. (PLANO PLURIANUAL 2006-2009, Anexo V, p. 42).

⁷⁶ CYMBALISTA. R. [et al.]. Políticas Públicas para o Centro: controle social do financiamento BID à Prefeitura municipal de São Paulo. São Paulo: Instituto Polis, 2008.

requalificação do espaço, indispensáveis para gerar um clima de confiança na recuperação de áreas degradadas, garantindo a sustentabilidade dos investimentos realizados (PLANO PLURIANUAL 2006-2009, anexo 5, p. 41).

Na subdivisão proposta para a requalificação do Centro em 3 grandes espaços: Luz/Roosevelt (Vetor Oeste), Vale do Anhangabaú (Vetor Central) e Parque D. Pedro II (Vetor Leste), o primeiro vetor receberá as intervenções de maior porte. As ações envolvem desde assistência social e intensificação da segurança até a reconfiguração da região através da demolição de parcelas da área adjacente à Estação da Luz. A justificativa para tanto se baseia em três motivos:

Em primeiro lugar, é o que dispõe de maior quantidade de áreas que se encontram em processo de requalificação, podendo dar uma resposta muito efetiva ao estímulo proporcionado pela municipalidade. Em segundo lugar, porque neste vetor já foram realizados investimentos de grande porte pelo poder público, especialmente na região da Estação da Luz. Por fim, dentro do perímetro deste vetor, uma área em estado de extrema degradação merece grande atenção da municipalidade, porque apenas pela dinâmica do mercado privado ela jamais terá recuperação (Ibid., p. 42).

Em que pese algumas diferenças divulgadas no atual Plano Plurianual (2010-2013), com relação ao anterior - que não serão motivos de maiores aprofundamentos -, há uma continuidade na concepção norteadora para a região central, notadamente nos planos para a chamada Nova Luz. Estruturado por eixos, o Plano Plurianual da segunda gestão Kassab integra as intenções para a região da Luz nos eixos “Cidade Criativa” e “Cidade de Oportunidades”. O foco se mantém nas intervenções urbanísticas e de preservação/manutenção do patrimônio, no fortalecimento da área central como pólo cultural e no incentivo à implantação de um pólo de Tecnologia da Informação (PLANO PLURIANUAL 2010-2013).

Como aventado anteriormente, a criação do PROCENTRO por determinação da Associação Viva o Centro (AVC), formando, nas palavras de José (2007, p. 100-101), “(...) o ‘braço’ da AVC dentro do poder público (...)”, demonstra o poder de influência e persuasão da ONG sobre o Estado. A Viva o Centro se mostra porta-voz de uma perspectiva de intervenção urbana que está alinhada aos interesses dos proprietários e investidores privados do Centro, ou mesmo daqueles que vêem no espaço central uma potencial fonte de recursos. Por isso é cabível alguns comentários acerca da Associação, cujos projetos moldam as políticas para o Centro.

Segundo as informações da página eletrônica da AVC, a sua criação, em 1991, é “(...) resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento

urbano”⁷⁷. Esta tomada de consciência pode ser verificada ao consultar a composição do seu Conselho Diretor⁷⁸, formado por representantes de setores econômicos influentes, como é o caso do presidente fundador da Associação, Henrique de Campos Meirelles, com grande prestígio no sistema financeiro pelos cargos que ocupou (ex-presidente mundial do BankBoston), tendo sido inclusive presidente do Banco Central do Brasil (2003-2011).

Em editorial, denominado “O Centro como protagonista”, Meirelles traça um panorama da posição da AVC acerca desta região da cidade. A partir da experiência internacional na requalificação de áreas centrais, a iniciativa privada, na figura da Viva o Centro, percebeu, segundo ele, o papel estratégico do Centro paulistano. A inserção de São Paulo como cidade mundial depende de um espaço emblemático que possa consolidar a identidade paulistana, da qual faz parte a recuperação do patrimônio histórico. Os mecanismos de atração dos capitais privados e os investimentos públicos na região central têm como horizonte a metrópole como um todo, pois na perspectiva de Meirelles o Centro “(...) deve ser o protagonista da promoção da cidade para que ela seja capaz de atrair eventos internacionais, empresas, turistas e centros de pesquisas, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico de toda a metrópole”⁷⁹.

Entre as finalidades da Viva o Centro, disponíveis em seu estatuto⁸⁰, estão a produção, sistematização e divulgação de conhecimento e informação sobre as metrópoles e o seu centro, veiculados através de publicações, consultorias, seminários, workshops, participações em projetos, comissões, etc. A produção de soluções para o Centro pelo seu corpo de especialistas⁸¹, coadunada com reflexões mais amplas sobre a metrópole, servem de base

⁷⁷ Associação Viva o Centro - Apresentação. Disponível em: <http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.htm>. Acessado em: 05/05/2009.

⁷⁸ Associação Viva o Centro - Estrutura. Disponível em: <http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/estrutura.htm>. Acessado em: 05/05/2009.

⁷⁹ “O Centro como protagonista” (URBS, nº 42, dezembro de 2006). Esta revista é uma publicação da AVC direcionada ao debate sobre temas urbanísticos, sociais e culturais das metrópoles em geral, com ênfase em São Paulo e seu Centro.

⁸⁰ Associação Viva o Centro: Estatuto. Disponível em: <http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/estatuto.htm>. Acessado em: 05/05/2009.

⁸¹ Em que pese o discurso da AVC a favor da inclusão social e diversidade de classes no Centro, Regina Meyer, uma de suas principais consultoras, não deixa dúvidas sobre suas expectativas para a região central: “O que acontece na área central, na minha visão, é que o Centro poderá ser um bairro popular, não de pobre, mas popular, extremamente interessante dentro da cidade (...) Acontece que ele está apropriado por uma classe social diferente, e essa nova classe social que está aí não se apropriou por escolha, ela se apropriou porque aquele espaço se tornou um espaço residual dentro da cidade (...) os pobres ocupam as brechas deixadas, e aquilo foi uma brecha” (FRÚGOLI, 2000, p. 85). Entre as estratégias para retirar parte da população que circula pelo Centro estaria a racionalização dos transportes, que vai permitir, nas palavras de Meyer, o “(...) verdadeiro perfil começar a aflorar, porque daí eu acho que o comércio ambulante, o comércio mais popular vai debandar dessa área, vai lá para onde essa população for...” (Ibid., p. 86). Na mesma direção vão as declarações de Jorge da Cunha Lima (ex-Secretário da Cultura, editor da revista URBS), articulador da ONG com o poder público, “(...) aquela gente que passa no Centro, para ir de um lado para o outro pegar condução, aquela massa popular que até

teórica e modelo de intervenção urbana ao poder público, como é possível observar, por exemplo: no comparecimento de todos os prefeitos⁸², desde 1993, na sede da Associação para discutir os rumos do Centro⁸³, na materialização de diversas propostas – desde a aprovação de leis até obras de grande monta - ou ainda na participação direta em Comissões (PROCENTRO), elaboração de projetos (Sala São Paulo, Praça do Patriarca, etc.) e na coordenação da zeladoria urbana (Ações Locais).

É importante enfatizar, apesar da execução de muitas obras (viárias, urbanísticas, culturais, estéticas, etc.) e da participação de relevantes setores econômicos via AVC, que a requalificação do Centro até meados dos anos 2000 não produziu o efeito esperado pelo poder público e capitais privados envolvidos neste projeto. Os maiores investimentos, de caráter monumental, concentrado nas “âncoras culturais”, não “irradiaram” como era previsto, a transformação do entorno. Foram criados cenários pontuais e melhorias localizadas, que abarcaram o espaço público, inclusive com grandes obras, operações de segurança, ações de limpeza, recuperação de edifícios históricos, eventos culturais, dentre inúmeras outras políticas urbanas, mas não foram desencadeados através destas intervenções a produção dos grandes projetos imobiliários almejados, tampouco o retorno e atração de atividades econômicas que pudessem mudar radicalmente o perfil dos moradores e das pessoas que circulam, consomem e trabalham no Centro.

É na gestão Serra-Kassab, como já visto no Plano Plurianual 2006-2009 e na sua continuidade 2010-2013, que o poder público começa a implementar de fato um grande projeto urbano no Centro alinhado diretamente aos interesses dos potenciais investidores. A Prefeitura assume de modo categórico, sem demagogia, a função de gerar confiança, estimular, minimizar os riscos e garantir sustentabilidade aos capitais privados (PLANO PLURIANUAL 2006-2009, anexo 5, p. 41). Nos anos 2005-2006, na região do recém lançado Projeto Nova Luz, o governo estabelecia o programa de incentivos fiscais para empreendimentos imobiliários, de serviços e comércio, colocava em andamento ações de

é geradora de camelôs e de interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciante, que é o funcionário público. Esses sim, nós temos que respeitar...”(Ibid.). Na revista URBS (2006) nº 42, Marco Antonio de Almeida, superintendente geral da AVC, escreve sobre os projetos habitacionais da gestão Marta Suplicy: “Felizmente, alguns projetos equivocados, como o de fixar população de baixa renda em grandes edifícios comerciais reciclados, não foram adiante, evitando-se assim o surgimento, no futuro, de novos edifícios semelhantes ao degradado São Vito”.

⁸² Kassab afirma: “O trabalho da Associação é notável e está presente em cada ação da Prefeitura e do Governo do Estado no Centro”. A entrevista com Kassab e textos de outros ex-prefeitos podem ser consultados na revista URBS 42.

⁸³ Informe Viva o Centro, nº 239, fevereiro/2008. Disponível em: <http://vivaocentro.org.br/publicacoes/informe/info.htm>.

fiscalização e combate à ilegalidade, ao mesmo tempo em que realizava desapropriações para a futura instalação das sedes de alguns órgãos públicos.

Com o sinal dado pelo governo aos empreendedores, a Associação Viva o Centro convoca, em 2006, uma mesa redonda⁸⁴ sobre as intervenções estruturais, mais especificamente a da Quadra 27⁸⁵ e do Pólo Luz–Santa Efigênia (área do Projeto Nova Luz) – ambas já propostas pelos quadros técnicos da Associação aos candidatos a prefeito em 2004⁸⁶. Na ocasião reuniram-se autoridades do poder político, com a presença de muitos secretários municipais e responsáveis pelos órgãos de preservação, planejamento e urbanismo, e representantes da iniciativa privada, com destaque para a Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio), a empresa CB Richard Ellis e o SECOVI (Sindicato do Setor Imobiliário). O evento seria propício para gerar o engajamento do governo, mídia, empresários e comunidade em geral nos projetos do Centro, afirmou Marco Antonio Ramos de Almeida, superintendente geral da Viva o Centro⁸⁷.

Certamente o encontro foi oportuno para as autoridades da prefeitura apresentarem aos “parceiros” da iniciativa privada as novas intervenções e demonstrarem sintonia com as suas demandas, fato evidente, principalmente, por três aspectos: um deles diz respeito às desapropriações atreladas à concessão urbanística⁸⁸ (ainda não transformada em lei nesse momento), sendo um instrumento capaz de garantir uma pré-aprovação dos projetos imobiliários e resolver os problemas dos investidores com relação à propriedade fragmentada e com os trâmites burocráticos dos imóveis a serem adquiridos pelo concessionário; outro aspecto se refere a questão do patrimônio histórico que, conforme apresentado por José Eduardo A. Lefèvre, diretor do Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), não deve mais ser entrave para as

⁸⁴ Intervenções Urbanas Estruturais. Mesa redonda realizada na Associação Viva o Centro em 10 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/index.htm>. Acessado em: 10/08/2009.

⁸⁵ A intervenção na Quadra 27, próxima ao Vale do Anhangabaú e Teatro Municipal, busca requalificar o entorno pelo fortalecimento do uso cultural. O projeto “Praça das Artes”, da Secretaria Municipal da Cultura, abrigará as sedes da Escola Municipal de Música, do Balé da Cidade, o Centro de Documentação Artística e o Anexo do Teatro Municipal (áreas de ensaio e administração).

⁸⁶ Intervenções Urbanas Estruturais. Mesa redonda realizada na Associação Viva o Centro em 10 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/index.htm>. Acessado em: 10/08/2009.

⁸⁷ Intervenções Urbanas Estruturais. Mesa redonda realizada na Associação Viva o Centro em 10 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/index.htm>. Acessado em: 10/08/2009.

⁸⁸ Geraldo Biasoto, vice-presidente da EMURB, esclarece a concessão: “Na Nova Luz serão licitadas áreas nas quais o Poder Público se compromete a realizar desapropriações em caso de o investidor privado não conseguir a compra. Por exemplo, se os licitantes apresentam projetos para dois quarteirões, o ganhador terá condições de pedir ao Poder Público a desapropriação do imóvel, que será repassado a ele pelo mesmo valor, caso ele não consiga negociar com o proprietário numa transação normal de mercado”. Intervenções Urbanas Estruturais. Mesa redonda realizada na Associação Viva o Centro em 10 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/index.htm>. Acessado em: 10/08/2009.

transformações, sob o risco de se deteriorarem junto ao entorno, com isso a sua preservação precisa envolver a requalificação do ambiente contíguo; por último, a preocupação dos entes públicos com a rentabilidade dos empreendimentos imobiliários. Nesse quesito, merece destaque as falas do Secretário da Habitação, Orlando de Almeida Filho⁸⁹ e do vice-presidente da EMURB (Empresa Municipal de Urbanismo), Geraldo Biasoto. Para Almeida Filho, as definições de HIS⁹⁰ (Habitação de Interesse Social) da região da Luz, no tocante aos preços finais dos imóveis e a faixa salarial a ser atendida (até seis salários mínimos), podem ser revistas para tornar viável a construção de moradias no local, diferentemente da HMP (Habitação de Mercado Popular, até 16 salários mínimos) que apresenta mais rentabilidade ao mercado imobiliário. No mesmo sentido estão as declarações de Biasoto, pois ele diz que transformar os prédios antigos em moradia para pessoas de baixíssima renda desqualifica o centro e diminui o valor de mercado dos imóveis.

Para os representantes do setor imobiliário o debate foi igualmente profícuo, uma vez que as condições e necessidades dos empreendedores ficaram explícitas para o poder público. Em meio às exigências de investimentos prévios, ações de marketing, segurança, garantia e previsibilidade aos investidores – através de uma legislação clara -, Pompéia, do Secovi, vai adiante e diz que a transformação da Cracolândia depende de medidas de impacto, mudanças significativas. Outrora – no Seminário São Paulo Centro XXI, realizado pela AVC – o mesmo diagnosticava que a solução para o Centro de São Paulo está na demolição e posterior reconstrução, preservando apenas o que tem importância histórica para não criar um estorvo à modernização, uma renovação contínua assim como Nova York, ou a mancha de deterioração se espalhará perversamente pelo tecido urbano (ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 1994, p. 28-29).

⁸⁹ Em entrevista à Revista Caros Amigos, o Secretário da Habitação (ligado a várias entidades do setor imobiliário) afirma que o Centro deve ser habitado por uma classe média que pode ir “no Shopping Light e comprar uma gravata, o outro compra um sapato, outro vai no teatro e compra um ingresso, outro vai no restaurante, e isso gera trabalho”. Sobre as classes sociais de baixa renda e os movimentos por moradia no centro ele diz: “Essas pessoas não vão consumir, não vão no Mappin comprar gravata, não vão no teatro comprar ingresso, e assim por diante, e o que vamos ter na região central, uma favela nova, um cortiço novo?”. A solução para os encortiçados, favelados e sem-teto, seria a sua dispersão por diversas habitações, pois estas famílias de baixo poder aquisitivo, todas morando juntas, leva a promiscuidade sexual, além do que, o secretário ressalta a possibilidade desses trabalhadores morarem em áreas próximas do Centro, pois “caminhar faz bem a saúde”. Outra declaração polêmica do secretário envolve a defesa do direito inviolável da propriedade privada, Orlando Almeida faz a seguinte afirmação sobre os sem-teto: “Aqui na prefeitura podem vir quantos quiserem, não tem problema. Mas, se forem na minha casa, tomam tiro. Vão na minha casa pendurar alguma coisa, tomam tiro. E eu sou bom. Porque já fui campeão mundial. Na minha casa ninguém vai”(Revista Caros Amigos, ano IX, nº 105, Dezembro, 2005, p. 32).

⁹⁰ Na região da Luz há uma delimitação de ZEIS 3 (Zona de Interesse Social), determinada pelo Plano Diretor da cidade de São Paulo no ano de 2002, cuja finalidade consiste em produzir habitações de interesse social em áreas já dotadas de infra-estrutura, serviços e comércio.

Por fim, na última década não faltou engajamento para a mobilização dos “agentes” – administrações locais ou não, agentes públicos e privados, meios de comunicação, setores intelectuais e profissionais, meios de comunicação, organizações cívicas - envolvidos na construção do “protagonismo” paulistano via Centro. Entusiastas do planejamento estratégico - evidente em cada linha dos Planos Plurianuais citados e na base teórica da AVC - os principais veículos de comunicação também têm cumprido o seu papel na formação do consenso e do “patriotismo de cidade”. O projeto de cidade é também um empreendimento de comunicação, asseguram Borja e Castells (1996), por isso a necessidade de formar uma imagem interna e externa atrativa de São Paulo.

3.2.3 Dos Simples “Melhoramentos Urbanos” aos Grandes Projetos Urbanos: a Concessão Urbanística Nova Luz

São Paulo é considerada no Plano Plurianual de 2006-2009 como uma cidade de importância a nível regional e transnacional, um centro crucial para a articulação do capitalismo global e “porta de entrada e saída” do Brasil para o mundo. Na hierarquia dos centros urbanos, a capital paulista ocupa ao lado de outras cidades o posto de Cidade Mundial, onde no topo se encontram Nova Iorque, Londres e Tóquio⁹¹. Para consolidar esse lugar, São Paulo, que já concentra grande parte das sedes das maiores empresas nacionais e internacionais, inclusive dos bancos mais expressivos e de outras entidades financeiras, deve ao mesmo tempo aprofundar a oferta dos seus “ingredientes urbanos” estratégicos.

Hoje, os ingredientes que definem o caráter estratégico de uma cidade, ou de uma metrópole, estão relacionados à conjugação de novos atributos. A crescente internacionalização da economia e da cultura exige um aparato urbano constituído por novos elementos, tais como: possuir serviços avançados que garantam a possibilidade de gerar e receber informação em tempo real; possuir centros de pesquisa de ponta capazes de gerar e inovar conhecimento; oferecer um amplo rol de atividades culturais de cunho local e cosmopolita (2005, p. 9).

A intervenção no distrito da Luz – o Projeto Nova Luz - não é outra coisa, senão parte desta reestruturação urbana tão necessária na disputa dos novos negócios das cidades e da nuvem financeira a pairar sobre os lugares que oferecerem maior remuneração aos capitais ociosos. E não basta para tanto apenas simples “melhoramentos urbanos” de abrangência pontual, ao invés disso se vincula cada vez mais reestruturação aos grandes projetos urbanos, ao estilo de muitas cidades européias (Ibid., p. 42).

⁹¹ A referência teórica, citada no próprio Plano, é Saskia Sassen, *The Global City*, 1991.

Com base nestes princípios norteadores e da constatação de que a área da antiga “Cracolândia”⁹² possui uma potencialidade econômica diferencial, capaz de associar patrimônio histórico-arquitetônico e cultura - “âncoras culturais”⁹³ -, como também turismo, empreendimentos imobiliários e serviços de tecnologia e comunicação, a Prefeitura Municipal de São Paulo acredita que a região decadente pode receber “Vida Nova”⁹⁴. A área rebatizada de “Nova Luz” foi concebida pelo poder público como a “página virada”: “Não existe mais a velha Cracolândia, a serviço da droga, a serviço do crime”, segundo o Prefeito do Município de São Paulo Gilberto Kassab⁹⁵.

No início da gestão Serra, em 2005, a “Nova Luz” era apenas uma referência publicitária que preconizava os próximos passos do governo, adiantando as intenções de modificar profundamente a Cracolândia, a começar pelo nome. Ainda não havia nenhum projeto urbanístico ou conjunto de ações articuladas entorno de um plano específico para a área. Porém, neste mesmo ano é posto em prática uma série de ações de combate à ilegalidade, a “Operação Limpa”⁹⁶, que continua até os dias de hoje com a presença constante da polícia militar e guarda civil metropolitana, sob outros nomes. É aprovada também a lei que estabelece o “Programa de Incentivos Seletivos”⁹⁷ para as empresas que se instalem na região adjacente à Estação da Luz. Coube a esta lei assinalar para os capitais privados a real disposição da prefeitura em executar os seus planos.

De acordo com o texto oficial, a lei tem como objetivo “promover e fomentar o desenvolvimento adequado dessa área central do município de São Paulo”. Para tanto, prevê a

⁹² A região recebera este apelido por concentrar um grande número de usuários e traficantes de drogas.

⁹³ Na opinião do arquiteto Jaime Lerner – ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná -, contratado para fazer um projeto arquitetônico e urbanístico pela Company S.A., um dos grupos interessados no lote de 103 mil metros quadrados a ser vendido para construir um “novo bairro” na cracolândia, a revitalização da região da Luz é viável por concentrar três “âncoras culturais”: Sala São Paulo, Pinacoteca e Museu da Língua Portuguesa, sem mencionar o futuro Teatro de Dança e Ópera. Estas “âncoras” são raridade em todo o mundo, e devem ser associadas com uma sociodiversidade e novos empreendimentos. “Revitalizar a cracolândia é possível, diz Lerner”. Folha de São Paulo, 03/06/2007.

⁹⁴ “Nova Luz: Vida Nova” é o slogan de abertura da apresentação do Projeto de Intervenção Urbana em contraposição ao apelido de “Cracolândia”. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/novaluz>. Acessado em 10/12/2008.

⁹⁵ “Começam demolições na Nova Luz e 23 empresas devem instalar-se no bairro”. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=19479. Acessado em: 15/09/2009.

⁹⁶ “Prefeito percorre a região da Cracolândia”. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=1200. Acessado em: 10/10/2009. Até o ano de 2008 foram realizadas, com a presença da Polícia Militar, Civil, Guarda Civil Metropolitana e outros órgãos públicos, 12 Operações que apreenderam drogas, produtos falsificados, criminosos, muitos estabelecimentos foram fechados e diversas crianças e adultos retirados do local, destinados a abrigos, albergues, famílias, etc. (NOVA LUZ PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA, PMSP/EMURB, março de 2009).

⁹⁷ Lei nº 14.096, de 8 de dezembro de 2005.

concessão de “Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento”, outorgando aos investidores o direito de dispor de uma proporção do valor investido – que vai de 50% a 80% - “com a implantação, expansão ou modernização das empresas” - relacionadas com determinadas atividades de comércio e prestação de serviços, assim como nos empreendimentos imobiliários residenciais. De acordo com a lei:

Art. 3º A concessão dos incentivos seletivos previstos nesta lei fica condicionada à aprovação de projeto de investimentos que contenha os seguintes fatores:

I – construção, restauração, preservação ou conservação do imóvel localizado na região alvo; ou

II – incremento da atividade na região-alvo.

Os certificados concedidos poderão ser utilizados como pagamento do ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) e do IPTU (Imposto predial e territorial urbano). Ambos os impostos também constam entre os incentivos fiscais concedidos na área do programa, com a redução de 60% e 50%, respectivamente, sobre os imóveis objetos de investimentos. Também estão entre os incentivos a redução do ITBI-IV (Imposto sobre transmissão “inter-vivos” de bens imóveis) e do ISS sobre determinados serviços prestados pela empresa da pessoa jurídica na região-alvo.

Foram habilitadas para usufruir a lei de incentivos seletivos 23 empresas, dentre elas estão investidores imobiliários, empreendimentos do ramo cultural, publicidade, tecnologia e *call centers*, interessadas em investir no local cerca de R\$ 750 milhões. Tal fato transformará “a região, com empregos de alta renda e qualificados”⁹⁸, assegura o Secretário das Subprefeituras, Andréa Matarazzo.

Além de elaborar a lei dos incentivos fiscais, a Prefeitura de São Paulo, entre os anos de 2007 e 2009, levou adiante no local, via financiamento do BID, muitas obras de infraestrutura - requalificação de ruas, calçadas, iluminação, plantio de árvores, instalação de câmeras, valas técnicas, etc - concomitantes às desapropriações e demolições para a instalação das sedes de algumas instituições públicas (Guarda Civil Metropolitana, Subprefeitura da Sé, PRODAM) e construção de dois edifícios do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). Neste último caso, a prefeitura desapropriou e doou a área para o governo estadual, que conta inclusive com recursos proveniente da esfera federal através do

⁹⁸ “Começam demolições na Nova Luz e 23 empresas devem instalar-se no bairro”. Prefeitura Municipal de São Paulo, Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=19479. Acessado em: 10/10/2009.

PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a construção de 140 unidades de interesse social⁹⁹.

Foto 1: Quarteirão demolido entre as Ruas Mauá, General Couto de Magalhães e Dos Protestantes. Foto do autor, 17/03/2011.

Foto 2: À esquerda, nova sede da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Foto do autor, 17/03/2011.

⁹⁹ As informações foram retiradas das seguintes fontes: “Demolição e Polêmica na Nova Luz”. O Estado de São Paulo, 27/10/07; “Demolição de Imóveis inicia a revitalização da cracolândia”. Folha de São Paulo, 27/10/07; “Projetos de Concessão Urbanística e da Nova Luz são aprovados” (p. 1-2), Disponível em: <http://vereadoramaraagabrilli.com.br/noticias/135-camara-municipal-aprova-os-projetos-de-concessao-urbanistica-e-da-nova-luz.html>. Acessado em: 10/10/2009.

Outras duas grandes obras iniciadas na região dizem respeito ao futuro Teatro de Ópera e Dança, a ser edificado em frente à Sala São Paulo, e ao complexo que abrigará a Escola Técnica Estadual (ETEC) Nova Luz, o Centro de Capacitação de Professores e a nova sede administrativa do Centro Paula Souza¹⁰⁰. Anunciada em 2008, a construção do Teatro está orçada em R\$ 300 milhões que sairão do Tesouro do Estado, segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo. O projeto escolhido sem licitação, e com aval do governador José Serra (2007-2010) e do secretário da cultura João Sayad, será assinado por uma dupla de arquitetos suíços de renome internacional, responsáveis, dentre outras obras, pelo Estádio Olímpico de Pequim. O futuro complexo cultural deverá abrigar três teatros, a nova sede do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim, salas de ensaio para companhias, biblioteca, estacionamento e uma escola de dança¹⁰¹.

Foto 3: Quarteirão demolido em frente à Sala São Paulo, onde deverá ser construído o Teatro de Ópera e Dança. Foto do autor, 18/03/2011.

¹⁰⁰ “Centro da capital ganha Etec Nova Luz e sede do Paula Souza”. Portal do Governo do Estado de São Paulo, Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=209057>. Acessado em: 15/10/2010.

¹⁰¹ Arquitetos do Ninho de Pássaro projetam teatro de dança em SP. Folha de São Paulo, 04/11/08.

Foto 4: Construção do Complexo Educacional pelo Governo do Estado de São Paulo. Foto do autor, 18/03/2011.

As ações implementadas diretamente pelo poder público com vistas a requalificação da Nova Luz avançam em duas frentes: decretos, leis, medidas fiscais e intervenções na morfologia urbana. De modo que os novos instrumentos regulatórios, mais especificamente a lei de Concessão Urbanística e a que regulamenta a Concessão na Nova Luz (aprovadas em 2009 e abordadas em detalhes mais à frente), viabilizam, através da exploração imobiliária, a imprescindível participação dos capitais privados para a mudança do perfil econômico e social no local. Ao aparato normativo que já incide sobre a região, como a Operação Urbana Centro, o Programa de Incentivos Seletivos, a Lei de Concessão Urbanística, somam-se outras decisões complementares¹⁰² e não formuladas diretamente para a área, é o caso do decreto estadual que institui o PRO-URBE – Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas¹⁰³ e a revisão pela Prefeitura Municipal da planta de valores genéricos da cidade

¹⁰² No mês de fevereiro de 2010, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) alterou o tombamento feito há mais de 20 anos na região da Santa Efigênia para permitir a implantação da Nova Luz. Alguns imóveis saíram do tombamento enquanto outros tiveram o seu grau de preservação reduzido. “Por Nova Luz, governo de SP libera reforma em prédios tombados; veja lista”. Folha.Com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u695849.shtml>. Acessado em 15/10/2010; “Surpresos com a mudança, lojistas temem desapropriação”. Folha de São Paulo, 19/02/2010.

¹⁰³ O governador Serra apresentou na sede do SECOVI o Programa de Incentivo à Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas - Pro-Urbe, que consiste no incentivo as empresas que possuem crédito em ICMS para investirem em regiões com projetos de revitalização ou negociarem seus créditos com terceiros que tenham o mesmo intuito. O projeto será inicialmente aplicado na Região da Luz, onde está em vigência o Projeto Nova Luz, e no centro de Santos. Para o presidente do Secovi-SP, João Batista Crestana, este é um projeto dos mais modernos para revitalizar áreas degradadas, “O governo estadual demonstra vontade política e isso é primordial

de São Paulo, que influi no preço do IPTU e no valor venal dos imóveis. Esta proposta, enviada à Câmara Municipal pelo prefeito Gilberto Kassab, atestava valorização de até 165% para alguns imóveis na região da Nova Luz, superior a todas as outras regiões da cidade. Em meio a contestações, o projeto aprovado estipulou uma valorização em média 20% menor do que a anterior proposta¹⁰⁴.

Se de um lado o Estado desenvolve as condições para a realização de uma multiplicidade de negócios e transformações profundas na região, do outro estão as diversas frações do capital social que têm na cidade a possibilidade de remunerar-se pelas novas oportunidades de empreendimentos na “Nova Luz”. Entretanto, mesmo ao observar uma escala maior, que compreende a Operação Urbana Centro, verifica-se os parques investimentos dos capitais privados¹⁰⁵ - faculdades, empresas de turismo, raros lançamentos imobiliários, reforma de edifício para abrigar órgãos públicos -, normalmente acompanhados por um marketing a exaltar os novos caminhos do Centro. A situação se repete na Nova Luz, desde que foi anunciada como projeto de governo até hoje não foi realizado nenhum empreendimento emblemático da iniciativa privada, que represente as mudanças esperadas na área, ao contrário, mesmo as empresas habilitadas no programa de incentivos não confirmaram a sua instalação no local. Não obstante o aparente desinteresse, o projeto tem suscitado expectativas e mobilizações de algumas empresas e do setor imobiliário.

para a atividade imobiliária”. O governador completa otimista: “Com esses incentivos poderosos, tenho certeza que vai dar certo. Para isso, precisamos da parceria com o empresariado, especialmente da construção civil, que é bastante dinâmico, criativo e corajoso”. Na mesma direção das declarações anteriores e com ênfase no centro paulistano, o Secretário de Coordenação das Subprefeituras de São Paulo, Andrea Matarazzo, tem uma visão prospectiva da Nova Luz que soma uma série de incentivos públicos “Com a Nova Luz abre-se um potencial de desenvolvimento imobiliário de outras regiões, perto da área central da cidade. Esse é um projeto vitorioso que foi feito de forma concentrada para que aquele ponto parasse de irradiar problemas para o resto do centro da cidade e passasse a irradiar vantagens econômicas, enfim, desenvolvimento”. “Governador Serra e secretários apresentam o Programa Pro-Urbe”. Secovi. Disponível em: <http://www.secovi.com.br/noticias/governador-serra-e-secretarios-apresentam-o-programa-pro-urbe/1906/>. Acessado em: 15/10/2010. O primeiro decreto do programa é de 2007, prorrogado por outro de 2009, que estabelece o prazo de adesão das empresas até dezembro de 2010. Conexão jurídica – Fiesp/Ciesp, Ed. n. 2, Ano I, Fev. 09. Disponível em: http://www.fiesp.com.br/sindical-juridica/pdf/conexao_juridica/edicao_02_versao_2.pdf. Acessado em: 15/10/2010.

¹⁰⁴ O projeto aprovado determinou aumento do IPTU (2010) de até 30% para imóveis residenciais e 45% para comerciais. Segundo os dados do jornal Folha de São Paulo, a diferença com relação ao valor venal será cobrada nos próximos anos. Disponível em: “IPTU na cracolândia subirá bem mais que na Paulista”. Folha de São Paulo, 19/11/09; “Para secretário, não há distorções no IPTU”. Folha de São Paulo, 20/11/09; “Câmara aprova reajuste de até 60% no IPTU”. Folha de São Paulo, 26/11/09; “Kassab recua e determina aumento menor do IPTU”. Folha de São Paulo, 02/12/09.

¹⁰⁵ “Palavra de Ordem: Revitalização”. Diário de São Paulo, 26/07/2007; “Antigo Prédio do Hilton será usado pelo TJ em SP”. O Estado de São Paulo, 25/07/2007; “São Paulo, a um passo da civilidade”. Diário do Comércio, 14/06/07; “Vida nova para o velho vale”. Diário do Comércio. 29/05/07; “Novos prédios dão fôlego ao centro velho”. Folha de São Paulo, 12/05/07.

A busca pelo melhor negócio envolve tanto as iniciativas individuais, sendo o pioneirismo empresarial uma das formas de entrever a prosperidade tão alardeada pelos promotores da cidade e tentar a “aposta” certa, quanto a especulação por grandes construtoras e incorporadoras, que vêem na região a possibilidade de excelentes negócios para o setor imobiliário. Deste movimento recorrente em zonas requalificadas de cidades européias e norte-americanas, é possível captar alguns exemplos da realidade paulistana. É o caso da empresa de publicidade Fess, a sua instalação procurou associar o baixo valor do aluguel, em comparação às áreas mais nobres da cidade, com a exploração do marketing “Nova Luz”, no contexto das recentes intervenções públicas. O proprietário sente-se pioneiro de muitas outras empresas que virão, nas suas palavras: “Apostamos na virada”¹⁰⁶. Com relação às grandes empresas do setor imobiliário, os veículos de comunicação têm noticiado os interesses e as disputas por aquele espaço. Em 2007, a decisão do governo de fazer um leilão de toda a área gerou uma disputa entre a Odebrecht¹⁰⁷ e um pool comandado pela Company S.A, ambas já desenvolviam projetos para a região¹⁰⁸. Empresas como a Itaplan e a Klabin Segall¹⁰⁹ também demonstram interesse, o diretor de incorporação da Segall prevê um grande volume de investimentos com as transformações e diz: “Visitamos outras cidades com projetos semelhantes, como Barcelona, ou mesmo o Rio, onde lançamos um projeto na Lapa, que é muito similar à cracolândia. Lá, vendemos 688 unidades em duas horas”. Talvez o exemplo que melhor ilustre o crescente interesse do setor imobiliário seja o projeto do urbanista Jaime Lerner (ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba), com propostas e estimativas para o mercado imobiliário, bancado pela AIB (Associação Imobiliária Brasileira), ligada ao SECOVI (Sindicato do Setor Imobiliário). Segundo o engenheiro Cláudio Bernardes, vice-

¹⁰⁶ “Publicitários da ‘cracolândia’”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd130906.htm>. Acessado em: 20/06/2009. O Jornalista responsável pela matéria, Gilberto Dimenstein, compara a instalação da empresa Fess com o que se sucedeu no bairro do Soho, em Nova York, onde depois dos pioneiros vieram os grandes negócios imobiliários.

¹⁰⁷ Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, a construtora Odebrecht tentou comprar imóveis na região, mas encontrou dificuldades na negociação com os proprietários. “Prefeitura vai desapropriar mais casas na ‘cracolândia’”. Folha de São Paulo, 17/05/07.

¹⁰⁸ “AIB paga e Lerner projeto Nova Luz”. Estadão.com.br. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090428/not_imp361660,0.php. Acessado: 15/10/2010.

¹⁰⁹ “Kassab quer que cracolândia seja bairro mais povoado de São Paulo”. Folha.Com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u589541.shtml>. Acessado em: 10/08/2010; “Setor Imobiliário aposta na revitalização de regiões centrais de São Paulo deterioradas”. ASBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura). Disponível em: <http://www.asbea.org.br/escritorios-arquitetura/noticias/setor-imobiliario-aposta-na-revitalizacao-de-regioes-centrais-de-sao-123626-1.asp>. Acessado em: 10/08/2010.

presidente do SECOVI e integrante do Conselho Fiscal da AIB, o estudo foi “um exercício para saber sobre a viabilidade econômica da região”¹¹⁰.

A contrapartida crucial dada pelo Estado a esses capitais, sobretudo àqueles a serem investidos no setor imobiliário, foi a aprovação, em 2009, do Plano de Concessão Urbanística e da lei que regulamenta a concessão no perímetro da Nova Luz¹¹¹. Esta lei transfere à iniciativa privada, mediante licitação, a prerrogativa de implementar a “revalorização” e as transformações na área com base nos parâmetros estabelecidos por um Projeto Urbanístico. Essa terceirização permite a desapropriação, que poderá ser promovida pelo concessionário, e a exploração dos benefícios imobiliários subsequentes, como venda e locação dos imóveis. A concessão da Nova Luz, segundo o jornal Estado de São Paulo, poderá render R\$ 2 bilhões à Prefeitura Municipal de São Paulo¹¹². Para o prefeito Gilberto Kassab, “nasce definitivamente o projeto Nova Luz. É um momento muito feliz para a cidade de São Paulo. Espero que possamos concluí-lo o mais rápido possível e mostrar a todos que esse é um modelo que dá certo e que possamos estendê-lo a outras regiões da Cidade”¹¹³.

A aprovação, pelo legislativo municipal, da lei que dispõe sobre a Concessão Urbanística no município de São Paulo e da lei que autoriza a concessão na Nova Luz ocorreu sob protestos, objeções de inconstitucionalidade e denúncias de ilegalidade. Os veículos de comunicação noticiaram casos de irregularidades nas doações de campanha envolvendo parte da câmara municipal. Dos 42 vereadores que aprovaram o projeto de concessão urbanística, 23 receberam doações do SECOVI através da AIB, inclusive o relator e apoiador do projeto na câmara – com o maior volume de recursos, R\$ 270 mil -, o vereador José Police Neto do PSDB¹¹⁴. Tal fato parece confirmar a fala de Jorge Wilhelm, que baseado na sua ampla

¹¹⁰ Os estudos de Lerner tiveram início após uma reunião, na Sala São Paulo, entre a Prefeitura de São Paulo, incorporadores e construtores. A prefeitura buscava sugestões dos empresários para implantar o projeto de requalificação. “AIB paga e Lerner projeta Nova Luz”. Estadão.com.br. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090428/not_imp361660,0.php. Acessado em: 10/08/2010.

¹¹¹ “Vende-se São Paulo”. Correio da Cidadania. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3146/>. Acessado em 04/10/2010; “Terceirização” da cracolândia passa em primeiro turno”. Folha de São Paulo, 02/04/09; “Concessão da Nova Luz é aprovada na câmara”. O Estado de São Paulo, 02/04/09; “Câmara aprova terceirização da Nova Luz; outras áreas também podem ter projetos”. Folha.com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u554992.shtml>. Acessado em: 04/10/2010.

¹¹² “Americanos vão fazer o projeto da Nova Luz”. Estadão.com.br. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100512/not_imp550615,0.php#bb-md-noticia-tabs-2. Acessado em: 15/10/2010.

¹¹³ “Prefeito recebe projeto de Concessão Urbanística na Nova Luz: um marco histórico para cidade”. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/sala_de_imprensa/releases/index.php?p=30844. Acessado em: 15/12/2009.

¹¹⁴ Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, a AIB realizou as doações para os candidatos porque é vetada a contribuição de campanha pelos sindicatos, no caso o SECOVI. Contudo, o jornal apurou que os

experiência de vida política, inclusive como responsável pela elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2002), disse em debate sobre a “Nova Luz”: “O mercado imobiliário tem na câmara mais força que a Prefeitura”¹¹⁵.

3.2.3.1 A lei de Concessão Urbanística¹¹⁶

O projeto de lei 01-0087/09, que dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo e autoriza a sua execução na “Nova Luz”, de autoria do prefeito Gilberto Kassab, tem como sua principal justificativa os exíguos recursos da prefeitura para realizar as intervenções urbanas necessárias ao desenvolvimento da cidade como um todo. Com amparo legal, diz o seu proponente, por estar previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Estratégico, o instrumento da concessão viabilizaria, sem grandes investimentos do município, muitas obras e serviços públicos, tais como a transformação de “(...) áreas degradadas da cidade (...), ganhando equipamentos públicos, sociais e de infraestrutura urbana, inclusive transporte coletivo e áreas verdes (...)” (PROCESSO Nº 01-87/2009, f. 3). Ademais, em carta ao presidente da Câmara de vereadores, o prefeito Kassab afirma que é crucial, nesta última fase da revitalização da região adjacente à Estação da Luz, não apenas obras públicas, mas também “(...) projetos privados que mudem o perfil do local, atraindo novos empreendimentos e atividades” (PROCESSO Nº 01-0158/09, f. 1).

Observa-se que neste mesmo projeto de lei - 01-0087/09 - o governo tentava aprovar a regulamentação do instrumento de concessão e a sua aplicação na área em questão, fato que levou a controvérsias e resultou no desmembramento deste projeto de lei em duas leis subseqüentes, tornando cada conteúdo objeto de uma lei específica. O resultado foi: Lei nº 14.917 (que enquanto Projeto de Lei 01-0087/2009 concentrava em si os dois textos), de 7 de maio de 2009, que dispõe sobre a concessão urbanística no município de São Paulo; Lei nº

vereadores acreditavam ter recebido doação do sindicato. A Associação não tem sede nem receita própria. Além dos 23 vereadores que votaram a favor, outros 4 que receberam doação foram contra e 2 se ausentaram. “Setor imobiliário de SP dribla a lei para ocultar doadores”. Folha de São Paulo, 14/04/2009; “Maioria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária”. Folha de São Paulo, 24/04/2009.

¹¹⁵ Fala proferida na palestra “O Projeto ‘Nova Luz’”, no “Seminário Internacional: Políticas Culturais, Intervenção Urbana e Patrimônio Edificado”, realizado pelo Ministério da Cultura e Centro Cultural Banco do Brasil, entre os dias 24 e 26 de maio de 2011.

¹¹⁶ O texto sobre as leis de concessão está pautado no processo nº 01-87/2009 (ementa: Dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo, bem como autoriza o executivo a aplicá-la nas áreas do Projeto Nova Luz) e no processo nº 01-0158/09 (ementa: Autoriza o executivo a aplicar a concessão urbanística nas áreas do Projeto Nova Luz). Os processos contêm o projeto de lei, a lei propriamente dita com suas emendas, o parecer das comissões e a transcrição das audiências públicas. Todo o material foi gentilmente cedido pelo gabinete do vereador e relator do projeto José Police Neto.

14.918 (Projeto de Lei 01-0158/2009), de 7 de maio de 2009, que autoriza o executivo a aplicar a concessão urbanística na área da “Nova Luz”.

Segundo o ofício enviado por Kassab à câmara de vereadores para exame e deliberação do projeto de lei 01-0087/09, a Concessão Urbanística

(...) é um novo instrumento de desenvolvimento urbano, por meio do qual a Municipalidade concede à iniciativa privada um projeto de requalificação urbana, que pode incluir obras relativas à modificação do sistema viário, da estrutura fundiária, de instalações e equipamentos urbanos, dos logradouros públicos e das edificações. Esse projeto urbanístico é financiado, no todo ou em parte, pela exploração econômica dos bens situados no perímetro da concessão, mediante a comercialização de empreendimentos imobiliários previstos pelo projeto de intervenção. Para tanto, compete ao Poder Público definir o projeto urbanístico e efetuar seu licenciamento perante os órgãos competentes, declarando a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas. Cabe ao concessionário efetuar as desapropriações nas áreas que deverão ser utilizadas para as obras e os empreendimentos imobiliários sujeitos a exploração econômica (PROCESSO Nº 01-87/2009, f. 3).

Consta na lei que os investimentos executados pela empresa ou grupo de empresas que ganharem a licitação devem ser remunerados e amortizados através da “(...) alienação ou locação de imóveis, (...) exploração direta e indireta de áreas públicas na área abrangida pela intervenção urbana ou qualquer outra forma de receita alternativa, complementar ou acessória, bem como pela receita de projetos associados” (Ibid., f. 5). Dentre as formas de atração dos capitais privados, Rubem Chamas (EMURB) ressalta a legislação diferencial que incide no perímetro da “Nova Luz”, inserido no interior da Operação Urbana Centro, que possui, em relação a outras Operações Urbanas, coeficientes de construção e de usos mistos bem generosos e o que passar do permitido o empreendedor poderá pagar uma contrapartida à Prefeitura¹¹⁷:

Por exemplo, a Água Espraiada e a Faria Lima têm limite de construção até quatro vezes a área do terreno. Supondo que um empreendedor tenha um terreno de mil metros quadrados, nessas operações poderá construir até 4 mil metros quadrados. Na Operação Urbana Centro esse índice é quase ilimitado, poderá construir seis, sete vezes a área do terreno (Ibid., f. 78).

Por todo esse projeto de lei, nomeadamente nas partes em que se justifica o instrumento da concessão ou é delimitado o seu objeto respectivo, há menção do Projeto Urbanístico enquanto base norteadora da intervenção. No artigo 1 está escrito que a Concessão Urbanística é um instrumento de intervenção urbana estrutural a ser aplicado com base em um Projeto Urbanístico específico. Este pressupõe uma série de estudos contendo a

¹¹⁷ Na mesma direção, Eneida Heck, gerente de Operações Urbanas da SP Urbanismo, afirma que a área da Operação Urbana Centro é a mais permissiva do município, onde se consegue construir acima do coeficiente 6 de aproveitamento sem outorga onerosa. Sua fala foi preferida na “Semana de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da Cidade de São Paulo”, realizado pelo Departamento do Patrimônio Histórico, entre os dias 8 e 10 de dezembro, na Galeria Olido, Centro de São Paulo. O tema do evento de 2010 foi: “Valorização do Patrimônio Arquitetônico da Área Central: ações, incentivos, prevenção de riscos”.

definição de objetivos, diretrizes e parâmetros de interesse público, estudos de viabilidade econômica, impacto de vizinhança, relatório detalhado apresentando as posteriores mudanças quantitativas e qualitativas, etc. A lei também determina que ocorra a discussão dos levantamentos e estudos em duas audiências públicas e mais uma consulta pública a respeito do Projeto de Concessão Urbanística (Projeto Urbanístico) com no mínimo 30 dias de antecedência da publicação do edital de licitação da concessão.

Na prática, a lei que autoriza a concessão na “Nova Luz” foi aprovada pelo legislativo no dia 22 de abril de 2009 sem conter o Projeto Urbanístico e os respectivos estudos que deveriam preceder a sua elaboração, ou seja, votou-se uma lei sem o seu conteúdo específico. Até o momento da aprovação a prefeitura ainda não tinha sequer contratado o consórcio que viria a ser responsável pelo projeto e os levantamentos na área. A lei que regulamenta a concessão no município de São Paulo exige ambos os requisitos para a execução das obras pelo concessionário, mas não garante o seu cumprimento antes da votação do projeto de lei que define a concessão para uma determinada área, por outras palavras, no caso da “Nova Luz” o projeto de lei passou por audiências públicas e pela câmara dos vereadores sem que o plano de transformações do local tivesse sido elaborado.

Na audiência pública sobre a referida lei, no dia 14 abril de 2009, o vereador Antonio Donato do PT chamou a concessão da Nova luz de “cheque em branco”, por estabelecer o direito à exploração econômica pela iniciativa privada antes mesmo de declarar quais seriam as intervenções a serem levadas a cabo, as áreas de utilidade pública para desapropriação ou as transformações na vida cotidiana da região. O vereador afirma que sem o projeto urbanístico não é possível saber os detalhes da concessão, fica obscuro, por exemplo, o quanto e como o concessionário vai lucrar com os seus investimentos, daí ele antever a seguinte situação: o concessionário “(...) vai comprar barato, vai desapropriar barato, não está claro o que vai fazer. Vai tentar maximizar seu lucro (...)” (PROCESSO Nº 01-0158/09, f. 64).

O também vereador do PT, Chico Macena, argumentou que o executivo apresentou um projeto genérico e pediu a autorização para realizar algo não específico. Nem os vereadores, opinião pública, comerciantes, moradores, sabem o que será feito na Santa Efigênia. Nenhum apontamento ou sugestão foi feita pelo executivo sobre as discussões em audiências públicas e debates na Câmara sobre a concessão urbanística. Macena diz que a concessão deve ser defendida, discutida e aprovada sobre um projeto urbanístico, o que não ocorreu. Não havia projeto urbanístico na lei encaminhada. Ninguém sabe qual a finalidade social para a área ou qual equipamento público será construído no local objeto de

desapropriação, pois esta é a finalidade da concessão urbanística. Segundo ele, o executivo não apontou mecanismos de controle social ou a formação de um conselho gestor com lojistas, moradores, a sociedade, para que pudessem opinar, aprovar e acompanhar o projeto “Nova Luz”. Embora previsto em lei, nem o instrumento da concessão urbanística, nem a autorização para a sua aplicação na área do Projeto Nova Luz, trazem o parecer do Conselho Municipal de Política Urbana¹¹⁸. Não houve participação da sociedade civil no Projeto de Lei. O executivo não garantiu a permanência ou prioridade para as pessoas que lá residem e/ou desenvolvem suas atividades. Não há mecanismos que garantam que os comerciantes possam participar e investir mais nas áreas onde estão, e não apenas terceiros explorem economicamente a região (PROCESSO Nº 01-0158/09, f. 59-60).

Com opinião distinta, o jurista Adilson Dallari, no momento da apresentação do primeiro projeto de lei, no dia 06 de março de 2009, declarou que o projeto urbanístico vai preceder a licitação da concessão, garantindo que os interesses do poder público e sociedade civil sejam cumpridos pelo concessionário. Na interpretação de Dallari a empresa é mera executante das obras e, ao cumprir com excelência o projeto, pode assim auferir lucros como contrapartida dos seus investimentos. Então, segundo ele, “(...) não é o nosso dinheiro que vai, é o dele (o do concessionário). É justo que ele tenha remuneração, na medida em que gerar mais valia do terreno. Então, se, efetivamente, executar o plano e a área valorizar, vai ganhar dinheiro. Se não fizer isso, não ganhará, só irá perder”. O jurista diz ainda que a desapropriação, parte importante da concessão, embora gere descontentamento, é crucial para o bem coletivo, mesmo quando o patrimônio é cedido para particulares, “(...) pois o que importa não é quem ficará com o bem, o que importa é o que será feito do bem”. Assim, a desapropriação pode causar um grande impacto imediato, mas ser compensado com o passar dos anos em que os benefícios sociais ou o retorno para os cofres públicos ultrapassarem o ônus inicial (PROCESSO Nº 01-87/2009, f. 47-52).

Sem entrar na dimensão concreta da concessão, todavia a partir dela, Dallari exalta que a cidade estará aberta para todos e não segregada,

Quer dizer, vamos conseguir uma coisa que é muito importante: a democratização do espaço urbano, revertendo, portanto, essa tendência de segregar, de fechar, de ter uma Cidade dos ricos, uma Cidade dos pobres. O que se quer é uma área nobre, uma área qualificada, uma área de excelência, equipada com serviços públicos, equipada com transporte coletivo, exatamente para permitir o acesso de toda a população, uma área nobre, aberta ao desfrute de toda a coletividade (Ibid., p. 52).

¹¹⁸ Este conselho, composto por 16 membros da população, 16 funcionários da prefeitura e 16 indicados pela administração municipal, tem caráter consultivo, e deve debater e analisar temas relativos à política urbana.

Neste discurso que procura estabelecer o consenso através do que é justo para os empreendedores e benéfico para todos, não é mencionado os enormes investimentos públicos - já implantados, em andamento e outros por vir - a serem transferidos para o ganho do investidor, como alerta Nabil Bonduki, ex-vereador do PT, em audiência pública no dia 17 de março de 2009. Para ele, a futura integração da linha do metrô, que ligará a Luz com regiões valorizadas de São Paulo, e o Teatro de Ópera e Dança a ser construído, irão transferir a valorização imobiliária para a empresa concessionária. Outra forma de captar os recursos públicos, e que Bonduki se posiciona contra, seria a concessão patrocinada pela prefeitura, “(...) porque nesse momento o que está acontecendo é que o setor privado está de pires na mão, no mundo inteiro, recolhendo recursos públicos para viabilizar sua atividade (PROCESSO Nº 01-87/2009, f. 102-104)”. Do mesmo modo é desconsiderada pela idéia de bem comum a vida consolidada e o trabalho das pessoas que ali moram, tem sua ocupação e que não desejam ser removidas. Fato que a participação via audiência pública obscurece ao conferir legitimidade às ações planejadas pelo Estado.

As manifestações contrárias - nas quatro audiências públicas - às leis aprovadas e as declarações da população do entorno à estação da Luz, demonstram que a cidade ideal do jurista se efetiva de modo inverso. São muitos os protestos: José Aguiar, integrante do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis da Área de Santa Efigênia, diz que estão sendo massacrados e perseguidos na área da Santa Efigênia pela administração Kassab. O prédio em que ele morava e pagava um aluguel mínimo foi desativado e está ‘às moscas’ (PROCESSO Nº 01-0158/09, f. 48); João Paulo Fernandes, da Associação dos Comerciantes de Santa Efigênia, preocupa-se com os valores da indenização e com os inquilinos da área comercial ou residencial. Fernandes fala que o progresso é bem vindo e que realmente a requalificação deve ocorrer para o bem de todos, mas é preciso que o projeto esteja dentro da constitucionalidade e conserve o direito de todo o cidadão, acima de quaisquer interesses públicos ou privados, que é o da propriedade. Tendo essa garantia, preserva-se também o salário e o emprego de todos no local, de modo que as mudanças podem trazer benefícios a todos (Ibid., f. 15-17); Roberto Carlos de Lima, comerciante da Santa Efigênia, diz que perdeu o emprego porque fecharam o estacionamento onde trabalhava, posteriormente quebraram o lugar em que ele ia montar um boteco e o prédio onde ele mora está condenado (Ibid., f. 48-49); Valter Tabaques, morador do Condomínio Edifício Eldorado, ressalta que as pessoas não sabem se o prédio em que moram vai ser derrubado ou não, não recebem respostas ou qualquer informação da prefeitura. Registra ainda que parece haver um

movimento de total desvalorização, fechamento de prédios e demolições, para depois ser vendido por preços elevados (PROCESSO Nº 01-0158/09, f. 51-53).

Por fim, o substitutivo do Projeto de Lei 158/09, aprovado em segunda discussão no dia 22 de abril de 2009, autorizou o executivo a aplicar a Concessão Urbanística na área delimitada pelo perímetro da “Nova Luz”. As diretrizes específicas desta concessão são as seguintes: preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e artístico existente no local; equilíbrio entre habitação e atividade econômica, de forma a propiciar a sustentabilidade da intervenção; implantação de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda, de acordo com as normas urbanísticas aplicáveis às Zonas Especiais de Interesse Social; incentivo à manutenção e expansão da atividade econômica instalada, especialmente nos setores ligados à tecnologia; execução planejada e progressiva do projeto urbanístico específico, de forma a evitar, durante o período de intervenções, o agravamento de problemas sociais e minimizar os impactos transitórios negativos delas decorrentes. Estas serão as diretrizes que orientarão a elaboração do projeto urbanístico e a fiscalização na execução do contrato da concessão. Cabe ao Projeto Urbanístico definir quais serão os imóveis desapropriados, demolidos, reformados ou construídos, para isso deverá levar em consideração alguns aspectos, como custos, viabilidade econômica, atendimento à função social, compatibilidade com o entorno e restrições decorrentes de tombamento. Os moradores e as atividades econômicas deverão ser cadastrados para a aplicação das diretrizes, como forma de mantê-los no local. O Conselho Gestor da Nova Luz, constituído pelo executivo e composto por membros da sociedade civil (moradores, usuários, empresários, comerciantes, proprietários e cidadãos interessados) – indicados no Conselho Municipal de Política Urbana - e representantes do executivo municipal, presidido por um indicado do executivo, terá a função de fiscalizar, verificar e acompanhar o cumprimento das diretrizes do projeto urbanístico e do contrato da concessão urbana (Ibid., f. 79-82).

Assim, a partir deste marco legal, o próximo passo da Prefeitura Municipal foi a seleção, mediante licitação, das empresas responsáveis por elaborar o “Projeto Urbanístico e Estudos Complementares”¹¹⁹ para a requalificação da Nova Luz. O critério para a escolha não foi o projeto, senão o grupo mais habilitado para transformar a região. O consórcio vencedor,

¹¹⁹ O produto final da empresa ou empresas vencedoras deverá conter: Projeto Urbanístico Específico, Plano de Urbanização das ZEIS, Estudos de Viabilidade, econômica, mercadológicos e da situação fundiária da área, Estudo de Impacto Ambiental e Plano de Comunicação.

no mês de maio de 2010, reúne empresas nacionais e estrangeiras, são elas: Concremat Engenharia, Cia. City, AECOM Technology Corporation e Fundação Getúlio Vargas¹²⁰.

Entre os desafios do consórcio vencedor, Paulo Coelho, diretor-geral da Aecom no Brasil, diz que “é fazer um projeto que seja atraente para a iniciativa privada e para os grandes ‘players’ da construção civil”. Coelho reconhece que as famílias pobres são um ponto positivo, “Se não contar com o cidadão que já está ali inserido, o projeto fracassa”. Para Mauro Viegas Filho, “O desafio é fazer um projeto viável economicamente”. Já Antônio Carlos Aidar, da Fundação Getúlio Vargas, tranquiliza dizendo que o projeto é viável economicamente e basta criatividade para colocá-lo no papel.¹²¹

3.2.3.2 O Projeto Urbanístico

No final do ano de 2010 o consórcio apresentou a “Visão e as Diretrizes Urbanísticas do Projeto Nova Luz” (17/11/2010) e o “Projeto Preliminar Urbanístico e o Plano de Urbanização da ZEIS” (17/12/2010). Ambos descrevem e ilustram, de modo preliminar, quais serão as prováveis transformações que consolidarão a requalificação, com base em uma visão prospectiva de como deve ser a Nova Luz:

Um bairro sustentável, dinâmico e diversificado, para morar, trabalhar e se divertir. Um local onde as pessoas estarão cercadas por elementos históricos e culturais, entretenimento, espaços abertos convidativos, passeios e parques. Um bairro que oferece oportunidades de estudo e trabalho, é facilmente acessível de toda a cidade e tem mobilidade privilegiada para o pedestre e o ciclista (VISÃO E DIRETRIZES URBANÍSTICAS, 2010, p. 12).

Em que pese o detalhamento dos planos, não é pretensão aqui discuti-los com maior profundidade, tarefa cara a um especialista, mas tão somente delinear um panorama da nova configuração que deve tomar o perímetro, propiciando as novas atividades econômicas e os empreendimentos imobiliários. A requalificação da área deverá promover a região da Nova Luz a pólo cultural, de tecnologia da informação e de serviços, tornando-a a área mais densa de São Paulo, com a atração de novos profissionais e moradores de diversas classes sociais. A imagem a seguir permite observar o perímetro da intervenção e a sua estrutura após a implantação do projeto.

¹²⁰ As descrições de cada uma das empresas estão disponíveis na página eletrônica oficial da Nova Luz: www.novaluzsp.com.br. “Em SP, dois consórcios disputam região da cracolândia”. Estadão.com.br, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-dois-consorcios-disputam-regiao-da-cracolandia,547217,0.htm>. Acessado em 20/05/2010;

“Prefeitura de São Paulo anuncia consórcio que fará projeto da Nova Luz”. Estadão.com.br, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-de-sao-paulo-anuncia-consorcio-que-fara-projeto-da-nova-luz,550293,0.htm>. Acessado em: 20/05/2010.

¹²¹ “Consórcio vencedor admite ser difícil projeto Nova Luz em SP”. Folha.com.br, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u735658.shtml>. Acessado em: 20/05/2010.

IMPLANTAÇÃO PROPOSTA

Fonte: Projeto Nova Luz: Projeto Preliminar – Urbanístico e ZEIS, 2010, p. 10.

No que diz respeito às diretrizes urbanísticas, a estruturação do tecido urbano e a sua ativação estão vinculados à ligação das âncoras – edifícios e espaços públicos chave que irão atrair as pessoas – já existentes e a serem criadas, por ruas e caminhos de pedestres. Tanto as âncoras, quanto as ligações, deverão permear os diferentes setores com vocações específicas em relação aos seus usos (VISÃO E DIRETRIZES URBANÍSTICAS, 2010, p. 23-24).

ÂNCORAS E LIGAÇÕES - PRELIMINAR

Fonte: Projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas, 2010, p. 29.

É parte fundamental do projeto urbano conhecer a área para intervir, diz Lourenço Gimenes, do escritório FGMF, participante do Consórcio Nova Luz¹²². O arquiteto garante que a idéia é partir do existente, do patrimônio já edificado e dos tombamentos, preservar a identidade local. Todavia, esta intenção não confere com o projeto artístico dos espaços âncoras – salvo o patrimônio histórico, base dos negócios culturais -, apresentado na proposta preliminar do Projeto Urbanístico, cuja referência vem de países estrangeiros e a sua construção depende da demolição de muitos imóveis. Logo abaixo pode ser visto como ficará a principal quadra do Setor Cultural e de Entretenimento, com a demolição de quase a totalidade dos imóveis anteriormente construídos, e do Setor Nébias, de uso predominantemente residencial e fora da área de ZEIS, o que permite imóveis de maior metragem e preço, destinados a atração das classes de maior poder aquisitivo.

¹²² Fala proferida na palestra “O Projeto ‘Nova Luz’”, no “Seminário Internacional: Políticas Culturais, Intervenção Urbana e Patrimônio Edificado”, realizado pelo Ministério da Cultura e Centro Cultural Banco do Brasil, entre os dias 24 e 26 de maio de 2011.

SETOR CULTURAL E ENTRETENIMENTO

Setor Entretenimento, Nova Luz

Campo Santa Margherita, Veneza

Fonte: Projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas, 2010, p. 42.

SETOR NÉBIAS

Parque Nébias, Nova Luz

Bryant Park, Nova Iorque

Fonte: Projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas, 2010, p. 58.

O plano preliminar ordenou o perímetro em 5 setores de modo a organizar a área para desempenhar as novas funções, são eles: Setor Cultural e de Entretenimento, onde serão localizados cafés, livrarias, restaurantes, cinemas, teatros, com um grande pátio interno para diversos eventos e atividades; Setor Timbiras – Tecnologia, que pretende atrair empresas de tecnologia e de porte, com necessidades de grandes lajes e edifícios inteligentes; Setor Nébias, distrito de uso misto, em sua maioria residencial com comércio de bairro; Setor Corredor Rio Branco, deve concentrar escritórios comerciais com grandes lajes corporativas sendo o térreo ocupado por galerias e lojas comerciais; Setor Triunfo, área onde se localiza a maior parte da ZEIS, deverá abrigar os apartamentos para diversas rendas e perfis familiares: 37m², 50m² e 65m² (PROJETO PRELIMINAR – URBANÍSTICO E ZEIS, 2010, p. 27-64).

Fonte: Projeto Nova Luz: Projeto Preliminar – Urbanístico e ZEIS, 2010, p. 26.

É importante destacar que a efetivação do Projeto Urbanístico tem como pressuposto as desapropriações e demolições nas quadras da intervenção, a depender do futuro vencedor da licitação da concessão urbanística. Para tanto, é parte das obrigações do consórcio elaborar os “Estudos de Viabilidade Econômica, Mercadológica e de Situação Fundiária”, que deve servir, entre outras coisas, de base para a decisão do futuro investidor e de orientação para o poder público.

Segundo este Estudo (preliminar) de Viabilidade Econômica¹²³, a principal fonte de receitas do concessionário estará concentrada na venda dos terrenos anteriormente adquiridos por este, apesar do estudo não descartar outros meios: a exploração comercial das intervenções, venda de potencial construtivo, exploração comercial de estabelecimentos, etc. O relatório também não menciona a participação nos empreendimentos imobiliários, o que nada muda na possibilidade de exploração desta fonte, previsto inclusive na lei de concessão. O mesmo texto aponta que as intervenções e investimentos a serem realizados pelo concessionário, ao trazerem melhoria para a região e a qualidade de vida das pessoas, consequentemente, causarão uma valorização imobiliária (ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 11).

Nas imagens abaixo podem ser observados o número de lotes e quadras que deverão compor a receita do investidor e a magnitude das transformações que prevê o projeto preliminar urbanístico. As representações esclarecem os imóveis que serão mantidos e aqueles que cederão lugar para novas construções.

Fonte: Projeto Nova Luz: Projeto Preliminar – Urbanístico e ZEIS, 2010, p. 20.

¹²³ Os “Estudos de Viabilidade Econômica, Mercadológica e de Situação Fundiária”, de caráter preliminar e consultados nesta dissertação, não foram disponibilizados por meios oficiais. Este documento foi retirado da página eletrônica da Associação dos Comerciantes do bairro da Santa Ifigênia (ACSI). Disponível em: <http://www.acsisanta.com.br>. Acessado em: 01/06/2011.

USOS PROPOSTOS - PAVIMENTOS SUPERIORES

Fonte: Projeto Nova Luz: Projeto Preliminar – Urbanístico e ZEIS, 2010, p. 21.

Embora o relatório parcial negue que a finalidade da concessão urbanística no perímetro da Nova Luz seja a especulação imobiliária ou a mera revenda de imóveis desapropriados, mas sim a implantação das obras e intervenções elaboradas no projeto urbanístico, cabe registrar, novamente, que o estudo parte da premissa que o concessionário atuará como um investidor fundiário,

(...) comprando terrenos, através da realização de desapropriações em áreas previamente definidas no projeto urbanístico específico, e vendendo esses ativos quando da incorporação ou da construção de unidades residenciais ou comerciais. Assim, a modelagem da viabilidade econômica e financeira da concessão urbanística considerou que o concessionário se estruturaria para, progressivamente, formar um banco de terrenos (*landbank*), cujos lotes ficariam disponíveis para futura negociação com incorporadores imobiliários, o que permitiria à empresa a obtenção de receitas no momento em que ocorresse a venda desses terrenos (ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 98).

A figura abaixo ilustra o modelo de concessão adotado pelo estudo:

Fonte: Estudos de Viabilidade Econômica (versão preliminar), 2011, p. 99.

Se a fonte principal de ganhos do concessionário é a venda do “banco de terrenos”, o que não exclui uma possível participação na incorporação e construção, a execução do projeto urbanístico tem como meta reverter o pequeno interesse dos investidores e os baixos preços praticados na região. Entre os anos de 2000 e 2010, a região central da cidade – áreas da Luz, Bom Retiro, Sé, Consolação, Santa Cecília e Barra Funda - contou com poucos lançamentos de imóveis residenciais em comparação com outras regiões de São Paulo, nenhum se localizando no perímetro da Nova Luz, totalizando apenas 3,2% do total no período. Os lançamentos residenciais na região central possuem preços 50% inferiores a média do mercado paulistano, já na área da Nova Luz o preço estimado de um imóvel típico, chega a apenas 23,4% do preço médio praticado na cidade. Para um empreendimento comercial na Nova Luz estima-se um preço 46% inferior ao da média do mercado paulistano (ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 34-36).

O relatório preliminar mencionado faz uma projeção da valorização potencial dos futuros imóveis residenciais e comerciais que serão lançados no local. As estimativas utilizam algumas variáveis, tais como os atributos dos novos imóveis, a proximidade com equipamentos públicos e amenidades (padarias, supermercados, cinemas, teatros, escolas, etc.), além disso, não é descartado o efeito que a mudança da imagem local causa no preço dos imóveis, nem a sua localização relativa no interior do tecido urbano. Cada variável é desdobrada em uma série de itens: proximidade com padarias, bares, cinemas, hospitais,

restaurantes, hotéis, ensino superior, metrô, supermercados, serviços pessoais, número de garagens, número de dormitórios, número de blocos, relação entre área construída e área privativa, etc. A incidência maior ou menor destes elementos deverá compor o preço final do imóvel para cima ou para baixo. Em suma, a valorização dos empreendimentos residenciais está pautada em três elementos: a transformação da configuração dos edifícios, a melhoria da imagem da região e a mudança na quantidade e localização das amenidades instaladas; a valorização comercial envolveria também outros fatores, como por exemplo, a disposição dos investidores em formar um novo pólo de serviços (ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 17-19; 103).

O modelo matemático adotado e com base nas variáveis citadas, calcula a média do preço do m² dos imóveis que serão desapropriados e estima a valorização dos futuros lançamentos. No primeiro caso, a média é de R\$ 1.826,68, seja residencial ou comercial, já os valores do m² dos imóveis que serão construídos podem variar de acordo com o tipo de empreendimento e cenário adotado¹²⁴. Na tabela a seguir os dados expressam o cenário com valorização:

Estimativa do Valor Geral de Venda dos Imóveis e do Preço do Metro Quadrado no Cenário com Valorização

Tipologias	Valor estimado do m ² de área útil (em R\$)	Valor estimado da unidade imobiliária (em R\$)	Valor Geral de Vendas (em R\$ 1.000)	Área Construída (em m ²)	Área Útil (em m ²)	Unidades imobiliárias
HIS (37m ²)	3.102,17	114.780,32	-	50.650	46.045	1.244
HIS (50 m ²)	3.106,05	155.302,64	-	22.294	20.267	405
HMP (65 m ²)	3.420,51	222.333,46	147.662,32	42.554	38.685	595
Residencial básico (100 m ²)	3.914,32	391.431,63	720.224,10	233.251	133.523	1.335
Residencial retrofit (100 m ²)	3.914,32	391.431,63	61.825,32	23.532	13.471	135
Residencial Total			929.711,74	372.280	251.991	3.715
Escritório Básico (50 m ²)	6.797,45	339.872,50	438.369,23	97.769	48.398	-
Escritório Andar Livre	11.403,73	7.982.611,00	1.075.244,10	151.391	71.243	-
Loja (50 m ²)	7.464,10	373.205,00	526.687,25	112.952	55.914	-
Centro comercial	13.856,28	692.814,00	593.490,87	83.221	39.163	-
Lojas em galeria	10.660,19	533.009,50	1.115.860,98	172.132	81.003	-
Escritórios andar livre (retrofit)	11.403,73	7.982.611,00	33.781,92	4.965	2.336,47	-
Comercial Total			3.783.434,35	622.430	298.058	
Nova Luz Total			4.713.146,10	994.710	550.048	

Fonte: Estudos de Viabilidade Econômica (versão preliminar), 2011, p. 104.

A diferença entre o preço do m² que será pago na desapropriação e o preço do m² dos novos empreendimentos deve gerar um ganho bruto - por m² - para o concessionário que varia, nos imóveis residenciais, de R\$ 1.275,49 até R\$ 2.087,64, e nos imóveis comerciais,

¹²⁴ As projeções estabelecem dois cenários, um base e outro com valorização, sendo que o segundo se refere à mudança da imagem local, ou seja, está relacionado com a percepção dos futuros consumidores e investidores. Para os imóveis residenciais, considerou-se a melhoria da imagem nos dois cenários, com os valores da área equivalendo aos praticados na região da Bela Vista e da Consolação. No que concerne aos imóveis comerciais, no cenário base foi adotado a imagem atual, que muda no cenário com valorização, gerando ganho no m².

para o cenário com valorização, de R\$ 4.970,77 até R\$ 9.577,05. Assim sendo, a produção habitacional na Nova Luz, que inclui as de interesse social, reitera o padrão histórico praticado pelo mercado imobiliário, com expectativas de altas taxas de retorno¹²⁵, e restringe o acesso à propriedade para a população que ganha menos de 7 salários mínimos.

Essa valorização delimita o público que terá condições de adquirir esses imóveis. (...) estima-se que os imóveis HIS de 37 m2 serão acessíveis para famílias com renda mensal superior a 7 salários mínimos e, no caso dos imóveis HIS de 50 m2, serão acessíveis para famílias com renda mensal superior a 10 salários mínimos. Para alojar famílias de menor poder aquisitivo nessas áreas, necessariamente haverá a necessidade de transferências, que podem vir na forma de subsídio público. No caso das moradias HMP, estima-se que os imóveis serão acessíveis para famílias com renda mensal superior a 15 salários mínimos. Os 22% de imóveis de mais alto padrão serão acessíveis a famílias com renda mensal superior a 30 salários mínimos (ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 24).

Segundo o referido estudo, os cálculos para definir o ganho final do concessionário com os terrenos seguem uma fórmula que parte da estimativa do Valor Geral de Venda (VGV) de todos os possíveis empreendimentos da região. Multiplica-se o número de unidades que serão lançadas pelo seu valor potencial, do resultado é subtraído o valor de incorporação, o custo de construção e a outorga onerosa de alguns edifícios, tendo como resultado o preço dos terrenos no local. O estudo prevê um VGV potencial de R\$ 3,7 bilhões no cenário base e R\$ 4,7 bilhões no cenário com valorização, incluindo aí os empreendimentos residenciais e comerciais. Os ganhos com a venda dos terrenos é estimado em R\$ 968,38 milhões no cenário base e R\$ 1.588,04 milhões no cenário com valorização. O valor bruto apropriado pelo concessionário no primeiro caso (receita da venda dos terrenos - custos de aquisição, demolição e remoção¹²⁶) é de R\$ 212 milhões e no segundo caso de R\$ 831 milhões. Deste retorno bruto deverá ser deduzido diversos outros custos da concessionária, tais como despesas gerais e administrativas, seguros, garantias, ônus da concessão, tributos sobre a propriedade e faturamento, despesas com a regularização de imóveis, etc (Ibid., p. 104; 124-128; 131).

É importante enfatizar que os dados aqui utilizados são parte de um relatório preliminar, com muitas lacunas, rascunhos e imprecisão de números, que algumas vezes não coincidem quando são retomados em mais de uma passagem. A correta avaliação e tratamento

¹²⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre o financiamento habitacional, suas modalidades e prioridades cf. BOTELHO, 2007 e TONE, 2010.

¹²⁶ A simulação de custos do concessionário estima os gastos com a desapropriação no montante aproximado de R\$ 672 milhões, sendo que mais três avaliações, que variam para cima e para baixo em relação a essa precificação, também foram usadas. Estes cálculos além de serem uma previsão, partem da premissa de que o concessionário utilizará outras formas de negociação e acordos amigáveis com os proprietários, com isso apenas 50% dos imóveis seriam obtidos mediante desapropriação. Outros custos também foram elencados: intervenções públicas, ligadas à infra-estrutura (R\$ 80 milhões), implantação de áreas verdes (R\$ 2,77 milhões), equipamentos públicos (R\$ 24 milhões) e restauro de edifícios tombados (R\$ 79 milhões) (p. 71; 91-97).

da maioria dos cálculos extrapolam o objetivo deste trabalho e requerem a análise por um especialista. A despeito disso, cabe citar o provável aporte de recursos públicos para tornar viável econômica e financeiramente a concessão em um cenário base, com um prazo hipotético de 15 anos. Nesta situação, a contrapartida da prefeitura seria no montante de R\$ 259 milhões; no cenário com valorização há viabilidade sem os recursos da Prefeitura (ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA (versão preliminar), 2011, p. 148-149). No tocante ao ônus público, o vereador do PT Chico Macena, apresentou em audiência pública do dia 12 de abril de 2011, com base em documento oficial da secretaria (ele não menciona qual), um outro valor a ser aplicado pela Prefeitura, da ordem de R\$ 600 milhões¹²⁷ (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 12/04/2011, p. 5).

Na antípoda dos grandes negócios imobiliários e do poder decisório estão os sujeitos diretamente atingidos pelo Projeto “Nova Luz”. Os moradores, comerciantes, usuários e trabalhadores locais, alijados do processo de construção do projeto que determinará as transformações na região, encontram-se em meio a incertezas e imprecisões dos relatórios, estimativas e projetos. Apesar das audiências públicas e reuniões entre Prefeitura Municipal, consórcio e população atingida, conquistadas através de muita pressão, segundo a Sra. Paula Ribas, presidente da Amoaluz (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz), nem o poder público, nem o consórcio têm sido capaz de oferecer garantias suficientes quanto ao destino dos desapropriados (Ibid., p. 5). É o que demonstra os protestos, fechamentos de lojas e conflitos que marcaram as três audiências públicas do Projeto Urbanístico até aqui consideradas¹²⁸ e as tentativas de impugnar a Concessão Urbanística¹²⁹.

¹²⁷ Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo, a Prefeitura terá que pagar entre R\$ 370 milhões e R\$ 621 milhões, uma concessão patrocinada, que a prefeitura não descarta. “Prefeitura terá que pagar por Nova Luz”. Folha de São Paulo, 13/04/11.

¹²⁸ A primeira audiência pública, que deveria ter ocorrido no dia 14/01/2011, foi precedida de protestos e fechamentos de lojas, sendo cancelada, segundo Bucalem, Secretário do Desenvolvimento Urbano, por motivo de segurança, pois o auditório não comportava o número de participantes. “Após manifestação, audiência pública sobre projeto Nova Luz é cancelada em SP”. Folha.com, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/860882-apos-manifestacao-audiencia-publica-sobre-projeto-nova-luz-e-cancelada-em-sp.shtml>. Acessado em: 18/01/2011. Nas atas das duas audiências públicas seguintes, que aconteceram nos dias 28/01/2011 e 12/04/2011, são descritas as manifestações e discussões durante as sessões. Na audiência do dia 28, após algumas declarações no microfone, os moradores e comerciantes se retiraram em sinal de protesto. Ambas transcrições estão disponíveis em: www.novaluzsp.com.br.

¹²⁹ O Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando uma ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela Associação dos Comerciantes da Santa Efigênia contra a lei de concessão urbanística, suspende o Projeto Nova Luz. “Reurbanização da Nova Luz é suspensa pela Justiça de SP”. Folha de São Paulo, 27/04/2011. Quatro dias mais tarde é publicada na Folha de São Paulo que o mesmo desembargador que acatou a ação de inconstitucionalidade cassou no dia 29/04/2011 a liminar. “Justiça cassa liminar que suspendia o projeto Nova Luz”. Folha de São Paulo, 30/04/2011.

Foto 5: Manifestação que precedeu a audiência pública do dia 14/01/2011.
Foto de Carlos Ceconelo/Folhapress¹³⁰.

A redação desta dissertação se encerra em um momento de intenso debate entorno do Projeto “Nova Luz”. A finalização e posterior publicação do Projeto Urbanístico e Estudos Complementares (que não serão abordados aqui), no dia 11 de agosto de 2011, ocorreu em meio a manifestações¹³¹. Este ato do executivo municipal ignorou os trabalhos do Conselho Gestor da ZEIS, instância legal de participação popular, composta por representantes da sociedade civil e membros do poder público. Segundo Paula Ribas, Conselheira Titular da ZEIS – Santa Ifigênia, consta no Termo de Referência que rege o contrato do projeto Nova Luz, que “(...) o Plano de Urbanização de Zeis (um dos produtos do contrato) precisa ser aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS, antes do início da fase de licenciamentos junto aos órgãos responsáveis. E este procedimento legal não foi cumprido”¹³².

Outro ponto de conflito noticiado pelos jornais Folha de São Paulo¹³³ e Estado de São Paulo¹³⁴ diz respeito aos aportes de recursos públicos. Contrariando um dos objetivos da concessão, que é não onerar os cofres públicos nas intervenções urbanas, está previsto um gasto de até R\$ 355 milhões pela Prefeitura para tornar lucrativo os investimentos do

¹³⁰ “Após manifestação, audiência pública sobre projeto Nova Luz é cancelada em SP”. Folha.com, 14/01/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/860882-apos-manifestacao-audiencia-publica-sobre-projeto-nova-luz-e-cancelada-em-sp.shtml>. Acessado em: 18/01/2011.

¹³¹ “Protestos marcam apresentação de projeto final da Nova Luz em São Paulo”. Rede Brasil Atual, disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2011/08/protestos-marcam-nova-apresentacao-de-projeto-nova-luz>. Acessado em 20/08/2011.

¹³² Blog da Associação dos Moradores da Luz (AMOALUZ). Carta Aberta disponível em: <http://apropriacaodaluz.blogspot.com/2011/08/carta-aberta-ao-publico-posicionamento.html>. Acessado em: 20/08/2011.

¹³³ “Verba pública banca negócios da Nova Luz”. Folha de São Paulo, 12/08/2011.

¹³⁴ “Nova Luz: Prefeitura já admite pagar 1/3 da obra”. Estadão.com.br, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nova-luz-prefeitura-ja-admite-pagar-13-da-obra,757468,0.htm>. Acessado em: 20/08/2011.

concessionário. Isso ocorre em um cenário previsto pelo relatório de viabilidade econômica em que não se considera o lucro com os empreendimentos imobiliários, mas apenas a venda do “banco de terrenos” do concessionário. De acordo com a reportagem da Folha de São Paulo, o faturamento previsto com os imóveis ao longo de 15 anos deverá ser de R\$ 5,1 bilhões, negócio não levado em conta nos cálculos finais do relatório.

3.3 Nova Economia Improdutiva da Cidade e a Revalorização do Centro como Forma-Síntese da Reprodução Crítica

Nota-se que a cidade de São Paulo segue produzida no ímpeto de sobrepujar o declínio de uma lógica industrial que até os anos 1980 detinha a primazia na sua economia. A produção deste espaço urbano mantém-se determinada pelo impulso dos capitais individuais em busca de rentabilidade, ao mesmo tempo em que o poder público, ou como afirma Carlos (2004), a nova relação Estado-espaço, deve garantir as condições de reprodução aos capitais investidos, além de ser catalisadora para os empreendimentos e aos negócios, assinala Harvey (2005b), para o qual há uma passagem de uma gestão “administrativa” das governanças urbanas para formas de ação “empreendedoras”.

Eis o que frequentemente são máquinas de crescimento urbano em todas as partes: a orquestração da dinâmica do processo de investimento e a provisão de investimentos públicos chave, no lugar e tempo certos, para fomentar o êxito na competição interurbana e inter-regional (Ibid., 2005b, p. 231).

A competição que age sobre os capitais individuais derrubando a taxa de lucro dos setores produtivos atua também sobre as “máquinas de crescimento urbano” e, analogamente ao primeiro, tende a generalizar o trabalho improdutivo, só que no caso das cidades, através do abrangente setor Terciário, parte da “nova economia” urbana (op. cit., p. 53) e requisito das atividades econômicas, que entra como custos empresariais (KURZ, 2002). A permanência de uma grande quantidade de indústrias altamente produtivas na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) (ARAÚJO, 2001), portanto com alta composição orgânica, demandam uma enormidade de serviços. Justaposto a isso, tais setores de serviços têm a possibilidade de oferecer rentabilidade aos capitais-monetários que já não podem auferir o lucro médio na produção (MANDEL, 1982).

O aumento dos custos absolutos empresariais, portanto, da queda na taxa de lucro das empresas produtivas, em decorrência da tendência inexorável ao desenvolvimento das forças produtivas, põe a produção do espaço na cidade enquanto expressão do trabalho improdutivo, ou seja, as próprias condições para a produção do valor – o setor de serviços ou terciário – que

entram também como custos empresariais e impõem um limite a sua reprodução, tornam-se determinantes no urbano. Esse mesmo setor amplo e diversificado, de onde algumas atividades são capazes de gerir também, mas não só, as dívidas da atividade industrial e realizar apostas no mercado financeiro para as empresas, atrai, por consequência da crise do trabalho produtor de valor, os investimentos em busca de ao menos o equivalente ao lucro médio, como ocorre com os eventos culturais, os museus, consultorias, empresas jurídicas, os eventos internacionais, os shows e espetáculos, o turismo, etc.

Os capitais que migram de um ramo a outro do Terciário ou agem simultaneamente nestas diversas atividades, intentam açambarcar a maior quantidade possível de valor-social. Não obstante, pode ser possível também que os capitais ociosos em busca de valorização, sob o risco de perdas vultuosas no “capitalismo de cassino financeiro” (Kurz, 2002) ou pela incerteza em outros setores, tenham no setor imobiliário uma alternativa, ainda que a ser problematizada neste trabalho, de auferir altas taxas de lucro (BOTELHO, 2005; CARLOS, 2004; HARVEY, 2008; LEFEBVRE, 200-; SMITH, 2007; TONE, 2010).

Paradoxalmente, estas inversões tipicamente mais conservadoras por serem as mais seguras - já que se trata de um ativo patrimonial, com lastro em imóvel -, não escapam àquelas leis que atuam atrás das costas dos sujeitos – inclusive a que determina a negação do trabalho vivo pelo morto e leva a queda na taxa dos lucros. Historicamente são notórias as crises no setor imobiliário, como a mais recente nos EUA, onde a autonomização de momentos copertentes e necessários entre a esfera da produção e da circulação, determinados por outra autonomização, a dos capitais fictícios, levaram a termo as contradições próprias ao capital, globalizando a desvalorização dos ativos.

No tocante à relação entre a proliferação dos serviços e o setor imobiliário nas cidades, a discussão de Arantes (1998; 2009) sobre a “cidade-empresa-cultural” demonstra que o novo urbanismo garante o êxito e a articulação de ambos, de modo a granjear inserção no mercado competitivo mundial. Por isso a análise da autora auxilia no desenvolvimento do argumento da pesquisa, segundo o qual a simultaneidade dos investimentos nestas atividades econômicas – setor imobiliário e serviços - representaria, ao invés de reprodução ampliada, uma forma tautológica da crise. De tal modo que a crise não se resolveria, mas essa “nova economia produtiva da cidade” acirraría os fetiches de crescimento e desenvolvimento, dentre outras representações que detém a potência de segregar e escamotear os conflitos sociais.

O projeto de requalificação urbana “Nova Luz” conforma uma expressão privilegiada da atual urbanização, peça chave da “cidade-empresa-cultural” paulistana, pois converge em

si a produção de um espaço diferencial atraente para o capital imobiliário como também a proliferação dos serviços culturais, de comunicação, tecnologia, dentre outros. Parte-se deste ponto para traçar um caminho crítico de leitura das intervenções urbanas que se generalizam a nível mundial, apreendendo a forma de ser do urbano com referência à crise do trabalho.

Sobre a interpretação de Arantes (1998, 2009) acima mencionada, é importante aqui algumas considerações. A autora esclarece que por trás do protagonismo das cidades estão os interesses de grandes corporações, dos capitais rentistas, dentre inúmeras outras classes que detém, em associação com o poder público, a possibilidade de realizarem seus negócios. Logo, “cidades protagonistas” são aquelas configuradas de modo a gerarem vantagens competitivas e as melhores oportunidades para os negócios, inclusive ao capital estrangeiro. O novo urbanismo que surge desta situação, em marcado contraste com o planejamento moderno, enfatiza a dimensão cultural de um planejamento dito estratégico. Portanto, as cidades só serão protagonistas se forem dotadas de um Plano Estratégico, uma espécie de Teorema-Padrão, segundo a autora, para o qual converge governo, burocratas e urbanistas (2009, p. 13).

Esse novo planejamento tem origem no movimento de retorno à cidade, com seus processos de gentrificação – revitalização na linguagem dos promotores da cidade –, “(...) em grande parte desencadeados pelo reencontro glamouroso entre Cultura (urbana ou não) e Capital.” (Ibid., p. 14). Com foco num viés culturalista e nos seus produtos derivados, o discurso dominante do planejamento estratégico se apóia cada vez mais na chamada requalificação urbana do que nos termos do planejamento moderno, domínio da técnica, marcado pela racionalidade, funcionalidade, zoneamento, etc.

Nesse sentido, convergindo empreendimento urbano e investimentos culturais de porte industrial, o “Projeto Nova Luz”, parte da Operação Urbana no Centro de São Paulo, é um bom representante do urbanismo para o qual Arantes adverte, portanto, região síntese para discutir a determinação do urbano pela crise do trabalho. Essa intervenção urbana deve combinar o desenvolvimento de um terciário avançado na região, empreendimentos imobiliários com uma arquitetura monumental e de alta tecnologia, típica de outras metrópoles globais, e traços da tradição e cultura local. Atrelado a isso, a região deve ser capaz de projetar uma imagem da cidade para inseri-la nos circuitos internacionais e disputar “(...) a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade” (BORJA E CASTELLS, 1996, p. 160).

Portanto, a substituição do planejamento “arrasa quarteirão”, embora na prática não seja isso o que se verifica para a região da Luz, é ocupada por uma fraseologia pautada na “(...) ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo (...)” (ARANTES, 1998, p. 132). A “Nova Luz” busca justapor rentabilidade e patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que seus promotores produzem uma imagem de modernidade e o discurso identitário se encarrega de dar impulso a um patriotismo paulistano. Essa maquiagem em busca de consenso procura encobrir a segregação e a violência envolvidas nesta intervenção urbana.

Arantes resume a idéia de cidade como *growth machine* do seguinte modo:

(...) coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. A *fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesma de toda localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje novamente na vanguarda dos “movimentos urbanos”: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. (2009, p. 27-28).

Sem desenvolver as implicações da “Nova Luz” no que se refere ao capital imobiliário e as possibilidades de acumulação através da produção do espaço, já que será desenvolvido no próximo capítulo, mas ressaltando a posição de destaque da cultura e os seus produtos derivados, junto aos serviços de alta tecnologia e comunicação a serem implementados na região do Projeto, é possível recuperar o momento no qual Marx (1988, 1 I) trata do fetiche do dinheiro que envolve a “Tarefa de Sísifo” do entesourador, para pensar o conteúdo crítico que vem à tona. Nessa passagem, a cobiça pelo dinheiro corresponde ao poder social que esta forma representa, daí a necessidade de transformar tudo em dinheiro.

Nesse sentido – do poder social da forma monetária -, mas partindo de um conteúdo crítico da urbanização, tudo se torna vendável, objeto de compra, e arremessado na grande retorta social que é o mercado. Os capitais investidos nos diversos ramos improdutivos e na própria cultura, com seus respectivos produtos, querem se apropriar da maior quantidade de dinheiro possível; pois como argumenta Marx, no dinheiro se apagam todas as diferenças qualitativas entre as mercadorias e como nivelador radical, apaga todas as diferenças, assim

sendo não importa se a atividade produz valor ou se esse dinheiro não tem lastro nenhum em trabalho produtivo.

Nesse momento da apresentação de Marx – da “Tarefa de Sísifo” do entesourador - ainda não estava posto a determinação da produção e a negatividade do trabalho sobre a taxa de lucro, por isso o impulso a entesourar representava a acumulação de dinheiro por seu caráter de equivaler a todas as mercadorias, por ser o representante geral da riqueza material e ao mesmo tempo limitado quantitativamente, por ser um volume de eficácia sempre reduzida se comparado ao mundo das mercadorias disponíveis. Nas atuais determinações da crise, lançar toda e qualquer coisa ao mercado, na esfera da circulação, vai no sentido de se apropriar do valor que ainda é produzido socialmente ou mesmo do dinheiro sem lastro em trabalho, já que a sociedade ainda continua se reproduzindo sob a forma monetária.

CAPÍTULO IV

Quanto mais perseguirmos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de por a nu o segredo de seu organismo interno.

Karl Marx

4. A Nova Fronteira do Capital no Limite do Crescimento

É necessário pensar a generalização das intervenções urbanas e a expansão dos investimentos a ela concernentes, vigentes inclusive a nível mundial, como uma tentativa de fazer coincidir estas inversões de capitais com a massa de capitais disponíveis a procura de valorização. Entretanto, as tentativas de estabelecer uma relação proporcional entre capitais ociosos e investimentos imobiliários tendem a coincidir com a própria expansão da crise - dinheiro que continua ocioso do ponto de vista substancial -, pela impossibilidade de ampliar a massa de valor na medida equivalente à forma-monetária circulante.

Propõe-se compreender o setor imobiliário paulistano, ramo que potencialmente seria capaz de repor os pressupostos dos capitais investidos, isto é, estabelecer a real metamorfose no processo de produção e expandir o mais-valor, determinado pela tendência interior do capital a negar o trabalho vivo em face do morto – cujo resultado é a elevada composição orgânica -, sobretudo na construção de empreendimentos de alto padrão, como o caso de *shoppings*, hotéis, *flats* e edifícios para as grandes corporações e serviços avançados.

Se de um lado da chamada centralidade expandida na direção do vetor sudoeste da cidade de São Paulo concentram-se os edifícios de mais alto padrão tecnológico e de construção, correspondentes aos mais recentes investimentos financeiros e a uma complexa trama entre promotores imobiliários, Estado e finanças (CARLOS, 2004; FRÚGOLI, 2006; FIX, 2007 et alli), do outro, no Centro, o empreendimento Nova Luz, parte da Operação Urbana Centro, aponta para o mesmo fundamento crítico da produção daquele espaço.

Portanto, a questão primordial da pesquisa leva a indagar se a produção do espaço no Centro com o Projeto Nova Luz, enquanto uma possível nova fronteira de acumulação, em sincronia com a produção do espaço no vetor sudoeste – no que diz respeito às leis básicas -, ao menos temporariamente, nos termos de Smith (2007), constitui uma tendência contra-atuante à baixa nas taxas de lucro e faz coincidir crescentemente, através da produção deste espaço, forma-fetice (dinheiro) e substância-fetice (valor) (Kurz, 2002); ou apresenta-se enquanto uma forma de metamorfose urbana ofuscante, ocultando a contradição sob o invólucro da forma-mercadoria e da forma-monetária.

Diante deste problema, para desdobrar a questão acerca da crise do trabalho produtivo implícita no setor imobiliário e aos serviços modernos, é crucial avançar além das representações e das dissociações do plano fenomênico. Por isso, cabe a advertência de Lefebvre (200-), a partir da “fórmula trinitária” de Marx, segundo o qual há na produção e

reprodução das relações capitalistas uma tríade que envolve o capital e o lucro, a propriedade do solo e a renda fundiária e o trabalho com seu respectivo salário; representados separados, mas unidos na sociedade em ato.

A separação é ao mesmo tempo falsa e verdadeira. Os elementos que aparecem separados aparecem como fontes distintas da riqueza e da produção, quando é somente sua ação comum que produz essa riqueza. Enquanto fontes distintas da riqueza social, os elementos parecem receber a parte que lhes cabe da “renda” nacional, o que mascara o fato da riqueza social coincidir com a mais-valia global. (...)

(...) Abandona-se, assim, a unidade concreta que constitui a sociedade burguesa e aceita-se a ilusão que é posta em seu lugar (ao invés da mais-valia global: a teoria da renda nacional – do PNB – e de suas diversas fontes) (LEFEBVRE, 200-, p. 26-27).

A fórmula trinitária revelaria a aparência necessária – as separações sustentadas e mantidas por uma prática social – para a reprodução das relações sociais e que oculta a fonte da riqueza social. A produção do valor, riqueza social, fruto do consumo produtivo do trabalho sobre os meios de produção, do qual participa o solo e o capital – trabalho morto –, apresenta-se como produto das três partes que participam do movimento de autovalorização, portanto, recebem a parte que lhes cabe do valor global.

Partindo deste fetiche das diversas fontes produtoras de valor a análise caminha na direção de compreender, sob a perspectiva da crise do trabalho, a noção de fronteira, ou melhor, a produção do espaço enquanto acumulação de capital. Deste intuito se estabelece uma discussão das frações do capital que compõem o setor imobiliário: a renda urbana destinada aos proprietários do solo, o lucro capitalista do setor produtivo e os juros apropriados pelo capital financeiro. Ademais, deve-se perseguir a questão da valorização do capital neste setor da produção e os possíveis limites a essa produção substancial como base para pensar o Projeto Nova Luz. Tarefa tanto mais difícil quanto mais inextrincáveis são as novas relações do setor imobiliário:

Na prática, as categorias do lucro, dos juros e da renda fundiária podem estar tão mescladas que é difícil a identificação de cada uma delas. O mercado financeiro (...) pode receber tanto juros do capital quanto renda, através dos novos instrumentos de captação de recursos desenvolvidos, como os Fundos de Investimento Imobiliário e os Certificados de Recebíveis Imobiliários. O setor imobiliário pode, através das práticas do consórcio e da cooperativa, receber juros ao aplicar os recursos recebidos através do autofinanciamento no mercado financeiro antes de completar as obras. Os construtores podem transacionar com terras próprias que se valorizam ao longo do processo construtivo e cobrar uma renda quando vendem os imóveis prontos. Esses são alguns dos exemplos das dificuldades de se separar tais categorias de forma unívoca (BOTELHO, 2005, p. 32).

Assim, em meio a tênue delimitação entre essas categorias ou mesmo a sua sobreposição, é preciso primeiramente reconhecer a complexidade que envolve o setor imobiliário e os diversos ramos de atividades dos quais depende, para depois avançar na

discussão acerca das frações do capital que compõem esse setor e posteriormente chegar à questão da valorização.

4.1 O Setor Imobiliário e a sua Fonte Produtora de Valor

Para circunscrever o setor imobiliário utiliza-se o relatório setorial do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2001), que define, com base numa publicação do Sinduscon – SP (Sindicato da Indústria da Construção – São Paulo), o macro setor da construção civil. Por essa definição, o macro setor incluiria o subsetor de materiais de construção, que envolve os ramos de extração (minerais metálicos e não metálicos, extração de madeira) para a sua posterior transformação (cerâmica, pisos, azulejos, cal, tubos, cimento, estruturas metálicas, etc.), a indústria da construção civil, com a construção de edifícios, obras de engenharias civil, viárias, etc, e o subsetor terciário, que abarca as atividades imobiliárias e a manutenção predial.

Segundo esse relatório, “(...) a participação da construção civil no PIB brasileiro passa, em 1996, para 14,8% e permite afirmar que para cada cem postos diretos gerados no setor, outros 285 são abertos nos demais setores do chamado macro-setor da construção civil” (DIEESE, 2001, p. 8). De acordo com os dados mais atualizados mencionados por Henrique Meirelles (ex-presidente do Banco Central) em 2007, a cadeia produtiva da construção civil, que inclui os setores de materiais, serviços, construção propriamente dita e comercialização imobiliária, representa entorno de 16% do PIB, destes, a construção de habitações é responsável por 6%¹³⁵.

Não obstante a relevância deste macro setor para a circulação do capital em geral, ele não será em sua totalidade objeto de maiores reflexões. A delimitação do setor imobiliário adotada por essa pesquisa engloba a construção de edifícios, as suas obras correlatas e a posterior realização no mercado. Ou seja, admite um ramo específico da indústria da construção civil da qual participam um grande número de empresas para viabilizar a reprodução, desde as incorporadoras, escritórios de engenharia e arquitetura, imobiliárias até assessorias, operadores financeiros, administradores de fundos de investimento, agências de publicidade, manutenção predial, etc., sendo o setor terciário o principal consumidor das grandes obras.

¹³⁵ Revista “Conjuntura da Construção”, ano V, nº 4, dezembro de 2007, p. 5. Publicação trimestral conjunta do SindusCon-SP e da FGV.

Um dado importante do DIEESE, por envolver o grupo da “Construção de Edifícios e Obras de Engenharia Civil”, ramo que engloba as obras viárias, edificações, grandes estruturas e obras de arte, obras de urbanização e paisagismo, montagem de estruturas e outros tipos de obras, diz respeito ao número de empresas e da participação no emprego: o grupo soma 71% das empresas e emprega 72% dos trabalhadores formais do macro setor; crucial apontar que o seu mercado depende diretamente do sistema financeiro imobiliário e das políticas de financiamento habitacional do país (DIEESE, 2001, p. 8).

Sobre as relações de trabalho na construção civil, elas estariam entre as mais precárias em relação a outros ramos. Das 4.700.000 pessoas ocupadas em todo o Brasil, apenas 954.000 tem carteira profissional assinada, quase 2 milhões de trabalhadores atuam por conta própria e aproximadamente 3.400.000 não contribuem para a Previdência Social. O baixo grau de formalização do emprego reflete diretamente nos salários, é o que demonstra o relatório do DIEESE quando compara os rendimentos dos trabalhadores assalariados com a remuneração dos trabalhadores autônomos e sem carteira assinada.

A rotatividade e o curto tempo no mesmo emprego é outra característica desta ocupação, já que depende do tempo de execução do empreendimento, o que dificulta a sindicalização e a reivindicação pelos direitos trabalhistas. As horas extras também são muito utilizadas, seja para poupar custos do empregador ou aumentar as rendas do trabalhador, sem mencionar os ‘bicos’ de final de semana. “50% dos trabalhadores do setor ultrapassam a jornada semanal de 44 horas e mais de 22% trabalham mais que 49 horas. Isto sem considerar que grande parte da categoria ainda faz ‘bicos’ nos finais de semana” (Ibid., p. 11).

Os números para o setor demonstram a importância deste ramo da produção para a economia nacional e sua alta demanda por capital variável que, conforme o nível de exploração do trabalho, representaria, relativamente aos outros setores, baixos custos para o empreendedor. Na contramão do argumento da alta composição orgânica no setor da construção civil no Brasil está a permanência dos grandes contingentes de trabalhadores exercendo seu ofício com métodos manufatureiros nos canteiros de obras, ainda que venham sendo substituídos paulatinamente pela produção industrializada, sobretudo na última década. A maior produção de mais-valia seria um indicativo do deslocamento dos investimentos da produção de mercadorias na indústria para a produção do espaço, pela possibilidade de maiores lucros.

O setor, comparativamente a outras indústrias, experimenta um atraso no que diz respeito às inovações, analisa Schwark (2006). Os especialistas e profissionais da área

descrevem inúmeros motivos para o atraso neste setor produtivo ou mesmo para os problemas na aplicabilidade de novos métodos e materiais. Entre as principais causas estariam: desconhecimento dos potenciais e limitações dos novos métodos adotados; o setor é pulverizado, com grande número de pequenas empresas, sem a disponibilidade de grandes aportes de capitais como nos oligopólios; o uso intensivo de trabalho de baixa qualificação e pouca especialização; leis trabalhistas que incentivam a baixa produtividade e o vínculo ténue com a empresa; falta de uma política tecnológica e industrial consistente; alta tributação e juros, atrelados a créditos limitados; tradicionalismo arraigado nos profissionais do setor; falta de logística mais moderna nos canteiros de obras; competição desigual entre as empresas, com a participação de firmas que não atendem aos critérios legais, técnicos e de qualidade, etc (SALES, SOUZA, 2001; SERRA, 20-?; SCHWARK, 2006)¹³⁶.

Nessa direção, Botelho (2005) afirma que o setor imobiliário tem um papel fundamental na luta contra a tendência a baixa nas taxas de lucro, pois mesmo com os avanços técnicos possui um atraso relativo na sua composição orgânica e, por isso, uma alta produção de mais-valia, o que permitiria uma taxa de lucro mais elevada que os outros setores da produção. O autor vê a propriedade fundiária e a sua exigência de fixar um tributo como o principal impeditivo à produtividade no setor da construção. Para Tone (2010), houve mudanças tecnológicas e a incorporação de novos métodos e materiais no setor da construção, todavia, a força de trabalho continua sendo empregada extensivamente, com a intensificação do seu dispêndio, pois muitas empresas ainda preferem a manufatura no canteiro de obras.

Os dados a seguir ilustram a primazia do setor no que diz respeito à atração de capitais, fenômeno que indicaria, segundo os autores acima citados, a busca de maiores lucros:

As atividades imobiliárias foram responsáveis por 20,8% dos investimentos realizados na Grande São Paulo no período janeiro de 1995-maio de 2000, seguida pela indústria automobilística, com 17,4%, a indústria Química, com 9,8%, o Comércio varejista com 7,1% e as Telecomunicações com 6,2% (CARLOS, 2004, p. 58).

O circuito imobiliário foi, segundo Lefebvre (200-, p. 37-40), durante muito tempo um setor subsidiário, subordinado, tornando-se aos poucos um setor paralelo com a possibilidade de vir a ser o principal, caso o circuito normal “produção-consumo” entre em recessão. A estratégia dos capitais seria normalizar esse circuito como complementar e suplementar, caso decline o grande circuito normal da produção e do consumo.

¹³⁶ Informações retiradas também da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VII, nº 3, Setembro de 2010, p. 14-15.

A mobilização das riquezas fundiária e imobiliária deve ser compreendida como uma das grandes extensões do capitalismo financeiro, desde um certo número de anos; a entrada da construção no circuito industrial, bancário e financeiro foi um dos objetivos estratégicos durante o último decênio. Trata-se de um fato lógico, coerente na sociedade tal como ela é (LEFEBVRE, 200-, p. 40).

A ascensão do imobiliário, mesmo com as contradições que lhe são próprias - abusos especulativos, excessos de capitais investidos ou falta de crédito, lenta obsolescência dos produtos -, representa, segundo Lefebvre, as dificuldades, saturações, entraves das antigas indústrias, isto é, a crise pela qual passam os capitais na esfera produtiva. Desse modo, ainda que a dinâmica dos investimentos imobiliários oscilasse no tempo e no espaço, entre uma função subordinada e dominante, em decorrência das suas contradições, esse setor detém a função essencial de se contrapor a tendência à baixa do lucro médio. Isso porque, segundo o autor, o setor comporta e ainda comportará durante muito tempo uma baixa composição orgânica, mesmo com os progressivos investimentos em capital constante. “A construção (privada ou pública) proporcionou e ainda proporciona lucros superiores à média. A especulação não entra nesse cálculo, mas superpõe-se a ele; nela e por ela, através de uma mediação – o espaço – *o dinheiro produz dinheiro*”. (Ibid., p. 72).

Se para Lefebvre é possível afirmar que o espaço, assim como Marx afirmava para as coisas produzidas, contém e dissimula as relações sociais, notadamente a relação capital-trabalho, recupera-se a partir desta contradição a questão acerca do processo de valorização através da produção do espaço (Ibid., p. 71). Dito isso, é crível indagar para o capitalismo hodierno, se a relação capital-trabalho que se manifesta contrária ao que é nos setores produtivos tradicionais, contradição que permite o capitalista acreditar que é o seu capital o produtor de valor - por isso os sucessivos investimentos em capital constante -, é passível de similaridade nos capitais investidos no setor imobiliário.

Diante deste fetiche constitutivo do movimento do capital, propõe-se considerar a tendência ao aumento da composição orgânica no setor imobiliário, dissimulada ainda pela grande oferta de emprego neste setor relativamente aos outros setores produtivos. Importante notar que Lefebvre, embora considere a proporção superior do capital variável em relação ao constante, neste ramo da produção, não deixa de ressaltar que há um crescimento das forças produtivas (Ibid., p. 72). O autor escreve a obra aqui tratada na década de 1970, período que talvez permita colocar a produção do espaço no centro da produção substancial de valor.

E isso apesar dos investimentos consideráveis e dos progressos técnicos. As terraplanagens e trabalhos de fundações ocupam uma numerosa mão-de-obra (e sobretudo a mão-de-obra dita “estrangeira”). De onde decorre uma taxa de lucro superior e a formação de uma massa de mais-valia da qual uma parte retorna às “empresas” (Ibid., p. 72-73).

Nessa direção, traz-se para análise a fração do capital responsável pela construção direta do edifício, ou seja, a porção da construção civil capaz de mobilizar o trabalho vivo na produção do espaço e impulsionar, segundo alguns autores supracitados, a massa de valor social. A seguir constam alguns apontamentos sobre o aumento da composição orgânica na construção civil.

4.2 A produção propriamente dita

O estudo já mencionado do DIEESE refere-se às recentes transformações na indústria da construção civil pelo conceito de reestruturação produtiva, definindo-o como

(...) a reconfiguração do sistema de produção de bens e serviços, abarcando aspectos como o comportamento empresarial, as relações entre as empresas, o padrão tecnológico, as formas de gestão, de contratação e de remuneração da mão-de-obra, o modo de execução do trabalho, entre outros (2001, p. 21).

Os avanços técnicos e científicos no setor, que vão da concepção ao acabamento, pressupõem inúmeras outras medidas à jusante da obra, como o desenvolvimento de materiais adequados em outros ramos industriais e padronização prévia dos produtos fornecidos, aos quais somam-se uma engenharia financeira e *softwares* de ponta. Com essas condições, o nível de modernização da produção propriamente dita de certo capital neste ramo dependerá da racionalização do processo produtivo já instalado e, principalmente, do grau de incorporação das inovações tecnológicas na parte constante do capital da construção.

A reestruturação produtiva está ligada à capacidade da construção civil industrializar-se, mudança que tem suas raízes na primeira metade do século XX e avança em ritmos desiguais no interior deste ramo produtivo. Serra [200-?] ao analisar a bibliografia sobre o assunto, conclui que a industrialização tem os mesmos objetivos de outras áreas da indústria, qual seja, produzir em maior quantidade, com melhor qualidade, a um custo menor e em um tempo menor. A autora define a industrialização da construção como sendo um processo organizacional caracterizado por:

- continuidade no fluxo da produção
- padronização
- integração de diferentes estágios do processo global de produção
- alto nível de organização do trabalho
- mecanização em substituição ao trabalho manual sempre que possível
- pesquisa e experimentação organizada integradas à produção¹³⁷.

As transformações em curso nos países centrais atingem as regiões do Brasil, assim como os segmentos que compõe a construção civil, em ritmos diferentes, sendo em sua maioria relacionadas à utilização de novas tecnologias (argamassas pré-preparadas, concreto

¹³⁷ O artigo de Serra (200-) retirado da internet não possui paginação.

industrializado, em substituição ao antigo método de prepará-los no local da obra, etc.), evolução dos materiais de construção (como a substituição do tubo de zinco pelo de PVC, a telha de amianto no lugar da telha de cerâmica, etc.) e às novas formas de gestão da força de trabalho.

Em que pese o uso de novas tecnologias e materiais nas obras de construção para a reestruturação produtiva no setor, as mudanças mais profundas nos canteiros de obras se referem à utilização dos sistemas pré-moldados (argamassa armada ou concreto armado) e estruturas metálicas. Os sistemas de construção pré-moldados retiram etapas inteiras do processo de construção e o canteiro de obras apenas instala o que já foi previamente fabricado.

Por fora, a montagem dos grandes painéis de concreto armado para o fechamento de fachada e as lajes proto-estendidas trazem para o canteiro os grandes guindastes (gruas) e os novos equipamentos para fixação e vedação. Por dentro, as paredes de gesso acartonado no lugar das tradicionais paredes de tijolos das divisórias internas substituem a colher de pedreiro pela espátula e o cimento pelo gesso (DIEESE, 2001, p. 23-24).

A estrutura metálica, utilizada desde a década de 1950, principalmente em galpões industriais, é recentemente incorporada à construção civil para edifícios comerciais e residenciais, inovação que permite alternativas para as obras que precisam ser mais enxutas, menos pesadas e aproveitem melhor o terreno. Esse tipo de estrutura e os pré-montados não são métodos novos, porém os sucessivos aprimoramentos e o uso mais racionalizado e intensivo destes elementos propiciam uma maior produtividade e qualidade, assim como amplia a variedade de escolhas e flexibilidade na construção (DIEESE, 2001; FERREIRA et. al., 2005).

A pesquisa de Vilella (2008), com foco no Subsetor de Edificações na indústria da construção civil no Brasil (ICCSE – Indústria da Construção Civil Subsetor de Edificações), apresenta maiores detalhes sobre os recém incorporados sistemas construtivos. O novo paradigma de produtividade deve corresponder às demandas dos empreendedores estrangeiros e a reestruturação produtiva desencadeada se desdobra, escreve ele, para uma Reestruturação Urbana.

Essa série de Novas Tecnologias e Modos de Socialização, advindos no bojo da Reestruturação Produtiva e utilizados com maior ou menor intensidade na ICCSE, vem sendo denominada genericamente pelas empresas brasileiras de “*Fast Construction*” – “Construção Rápida”. Para as grandes corporações da ICCSE que utilizam a “*Fast Construction*”, algumas palavras-chaves caracterizam este processo de trabalho: “industrialização”, “maior visibilidade”, “racionalização produtiva”, “flexibilidade”, “trabalho sob pressão”, “customização” (“feito sob medida”), “robustez e estanqueidade”, etc. Todo esse processo com vistas a entregar as obras no menor prazo possível, ao melhor preço e da forma mais “customizada” para os clientes, é um “chavão que abre porta grande”. Quando se utiliza a expressão “*Fast Construction*”, logo se pensa em indústria da alimentação do tipo “*Fast Food*”. O

paralelo é plausível, trata-se de um processo de “macdonaldização” da construção. Nesta “construção rápida” os recordes são impressionantes: obras com menos de 40 dias, seleção de tecnologia construtiva que mescla componentes avançados e tradicionais, tais como, “*Steel Deck*”, “*Tilt-up*”, “*Built to Suit*”, gestão de projetos do tipo “*Fast Track*”, “*Turn-Key*”, etc.

Muitos componentes da tecnologia da construção são premissas da *Fast Construction*, considerada como modalidade de negócios e conceito construtivo pelos especialistas. Alguns exemplos que “agilizam” a *Fast Construction* são: 1) o “*Steel Deck*”, laje composta por aço galvanizado e que serve de forma para uma camada de concreto; 2) o *Tilt-Up*, que são paredes de concreto moldadas na horizontal, perto do local em que serão utilizadas e que após a cura, são içadas e colocadas na fundação; 3) o *Turn-key* (“vire a chave”, “chave na mão”, “preço fechado”, “custo global”, “porteira fechada”), que é um contrato que atribui à construtora a responsabilidade integral pela obra, desde o projeto, o fornecimento de materiais e equipamentos, a execução e até, em alguns casos, a operação e manutenção do empreendimento (VILLELA, 2008, p. 42-43).

As inovações se estendem com o emprego de *softwares* e equipamentos eletrônicos que permitem a comunicação entre o canteiro de obras e os escritórios, ou programas de computador para a articulação da parte técnica com a administrativa e financeira, buscando controlar os custos, informações sobre prazos e situação da obra, etc. O emprego, por exemplo, do método informatizado BIM (Building Information Modeling), usado a mais de uma década nos países desenvolvidos,

(...) representa uma revolução no processo produtivo, com a modelagem virtual do edifício, unindo projeto, orçamento, planejamento, gestão da qualidade e até operação e manutenção. (...) Desenvolver, coordenar, compatibilizar as diferentes especialidades de projeto com essa modelagem retira uma grande parte do trabalho atual de projetistas, coordenadores e engenheiros, diminui drasticamente os riscos de erros, reduz drasticamente o retrabalho, diminui o ciclo de projeto e contribui significativamente para a qualidade e produtividade da obra, conforme constatado pelas empresas brasileiras pioneiras na implantação¹³⁸.

Segundo Paulo Eduardo da Fonseca, diretor técnico da ABCIC (Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto), citado por Villella (op. cit., p. 44), para muitas indústrias, hipermercados, empreendedores hoteleiros, edifícios de escritório, dentre outros, o tempo da obra pode significar prejuízo - “tempo é dinheiro”. Interessa a tais empreendedores a utilização de métodos que possam reduzir ao máximo o tempo de entrega.

Se a reestruturação nos canteiros de obras destinados ao consumo do setor de serviços mais sofisticados no Brasil já é uma realidade, recentemente, com o programa “Minha Casa, Minha Vida” (abordado mais à frente) do governo federal, a produção em grande escala de moradias populares exigiu investimentos em industrialização das construtoras voltadas para esse mercado. Algumas construtoras e incorporadoras, antes especializadas em segmentos de alta renda, vêm igualmente no mercado de baixo poder aquisitivo a oportunidade de bons negócios. Para tanto, a industrialização se tornou obrigatória para que as construtoras não tenham prejuízos com os projetos de baixa renda, explica Elaine Vazquez, professora da

¹³⁸ Revista “Conjuntura da Construção”, ano VII, nº 3, Setembro de 2010, p. 15.

Escola Politécnica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ao jornal paulista Folha de São Paulo. Na mesma reportagem são apresentados dados importantes da redução do cronograma das obras e do número de funcionários na realização do projeto com base na industrialização. “Com a adoção de pré-fabricados, paredes e lajes de concreto e estruturas metálicas, casas populares podem ficar prontas, com entrega de chaves, em 20 dias”. Nesse sistema, enquanto o terreno é preparado para receber as estruturas, ao mesmo tempo ocorre a produção industrial das paredes, com abertura de janelas e passagem dos dutos. No momento posterior “A montagem funciona como o encaixe de peças de Lego”, diz Hélio Dourado, presidente da construtora Premo. Com a adoção dos novos métodos, Carlos Borges, diretor de operações da Gafisa (incorporadora e construtora), afirma que o número de funcionários cai entre 40% e 50%¹³⁹.

Direcionada também para o programa “Minha Casa, Minha Vida”, a construtora Tenda incorporou uma tecnologia capaz de aliar produtividade, rapidez e sustentabilidade, garante a revista especializada “Conjuntura da Construção”¹⁴⁰.

A tecnologia fundamenta-se em algo convencional: o uso de paredes internas e externas de concreto armado em edificações verticais. As paredes e a estrutura (piso, escadas, laje etc.) são ligadas entre si. São criadas por meio de fôrmas que recebem o aço para amarração e o concreto. A novidade está no material das fôrmas, feitas de alumínio.

O conjunto das formas é unido para montar duas habitações de 45 metros quadrados. No dia seguinte ao procedimento que envolveu a montagem das formas, a extensão do aço para amarração e a aplicação do concreto, são retiradas as formas que passam a modelar outras duas unidades. As edificações deste tipo dispensam várias etapas da produção tradicional, gerando ganho na produtividade da mão-de-obra e poupando no número de empregados. Os imóveis da construtora Tenda abordados na reportagem têm as seguintes características:

Os edifícios têm quatro andares – térreo mais três – e quatro unidades por andar, totalizando 16 unidades por bloco. Após a construção do último andar, as peças de alumínio maiores são baixadas por um guindaste. O edifício construído entra em fase de acabamento – encaixe de janelas e portas, instalações elétricas e hidráulicas, pintura etc. As peças e os trabalhadores que construíram o edifício vão para as obras do próximo bloco.

Um projeto realizado em Cotia, na Grande São Paulo, terá como um todo 115 blocos, totalizando mais de 1.700 moradias, as quais estão sendo construídas em cinco fases.

Outros sistemas construtivos introduzidos atualmente no Brasil, porém já utilizados amplamente na Europa e EUA, são o *Light Steel Framing* e o *Drywall*. Embora semelhantes, o primeiro é um sistema conformado através de um esqueleto estrutural composto por perfis

¹³⁹ “Construtoras fabricam ‘casas a jato’”. Folha de São Paulo, 31/10/2010.

¹⁴⁰ Revista “Conjuntura da Construção”, ano VII, nº 3, Setembro de 2010, p. 16-17.

de aço galvanizado, fixados à fundação, por onde deverão se adequar outros sub-sistemas industrializados, como as lajes, coberturas, o fechamento das estruturas e o acabamento. O segundo é um sistema de vedação, não estrutural, que utiliza aço galvanizado em sua sustentação. A “parede seca”, que significa a tradução Drywall, é composta por uma estrutura de perfis de aço na qual são parafusadas chapas de gesso. Sendo oca em seu interior, as paredes facilitam a instalação e manutenção de toda a infra-estrutura ambiente. Na foto abaixo pode ser visto um exemplo de montagem residencial em *Steel Framing*¹⁴¹:

Foto 6: Construção no sistema *Steel Framing*

São essas grandes transformações assentadas na industrialização dos sistemas construtivos – sistemas pré-moldados e estruturas metálicas – e atreladas às mudanças nos materiais de construção, que permitem vislumbrar a possibilidade de reestruturação da dinâmica de produção de todo o setor, segundo o DIEESE (2001). Isso porque tais sistemas construtivos necessitam de organização e planejamento, padronização e um controle maior das etapas da construção, execução do projeto e sincronia com a empresa fornecedora, sob o risco de grandes perdas de materiais, aumento dos custos, paralisia da obra, etc.

É importante ressaltar, ainda segundo o estudo do DIEESE, que a principal mudança com os novos modelos construtivos consiste na diminuição do número de trabalhadores para a construção do projeto. A utilização completa dos sistemas construtivos industrializados pouparia até 2/3 de mão-de-obra e reduziria o tempo em que ela ficaria empregada. O estudo conclui que a maior parte das inovações se concentram nos empreendimentos comerciais (hotéis, flats, shoppings centers, etc.) que tem financiamento privado e são implantadas por

¹⁴¹ As informações deste parágrafo e a foto em seguida foram retirados da página eletrônica do IBDA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura), que resume os artigos cedidos pela COSIPA, Usiminas e CBCA. “O que é o *Light Steel Framing*”. IBDA. Disponível em: <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=29&Cod=85>. Acessado em: 28/08/2011. “Sistema *Drywall* – Construção seca, limpa e econômica”. IBDA, 28/08/2011. Disponível em: <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=29&Cod=23>. Acessado em: 28/08/2011.

empresas que detêm alta capitalização, portanto, sem afirmar a generalização das mudanças, aponta para transformações significativas. Um exemplo elucidativo para compreender as inovações foi a construção do *Shopping Frei Caneca*:

Sete mil metros cúbicos de concreto foram bombeados e nivelados a laser, com acabamento polido nos pisos da garagem. A fachada foi executada com painéis pré-fabricados de concreto, presos e parafusados na estrutura metálica, praticamente eliminando o serviço de alvenaria. Nas paredes das lojas foi utilizado o sistema de gesso acartonado e também houve pré-montagem de toda a tubulação hidráulica.

Certamente, houve uma grande economia de mão-de-obra. Uma obra convencional deste porte teria entre 1.200 e 1.300 operários. Trabalharam nesta construção 420 pessoas (DIEESE, 2001, p. 26).

Essa reestruturação dos capitais investidos nos empreendimentos imobiliários deixa entrever a crescente desproporção da sua parcela constante em relação a variável, sem mencionar os outros altos custos envolvidos diretamente na construção do edifício ou na sua comercialização, tais como, os sistemas informatizados e de planejamento, assessorias, projetos, gastos com a regularização do empreendimento junto aos órgãos competentes, impostos, taxa de corretagem, marketing do próprio modelo construtivo, etc. Adicionam-se a estes custos os pagamentos com os juros do capital financeiro e os elevados dispêndios com a propriedade fundiária.

Sobre o monopólio do solo urbano, a crescente demanda e a competição acirrada por fragmentos da cidade, na disputa pela melhor localização, podem inviabilizar a construção de novos empreendimentos, seja pelo esgotamento de terrenos vagos ou pelos preços exorbitantes dos que ainda existem. Em algumas localidades de São Paulo já não há mais terrenos à disposição dos empresários, em outras os preços do solo urbano chegam a 50% do preço do imóvel¹⁴².

Logo, ressalta Botelho (2005, p. 44-45), o preço do produto final tende a se tornar um impeditivo para o consumidor desta mercadoria e, do lado do capitalista, os altos custos e o longo tempo de rotação deste setor – período de produção e circulação - poderia custar-lhe a posição de dono dos meios de produção pelas vicissitudes do mercado competitivo. Daí a necessidade de um capital ocioso, autônomo em relação ao capital industrial, para financiar os canteiros de obras e a metamorfose em capital-dinheiro do produto-imobiliário (TOPALOV, 1979, p. 54-55).

¹⁴² “SP tem menor estoque de imóveis e preços sobem 27% em dois anos”. Folha.com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u736359.shtml>. Acessado em: 20/07/2010; “Demanda por terrenos em São Paulo permanece em alta”. Estadão.com.br. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,demanda-por-terrenos-em-sao-paulo-permanece-em-alta,115877,0.htm>. Acessado em: 20/07/2010; “Preço dos terrenos inviabiliza construção de novas unidades”. Folha de São Paulo, 10/04/2011.

Chega-se com esse caminho a indagações que relacionam os altos custos da produção imobiliária à dependência do capital financeiro para por e repor os próprios pressupostos da reprodução no setor. Isso porque em decorrência da redução da fonte de valor e dos altos custos, os capitais crescentemente não conseguem se valorizar a taxas suficientes de lucro que compensem as inversões de cada rotação. A crescente financeirização do setor imobiliário associada ao aumento dos custos gerais deste setor apontariam para uma queda nas taxas de lucro e, por conseguinte, expressariam a negatividade imanente ao invés de resolver a crise do trabalho produtivo? A centralização dos capitais com o lançamento de ações no mercado financeiro evidenciam a massa cada vez maior de dinheiro capaz de mobilizar cada vez menos trabalho? A produção do espaço na Nova Luz constituiria assim uma nova fronteira de acumulação, isto é, valorizaria o valor a taxas suficientes de lucro? Retoma-se então a fração do capital produtivo, porém em sua necessária dependência do capital financeiro portador de juros. Esse último se realiza não somente açambarcando as massas cada vez mais reduzidas de valor do setor imobiliário pelos juros, mas busca equivaler a forma-monetária, cada vez mais autonomizada pela sua potenciação fictícia, à substância valor. Através dos instrumentos financeiros os capitais ociosos tendem cada vez mais a procurar além dos ganhos especulativos na própria esfera financeira e com os juros, o possível lucro do investimento imobiliário e a renda da terra da propriedade fundiária.

4.3 A Alavanca Financeira

Na década de 1990 há uma reestruturação no financiamento imobiliário, com a criação de novas formas de captação de recursos para o setor, como os FIIs¹⁴³ (Fundos de Investimentos Imobiliários) e a securitização de créditos imobiliários através dos CRIs¹⁴⁴

¹⁴³ “Os Fundos Imobiliários são formados por grupos de investidores com o objetivo de aplicar recursos, solidariamente, em todo o tipo de negócios de base imobiliária, seja no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários ou em imóveis prontos. Do patrimônio de um fundo podem participar um ou mais imóveis, parte de imóveis, direitos a eles relativos, etc. (...) estes fundos podem investir em vários títulos e valores mobiliários que tenham como foco e/ou lastro principal o mercado imobiliário”. Definição retirada da página eletrônica da empresa “Fundo Imobiliário – Consultoria de Investimentos Ltda”: <http://www.fundoimobiliario.com.br/vantagens.htm>. Acessado em: 20/07/2010.

¹⁴⁴ A securitização de créditos imobiliários “É um processo estruturado e coordenado por uma instituição especializada (companhia securitizadora), por meio do qual os créditos imobiliários são empacotados e convertidos em títulos mobiliários (Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs), passíveis de negociação no mercado financeiro e de capitais. Os CRIs, adquiridos pelos Investidores, permitem que os recursos sejam direcionados para os originadores (incorporadoras, construtoras) de maneira a que permita a recomposição de seu capital de giro e subsidie novos lançamentos imobiliários. Trata-se, portanto, de uma mudança no modelo clássico de intermediação financeira”. Definição retirada da página eletrônica da “Companhia Brasileira de Securitização”: <http://www.cibrasec.com.br/conteudo/index.php?id=4>. Acessado em: 20/07/2010.

(Certificados de Recebíveis Imobiliários), que marcam o processo de financeirização da produção de imóveis em São Paulo. As inovações estreitam os laços entre o setor financeiro e o imobiliário, desintermediando os financiamentos, antes centrados nos bancos, para a captação direta no mercado financeiro. A transformação dos ativos imobiliários de pouca liquidez em ativos mobiliários de grande liquidez, lastreados pelo imóvel, fomenta os negócios e dinamiza o setor imobiliário (BOTELHO, 2007; TONE, 2010).

Segundo Botelho (2007), esses novos instrumentos financeiros não só aumentam as possibilidades de captar recursos (mediante lançamentos de recebíveis “créditos”) e obter financiamento (formação de um fundo para financiar um projeto), mas podem inclusive acelerar o tempo de rotação do capital imobilizado no empreendimento¹⁴⁵. Do ponto de vista dos investidores, o retorno destes ativos depende da modalidade da aplicação, sendo, por exemplo, geradores de juros, quando provenientes da aquisição de recebíveis (crédito), de lucros, quando o fundo for proprietário integral ou parcial do imóvel negociado, ou de rendas, através da propriedade de uma carteira de imóveis de aluguel integrantes de um FII. Isso sem contar os ganhos adquiridos com a negociação dos ativos no mercado.

O autor esclarece que tanto os Recebíveis quanto os Fundos de Investimentos representam a financeirização da propriedade imobiliária ou, nos termos de Tone (2010), a desabsolutização da propriedade, já que cada investidor possui apenas frações do imóvel ou da dívida que ele representa. Ambos os instrumentos têm como lastro os imóveis, assim sendo, dependem da “valorização” destes para o êxito dos negócios. Ele demonstra que a incidência da maior parte dos FIIs e dos CRIs, como também dos imóveis pertencentes aos Fundos de Pensão, se dá no chamado vetor sudoeste, de maior valorização imobiliária na cidade de São Paulo: dos 46 FII’s existentes na capital, 36 se localizavam nesta região, com relação aos CRIs, dos 40 consultados pelo autor, 24 estavam na mesma área.

Os agentes imobiliários ligados às Instituições Financeiras localizam-se preferencialmente nas áreas de maior valor venal da terra, pois atuam em um setor do mercado imobiliário cuja demanda possui maior nível de renda e cuja lógica é a valorização máxima dos empreendimentos como forma de prover o pagamento de dividendos (nos quais confundem-se renda, juros e lucros) aos seus acionistas e cotistas. (BOTELHO, 2005, p. 305).

¹⁴⁵ Interessante notar o exemplo a seguir utilizado por Botelho: “Por exemplo, uma incorporadora, após vender as unidades de um edifício por ela construído, pode securitizar as dívidas dos adquirentes e vendê-las no mercado. Receberia, assim, de volta, o capital utilizado para financiar os compradores, e poderia reinvestir esse capital em outra atividade ou outro empreendimento. Os investidores, que compraram os títulos, por sua vez, passariam a receber os juros e a amortização das dívidas diretamente dos adquirentes. Dessa forma, a incorporadora não necessita esperar o vencimento da dívida dos mutuários, pode acelerar o tempo de rotação do capital imobilizado (2005, p. 152)”.

Segundo Fix (2007), o produto imobiliário ao fazer parte da carteira de ativos dos investidores e dos fundos de pensão, passa a ser determinado pelo imperativo de alta rentabilidade, que determina o padrão homogêneo dos edifícios, já que devem ser um produto facilmente negociável, com baixa taxa de vacância, alta liquidez e valorização, como as aplicações na bolsa de valores.

As transformações na forma de captação de recursos que se iniciam na década de 1990 ganham em aporte de capitais, sobretudo, a partir do ano de 2005. Ademais, para acompanhar a demanda do setor imobiliário por mais recursos são introduzidas novas práticas entre as empresas. De meados desta década em diante o setor imobiliário recebe um enorme volume de capitais, superior a qualquer período anterior. Os fatores que desencadearam o crescente interesse dos investidores privados pelos ativos do setor são complexos e não cabe abordá-los aqui. Mas não são apenas estes capitais privados que participam do crescimento imobiliário, o Estado assume uma função primordial no financiamento da construção civil e na elaboração de novos mecanismos legais que facilitam a atração de maiores montantes.

Ainda no tocante aos FIIs, o começo do segundo semestre de 2010 registrava operações acumuladas no ano de R\$ 5,519 bilhões (incluindo as operações que estão em análise, as registradas e as dispensadas de registro), com a cifra de R\$ 2 bilhões em cotas ofertadas em uma semana¹⁴⁶. Os fundos têm variado as suas aplicações, atuando em compra e posterior locação, incorporação e ativos financeiros lastreados no setor imobiliário, tais como CRIs, ações de construtoras e LCI¹⁴⁷ (Letras de Crédito Imobiliário)¹⁴⁸. O cálculo apresentado na Revista Exame, que considerou as receitas de aluguéis e o aumento do valor das cotas de 13 fundos imobiliários, avaliou o retorno médio dos fundos, no período de 2005 até junho de 2011, em 375,7%¹⁴⁹. O gráfico abaixo demonstra uma rentabilidade acumulada bem acima de outras aplicações¹⁵⁰:

¹⁴⁶ “Total de ofertas de fundos imobiliários já soma R\$ 5,5 bi”. Valor Econômico. Disponível em: <http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia240810.htm>. Acessado em: 30/09/2010.

¹⁴⁷ “Título representativo de direito de crédito pelo valor nominal, juros e, atualização monetária, lastreado por créditos imobiliários e possivelmente outras garantias do emissor”. Definição retirada da página eletrônica da empresa Uqbar, especializada em finanças avançadas: http://manual.uqbar.com.br/portal/Manual/default/Content?action=2&uri=%2FManual%2FL%2Fletra_credito_i_mobiliario.html. Acessado em: 20/07/2010.

¹⁴⁸ “Fundo Imobiliário busca ativo financeiro”. Brasil Econômico. Disponível em: <http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia180111.htm>. Acessado em: 20/02/2011.

¹⁴⁹ Esse retorno foi mais concentrado na valorização das quotas, do que resultante dos aluguéis – os aluguéis distribuídos no ano de 2010 representaram apenas 8,65% do valor das quotas. Entre os inúmeros benefícios desta aplicação – isenção de imposto de renda sobre os rendimentos dos aluguéis e a transação mais barata do que a de um imóvel – está a boa liquidez destes ativos, com muitas quotas negociadas diariamente na BM&FBovespa, diferente da venda de um imóvel físico que pode levar anos. “Fundos Imobiliários são melhor aplicação desde 2005”. Exame.com. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/imoveis/noticias/fundos-imobiliarios->

A atração exercida pelo setor e o crescimento das inversões de capitais no país elevaram igualmente a securitização dos ativos imobiliários. As crescentes emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), destino inclusive de dinheiro público, como se observa a seguir, representa este movimento¹⁵¹:

Acompanhando a alta dos negócios ligados aos CRIs e FIIs, as maiores empresas do setor imobiliário abrem capital na bolsa¹⁵² e lideram as emissões nos anos de 2006 e 2007¹⁵³. Outro método utilizado de centralização de capitais ocorre através das fusões e participações

sao-melhor-aplicacao-desde-2005?page=1&slug_name=fundos-imobiliarios-sao-melhor-aplicacao-desde-2005. Acessado em 20/08/2011.

¹⁵⁰ A tabela, embora disponível na reportagem citada, foi retirada do Instituto Assaf, especializado em análise de finanças.

¹⁵¹ As fontes do gráfico que trata das emissões de CRIs no Brasil são: CVM, Ambima e Cetip. O mesmo foi retirado da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VIII, nº 3, de setembro de 2010, p. 12.

¹⁵² O lançamento de ações das quatro grandes companhias do setor imobiliário superaram as suas expectativas, são elas: Cyrela Brazil Realty (realizou a operação em 2005), Rossi, Gafisa e Company (que abriram seu capital em 2006). “Setor “descobre” o mercado de capitais como aliado de peso para seus planos de expansão”. Revista Bovespa Edição Abril/Junho de 2006. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/98/EmFoco.shtml>. Acessado em: 20/07/2011.

¹⁵³ “Imóveis e construção lideram abertura de capital neste ano, e Anbid faz alerta”. Folha de São Paulo, 28/03/2007.

estrangeiras, de maneira a garantir competitividade e aumentar o patrimônio das empresas, como se pode ver nos trechos de notícias abaixo:

Dados da consultoria Cushman & Wakefield mostram que, em 2007, o Brasil foi o 11º país que mais recebeu investimentos estrangeiros no setor imobiliário, com cerca de US\$ 14 bilhões. O volume é 143% maior que o recebido no ano anterior. Entre os emergentes, apenas a China teve desempenho melhor: recebeu US\$ 15 bilhões. Boa parte desse crescimento se deve à entrada de novos segmentos no radar dos grupos internacionais¹⁵⁴.

A Brascan e a Company, duas das maiores empresas do setor imobiliário brasileiro, anunciaram hoje a assinatura dos protocolos de incorporação e demais documentos para a integração de suas operações. A conclusão da transação está prevista para ocorrer em outubro de 2008¹⁵⁵.

O fundo americano Paladin, especializado no mercado imobiliário, entrou no controle da incorporadora Inpar¹⁵⁶. O nome é ambicioso. A proposta idem. Amazon Group Real Estate (Agre) foi a marca escolhida para batizar o grupo de empresas que reúne Agra, Abyara e Klabin Segall. Mais do que isso: a Agre é a materialização do ousado plano do megainvestidor espanhol Enrique Bañuelos, que chegou ao Brasil no auge da crise e gastou muito pouco - exatos R\$ 143 milhões - para levar duas empresas extremamente endividadas. Se conseguir resolver todas as pendências financeiras, terá nas mãos três companhias que, juntas, venderam R\$ 3,2 bilhões no ano passado, mais do que a líder Cyrela¹⁵⁷.

O Banco Morgan Stanley faz sua estreia no segmento de fundos imobiliários (...) De acordo com a política de investimentos do fundo, os recursos poderão ainda ser aplicados em participações em sociedades e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O objetivo principal é ganhar com a locação dos empreendimentos¹⁵⁸.

A forte participação dos capitais privados no desenvolvimento do setor imobiliário brasileiro está articulada também às políticas chamadas de anticíclicas pelo Estado. O governo federal adotou um pacote de medidas que proporcionou o que alguns empresários denominaram “boom” da construção civil. Desde o “Milagre Econômico” e do já extinto BNH (Banco Nacional da Habitação) a construção civil no Brasil não se desenvolveu tanto quanto nos últimos quatro anos - de 2004 a 2007 -, declarou João Cláudio Robusti, então Presidente do SindusCon-SP (Sindicato da Construção), vice-presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e diretor de Habitação, Saneamento e Infra-estrutura da Fiesp (Federação da Indústria do Estado de SP)¹⁵⁹.

Com efeito, foram diversas as ações pró-crescimento da construção civil na gestão do governo Lula (2003-2010), entre elas se destacam: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para obras de infra-estrutura; as medidas tributárias reduzindo o imposto sobre

¹⁵⁴ “Setor imobiliário nacional atrai mais investidores estrangeiros”. Estadão.com.br. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,setor-imobiliario-nacional-atrai-mais-estrangeiros,167413,0.htm>. Acessado em: 10/08/2011.

¹⁵⁵ “Brascan e Company anunciam fusão no setor imobiliário”. Folha.com. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u443542.shtml>. Acessado em: 10/08/2011.

¹⁵⁶ “Fundo Paladin, dos EUA, vai dividir controle da InPar”. Estadão.com.br. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,fundo-paladin-dos-eua-vai-dividir-controle-da-inpar,297952,0.htm>. Acessado em: 10/08/2011.

¹⁵⁷ AGRE (Agra, Abyara e Klabin Segall) Define Estratégia Para o Brasil”. 1º Blog do Mercado Imobiliário. Disponível em: <http://blog.smb.locaweb.com.br/category/empresas/page/23/>. Acessado em: 10/08/2011.

¹⁵⁸ “Banco Morgan Stanley estreia em fundos imobiliários”. Jornal Valor Econômico, 28/05/2010. Disponível em: <http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia280510.htm>. Acessado em: 10/08/2011.

¹⁵⁹ Revista “Conjuntura da Construção”, ano VI, nº 2, junho de 2008, p. 12-13.

os produtos da construção; o aumento dos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), destinados ao financiamento da habitação; o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 e formulado em conjunto com o “grupo dos 13”, que reúne as maiores empresas do setor (TONE, 2010), com a meta de construir 3 milhões de moradias. O montante total do programa, levando em conta todas as fontes envolvidas: SBPE, FGTS e orçamento da União, chega a R\$ 347,75 bilhões¹⁶⁰.

Elaborado de modo a atender a demanda por capitais no setor e melhor remunerá-los, como se pode notar na principal faixa de renda beneficiada – a classe média –, essa política habitacional foi igualmente uma forma do Estado garantir a circulação dos imóveis produzidos e a valorização dos terrenos recém adquiridos pelas grandes empresas do ramo imobiliário que abriram capital na bolsa. As três maiores empresas somavam em 2009 R\$ 5 bilhões em terrenos¹⁶¹. Isso porque o grande crescimento da construção civil a partir de 2007 deparou-se, entre outros problemas, com a inflação dos preços, produção acima da demanda – ao que pese o enorme déficit habitacional no Brasil – e baixa capacidade de crédito, situação que se agravou com a crise mundial em 2008 (ARANTES; FIX, 2009¹⁶²; TONE, 2010).

Logo abaixo segue o gráfico retirado da revista “Conjuntura da Construção”¹⁶³ com a evolução do financiamento habitacional e as suas principais fontes até o ano de 2009. As mudanças com o governo Lula já se faziam notar antes mesmo do “Minha Casa, Minha Vida:

¹⁶⁰ Revista “Conjuntura da Construção”, ano VIII, nº 2, junho de 2010, p. 7-9.

¹⁶¹ “10) Como o pacote habitacional colabora para que as empresas saiam da crise?”. Correio da Cidadania. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3573:pcthabitacional310709&catid=66:pacote-habitacional&Itemid=171. Acessado em: 20/06/2011.

¹⁶² Os arquitetos Pedro Fiori Arantes e Mariana Fix publicaram um conjunto de textos em que analisam detalhadamente o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, revelando o objetivo de atender a iniciativa privada em detrimento da demanda habitacional de baixa renda, como explora a propaganda do governo federal. “Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida”. Correio da Cidadania. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=171. Acessado em: 20/06/2011.

¹⁶³ As fontes do gráfico sobre a evolução e as fontes do financiamento imobiliário no Brasil são: Banco Central, Caixa Econômica Federal e Abecip. O gráfico foi retirado da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VIII, nº 3, setembro de 2010, p. 5.

Do lado da circulação da mercadoria imóvel tornaram-se comuns as notícias que retratam os preços vultuosos dos produtos na cidade de São Paulo. Os fatores que influem direta ou indiretamente na “valorização” imobiliária são inúmeros e muitas vezes imprevisíveis. Envolvem diversas escalas, assim, abarcam desde as melhorias no próprio empreendimento, estoque de imóveis disponíveis, infra-estrutura local, taxa de juros, etc., até a dependência da conjuntura econômica internacional. Com isso vem à tona na cidade o “jogo” especulativo dos investimentos, que buscam estar sempre no caminho da “valorização” imobiliária através da criação de diferenciais no espaço, seja por meio de *lobbies*, participação nos conselhos de gestão pública, associações representativas das classes interessadas, seja pelas práticas ilícitas.

O caso da Operação Urbana na região da Faria Lima é emblemático,

Antes do término das obras, a avenida já estava quase completamente ‘loteada’ pelos maiores investidores atuantes no país’, segundo a Jones Lang LaSalle. A Richard Ellis já previa que o trecho próximo à avenida Juscelino Kubtschek seria o filé-mignon da Operação Urbana (FIX, 2007, p. 63).

O recente levantamento EXAME/Ibope, publicado na página eletrônica da Revista Exame, assegura que nos últimos doze meses os imóveis em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre subiram em média 24,7%. “É nada menos do que a maior alta do mundo no período, segundo os dados da consultoria Global Property Guide¹⁶⁴”. O índice da FipeZap – calculado com base no anúncio de apartamentos na página ZAP imóveis¹⁶⁵ - apontam que nos

¹⁶⁴ A conclusão da empresa britânica veio dos dados levantados em 37 países. “A maior alta do mundo”, Ibope. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald b&comp=Noticias&docid=C1E45E860255C3458325788F0058545A>. Acessado em: 20/06/2011.

¹⁶⁵ Página eletrônica ZAP Imóveis: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/>. Acessado em: 20/06/2011.

últimos três anos o preço médio do metro quadrado em São Paulo subiu 96%¹⁶⁶. A pesquisa do Creci-SP (Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo), demonstra “valorização” de até R\$ 269,09% para imóveis usados¹⁶⁷. Destarte, observa-se, sem negligenciar o que foi dito sobre os inúmeros fatores que influenciam a valorização imobiliária, que a escalada dos preços dos imóveis, não restrita apenas a cidade de São Paulo, está vinculada a expansão sem precedentes do financiamento imobiliário associada aos instrumentos financeiros que impulsionaram a capitalização das empresas atuantes no setor e a circulação de novos produtos¹⁶⁸. Logo, essa dinâmica dos preços no setor imobiliário pode evidenciar uma sobredeterminação do dinheiro circulante, capital ocioso, definindo o preço dos imóveis. Segundo Alfredo¹⁶⁹, os preços atribuídos aos imóveis estão muito mais relacionados ao montante de dinheiro em circulação do que propriamente ao valor objetivado neles.

No que se refere aos efeitos dos financiamentos e subsídios do novo programa do governo federal (“Minha Casa, Minha Vida”), as empresas do setor imobiliário, antes em sua maioria focadas na produção para as classes de maior poder aquisitivo, diversificaram o seu mercado consumidor, até a classe de 0 a 3 salários mínimos, e ampliaram o seu território de interesse, atingindo os estados do Norte e Nordeste. Com relação aos instrumentos financeiros, as diversas opções de investimentos ligados ao setor imobiliário funcionam na compra e venda de imóveis, financiamento e incorporação, capitalização e capital de giro. Entre os principais estão: os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e as Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs), os debêntures, emissão de ações na bolsa e os Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs)¹⁷⁰.

O desenvolvimento do setor imobiliário como vem se realizando tem o seu limite na disponibilidade de capitais ociosos destinados ao financiamento da produção e do consumo¹⁷¹.

¹⁶⁶ As informações citadas foram retiradas da reportagem: “6 sinais de que já pode haver uma bolha imobiliária no Brasil”. Exame.com, p. 1-7. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/imoveis/noticias/6-sinais-de-que-pode-haver-uma-bolha-imobiliaria-no-brasil?p=1#link>. Acessado em: 30/08/2011.

¹⁶⁷ “SP: imóveis usados registram valorização de até 269% em 2010”. Uol Economia. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/02/02/sp-imoveis-usados-registram-valorizacao-de-ate-269-em-2010.jhtm>. Acessado em: 20/06/2011.

¹⁶⁸ A afluência de capital para o setor imobiliário está situada em um contexto econômico favorável no Brasil, como queda na taxa de juros, elevação do Produto Interno Bruto, crescimento dos postos de trabalho, etc.

¹⁶⁹ Estas considerações foram proferidas durante as reflexões no Grupo “Marx”, realizado no LABUR – DG – USP, coordenado pelo Prof. Dr. Anselmo Alfredo.

¹⁷⁰ Algumas informações foram retiradas da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VI, nº 2, junho de 2008, p. 10-11.

¹⁷¹ Topalov (1979) e Botelho (2007) concebem que a disponibilidade de financiamento e de um fluxo permanente de terrenos incorporáveis são cruciais para a reprodução do setor imobiliário, o efeito contrário criaria barreiras a sua atividade.

Corroborar para tal afirmação a preocupação tanto do ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quanto do vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, que concordam sobre os baixos níveis do crédito habitacional no Brasil, entre 3% e 4% do PIB, enquanto nos países desenvolvidos é comum encontrar essa relação superior a 60%. Hereda diz que para crescer é necessário superar a escassez, dentro de poucos anos, das atuais fontes de créditos, concentradas nos recursos do FGTS e da poupança. Uma das alternativas seria a securitização das dívidas pelos bancos, permitindo que eles cedam novos empréstimos¹⁷².

A curva ascendente no gráfico abaixo¹⁷³, especialmente a partir do ano de 2004, demonstra o número anual de financiamentos habitacionais, o que permite visualizar a relação entre os recentes capitais disponíveis para o setor e o crescimento da construção civil. Cabe dizer que no ano de 2009 o levantamento assinala 896.908 lançamentos, quando o programa “Minha Casa, Minha Vida” estava apenas no início. Já para o ano de 2010, o Ibope¹⁷⁴ destacou que houve mais de 1 milhão de casas e apartamentos financiados. “O mercado imobiliário brasileiro viveu, em 2010, um período de euforia sem paralelo em sua história”¹⁷⁵.

A complexa trama do circuito imobiliário e seus altos níveis de crescimento remetem ao principal problema deste trabalho, qual seja, o da valorização do capital neste ramo

¹⁷² Estas informações foram retiradas da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VIII, nº 3, setembro de 2010, p. 6-7 e ano V, n 4, dezembro de 2007, p. 5-7.

¹⁷³ As fontes do respectivo gráfico são: Abecip, BNH e Caixa Econômica Federal. O mesmo foi retirado da Revista “Conjuntura da Construção”, ano VIII, nº 2, junho de 2010, p. 7.

¹⁷⁴ Empresa de pesquisa de mercado da América Latina.

¹⁷⁵ “A maior alta do mundo”, Ibope. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald b&comp=Noticias&docid=C1E45E860255C3458325788F0058545A>. Acessado em: 20/06/2011.

específico. A produção na construção civil alavancada pelos capitais ociosos da esfera financeira e amplamente dependente de créditos, cria miragens em meio ao urbano. Sabe-se que pouco importa para o investidor, como já dizia Marx para o cérebro burguês, qual é a fonte produtora de riqueza, a ele interessa a “Tarefa de Sísifo” de acumular somas progressivas de dinheiro, ou nos dias atuais símbolos que lhe correspondam. Os altos preços dos imóveis são, por isso, chamarizes para os investidores, ao mesmo tempo em que miragens de valor, no sentido substancial.

A forma valor de troca dos imóveis aparece como crescimento da riqueza social, porém a escalada progressiva dos preços destas mercadorias obnubila o quantum real de trabalho a compõem. A equivalência das mercadorias idealmente expressa na forma monetária, isto é, no seu preço, não mantém uma relação necessária de verdade com a sua substância valor. Portanto, os preços desproporcionais, típicos do setor imobiliário, especialmente nos períodos de grande liquidez e solvência, representam para a consciência imediata um volume tanto maior de riqueza quanto mais elevado for o preço dos imóveis.

Nesse sentido, a ascensão do imobiliário ao primeiro plano da reprodução capitalista e a extensão do valor de troca que reduz o espaço inteiro à intercambialidade da forma-mercadoria, nos termos de Lefebvre (200-), implicam uma tendência dos preços se afastarem do seu valor. Isso porque o espaço produzido está preso ao solo, sobre o qual age o caráter especulativo que afrouxa a relação entre o preço do imóvel e o trabalho social (médio) (Ibid., p. 80). Essa especulação age por diversos meios - das Operações Urbanas às promessas de desenvolvimento nacional - e provoca um movimento semelhante ao capital fictício das operações financeiras.

O alto preço dos produtos imobiliários, sem lastro proporcional em trabalho, faz surgir da circulação, com força tanto maior quanto mais se considera o aumento da composição orgânica, o dinheiro através do dinheiro (D-D’), “O que provoca, malgrado os riscos, o entusiasmo do capitalista, que bem gostaria de se livrar dessas tristes exigências: produzir coisas, vendê-las apesar das dificuldades” (LEFEBVRE, 200-, p. 72).

O descolamento entre preço e valor não é nenhum defeito da forma preço¹⁷⁶, segundo Marx, mas o meio mais adequado à socialização das mercadorias, que estabelece a relação de equivalência determinada pela produtividade média social. Nos termos de Marx,

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do quantum de dinheiro, cuja denominação é o preço

¹⁷⁶ Alguns dos possíveis desvios entre as formas de precificação das mercadorias e o valor realmente corporificado nelas, resultados práticos da reprodução capitalista, podem ser encontrados no escrito de Topalov (1979).

dela, é uma tautologia, como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre a expressão da equivalência de duas mercadorias. Mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. (...) A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente a própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra (MARX, 1 I, p. 91).

Regatieri salienta que a não coincidência entre valor e preço toma diferentes formas ao longo dos três livros de “O Capital” de Marx. “A diferença entre valor e preço e a relação entre um e outro ganham novas determinações conforme os diversos níveis em que Marx constrói sua análise em *O Capital*: processo de produção, processo de circulação, processo global da produção capitalista”. (2009, p. 23).

Para Alfredo, a linguagem do preço traduz a substância valor para uma forma cognoscível à subjetividade fetichista, por isso, expressa o valor ao mesmo tempo em que repõe a sociabilidade mediada pela mercadoria.

Em outros termos, não se é possível ver o valor a não ser na forma pela qual o mesmo se expressa (...) A forma valor, portanto, apresenta-se como a expressão fenomênica da substância valor – forma relativa e equivalente –, e por isso mesmo não coincide com ela, mas coisifica-a identificando-se objeto com a forma objetiva e coisificada da consciência subjetiva e moderna.” (2010, p. 4-5).

No caso da produção do espaço no atual momento do capitalismo, essa incongruência entre o preço e a grandeza de valor tende a ser exacerbada pela produção paulatinamente menor desta substância, determinada pela crescente produtividade do setor, em relação aos preços avultados do setor imobiliário pelos motivos já discutidos. Não obstante, os capitais excedentes nas esferas financeiras, muitas vezes sem lastro nenhum em trabalho – capital fictício –, passam a determinar a produção do espaço, a controlar o mercado de terras e as ações do Estado, portanto, além das operações diretamente financeiras, estes capitais investem na produção das cidades. Fato que leva a considerar também a discussão da renda da terra em Marx e sua eventual apropriação no urbano. É oportuno questionar se os capitais investidos no setor imobiliário açambarcariam parte do trabalho social a partir da renda da terra, ou se esta, na crise do trabalho, tende do mesmo modo a ser extenuada.

4.4 O problema da renda fundiária

A discussão sobre renda da terra e suas variantes em Marx não é abordada aqui de maneira pormenorizada ou exaustiva, mas tangencia-se este complexo momento de *O Capital* de modo a permitir a continuidade da reflexão acerca da produção social de valor e sua

relação com a produção do espaço. Diante deste percurso, o argumento pretende avançar para os componentes do arrendamento, como também do preço da terra/imóvel e suas determinações na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que esclarece o caráter distributivo da renda, uma vez que nem a terra, muito menos o título jurídico que garante a propriedade sobre a mesma, posto que estão sob a aparência irracional do preço, podem criar ou repor a substância social abstrata que rege a produção de mercadorias.

Em todos os casos considerados por Marx na categoria de renda pressupõe-se o monopólio da propriedade fundiária e, igualmente, descarta-se qualquer possibilidade do proprietário fundiário ceder gratuitamente, ou por filantropia, a sua gleba de terra a um arrendatário capitalista. Com esta condição, por mais que o preço de mercado remunere um capital individual na agricultura pelo preço de produção das mercadorias por ele produzidas, isto é, reponha os adiantamentos para o cultivo e o valorize nas condições médias – taxa de lucro médio -, isso não basta para um solo ser cultivado. É preciso que o preço de mercado suba até o ponto em que os produtos do solo possam pagar além do preço de produção, também um tributo ao detentor da propriedade fundiária, salvo os casos em que coincidem proprietário e capitalista, nestes o monopólio sobre o solo deixa de ser um entrave à produção.

Marx ao apontar a dificuldade dos economistas políticos modernos - porta-vozes das concepções vulgares correntes na economia - em compreender a natureza da renda da terra, delimita assim o problema a se ater e que torna possível explicar a renda sob o modo de produção capitalista.

Toda a dificuldade na análise da renda consistia, portanto, em explicar o excedente do lucro agrícola sobre o lucro médio, não a mais-valia, mas a mais-valia excedente peculiar a essa esfera da produção, portanto não o ‘produto líquido’, mas o excedente desse produto líquido sobre o produto líquido dos outros ramos industriais (3 V, p. 230).

Nesse sentido, a reflexão desdobrada por Marx pressupõe que o capital tenha submetido todo o trabalho ao seu controle e determine ele mesmo o seu dispêndio, o que permite conceber a participação proporcional de cada capital individual, proporcionalmente ao seu tamanho, na riqueza social, do contrário “(...) não se pode sequer falar de renda no sentido moderno, da renda como excedente sobre o lucro médio (...)” (Ibid., p. 230). Dada a subsunção do trabalho pelo capital, a dúvida estaria entorno da fração do valor social que é transfigurada em dinheiro, no ato da circulação das mercadorias de alguns setores da produção, e que ultrapassa o lucro médio, sem ficar, contudo, nas mãos do capitalista - o que descarta a proposição de uma distribuição total da mais-valia socialmente produzida e apropriada por todos os capitais através do lucro médio e de acordo com as grandezas proporcionais de capital. Ao abordar este valor como excedente, a ser metamorfoseado em

renda, ele por si só já detém um limite. Entretanto, para ser mais preciso sobre o quantum de valor que deve ser transferido ao proprietário fundiário em condições normais, Marx define esse montante, por um lado, pelo preço de mercado dos produtos e, por outro, é determinado “(...) na média, como limite, pelo lucro médio que o capital proporciona nas esferas da produção não agrícolas e pelos preços de produção não agrícolas regulados por ele. (...) a renda é considerada apenas como uma forma autonomizada sob circunstâncias especiais, mas não da mais-valia em absoluto e sim de determinada ramificação dela: o sobrelucro.” (Marx, 3 V, p. 241).

Expõe-se a partir daqui, ao contrário da organização de O Capital, as condições e a natureza da renda absoluta, para em seguida mencionar aspectos da renda diferencial I e II, ou seja, busca-se especificar a natureza da renda ao explicitar as diferentes formas do excedente sobre o lucro médio. Acredita-se que essa conformação do texto é cabível para os fins desse debate, isso porque põe em relevo a dimensão da mais-valia, que no cultivo dos piores solos (reguladores) pode certamente compor a renda absoluta da terra com uma fração de sua totalidade. A passagem para a renda diferencial tende a ocultar essa parcela do valor produzido imediatamente em dada propriedade – a renda absoluta - e transferido para o proprietário (mesmo que esse seja o próprio capitalista), uma vez que a diferença entre as rendas apropriadas pelos diversos proprietários – renda diferencial - advém do sobrelucro constituído pelo desencontro entre preço de mercado e preço de produção individual de certo solo; assim, de acordo com a leitura desse trabalho, a mais-valia que extrapola o lucro médio deste preço de produção individual, no caso da renda diferencial, faz parte do sobrelucro apenas residualmente. Essa reflexão deverá ficar melhor compreensível no decorrer do texto.

4.4.1 A Renda Absoluta

O valor variável contido numa mercadoria, constitutivo do lucro, só pode ser modificado pela força subjetiva viva que a compõe e assim mesmo não contar totalmente no preço de produção; em contrapartida toda parte fixa e circulante da fração constante de um capital pode apenas transferir o seu valor imutável mediante a atividade do trabalho vivo. Ora, a disposição de ambas as partes, seja do trabalho vivo – capital variável - ou morto – capital constante -, em uma mercadoria, depende da composição orgânica do capital individual que a produziu. Ao confrontá-lo com a composição social média dos capitais, é crível derivar para um capital que explora mais força de trabalho que esta média de todos os capitais – dada a

taxa de exploração do trabalho constante –, e por isso detém um desenvolvimento menor das forças produtivas, que a sua mercadoria terá uma proporção de valor superior ao preço de produção estabelecido. O contrário também é verdadeiro, isto é, para uma parte alíquota do capital total com maior desenvolvimento das forças produtivas o preço de produção da mercadoria que lhe é equivalente deve estar acima do seu valor. Interessa para a discussão da renda verificar esta diferença de composição entre os setores agrícolas e não agrícolas, isso porque depende dela a existência ou não de uma renda absoluta.

“Se a composição do capital na agricultura propriamente dita fosse inferior à do capital social médio, isso expressaria *prima facie* que em países com produção desenvolvida a agricultura não progrediu no mesmo grau que a indústria de transformação. Abstraindo das demais circunstâncias econômicas, em parte decisivas, tal situação já se esclareceria a partir da evolução anterior e mais rápida das ciências mecânicas, e, especificamente, de sua aplicação, em comparação com o desenvolvimento posterior e, em parte, bastante recente da Química, da Geologia e da Fisiologia, especialmente, mas uma vez, com a aplicação destas na agricultura. É, aliás, um fato indubitável e há muito conhecido que os progressos da própria agricultura se expressam sempre no crescimento relativo da parte constante do capital em comparação com a variável. (...) Em todo caso, é teoricamente certo que só sob esse pressuposto o valor dos produtos agrícolas pode estar acima de seu preço de produção; ou seja, a mais-valia gerada na agricultura por um capital de certa grandeza, ou, o que dá na mesma, o mais-trabalho por ele mobilizado e comandado (portanto o trabalho vivo empregado em geral), é maior do que no caso de um capital de mesma grandeza e composição social média.

Basta, portanto, para a forma de renda que examinamos aqui, e que só pode ocorrer sob essa suposição, estabelecer tal pressuposto. Quando se descarta esse pressuposto, descarta-se também sua correspondente forma de renda.” (MARX, 3 V, p. 213).

A diferença entre a composição social média dos capitais nos setores não-agrícolas, determinantes da taxa de lucro médio, e a composição orgânica nos setores agrícolas é o parâmetro a partir do qual se explica o excedente de mais-valia dos produtos da terra. Por esse pressuposto é factível que o valor produzido nas mercadorias agrícolas ultrapasse o preço de produção estabelecido pelos ramos com maior investimento em capital constante. Daí que este excedente, ou parte dele, o proprietário recebe como a renda absoluta que todo capitalista deve pagar pelo desfrute de propriedade alheia. Deduz-se daí que é o monopólio da propriedade fundiária o fator responsável por determinar a inclusão do excedente de valor sobre o preço de produção no preço geral de mercado das mercadorias.

(...) os produtos agrícolas serão sempre vendidos por um preço de monopólio, não porque seu preço esteja acima de seu valor, mas por ser igual a seu valor ou por estar abaixo deste, estando, contudo, acima de seu preço de produção. Seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção, como ocorre com outros produtos industriais cujo valor se encontra situado acima do preço de produção geral (Ibid., p. 215).

A condição mínima, portanto, para o cultivo do solo é que o preço regulador de mercado dos produtos de todos os tipos de solo deve exceder o preço de produção (P), deve ser igual ao preço de produção mais uma renda (r) que remunere o proprietário do solo, ou $P + r$

+ r. Com isso, para a renda absoluta, ela – a renda - não entra no preço da mercadoria como um imposto que nada tem a ver com o valor, mas sim é constituída por uma fração do valor contido na mercadoria. Seus limites estão entre o preço regulador de mercado e o preço de produção do produto agrícola. Discorda-se, conseqüentemente, da posição de Oliveira (2007, p. 55), que atribui a renda absoluta a uma elevação artificial dos preços dos produtos agrícolas sem relação com o trabalho excedente de um capital em particular. Concebe-se aqui exatamente o oposto, que só existe renda absoluta quando há excedente de trabalho acima do lucro médio, incorporado no preço final dos produtos por exigência da propriedade da terra¹⁷⁷.

A essência da renda absoluta consiste, portanto, no seguinte: capitais da mesma magnitude em diferentes esferas da produção produzem, conforme sua distinta composição média, com a mesma taxa de mais-valia ou a mesma exploração do trabalho, diferentes massas de mais-valia. Na indústria, essas diferentes massas de mais-valia se nivelam para constituir o lucro médio e se distribuem uniformemente entre os diferentes capitais como partes alíquotas do capital social. A propriedade fundiária, assim que a produção precisa da terra, seja para a agricultura, seja para a extração de matérias-primas, impede essa nivelção dos capitais investidos na terra e intercepta parte da mais-valia, que, do contrário, entraria na nivelção para formar a taxa geral de lucro. A renda constitui, então, uma parte do valor, mais especificamente da mais-valia das mercadorias, só que, em vez de reverter para a classe capitalista, que a extraiu dos trabalhadores, reverte para os proprietários de terras, que a extraem dos capitalistas. Pressupomos aqui que o capital agrícola mobilize mais trabalho do que uma parte de igual magnitude do capital não agrícola. Até que ponto vai a divergência ou se ela existe mesmo depende do desenvolvimento relativo da agricultura em face da indústria. De acordo com a natureza da questão, com o progresso da agricultura essa diferença deve reduzir-se sempre que a proporção em que a parte variável do capital diminui em relação à constante não for maior no capital industrial do que no agrícola (MARX, 3 V, p. 221).

Embora estas sejam as características da renda absoluta, percebe-se que, nos termos de Marx, independentemente das formas de renda - às quais logo abaixo ele denomina de normais e a derivada do preço de monopólio - e do poder social que a captação deste tributo propicia aos proprietários de terras, elas constituem sempre um modo, ainda que distinto, de apropriação da riqueza social. O solo ou a propriedade privada não produzem por si valor, embora sejam pressupostos para a sua produção.

(...) essa renda absoluta, originária do excedente do valor sobre o preço de produção, é apenas parte da mais-valia agrícola, metamorfose dessa mais-valia em renda, captação dela pelo proprietário da terra; exatamente como a renda diferencial se origina da metamorfose de sobrelucro em renda, captação da mesma pela propriedade fundiária, havendo um preço geral de produção regulador. Essas duas formas de renda são as únicas normais. Fora delas, a renda só pode basear-se num

¹⁷⁷ Segundo Oliveira, "A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do 'pior' solo). Dessa maneira, o lucro extraordinário obtido, ao contrário da renda da terra diferencial I e II, não é a fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim, fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Ou seja, toda a sociedade é obrigada a pagá-lo (este lucro extraordinário chamado renda da terra absoluta) aos proprietários de terras."

autêntico preço de monopólio que não é determinado nem pelo preço de produção nem pelo valor das mercadorias, mas pela necessidade e pela capacidade de pagar dos compradores (MARX, 3 V, p. 216).

4.4.2 A Renda Diferencial

Até aqui se considerou o preço de mercado para os produtos agrícolas como sendo formado pelo preço de produção (P) + renda (r). Este seria o preço regulador pelo qual as mercadorias podem ser fornecidas e, de acordo com a lei da renda diferencial desdobrada por Marx, cabe ao solo com menor fertilidade, chamado por ele de solo A, tal regulação.

Pois se o preço do produto da classe A, e portanto o preço geral de mercado, fosse $P^{178} + r$, então o preço das classes B, C, D etc. seria também $P + r$. Mas já que para a classe B temos $P - P' = d^{179}$, então $(P + r) - (P' + r)$ também seria $= d$, e para C, $P - P'' = (P + r) - (P'' + r) = 2d$; finalmente, para D, $P - P''' = (P + r) - (P''' + r) = 3d$ etc (Ibid., p. 206).

As gradações em “d” correspondem aos possíveis sobrelucros, ou seja, às partes do valor que são distribuídas aos proprietários mediante sua metamorfose em renda, decorrentes, neste caso, das diferenças de produtividade nos solos. Nas demonstrações matemáticas, eliminando-se a renda absoluta (r), observa-se que a diferença entre P e os demais P' , P'' e P''' , tem como resultante d, 2d e 3d. Estas equações deixam claro que é a diferença entre o preço de produção do solo A, $= P$, regulador do mercado, e os demais preços de produção P' , P'' e P''' , a responsável pela grandeza do sobrelucro (d).

O conceito geral da renda diferencial, abstraindo a renda absoluta, se baseia nos resultados desiguais de investimentos proporcionais de capitais numa esfera da produção, isto é, para quantidades iguais de capital e trabalho. Os exemplos de Marx são, sobretudo, relacionados à agricultura, no tocante à diferença de fertilidade dos solos cultivados, seja pelas qualidades naturais pedológicas ou pela sua transformação mediante sucessivos investimentos de capital. Entretanto, é importante notar que o primeiro caso tratado pelo autor, a fim de esclarecer o caráter geral da renda diferencial, baseia-se nas distintas fontes energéticas em que capitalistas ativos recorrem para impulsionar as fábricas no interior de um país: força motriz da queda d'água – recurso natural mais produtivo - e força motriz do carvão. A localização dos solos também é levada em consideração como fator para resultados desiguais, não obstante a seguinte ressalva: “(...) fica claro que o progresso da produção social atua sobretudo (...) de forma niveladora sobre a localização como causa da renda diferencial

¹⁷⁸ A letra “P” representa o preço de produção do solo menos fértil e regulador A. Já os solos B, C e D, considerados em crescente produtividade, são representados respectivamente por P' , P'' e P''' .

¹⁷⁹ O símbolo “d” representa o sobrelucro.

ao criar mercados locais e ao melhorar a localização, estabelecendo meios de comunicação e de transporte (...)” (MARX, 3 V, p. 136).

Percebe-se que todos esses elementos de determinada parcela do globo, geradores de uma renda diferencial e que podem constar como itens monopolizáveis de um proprietário fundiário, têm em comum o fato de reduzirem de alguma forma os preços de custos. O sobrelucro é justificado porque as mercadorias de uma mesma espécie podem ser produzidas com um quantum variado de trabalho global – trabalho vivo + morto -, daí as nuances dos preços de produção. Mas isso não basta, é preciso que as diferentes produtividades, geradoras de uma diversidade de preços individuais de produção, sejam igualadas por um preço geral de produção, regulador do preço de mercado para os produtos de uma esfera do capital, para que as mercadorias dêem um sobrelucro – quantum de valor que supera a taxa de lucro médio - a ser metamorfoseado em renda.

Do contrário, os produtos da força mais produtiva do trabalho não forneceria renda

Se os diferentes valores não se equalizassem em preços de produção e os diferentes preços individuais de produção em um preço geral, um preço de produção regulador do mercado, então a mera elevação da força produtiva do trabalho (...) apenas baixaria o preço das mercadorias produzidas (...) sem elevar a parcela de lucro existente nessas mercadorias (...) (Ibid., p. 133).

Isso se esclarece na tabela abaixo¹⁸⁰ em que Marx (Ibid., p. 143), a título de demonstração da categoria de renda diferencial, pressupõe quatro tipos de solos (A, B, C e D) com fertilidade crescente. Por um preço de produção de 60 xelins, o solo A, menos fértil e regulador do preço de mercado, é capaz de produzir 1 quarter. Na antípoda desta fertilidade, o solo D produz, com os mesmos custos e preço final de produção individual, 4 quarters. Observa-se no quadro que os 10 quarters produzidos na totalidade dos solos poderiam ser vendidos, já embutido os preços de custo mais o lucro médio, por 240 xelins, quando na verdade o são por 600 xelins, 250% mais caros em decorrência da equiparação dos preços individuais das mercadorias ao preço de mercado.

Quarters				Quarter			Quarters			Preço final de Mercado
A	1	=	60	1	=	60	1	=	60	
B	2	=	60	1	=	30	2	=	120	
C	3	=	60	1	=	20	3	=	180	
D	4	=	60	1	=	15	4	=	240	
10				Média	1	=	10	=	600	

¹⁸⁰ A última coluna foi inserida para acentuar os contrastes entre os preços individuais de produção e àqueles realizados no mercado.

A condição *sine qua non* para a apropriação de parte deste valor, representado por 360 xelins – a diferença entre 600 xelins e 240 xelins –, contido no preço final destas mercadorias, é o monopólio sobre determinado solo com fertilidade entre B e D, isto é, solos passíveis de gerar variações de fertilidade acima do solo A com sucessivos investimentos de capital. Ao mesmo tempo, o estatuto da propriedade sobre o solo não produz por si mesmo nenhuma parte do valor que vai compor o preço da mercadoria em geral, mas por não estar disponível a todos os sujeitos da sociedade capitalista permite àqueles que o possuem se apropriar de uma renda diferencial deduzida do preço final da mercadoria.

Assim sendo, a partir deste breve resgate com base no Livro III de O Capital, cabe perscrutar o conceito da renda propriamente dita e diferenciar esta forma de distribuição do valor socialmente produzido daqueles tributos que, embora constituam pagamentos como arrendamentos, não são compostos pelo excedente de valor definidor do que Marx entende como renda.

O percurso que vai da renda absoluta à renda diferencial pretendeu por em evidência a afirmação de que a renda fundiária, no modo de produção capitalista, é “(...) parte especial e específica da mais-valia (...)” (MARX, 3 V, p. 125). De acordo com a primeira forma da renda, a propriedade fundiária torna necessário que o preço de produção geral de mercado = $P + r$ seja elevado o suficiente para incluir a parte da mais-valia que excede o lucro-médio da mercadoria e, desse modo, realizá-la na circulação transfigurando-a para o proprietário na forma de renda absoluta. Na linha deste raciocínio, a renda diferencial dos solos mais produtivos, em relação àquele que regula o preço de mercado, também seria constituída pela fração da mais-valia que excede o preço de produção individual de cada mercadoria. Todavia, para além do valor imediatamente produzido na mercadoria, o sobrelucro – diferença entre preço de mercado e preço de produção – também é formado por falso valor social, ou seja, os preços no mercado das mercadorias podem abrir uma margem entre todo o valor realmente produzido na mercadoria e a sua expressão monetária. “Essa é a determinação pelo valor de mercado, como ele se impõe na base do modo de produção capitalista por meio da concorrência, que gera falso valor social (Ibid., p. 143)”.

Não obstante ser esse valor de mercado dos produtos um ato social e, igualmente, baseado na inconsciência e não-intencionalidade dos partícipes, esta determinação executa, mediante o consumo dos produtos portadores de renda – setores consumidores de matérias-primas agrícolas e minerais, reposição diária da força de trabalho, etc –, a distribuição de parte do valor gerado na totalidade dos processos produtivos e que recai ao proprietário fundiário.

Portanto, quanto maior o desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias – investimentos de capital na agricultura, divisão campo-cidade, necessidades crescentes de matérias-primas, etc. -, tanto mais se eleva a capacidade da propriedade fundiária captar o produto do desenvolvimento do trabalho social.

O que a sociedade, considerada como consumidor, paga demais pelos produtos agrícolas, o que constitui um déficit na realização de seu tempo de trabalho em produção agrária, constitui agora o superávit para uma parcela da sociedade, os proprietários de terra (MARX, 3 V, p. 144).

Se há, como se viu até agora, uma parcela da substância social que compõe a renda da terra propriamente dita, não é menos verdade que as outras formas de pagamento que aparecem como tal, embora não o sejam no sentido categorial, também influem no poder social do proprietário e no processo produtivo capitalista.

4.4.3 Os Outros Tributos Pagos ao Monopólio da Propriedade e as Determinações do “Preço” da Terra

Marx trata das condições e resultados práticos que falsificam e obnubilam a renda fundiária propriamente dita. A naturalidade das relações transforma todo o tributo pago, como dinheiro de arrendamento ao proprietário das terras, em renda fundiária. A despeito disso, os pagamentos de diferentes tributos, “(...) quaisquer que sejam as fontes das quais provenha (...)”, mantém relação com a renda fundiária por serem uma taxa cobrada pelo uso do monopólio de outrem, isto é, do proprietário, sobre a terra. Ademais, os tributos pagos também têm em comum o fato de determinarem o preço da terra (Ibid., p. 118).

Sobre as diferentes fontes dos pagamentos e os seus resultados práticos, Marx adverte que

(...) os juros pelo capital incorporado ao solo podem constituir um dos componentes estranhos da renda fundiária, um componente que, com o progresso do desenvolvimento econômico, precisa constituir um adicional sempre crescente à renda global de um país. Mas, abstraindo-se desses juros, é possível que, por baixo desse dinheiro de arrendamento, em parte se esconda, e em certos casos inclusive de modo total e absoluto – isto é, no caso da ausência total da renda fundiária propriamente dita e, portanto, de uma falta real de valor do solo -, uma dedução, seja do lucro médio, seja do salário normal, ou de ambos ao mesmo tempo. Esta parte do lucro ou do salário assume aqui a figura da renda fundiária, porque ao invés de, como seria normal, recair para o capitalista industrial ou para o assalariado, é paga em forma de dinheiro de arrendamento ao proprietário da terra. Economicamente falando, nem uma parte nem a outra constituem renda fundiária: mas na prática constitui o rendimento do proprietário da terra uma valorização econômica de seu monopólio, exatamente do mesmo modo que a verdadeira renda fundiária, influyendo sobre o preço da terra de maneira tão determinante quanto a renda (Ibid., p. 118-19).

Tão importante quanto a teoria da renda para este trabalho são as determinações, algumas vezes a ela ligadas, do preço de compra ou do valor do solo. Esta categoria que “(...)

prima facie, é irracional, exatamente como o preço do trabalho, já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor.” (MARX, 3 V, p. 117). Todavia, por debaixo desta irracionalidade estão, de acordo com Marx, relações reais que se apresentam na forma do preço de compra das terras.

No caso inglês, esboçado pelo autor, tal preço estaria vinculado à renda por determinado número de anos, numa medida atrelada à taxa média de juros. Marx elucida a relação entre renda anual, taxa média de juros e preço do solo com um exemplo numérico:

(...) pressupondo-se a renda fundiária como uma grandeza constante, o preço das terras pode subir ou descer na razão inversa da subida ou queda da taxa de juros. Caso a taxa de juros corrente caísse de 5 para 4%, então uma renda fundiária anual de 200 libras esterlinas representaria a valorização anual de um capital de 5000 libras esterlinas, em vez de 4000 libras esterlinas (como aconteceria com uma taxa de juros de 5%), e, assim, o preço da mesma fração da terra teria subido de 4000 para 5000 libras esterlinas de *20 years' purchase*¹⁸¹ para 25. E vice-versa. Esta é uma dinâmica do preço da terra que independe da dinâmica da própria renda fundiária e que só é regulada por meio da taxa de juros (Ibid., p. 117).

Esta prática demonstra que na realidade o que se paga não é o preço do solo, “(...) mas da renda fundiária que ele proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros.” (Ibid., p. 117) e, por conseguinte, por um número circunscrito de anos. Tem-se que nesta compra da renda fundiária o comprador a confunde com juros, pois ele investe um montante monetário a espera de uma remuneração equivalente à taxa de juros vigente, portanto, o preço da terra é esta receita em dinheiro capitalizada.

Embora para os fins e limitações desse trabalho não seja possível a verificação da dinâmica recente dos preços da terra em relação às taxas de juros ou mesmo a atualidade desta hipótese de Marx, muito menos a da tendência ascendente do preço da terra em consonância à demonstração lógica apresentada a seguir, é importante a exposição destes aspectos da sua teoria para compreender a irracionalidade de algumas categorias – como a do preço de compra ou valor do solo, ou a confusão da renda fundiária por juros - e os mecanismos complexos e inextricáveis dos tributos pagos pelo monopólio da propriedade fundiária. A seguir, a relação entre queda das taxas de lucro e juros e subida do preço do solo:

(...) a taxa de lucro tem, com o progresso do desenvolvimento social, uma tendência à queda e, daí, também a taxa de juros, à medida que é regulada pela taxa de lucro; que, além disso, mesmo abstraindo da taxa de lucro, a taxa de juros tem uma tendência à queda devido ao crescimento do capital monetário emprestável: daí decorre que o preço da terra tem uma tendência ascendente, independente mesmo do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos da terra, do qual a renda constitui uma parte (Ibid., p. 117).

Também relacionado à subida do preço da terra, há um movimento na exposição de Marx no sentido de mostrar o aumento do nível da renda fundiária atrelado ao

¹⁸¹ Segundo os tradutores, a expressão em itálico significa: “Renda (de determinado número) de anos” (MARX, 3 V, p. 117).

desenvolvimento do trabalho social global. Com o crescimento da produção de mercadorias aprofunda-se a divisão entre a produção não agrícola e de produtos agrícolas, eleva-se com isso a demanda por alimentos e matérias-primas, inclusive a procura por terras, isso sem mencionar as constantes inversões de capital que tendem também, dentro de certos limites, a aumentar a renda diferencial. Quanto maior o desenvolvimento do modo de produção capitalista intensifica-se ao mesmo tempo os investimentos sucessivos sobre o solo, portanto, avança o nível da renda por acre e o “valor” do solo¹⁸² - dentro de certas circunstâncias delimitadas por determinados preços de produção e produtividade no solo. Este preço da terra, que é a condensação da capacidade do solo gerar renda por um certo número de anos¹⁸³, não é prerrogativa apenas dos solos cultivados, mas as terras até então fora da produção ou do mercado têm seus preços determinados *a priori* por àquelas com condições de fertilidade e de localização equivalente, dentro da média de investimentos por acre. (A reflexão aqui vale para a renda diferencial crescente com o aumento da massa de capital e produtividade).

(...) forma-se assim o preço nominal das partes do solo não-cultivadas e, desse modo, tornam-se mercadoria, fonte de riqueza para seus proprietários. (...) A especulação com terras (...) baseia-se apenas nesse reflexo, que o capital e o trabalho lançam sobre o solo não-cultivado (MARX, 3 V, p. 149).

Não obstante o crescimento da renda média por acre, na continuidade do argumento é possível vislumbrar também a contradição que avança *pari passu* ao desenvolvimento da renda em geral. A natureza do modo de produção capitalista impõe por sua própria lógica uma barreira à expansão da renda que é, como já visto, frações do trabalho social. Se até certo ponto o desenvolvimento das forças produtivas corporificado no aumento do capital constante significa expansão absoluta do valor, há um momento em que os investimentos em trabalho morto derrubam a mais-valia socialmente produzida. Essa desproporção entre capital variável e constante, fruto do engano na cabeça do capitalista, traz a necessidade de pensar os limites da renda fundiária na sociedade capitalista.

¹⁸² “Portanto, quanto mais” capital é investido no solo, quanto maior for o desenvolvimento da agricultura e da civilização em geral num país, tanto mais se elevam as rendas por acre, assim como a soma global das rendas, tanto mais gigantesco se torna o tributo que a sociedade paga, na forma de sobrelucros, aos grandes proprietários rurais – isso enquanto todos os tipos de solo que tenham sido incorporados ao cultivo continuem em condições de competir (Parte das conclusões de Engels ao complementar a exposição de Marx sobre a renda diferencial II, 3 V, p. 189)”.

¹⁸³ “O preço do solo é apenas renda capitalizada. (...) nas terras cultivadas somente são pagas rendas futuras no preço, por exemplo, paga-se antecipadamente de uma só vez a renda de 20 anos, quando a taxa de juros vigente é de 5% (MARX, 3 V, p. 149).

Na citação a seguir fica evidente os limites para a produção de valor na agricultura¹⁸⁴, ainda que, neste momento da exposição de Marx, a contradição se expresse através da expansão do cultivo sobre novas terras.

É da natureza do modo de produção capitalista que ele continuamente diminua a população agrícola em relação à não agrícola, porque na indústria (em sentido estrito) o crescimento do capital constante em relação ao variável está ligado ao crescimento absoluto, apesar da diminuição relativa, do capital variável; enquanto na agricultura diminui em termos absolutos o capital variável exigido para a exploração de determinado pedaço de terra, só podendo, portanto, crescer à medida que novas terras são cultivadas, isso, porém, pressupõe por sua vez crescimento ainda maior da população não agrícola (3 V, p. 127).

4.4.4 Caminhos para Pensar a Renda Urbana

Em que pese toda a elaboração teórica e os exemplos práticos de Marx na Seção VI do livro III sobre a renda fundiária e as suas derivações, ele não realizou nenhuma discussão sistemática ou mais detida do que seria uma renda da terra urbana, senão que circunscreveu a sua análise aos principais produtos agrícolas, sobretudo o trigo¹⁸⁵. Por isso Marx admite que não falará *ex professo* sobre as terras que não se destinam à produção de trigo, e reconhece os méritos de Adam Smith pela exposição da renda proveniente de outros variados produtos agrícolas, sendo esta determinada pelo arrendamento dos empreendimentos produtores dos gêneros de primeira necessidade (Ibid., p. 112). Daí a dificuldade residir, para este trabalho, no propósito de utilizar os estudos restritos de Marx sobre renda e preço da terra para pensar a categoria de renda no urbano, notadamente na modernização hodierna marcada pela crise do trabalho produtor de valor. Logo abaixo estão alguns excertos do pensamento de Marx referentes aos terrenos destinados à construção e à moradia.

Marx, de acordo com Adam Smith, assegura que as rendas de todas as terras não agrícolas seriam equiparadas à daqueles solos ligados aos produtos agrícolas, em termos de localização e fertilidade relativa¹⁸⁶. No que concerne aos terrenos para construção, haveria

¹⁸⁴ Oliveira (2007, p. 57) parte diretamente de Marx, porém chega a uma conclusão distinta quanto à renda absoluta ao não considerar sua tendência declinante, executada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Segundo ele essa renda existirá enquanto uma classe detiver o monopólio sobre parcelas do solo, “Só a extinção da propriedade privada do solo pode por fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir.”

¹⁸⁵ “Limitamo-nos, portanto, exclusivamente ao investimento de capital na agricultura propriamente dita, ou seja, na produção dos principais produtos de origem vegetal, dos quais vive uma população. Podemos dizer trigo, porque este é o alimento básico dos povos modernos desenvolvidos capitalistamente. (Ou, em vez de agricultura, mineração, pois as leis são as mesmas) (MARX, 3 V, p. 112).”

¹⁸⁶ Sobre isso, Marx trata do preço do gado a partir de Adam Smith. As terras que abrigam a criação deste animal devem ter um produto cujo preço seja suficiente para pagar uma renda similar a de um solo de mesma qualidade arado para produzir mercadorias agrícolas. Em um possível avanço da criação de gado para terras de boa

duas características importantes: a influência da localização sobre a renda diferencial e a preponderância do preço de monopólio. Entretanto, nas cidades misturam-se, sob o nome de renda imobiliária, os juros do capital investido diretamente na construção e os resultados das necessidades crescentes (demanda) por moradia¹⁸⁷, causa prioritária da elevação desta “renda”.

Outro elemento das oscilações crescentes do tributo pago pelo solo destinado à construção se deve, “(...) nas cidades em crescimento rápido, especialmente onde a construção é feita (...) em escala industrial (...)”, não à especulação com o imóvel, mas sim com a renda fundiária (MARX, 3 V, p. 223). Marx faz essa afirmação e a exemplifica com a fala de um especulador imobiliário inglês, segundo o qual o progresso de um homem deve estar calcado também na especulação, já que os lucros com os prédios seriam ínfimos em relação à especulação com a propriedade fundiária, onde podem ser edificadas as construções a serem alugadas.

São destas especulações, da crescente demanda real por moradia ou ainda pelos desejos especiais de alguns consumidores, que é possível derivar para as cidades a renda de monopólio, isso porque têm em comum o fato de elevarem os preços de acordo com a capacidade de pagamento do mercado e acima dos preços de produção e do valor. De acordo com Marx, esta forma de extração de parte do valor social pelo proprietário se dá a partir do preço de monopólio, definido do seguinte modo:

Quando falamos de preço de monopólio, pensamos num preço que é determinado pela ânsia de comprar e pela capacidade de pagar dos compradores, independente do preço determinado pelo preço de produção geral, bem como do determinado pelo valor dos produtos (Ibid., p. 224).

A renda de monopólio pode provir de duas formas, seja do preço de monopólio decorrente dos produtos ou solos que tenham uma qualidade excepcional. Este preço garante um excedente sobre o valor do produto que provém da riqueza e consumo seletivo de parte dos sujeitos compradores. Ou, de outra forma, a renda é o fator determinante para o preço de monopólio, sendo que este deve atingir um nível - superior ao preço de produção e ao valor corporificado na mercadoria -, independente da condição excepcional da mercadoria ou do solo, capaz de gerar um tributo à propriedade e romper a barreira que ela constitui aos investimentos de capital (Ibid., p. 216; 224).

fertilidade e alta renda, o proprietário do pior solo é que se apropriaria da maior renda diferencial. Seria o melhor solo, com referência às terras cultivadas, o regulador do preço de mercado. Segundo Marx, “Adam Smith já demonstrou – e esse é um de seus méritos – que na pecuária e em geral em todos os capitais investidos no solo que não sejam para a produção dos principais meios de subsistência – por exemplo, grão – ocorre determinação do preço totalmente diversa (3 V, p. 217-218)”.

¹⁸⁷ “(...) pois a miséria é para os proprietários de imóveis uma fonte mais abundante do que as minas de Potosí jamais foram para a Espanha (...)” (MARX, 3 V, p. 222”).

Este breve resgate da teoria da renda fundiária de Marx é necessário para colocar algumas questões acerca dos tributos pagos à propriedade da terra urbana na contemporaneidade e sua relação com o preço da mercadoria imóvel, determinados pela crise do trabalho produtor de valor.

Portanto, sem pretensão de conclusões definitivas, muito menos de abarcar todas as variantes de uma possível renda urbana, o argumento procura abrir um debate entorno do tributo fundiário urbano e do preço dos imóveis na produção capitalista do espaço. Este tema é pensado a partir do Projeto “Nova Luz”, dialogando com a literatura até aqui analisada. Para tanto, primeiramente, pressupõe-se que o dinheiro em circulação tenha seu equivalente aproximado em valor, ou seja, que o capital é valorizado através do trabalho social consumido na produção em geral, apesar do que Kurz (2002) denominou de “Revolução Microeletrônica” e “Capitalismo de Cassino”. Em seguida, procura-se situar a reflexão entorno do que seria uma “máquina urbana de produção de riqueza fictícia”, com questões sobre os limites da renda no seu sentido categorial e da própria transferência de riqueza mediante os crescentes preços do mercado imobiliário.

Na reprodução ampliada do trabalho abstrato global, a metamorfose da parte do valor que cabe ao proprietário fundiário urbano, mediante a renda diferencial – abstraindo a renda absoluta -, tem como condição para se efetivar as variadas produtividades proporcionadas pelas distintas localizações dos terrenos no espaço intra-urbano. De acordo com a teoria de Marx, o sobrelucro é fruto da equiparação aos preços reguladores de mercado dos diferentes preços individuais de produção, ocasionados pelas quantidades desiguais de capital e trabalho necessários para a produção de uma mesma mercadoria em diferentes terrenos. Deduz-se, portanto, que no âmbito da região metropolitana de São Paulo, há custos – capital constante e variável - distintos para a produção de um mesmo imóvel em localidades diferentes.

Topalov classifica a unidade habitacional como um valor de uso complexo, articulado a vários outros valores de uso simples – equipamentos coletivos, construções, rodovias, etc -, condições para tornar um solo urbanizável. Por isso, a construção de dois valores de uso idênticos em localidades diferentes podem acarretar um “preço de custo construção mais equipamentos” também distintos. O preço de produção das mercadorias imobiliárias variam de acordo “(...) com os equipamentos de viabilização e de serviços coletivos a serem realizados (...)”, sendo parte destas condições despesas do empreendedor e o restante financiado pelo dinheiro público, embora muitas vezes exijam contrapartida do investidor. Entram na contabilidade do capitalista, para compor o preço de produção da mercadoria, os

gastos com a topografia, as condições do solo, infra-estrutura disponível – água, eletricidade, esgoto, ruas, equipamentos coletivos, etc. -, exigência do poder público para viabilizar o empreendimento, etc (1979, p. 69-71). Logo, a formação de preços de produção díspares entre o imóvel/terreno que já dispõe de todas as condições de produção e aqueles que não têm essa vantagem relativa, vai gerar o sobrelucro viabilizado na circulação das mercadorias e fixados na forma de renda diferencial dos terrenos. É o que tenderia a acontecer, partindo-se de uma acumulação ampliada, na região abrangida pela “Nova Luz”, onde o Estado assume a demanda de parcelas dos capitais privados e cria a situação ideal para o investidor desfrutar de todas as condições de urbanização. Os novos empreendimentos seriam edificadas em uma área que permitiria custos de produção reduzidos se comparados a terrenos que não dispõem dos mesmos requisitos.

Não é possível verificar neste trabalho se o fator transporte e comunicação atuam como gerador de custos distintos para a Região Metropolitana de São Paulo. O texto também não entra no modo como seria fixado o preço regulador de mercado no urbano (o solo A) que, seguindo a discussão até aqui, deveria ser determinado pelos solos menos produtivos, isto é, os terrenos que não dispõem das condições para serem urbanizados. O que interessa, contudo, é aludir à provável existência de uma renda diferencial no urbano com base na reprodução ampliada de valor.

Sem descartar esta premissa, a renda absoluta só existe de fato quando há setores da produção que demandam mais força de trabalho do que a média social e este sobrelucro não pode sofrer a perequação entre os capitais sociais, esse seria o caso da agricultura em oposição à indústria no século XIX, embora Marx já deixe entrever a redução paulatina desta desigualdade entre os diversos setores da produção (3 V, p. 127; 217). Para a construção civil, seria preciso que todos os avanços técnicos e científicos do setor não fossem capazes de dispensar força de trabalho, ou que eles atenuassem apenas parcialmente a contratação de capital variável, permitindo uma massa de mais-valia superior à média social posta pelos outros setores da indústria e fixada na propriedade. Seriam estas altas taxas de lucro na produção do ambiente construído que inserem a reestruturação das áreas centrais no âmago da acumulação capitalista, superando a queda da taxa de lucro na produção industrial assevera Smith (2007, p. 27). Nessa visão a “Nova Luz” não somente constituiria fronteira de acumulação, mas permitiria a apropriação da renda absoluta pelos capitais investidos.

Caso contrário, se a composição média do capital na indústria da construção civil “(...) fosse a mesma ou mais alta do que a do capital social médio, então a renda absoluta

desapareceria (...)”. Neste contexto, o preço do imóvel deveria subir até o ponto do solo urbano continuar a gerar uma renda, que “(...) só poderia provir de um excedente do preço de mercado sobre o valor e sobre o preço de produção, em suma, de um preço de monopólio do produto (MARX, 3 V, p. 216)¹⁸⁸”. Forma-se com isso a renda de monopólio, que não tem relação direta com o valor corporificado na mercadoria, ou, nas palavras de Marx, constitui um déficit no tempo de trabalho desta mercadoria. Assim, na situação de uma composição orgânica média na construção civil, o perímetro da concessão urbanística em questão seria gerador de renda a partir do preço de monopólio. E neste caso cabem as duas possibilidades da renda de monopólio: primeiro, com a produção de imóveis, sobretudo os de maior metragem e preço, destinados a uma parcela da população consumidora de cultura, espaços ambientalmente sustentáveis e que prezam pelas formas arquitetônicas e históricas, no mesmo caso se encaixam os prédios comerciais construídos no que virá a ser um pólo tecnológico e, por isso, de referência; segundo, a produção de moradias e escritórios de médio e baixo padrão para a população que procura localizar-se nas regiões centrais, e cujos preços dos edifícios devem ser suficientes para remunerar o preço de produção e ainda pagar uma renda. De qualquer modo, a renda de monopólio significa um deslocamento do preço de produção e do valor, gerando “falso valor social”. A realização dos imóveis no centro paulistano captariam parte do valor socialmente produzido, distribuindo assim a riqueza social.

É oportuno também aludir aos elementos que podem estar entremeados no arrendamento, sendo os juros, por exemplo, parte do pagamento que não se confunde com a renda propriamente dita. Tal pagamento pode provir, segundo Marx, tanto do capital incorporado à terra de modo mais transitório – adubação, melhorias químicas, etc. – quanto daquele de caráter mais permanente, chamado por ele de terra-capital, que é uma forma de capital fixo - edifícios industriais, ferrovias, docas, etc., edificadas sobre o solo. Com isso o ganho do proprietário através de um valor monetário cada vez maior das suas terras é “(...) resultado do desenvolvimento social efetuado sem o concurso deles: *fruges consumere nati*¹⁸⁹”. Marx afirma que esse processo é mais perceptível “(...) na utilização do solo como terreno para construção (Ibid., p. 115-116)”. Pode-se pensar então, que na área estudada, a requalificação da cracolândia, com os intensos investimentos públicos, que vão desde obras

¹⁸⁸ Os trechos de “O Capital” citados estão relacionados, no original, à renda agrícola. Neste momento, Marx parte do princípio de que a renda absoluta deixa de existir e no seu lugar, compondo o tributo fundiário, se constitui um preço de monopólio que permite um excedente sobre o preço de produção que não têm relação com a mercadoria diretamente produzida. Acredita-se que o raciocínio é o mesmo para a construção civil e o preço do imóvel.

¹⁸⁹ “Nascidos para comer os frutos”.

viárias e de calçamento até a construção de metrô, faculdade pública e teatro, para ficar apenas em alguns, constitui uma forma dos proprietários de terras consumirem os frutos do trabalho social objetivado na cidade e que lhes rendem juros. Do mesmo modo que cresce a fonte de enriquecimento da classe que detém o monopólio sobre o solo, aumenta também o preço do imóvel/terreno.

Os diferentes tributos pagos pelo monopólio da propriedade privada urbana são, na interpretação de Smith (2007), cruciais na reestruturação do espaço nas áreas centrais das cidades, porque criam a possibilidade dos capitais se apropriarem de um diferencial de renda - “*rent gap*”. A “desvalorização” dos centros abre caminho para que na sua posterior gentrificação, ou retomada dos antigos espaços, os investidores garantam para si uma diferença entre a renda praticada nos antigos usos - preço pelo qual adquiriu os imóveis/terrenos - e a nova renda mais elevada após as transformações do espaço alvo. Tal fato é perceptível nos cálculos apresentados pelo Relatório de Viabilidade Econômica do Projeto Nova Luz, que prevê o preço médio de desapropriação do m² entorno de R\$ 1.826,68, mas podendo chegar na sua revenda a até R\$ 11.403,73. O ganho que o concessionário poderá auferir na região após formar o seu *landbank* constitui o que Smith chamou de “*rent gap*”.

Não obstante as considerações até agora mencionadas sobre os possíveis conteúdos do tributo fundiário e do preço da terra/imóvel, Marx concebe igualmente a casualidade como determinante do preço das coisas que por si não têm nenhum valor, como fica claro no trecho a seguir:

Por fim, ao examinar as formas de a renda fundiária se manifestar, ou seja, o arrendamento que é pago a título de renda fundiária ao proprietário da terra pela utilização do solo, seja para fins produtivos, seja para fins consumptivos, cabe registrar que o preço das coisas que não tem por si nenhum valor, ou seja, que não são produto de trabalho, como a terra, ou que ao menos não podem ser reproduzidas mediante trabalho, como antiguidades, obras de arte de determinados mestres etc., pode ser determinado por combinações casuais. Para vender uma coisa, é preciso apenas que seja monopolizável e alienável (3 V, p. 125).

A irracionalidade da categoria preço da terra guarda em si uma miríade de determinações que se estendem ao acaso, não sendo possível delimitar concretamente a composição exata de um ou outro elemento no preço final da terra urbana. Entretanto, é importante destacar que Marx desenreda teoricamente tanto o preço do solo, quanto os tributos que podem constar no arrendamento e a renda propriamente dita, expondo em sua “Fórmula Trinitária” que estas categorias referentes ao monopólio da propriedade só podem ser distribuição do valor produzido pela única fonte criadora desta substância, o dispêndio de trabalho.

Por outro lado, de acordo com a orientação do argumento, a reprodução geral capitalista se mantém criticamente, simulada quase na sua totalidade por capitais fictícios. O movimento automático de valorização do valor, posto e repostado pelos capitais ociosos, já não pode mais mobilizar uma massa de trabalho compatível com a forma monetária em circulação. Nesse sentido, é necessário problematizar a categoria renda da terra, definida pelo consumo do valor-trabalho.

As expectativas de bons negócios no urbano tenderiam a explicitar a falta de critério do próprio capital para com os preços, que há muito tempo perderam a sua referência com o valor. Questiona-se então, pressupondo o eclipse do trabalho, se as “máquinas de crescimento urbano”, alimentadas por créditos, com base nos setores improdutivos, distribuiriam o exíguo valor social através das diversas formas de tributos fundiários ou do preço da terra/imóvel. Partindo de Marx, compreende-se que as relações práticas substituíram a distribuição do valor socialmente produzido e antes fixado na propriedade pela mera representação da riqueza social, vulgo dinheiro. A circulação da forma monetária, alocada aqui e acolá, remunerando as expectativas entorno da propriedade, teria mistificado a própria categoria de renda da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final definitivo duma fase paranóica de desenvolvimento na forma irracional do valor, que durou mais de 200 anos, chegou-se a uma prova decisiva para a sociedade humana: será ela capaz de ir além estruturas fetichistas das relações dinheiro-mercadoria que a impregnam, sem enlouquecer completamente, ou será que vai regressar à "barbárie"? Porém uma coisa é certa: ela não pode continuar na sua forma actual.

Robert Kurz

Chega-se ao ponto final desta dissertação com a intenção de compartilhar a reflexão aqui presente - já fruto de outra partilha anterior - e suscitar o debate entorno da negatividade da reprodução capitalista hodierna e sua relação com a produção do espaço. Não se assume nesta interpretação certezas conclusivas ou proposição irrefutável. Posição bem de acordo com o objetivo circunscrito e limitado de uma dissertação de mestrado. Por conseguinte, estas considerações finais não finalizam, mas apenas formalizam os resultados a que se chegou a partir da reflexão sobre o percurso registrado nas páginas anteriores.

O argumento desdobra o fundamento do modo de produção capitalista, que se realiza necessariamente no solapamento da substância-trabalho, a partir da qual contraditoriamente este modo de produção se forma e define. As leis que emanam da natureza desta forma histórico-social executam as suas tendências negativas sem, contudo, desfazer o invólucro da produção de mercadorias, ao contrário, a sociabilidade hodierna mantém-se no modo de produção capitalista historicamente determinado. Crucial para essa situação é a distorção típica da aparência das relações sociais de reprodução, que encobre com véu místico a irracionalidade que brota do seu interior e apresenta o capital em uma condição indelével.

O desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e a mobilização de todas as suas potências produtivas coincidem com a obsolescência do próprio trabalho produtivo, contradição com efeitos sobre todas as outras categorias da reprodução social. Logo, concebe-se que a reflexão através da “Fórmula Trinitária” é a melhor maneira de expor nestas considerações finais as categorias elementares da reprodução capitalista, tendencialmente esvaziadas da sua substância. A leitura crítica da “trindade” sintetiza de modo geral a negatividade do atual mundo moderno, já que direciona o foco para a única fonte de riqueza, de onde as personificações do capital tentam açambarcar as frações que lhes cabem para o funcionamento da produção de mercadorias. Ademais, permite a continuidade do movimento do texto, que buscou contrapor “o verdadeiro mecanismo do capital” à sua forma invertida.

Se os agentes – capitalista, proprietário fundiário e trabalhador – “presos dentro das relações burguesas de produção” acreditam que as partes que lhes cabem do valor global anualmente produzido são frutos de três árvores distintas – capital, solo e trabalho -, de onde advém os seus rendimentos, ao invés de enxergarem que o valor do produto anual não é nada mais que trabalho social objetivado, na crise desta substância é necessário pensar no acirramento desta consciência mística. A valorização obliterada pela relação capital-trabalho tende a destituir o conteúdo social das categorias de lucro, juro, renda e salário. O que não é

nenhuma novidade, como Marx deixa antever na queda tendencial da taxa de renda e de juros que ocorre *pari passu* a queda na taxa de lucro:

Consideremos o capital social global C e denominemos l o lucro industrial remanescente após a dedução de juros e renda fundiária, j os juros e r a renda fundiária, então

$$m/C = l/C = l + j + r/C = l/C + j/C + r/C.$$

Vimos que, embora no processo de desenvolvimento da produção capitalista m , a soma global de mais-valia, cresça sempre, ainda assim m/C igualmente diminui sempre, porque C cresce ainda mais rapidamente que m . Não há, portanto, nenhuma contradição em que l , j e r possa, cada um por si, crescer sempre, enquanto $m/C = l/C$ quanto l , j/C e r/C tornam-se, cada um por si, sempre menores (...) Com mais-valia global ou o lucro $m = l$ em aumento, mas ao mesmo tempo a taxa de lucro $m/C = l/C$ em queda, a relação de grandeza das partes l , j e r nas quais $m = l$ se decompõe, pode variar à vontade, dentro dos limites dados pela soma global m , sem que por isso a grandeza m ou de m/C seja afetada. (MARX, 3 IV, p. 175).

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, as variações do lucro, juro e renda, restritas dentro do limite de $m = l$, são paulatinamente reduzidas. A realização do capital, autonomizado em face dos produtores reais, na sua lógica de fim em si mesmo, implica, segundo Marx, na tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor, a mais-valia e as relações sociais através das quais se movimenta. O método de produção do capital entra constantemente em contradição com o objetivo de manter o valor existente e valorizar este valor ao máximo possível e, na busca de superar incessantemente as suas barreiras imanes, ele o faz repondo-as “em escala mais poderosa” (Ibid., p. 179-180). Levando ao limite as barreiras do capital, sobretudo a desmedida com relação à autovalorização, é possível observar um sistema produtor de mercadorias em sua determinação progressivamente insubstancial, para utilizar uma expressão de Kurz (2010a). Recupera-se então novamente as “categorias-frutos” da trindade aparentemente criadora, mas em sua forma a simular uma riqueza que já não existe mais, nem como produto do trabalho produtivo, nem como fetiche das distintas árvores sociais – capital, terra e trabalho.

O movimento de reprodução, que exige produção e consumo produtivo crescente da mais-valia ou do mais-produto social, tem a sua força propulsora deslocada da real valorização para os processos de simulação através dos capitais fictícios. O capitalismo põe um fim ao seu crescimento quando torna supérfluo o trabalho abstrato, adverte Kurz (2009), mas o funcionamento das categorias de lucro, juro, renda e trabalho são constantemente ativadas pelo capital financeiro. Somente assim o capitalismo “consegue manter uma vida fictícia”. (Ibid.). A própria economia política admite que a esfera financeira é inextricável da chamada produção real. Nas palavras de Braga, a financeirização é o atual padrão de riqueza do capitalismo contemporâneo.

Trata-se de um padrão *sistêmico* porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a

estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais –, mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado (BRAGA, 1997, p. 196, grifo do autor).

As apostas nos ativos financeiros e os grandes empréstimos não estabelecem apenas a dependência das grandes corporações e do Estado, mas condicionam a própria existência de ambos. Do lado das instituições financeiras, a “circulação financeira ampliada” determina o jogo especulativo e a adoção de mecanismos complexos também do lado destas, que necessitam captar recursos “a qualquer custo” para financiar a demanda por empréstimos.

De acordo com Braga, a manifestação mais aparente deste padrão de riqueza está

(...) na crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral (*paper wealth*) – e os valores dos bens, serviços, e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade (*economic fundamentals*).

O autor analisa alguns indicadores que evidenciam este fenômeno,

(...) tais como a subida da relação, em valor, entre ativos financeiros e ativos reais; a elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; a superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira, em comparação com as do crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como percentual do Produto Interno Bruto dos países avançados; a expressiva participação dos lucros financeiros nos lucros totais das corporações industriais (Ibid., grifo do autor).

Robert Kurz (2002) precisa essa situação, advinda, segundo ele, com o fim do “Verão siberiano do boom fordista”, da seguinte forma: “(...) a relação inverteu-se: a reprodução real tornou-se o apêndice duma gigantesca bolha de “capital fictício” nas suas diversas formas fenoménicas e nos seus diversos estados de agregação, em vez de produzir ela essa bolha como mera emanção do seu interior”. A estrutura financeira do “capitalismo de cassino” ao criar rendas monetárias aparentemente reais, pois baseadas nos movimentos especulativos da esfera financeira (D-D’), engendra processos de produção sem base substancial, que tenderá ao colapso no caso de uma desvalorização desta bolha de capital fictício; tal fato se dá seja na forma do consumo estatal, por sua capacidade de endividamento, seja nos investimentos diretos e empréstimos. Sem mencionar a participação decisiva destas rendas no balanço contábil das empresas. Tal fato leva Kurz à seguinte afirmação:

(...) o processo de acumulação continua ainda formalmente por um certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrollada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenoménicas. (2002).

Não se pode esquecer que o atual estágio crítico a que se chegou o trabalho substancial – simulado pelo trabalho assalariado formal – envolve os enormes custos sociais e

empresariais (sem mencionar outros, como por exemplo, os gastos militares), ou seja, os amplos setores improdutivos, sob os quais se encontram os enormes gastos com infraestrutura e a “nova economia produtiva urbana” com sua miríade de serviços, representados pelo genérico setor terciário.

Se procurarmos a verdadeira e real produção de mais-valia e a respectiva necessidade de aumentá-la, é forçoso concluir que o coração do capital mundial já parou de bater. Há pelo menos uma década, não se faz mais que simular a acumulação capitalista com expedientes monetários, de modo que o capital depende do pulmão de aço dos processos fictícios de criação do valor: no plano das economias nacionais, por intermédio do endividamento estatal e do "capitalismo de casino"; no plano da economia mundial, com a ampliação do "capitalismo de casino" aos mercados financeiros, que se tornaram incontroláveis, e com os grandes circuitos deficitários internacionais. Mais cedo ou mais tarde, é lógico que a reprodução capitalista será reconduzida à sua base real, através duma violenta contracção das massas de dinheiro sem substância; ou seja, então se verificará que o capitalismo é na verdade um cadáver ambulante. Por outras palavras, a liquidez fictícia, criada sem um fundamento na produção de capital, será desvalorizada duma forma ou doutra, mais cedo ou mais tarde (KURZ, 2002).

Em suma, ao invés do funcionamento interno recompor os mecanismos de compensação, que na época de Marx expandia a massa de valor ao mesmo tempo em que reduzia as margens de lucro, com a revolução microeletrônica estagna-se a ampliação do trabalho produtivo, substancial, criador de mais-valia. Não há mais coincidência ampliada entre produção e consumo em níveis cada vez mais elevados de valor.

Portanto, de acordo com o conceito de trabalho produtivo, não basta à força de trabalho agir apenas como dispêndio de cérebro, nervos e músculos, tem-se que manter como produtora da substância capaz de repor os pressupostos do capital e expandi-lo em escala sempre ampliada. Mas isso depende, como se viu, da composição orgânica dos capitais, do nível de produtividade social e do processo de reprodução global do capital, na unidade entre produção de mais-valia e consumo produtivo. Segundo Kurz (2002), o capitalismo só seria viável caso houvesse uma coincidência suficiente entre forma-fetice e substância-fetice, ou seja, que a produção de valor e o seu consumo produtivo interagissem em amplitude suficiente e crescente, dada a necessária acumulação, para impulsionar a valorização do valor.

A partir destes pressupostos intentou-se inverter a potência contrariante da produção do espaço urbano, capaz de mobilizar, segundo os autores analisados, uma acumulação ampliada de valor. Nessa direção inversa, as “máquinas de produzir riquezas” constitutivas de novas fronteiras de acumulação devem sua ascensão à própria crise de valorização. Na corrida tautológica de fazer dinheiro gerar mais dinheiro, a sobredeterminação do trabalho improdutivo no urbano e o setor imobiliário alavancado pelos mecanismos financeiros criam miragens de crescimento e, por isso, só podem significar uma forma redundante da crise. Corroborar para o argumento o deslocamento entre o preço dos imóveis e o trabalho morto

consolidado nas edificações. As inúmeras determinações que influem sobre este preço, com destaque para a abundância de créditos e os investimentos do setor financeiro e dos capitais internacionais, ficcionalizam o lucro e juro do capitalista, a renda do proprietário fundiário e o salário do trabalhador. Ao invés de distribuição do valor posto pela autovalorização do capital, compartilham-se volumes monetários sem referência ao trabalho produtivo.

Assim sendo, o presente retorno ao Centro da metrópole paulista, considerado neste trabalho pelo “Projeto Nova Luz”, constitui uma forma da reprodução capitalista determinada pela crise do trabalho abstrato. Os termos da crise se apresentam na metrópole paulista enquanto modernidade e dinamismo econômico, através de sucessivas modificações na morfologia urbana como também nos setores mais representativos da sua economia. Considera-se que estas transformações são formas de expressar o fundamento cada vez mais fugidio da reprodução social e, por isso, a revelar-ocultar o processo subjacente. Portanto, é a crise do trabalho produtivo e, por conseguinte, da valorização, que determina esta forma de ser do urbano nos dias atuais, daí as questões levantadas ao longo da dissertação serem encaminhadas tendo como centralidade a categoria fundamental da autovalorização do valor – o dispêndio de trabalho abstrato.

No período em que Marx escreve não havia indícios empíricos de um limite intransponível à valorização do valor, todavia ele já afirmava que a barreira que a queda na taxa de lucro representa, assim como os transtornos que ela ocasiona – superprodução, especulação, capital supérfluo, crises, população supérflua – “(...) testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio”. (3 IV, p. 175). Esse estágio, no qual o urbano aparece como *locus* da acumulação, quando submetido ao escrutínio de Kurz, o leva à seguinte afirmação: “Na verdade, a base da reprodução capitalista já alcançou o seu limite absoluto, ainda que o seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal” (2002).

Mas então, por que os “agentes da produção” permanecem submetidos e dominados por uma “cega necessidade natural” que recompõe exaustivamente a aparência de onipotência do capital, destinado necessariamente à perenidade? Marx explica que os agentes reais da produção permanecem presos no mundo da aparência e, nestas formas alienadas e irracionais, eles se sentem completamente à vontade, “(...) pois elas são exatamente as configurações da

aparência em que eles se movimentam e com as quais lidam cada dia¹⁹⁰”. (3 V, p. 262). No desenvolvimento da produção capitalista há um aprofundamento desta consciência fetichista. No decorrer da complexificação do seu funcionamento ocorre simultaneamente a perda do “fio da conexão interna”.

Se na efetividade deste processo de produção as relações tornam-se progressivamente mais intrincadas, na apresentação de Marx existe igualmente um movimento que vai das formas mais simples da exploração imediata para um ocultamento cada vez maior da mais-valia. Daí novamente a importância da “Fórmula Trinitária”, momento em que Marx discute a ruptura completa entre a mais-valia e as formas alienadas e ossificadas da sua distribuição, corporificadas como renda, salário, lucro e juro. Na trindade econômica: capital-lucro/capital juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário, fica definitivamente rompida a conexão interna destes rendimentos, a sua fonte é soterrada, ou melhor, ocorre uma autonomização das formas em relação a sua substância (Ibid., p. 261).

Nessa direção, mas partindo da perda desta substância, a mistificação típica do modo de produção capitalista não se desvaneceu, ao contrário, reiterou-se sobre a consciência prática, como afirma Alfredo (2010). Portanto, a autonomização da forma, em relação à substância exaurida com o desenvolvimento das forças produtivas, continua, só que agora fetichizando uma acumulação que se alicerça sobre bases fictícias. De acordo com Alfredo (Ibid., p. 4-5), na crise de valorização, a forma de expressão do valor, o seu preço, oculta a destituição do trabalho produtivo, repondo o fetiche da mercadoria que põe o valor na natureza das coisas.

Não obstante o declínio do trabalho produtivo como já visto, a sociedade mundial capitalista conserva o invólucro formal dessa forma-valor, mantendo os “seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância”, assegura Kurz (1993, p. 81). A “abolição do trabalho” não nasce, por isso, como o “verdadeiro reino da liberdade”, mas surge em forma negativa, como crise (Ibid.). Esta permanência do invólucro formal leva necessariamente à questão do sujeito sob as relações de produção capitalistas.

A idéia de “leis naturais sociais” ou de relações que agem “por trás das costas dos sujeitos” como leis, as quais impingem uma sociabilidade que “(...) constitui-se e exhibi-se, de modo análogo à primeira natureza, como uma essência externa a eles mesmos, que lhes é

¹⁹⁰ Essa citação é retirada da referência de Marx às três fontes místicas de valor: capital, terra e trabalho, tomadas em sua inversão pelos agentes reais da produção. Entretanto, a afirmação tem validade para todas as outras formas sob o modo de produção capitalista.

estranha e não é integrada do ponto de vista subjetivo.” (KURZ, 2010b, p. 250), remetem a constituição social do ser humano em oposição à primeira natureza.

O ser humano abandona a primeira natureza (e, com isso, contrapõe-se a ela, ainda que continue sendo parte dela) na medida em que se desacopla dos animais. Ele constitui o animal sem instinto (...). Mas, com isso, estabelece-se a necessidade de consciência como uma subjetividade contraposta à primeira natureza. (...) Desse modo, o ser humano contrapõe-se à primeira natureza enquanto sujeito, mas só lhe é dado fazê-lo como ser humano, isto é, como ser social. Contudo na qualidade de ser social, ele é, por seu turno, constituído sem sujeito, como constituição de segunda ordem destituída de sujeito. Isso significa apenas que o ser humano não se criou imediatamente como sujeito social nem tampouco foi criado por um deus-sujeito, mas, como animal desacoplado, só pôde nascer sem sujeito. Nasce então como sujeito em relação à primeira natureza, mas necessariamente não sabe quem ele mesmo é, sem saber e sem ter consciência daquilo que se tornou, a saber, uma criatura social ou um ser natural de segunda ordem. (Ibid., p. 251).

O sujeito no interior da segunda natureza tem a sua subjetividade atrelada às formas fetichistas que o dominam e velam a estrutura social. Assim, ele desconhece que a sua consciência é uma forma histórico-social que lhe é alheia e externa, ao mesmo tempo interna a si mesmo, dado que o sujeito está inserido no âmago de relações historicamente determinadas. Esta forma de sujeito é ausente mesmo de um sujeito autoconsciente das relações que o objetivam, por isso Kurz se referir à mesma como “consciência inconsciente”.

Nas palavras do autor:

(...) um sujeito é um ator consciente, mas que não está consciente de sua própria forma. No entanto, é precisamente essa falta de consciência da forma que inflige às ações conscientes face à primeira natureza e aos demais sujeitos um caráter opressor obscuro e objetivo; a objetivação que se dá mediante a cadeia de ações é, de antemão, cegamente pressuposta pelo sujeito. Assim, a tomada de consciência limita-se a uma ação individual que, à diferença do animal, não é dirigida às cegas, senão que ‘precisa passar pela cabeça’. Em contrapartida, a consciência não apreende o escopo geral e social do agir, que ‘nasce’ historicamente e é pressuposto às cegas. A ser assim, a consciência é uma mera tomada interna de consciência, situada dentro dos limites de uma constituição fetichista que, no entanto, não tem nada de exterior, constituindo, antes do mais, a forma da própria consciência (...). (Ibid., p. 269).

Esse sujeito inconsciente ao não perceber-se em sua totalidade torna-se um “mundo exterior” para si mesmo, pois autorreferencia-se através do fetiche, “Desse modo, o sujeito precisa objetivar-se a si mesmo e ‘dominar-se a si próprio’ em nome de sua própria forma inconsciente (...) é literalmente rebaixado à condição de máquina corpórea exterior.” (Ibid., p. 277-8).

Sem cair em uma perspectiva linear do processo social, mas partindo das contradições simultâneas do mundo moderno, determinantes para o desdobramento e realização das suas categorias, concebe-se, recorrendo a Kurz, que “a maturação objetiva da crise do sistema produtor de mercadorias” permite e leva à necessidade de tematizar essa “dominação sem sujeito”. A potência crítica e revolucionária do conceito de fetiche é capaz de desvelar

retrospectivamente e nas relações presentes a inconsciência das relações no interior de sistemas sociais. Portanto, faz-se mister romper o invólucro formal do mundo moderno, ou seja, a rede de dominação, sob o risco de catástrofes e tragédias generalizadas, ou novamente nas palavras de Kurz, a ameaça de “um segundo barbarismo”, haja vista inclusive os limites naturais da exploração dos recursos. Cumpre então levar a cabo teoricamente o que a Economia clássica começou, mas parou na metade do caminho. Segundo Marx, ainda que os seus melhores porta-vozes permanecessem mais ou menos presos no mundo da aparência,

O maior mérito da Economia clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e essa ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si, essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana (...) (3 V, p. 262)¹⁹¹.

¹⁹¹ Embora esta citação tenha sido empregada especificamente na análise de Marx da Fórmula Trinitária, ele não deixou de reconhecer os méritos da Economia clássica em diversas passagens de “O Capital”. Aqui, novamente, é possível estender essa desfetichização inclusive para o Livro 1, quando Marx analisa a mercadoria.

Referências Bibliográficas

ALFREDO, Anselmo. **Modernização e Contradições Espaço-Temporais. Centralidades e Periferias na Metrópole de São Paulo. Três Momentos, Um Percurso: Aldeamentos Indígenas, Industrialização e Periferia Urbana**, mimeo, 2008.

_____. Modernização e Reprodução Crítica. **Agroindústria do Leite e Contradições do Processo de Acumulação**. In: GEOUSP Espaço e Tempo: Revista de Pós-Graduação em Geografia, São Paulo, n. 24, p. 63-108, 2008.

_____. **Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica**, mimeo, 2010.

ARANTES, Pedro; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. Correio da Cidadania, 30 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=tblog&id=66&Itemid=171>. Acessado em: 20/06/2011.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

_____. Urbanismo em fim de linha. In: ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARAÚJO, Maria de Fátima I. **Reestruturação produtiva e transformações econômicas. Região Metropolitana de São Paulo**. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n.1, p. 20-30, 2001.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **São Paulo Centro XXI: entre história e projeto**. São Paulo: AVC, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 45, p. 152-166, julho de 1996.

BOTELHO, Adriano. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do**

mercado da moradia na cidade de São Paulo. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2005.

_____. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

CAIADO, A. S. C.; RIBEIRO, T. F. F.; AMORIM, R. L. Políticas Neoliberais e Reestruturação Produtiva. In: POCHMAN, M. (Org.). **Reestruturação Produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 63-146.

CARLOS, Ana Fani. [São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro.](#) In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U (Org.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. A reprodução da cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.** São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U (Org.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo : Contexto, 2004

_____. **Urbanização Crítica: Periferias Urbanas.** São Paulo, [200-].

DIEESE. **Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira.** Estudos Setoriais. nº 12. São Paulo: DIEESE, 2001.

EMURB/CEM/CEBRAP. **Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo.** PMSP/EMURB. São Paulo: 2004.

FARIA, Claudia Prates (org.). **Inovação em Construção Civil – Coletânea 2006.** São Paulo: Instituto UNIEMP, 2006.

FAUSTO, Ruy. Fundamento e Aparência. In. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Braziliense, 1997.

FERREIRA, Marcelo de Araújo; SERRA, Sheyla Mara Baptista; PIGOZO, Bruno Nogueira. **A industrialização na construção e o estudo de uma rede de empresas em obra de pré-fabricados em concreto armado.** XII SIMPEP. Anais... Bauru, 2005.

FERREIRA, Marcelo de Araújo. **Aspectos Tecnológicos e Produtivos do Desenvolvimento e Aplicação de Sistemas Construtivos.** Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58162057/Racionalizacao-e-industrializacao-na-construcao-civil>>. Acessado em 26/08/2011.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.

_____. **Sobre o alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras: o caso de São Paulo**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Latinoamericano de Antropologia, 11 al 15 de Julio de 2005, Rosário – Santa Fe – Argentina.

GIANNOTTI, José A. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. In: **Filosofia miúda e demais aventuras**. Ed. Brasiliense, 1985.

GRESPLAN, Jorge L. S. **O Negativo do Capital**. São Paulo: Hucitec, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005a.

_____. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. **A Liberdade da Cidade**. (Tradução Prof. Dr. Anselmo Alfredo). The freedom of the city, mimeo, 2008.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas Culturais e Negócios Urbanos**. São Paulo: Ed. Annablume; Fapesp, 2007.

_____. As políticas públicas para o Centro. In: **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. 264 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. In: KURZ, Robert. **Os últimos combates**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 91 – 115.

_____. **A ascensão do dinheiro aos céus**. Disponível em: <http://planeta.clix.pt/obeco/>. (Versão Portuguesa), 2002.

_____. **As perfídias do capital financeiro. 1ª parte**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>, 2003.

_____. **A Bolha do Imobiliário**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>, 2005.

_____. **Capitalismo sem mais-valia? Um debate insuficiente sobre os limites do crescimento**. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>, 2009.

_____. **Quem vive acima das suas possibilidades?** Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm>>, 2010a.

_____. **Dominação sem sujeito: acerca da superação de uma crítica social limitada.** In: Razão Sangrenta. Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010b.

_____. **Prêmio Nobel para o Hartz IV.** Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz377.htm>>, 2010c.

_____. **Trabalho sem valor.** Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz386.htm>>, 2011.

LÉFÈBVRE, Henri. **Espaço e Política. O Direito à cidade II.** Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. [S.l.]. [200-].

LENCIONI, Sandra. Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a Região da Metrópole Desconcentrada. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 38, p. 54-61, 1994.

_____. **A transformação sócio-territorial das principais áreas metropolitanas da América do Sul: Buenos Aires, São Paulo e Santiago. A importância da indústria inovadora e de alta tecnologia no caso de São Paulo e sua relação com as transformações sócio-territoriais.** In: XII EGAL – Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu. (Disponível no site do XII EGAL).

_____. Da Cidade e sua Região à Cidade-região. In: **Panorama da Geografia Brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006, v. I, p. 65-76.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo. Fase Superior do Capitalismo (Ensaio Popular). In: **Obras Escolhidas**. vol. 1. São Paulo: Alfa Ômega, 1986, p. 575-671.

LOJKINE, Jean. Existe uma renda fundiária urbana? In: **Marxismo e Urbanismo** (Org. Reginaldo Forti). São Paulo: Livraria ed. Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, Ernest. A expansão do Setor de Serviços, a “Sociedade de Consumo” e a Realização da Mais-Valia. In: **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: **Manifesto Comunista** (Org. e Introd. Osvaldo Coggiola). 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro 1, Tomo I e II. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

_____. As metamorfoses do capital e seu ciclo. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 2, Tomo III. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção I, Cap. I a VI, p. 23-104.

_____. A rotação do capital. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 2, Tomo III. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção II, Cap. VII a XVII, p. 105-244.

_____. A transformação da Mais-Valia em Taxa de Lucro. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 3, Tomo IV. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção I, Cap. I a VII, p. 21-105.

_____. A transformação do Lucro em Lucro Médio. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 3, Tomo IV. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção II, Cap. VIII a XII, p. 106-153.

_____. Lei da queda da taxa de lucro. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 3, Tomo IV. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção III, Cap. XIII a XV, p. 154-191.

_____. Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros. In: MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 3, Tomo IV. São Paulo: Abril Cultural, 1988. Seção V, Cap. XXI a XXVII, p. 241-318.

MELLO, João Manoel. C. de. A Industrialização Retardatária. In: MELLO, J. M. C. De. **O Capitalismo Tardio**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 89-122.

MIELE, Sávio Augusto de F. **O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONBEIG, Pierre. O Crescimento da Cidade de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História Econômica da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Globo, 2004, p. 14-115.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz – Centro histórico de São Paulo: Projetos urbanos e estratégias de intervenção**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OGGI, Francisco Pedro. Inovação na Construção Civil Brasileira. In: **Inovação em Construção Civil** Coletânea 2006 (Org. Cláudia Prates Faria). Instituto Uniemp, São Paulo: 2006, p. 81-102.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A renda da Terra. In: **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. **Do Tombamento às Reabilitações Urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970-2007)**. 252 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

PADUA, Rafael Faleiros de. **Implicações sócioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo.** 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. **Negatividade e Ruptura. Configurações da crítica de Robert Kurz.** 113 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALES, Urânia C; SOUZA, Henor Artur de; NEVES, Francisco de Assis das. Mapeamento de problemas na construção industrializada de aço. **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, vol. 54, n. 4, Out./Dez. 2001.

SCHWARK, Martin Paul. Inovação – Porque o desinteresse na indústria da construção civil. In. **Inovação em Construção Civil** Coletânea 2006 (Org. Cláudia Prates Faria). Instituto Uniemp, São Paulo: 2006, p. 43-53.

SERRA, Sheyla Mara B. **Industrialização da construção.** 20-?. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58162057/Racionalizacao-e-industrializacao-na-construcao-civil>, acessado em 26/08/2011.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 21, pp. 15-31, 2007.

_____. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.

TONE, Beatriz Bezerra. **Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital Fictício.** 246 f. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOPALOV, Christian. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In. **Marxismo e Urbanismo** (Org. Reginaldo Forti). São Paulo: Livraria ed. Ciências Humanas, 1979.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos.** 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

VAZ, Aglaé. **O Projeto Nova Luz e a Renovação Urbana na Região da Luz: o espaço urbano como condição e produto da acumulação e como espaço da reprodução da vida.** 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VILLELA, Fábio Fernandes. Indústria da construção civil e reestruturação produtiva: as novas tecnologias e a construção das cidades contemporâneas. In. **Perspectivas.** São Paulo, v. 34, p. 37-51, jul./dez. 2008.

VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital: negócios imobiliários e financeiros em São Paulo**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Jornais, Revistas, Legislação e Outras Fontes

ASBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura). **“Setor Imobiliário aposta na revitalização de regiões centrais de São Paulo deterioradas”**. Disponível em: <<http://www.asbea.org.br/escritorios-arquitetura/noticias/setor-imobiliario-aposta-na-revitalizacao-de-regioes-centrais-de-sao-123626-1.asp>>. Acessado em: 10/08/2010.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Estatuto**. Disponível em: <<http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/estatuto.html>>. Acessado em: 05/05/2009.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/index.html>>. Acessado em: 05/05/2009.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Estrutura**. Disponível em: <<http://vivaocentro.org.br/vivaocentro/estrutura.html>>. Acessado em: 05/05/2009.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Informe Viva o Centro**. São Paulo, Fevereiro/2008, nº 239.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Informe Viva o Centro**. São Paulo, Maio/2008a, nº 240.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Intervenções Urbanas Estruturais – Mesa Redonda sobre intervenções na Quadra 27 e no Pólo Luz-Santa Ifigênia**. São Paulo: Maio/2006. 57 p.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Urbs – Viva o Centro**. São Paulo: LDC Editora e Comunicação Ltda. São Paulo: Ano X, nº 42, dezembro/2006.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Urbs – Viva o Centro**. São Paulo: LDC Editora e Comunicação Ltda. São Paulo: Ano V, nº33, Jan/Fev 2004.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Urbs – Viva o Centro**. São Paulo: LDC Editora e Comunicação Ltda. São Paulo: Ano XII, nº46, Abr/Mai/Jun de 2008.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Urbs – Viva o Centro**. São Paulo: LDC Editora e Comunicação Ltda. São Paulo: Ano IX, nº39. Out/Nov.2005.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Urbs – Viva o Centro**. São Paulo: LDC Editora e Comunicação Ltda. São Paulo: Ano X, nº40. Mar/Abr. 2006.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **“Aliança pelo Centro Histórico – Centro vai experimentar idéia inovadora de gestão de espaço público”**. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/090608_a_click2.htm>. Acessado em: 05/05/2010.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. “**Prefeitura, Governo do Estado e Iniciativa Privada: está surgindo uma Aliança pelo Centro Histórico**”. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/090608_a_infonline.htm>. Acessado em: 05/05/2010.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. “**Aliança contará com 19 ações locais**”. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/090608_a_click3.htm>. Acessado em: 05/05/2010.

AMOALUZ (Blog da Associação dos Moradores da Luz). **Carta Aberta**. Disponível em: <<http://apropriacaodaluz.blogspot.com/2011/08/carta-aberta-ao-publico-posicionamento.html>>. Acessado em: 20/08/2011.

BRASIL ECONÔMICO. “**Fundo Imobiliário busca ativo financeiro**”. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia180111.htm>>. Acessado em: 20/01/2011.

CONSÓRCIO NOVA LUZ. **Estudos de viabilidade econômica, Mercadológica e de Situação Fundiária** – Sub-Produtos 5.6 (versão preliminar). São Paulo, 11 de maio de 2011.

CONSÓRCIO NOVA LUZ. **Projeto Nova Luz – Visão e Diretrizes Urbanísticas**. São Paulo, Nov/2010.

CONSÓRCIO NOVA LUZ. **Projeto Nova Luz – Projeto Preliminar – Urbanísticos e ZEIS**. São Paulo, Dez/2010.

CORREIO DA CIDADANIA. “**Vende-se São Paulo**”. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3146/>>. Acessado em 04/10/2010;

DIÁRIO DE SÃO PAULO. “**Palavra de Ordem: Revitalização**”. São Paulo, 26/07/2007.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. “**Prefeitura de São Paulo quer Centro mais limpo e sem mendigos**”, São Paulo, 14/06/08.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. “**São Paulo, a um passo da civilidade**”. São Paulo, 14/06/07.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. “**Vida nova para o velho vale**”. Diário do Comércio. 29/05/07.

ESTADÃO.COM.BR. “**AIB paga e Lerner projeto Nova Luz**”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090428/not_imp361660,0.php>. Acessado: 15/10/2010.

ESTADÃO.COM.BR. “**Americanos vão fazer o projeto da Nova Luz**”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100512/not_imp550615,0.php#bb-md-noticia-tabs-2>. Acessado em: 15/10/2010.

ESTADÃO.COM.BR. “**Em SP, dois consórcios disputam região da cracolândia**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-dois-consorcios-disputam-regiao-da-cracolandia,547217,0.htm>>. Acessado em 20/05/2010;

ESTADÃO.COM.BR. “**Prefeitura de São Paulo anuncia consórcio que fará projeto da Nova Luz**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-de-sao-paulo-anuncia-consorcio-que-fara-projeto-da-nova-luz,550293,0.html>>. Acessado em: 20/05/2010.

ESTADÃO.COM.BR. “**Nova Luz: Prefeitura já admite pagar 1/3 da obra**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nova-luz-prefeitura-ja-admite-pagar-13-da-obra,757468,0.html>> . Acessado em: 20/08/2011.

ESTADÃO.COM.BR. “**Demanda por terrenos em São Paulo permanece em alta**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,demanda-por-terrenos-em-sao-paulo-permanece-em-alta,115877,0.htm>>. Acessado em: 20/08/2011.

ESTADÃO.COM.BR. “**Setor imobiliário nacional atrai mais investidores estrangeiros**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,setor-imobiliario-nacional-atrai-mais-estrangeiros,167413,0.htm>>. Acessado em: 20/08/2011.

ESTADÃO.COM.BR. “**Fundo Paladin, dos EUA, vai dividir controle da InPar**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,fundo-paladin-dos-eua-vai-dividir-controle-da-inpar,297952,0.htm>>. Acessado em: 20/08/2011.

ESTADÃO.COM.BR. “**Imóvel usado sobe até 121% em um ano**”. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,imovel-usado-sobe-ate-121-em-um-ano,426783,0.htm>>. Acessado em: 20/08/2011.

EXAME.COM. “**Fundos Imobiliários são melhor aplicação desde 2005**”. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/imoveis/noticias/fundos-imobiliarios-sao-melhor-aplicacao-desde-2005?page=1&slug_name=fundos-imobiliarios-sao-melhor-aplicacao-desde-2005>. Acessado em: 20/08/2011.

EXAME.COM. “**6 sinais de que já pode haver uma bolha imobiliária no Brasil**”. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/imoveis/noticias/6-sinais-de-que-pode-haver-uma-bolha-imobiliaria-no-brasil?p=1#link>>. Acessado em: 20/08/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**Construtoras fabricam ‘casas a jato’**”, São Paulo, 31/10/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**Cidade busca nova imagem com água e design**”, São Paulo, 17/05/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**A transformação de Seul**”, São Paulo, 17/05/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**‘Hora é de consolidar’, diz Cunha Lima**”, São Paulo, 12/05/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**Fim de Festa**”, São Paulo, 14/01/02.

FOLHA DE SÃO PAULO. “**Revitalizar a cracolândia é possível, diz Lerner**”, São Paulo, 03/06/2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Demolição de Imóveis inicia a revitalização da cracolândia”**. São Paulo, 27/10/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“IPTU na cracolândia subirá bem mais que na Paulista”**, São Paulo, 19/11/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Para secretário, não há distorções no IPTU”**, São Paulo, 20/11/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Câmara aprova reajuste de até 60% no IPTU”**, São Paulo, 26/11/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Kassab recua e determina aumento menor do IPTU”**, São Paulo, 02/12/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Novos prédios dão fôlego ao centro velho”**, São Paulo, 12/05/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Prefeitura vai desapropriar mais casas na cracolândia”**, São Paulo, 17/05/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Terceirização” da cracolândia passa em primeiro turno**, São Paulo, 02/04/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Setor imobiliário de SP dribla a lei para ocultar doadores”**, São Paulo, 14/04/2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Maioria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária”**, São Paulo, 24/04/2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Prefeitura terá que pagar por Nova Luz”**, São Paulo, 13/04/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Reurbanização da Nova Luz é suspensa pela Justiça de SP”**, São Paulo, 27/04/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Justiça cassa liminar que suspendia o projeto Nova Luz”**, São Paulo, 30/04/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Verba pública banca negócios da Nova Luz”**, São Paulo, 12/08/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Preço dos terrenos inviabiliza construção de novas unidades”**, São Paulo, 10/04/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Imóveis e construção lideram abertura de capital neste ano, e Anbid faz alerta”**, São Paulo, 28/03/2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Viva o Centro defende reformas e diz que valorizam a diversidade”**, São Paulo, 25/01/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Devemos oferecer outras atividades”**, São Paulo, 15/07/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Local passou por revitalização no início dos anos 90”**, São Paulo, 15/07/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Prostitutas e mendigos voltam ao pelourinho”**, São Paulo, 15/07/07

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Industrial Chic”**, São Paulo, 22/07/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Liberdade quer unir modernidade à tradição”**, São Paulo, 30/06/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Revitalizar a Cracolândia é possível e viável, diz Lerner”**, São Paulo, 03/06/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Cracolândia vai a leilão para virar bairro”**, São Paulo, 19/05/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Projetos prevêm conciliar comércio e casas”**, São Paulo, 19/05/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Nova Luz já tem projeto de ampliação”**, São Paulo, 19/05/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Câmara da aval para Kassab buscar investimento privado”**, São Paulo, 10/10/07.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“SP faz parceria para banir mendigos e camelôs do centro”**, São Paulo, 10/06/08.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Arquitetos do Ninho de Pássaro projetam teatro de dança em SP”**, São Paulo, 04/11/08.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Para urbanistas, projeto para a cracolândia é bom, mas falta estrutura”**, São Paulo, 03/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“80% recusam atendimento na cracolândia”**, São Paulo, 24/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Existe uma Nova Luz para a cracolândia?”**, São Paulo, 24/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“À noite, trabalho da polícia é como espantar moscas”**, São Paulo, 24/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Em uma semana, polícia prende 27 suspeitos”**, São Paulo, 30/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Urbanistas estrangeiros vêem uma cracolândia sem crack em visita a São Paulo”**, São Paulo, 28/07/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Surpresos com a mudança, lojistas temem desapropriação”**, São Paulo, 19/02/10.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Projeto Nova Luz busca negociação, mas não oferece garantia a moradores”**, São Paulo, 20/02/10.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Justiça suspende derrubada de prédios na cracolândia”**, São Paulo, 28/08/10.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Após protesto, apresentação do Nova Luz é cancelada”**, São Paulo, 15/01/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Lojistas ampliam pressão contra Nova Luz”**, São Paulo, 29/01/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Projeto prevê demolir 30% da cracolândia”**, São Paulo, 29/01/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Projeto Nova Luz é pouco atraente, diz companhia”**, São Paulo, 27/02/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Conclusão do projeto é adiada por três meses”**, São Paulo, 13/04/11.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Aumentam as opções de fundos imobiliários”**, São Paulo, 17/05/2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Fundos captam boom imobiliário no país”**, São Paulo, 30/08/2010.

FOLHA.COM. **“Por Nova Luz, governo de SP libera reforma em prédios tombados; veja lista”**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u695849.shtml>>. Acessado em 15/10/2010.

FOLHA.COM. **“Publicitários da cracolândia”**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd130906.html>>. Acessado em: 20/06/2009.

FOLHA.COM. **“Kassab quer que cracolândia seja bairro mais povoado de São Paulo”**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u589541.shtml>>. Acessado em: 10/08/2010.

FOLHA.COM. **“Consórcio vencedor admite ser difícil projeto Nova Luz em SP”**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u735658.shtml>>. Acessado em: 20/05/2010.

FOLHA.COM. **“Após manifestação, audiência pública sobre projeto Nova Luz é cancelada em SP”**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/860882-apos-manifestacao-audiencia-publica-sobre-projeto-nova-luz-e-cancelada-em-sp.shtml>>. Acessado em: 18/01/2011.

FOLHA.COM. “**SP tem menor estoque de imóveis e preços sobem 27% em dois anos**”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u736359.shtml>>. Acessado em: 20/08/2010.

FOLHA.COM. “**Brascan e Company anunciam fusão no setor imobiliário**”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u443542.shtml>>. Acessado em: 20/08/2010.

FOLHA.COM. “**Prefeitura de SP apresenta detalhes da Nova Luz, mas não diz o essencial**”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/832379-prefeitura-de-sp-apresenta-detalhes-da-nova-luz-mas-nao-diz-o-essencial.shtml>>. Acessado em: 20/12/10.

FOLHA.COM. “**Projeto prevê demolir 30% da cracolândia, no centro de São Paulo**”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/847823-projeto-preve-demolir-30-da-cracolandia-no-centro-de-sao-paulo.shtml>>. Acessado em: 15/01/11.

FOLHA.COM. “**Gestora Prosperitas cria fundo de R\$ 1 bi para investir em shoppings**”. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mercado/810715-gestora-prosperitas-cria-fundo-de-r-1-bi-para-investir-em-shoppings.html>>. Acessado em: 15/01/11.

IBDA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura). “**O que é o *Light Steel Framing***”. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=29&Cod=85>>. Acessado em: 28/08/2011.

IBDA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Arquitetura). “**Sistema *Drywall* – Construção seca, limpa e econômica**”. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=29&Cod=23>>. Acessado em: 28/08/2011.

IBOPE. “**A maior alta do mundo**”. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOP&pub=T&db=cald&comp=Noticias&docid=C1E45E860255C3458325788F0058545A>>. Acessado em: 20/08/2011.

GABRILLI, Mara. “**Projetos de concessão urbanística e da Nova Luz são aprovados**”. Disponível em: <<http://vereadoramaragabrilli.com.br/noticias/135-camara-municipal-aprova-os-projetos-de-concessao-urbanistica-e-da-nova-luz.html>>. Acessado em: 15/01/11.

GABRILLI, Mara. “**Projetos de Concessão Urbanística e da Nova Luz são aprovados - Saiba mais: dados da Nova Luz**”. Disponível em: <<http://vereadoramaragabrilli.com.br/noticias/135-camara-municipal-aprova-os-projetos-de-concessao-urbanistica-e-da-nova-luz.html?start=1>>. Acessado em: 15/01/11.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. “**Centro da capital ganha Etec Nova Luz e sede do Paula Souza**”. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=209057>>. Acessado em: 15/10/2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “**Concessão da Nova Luz é aprovada na câmara**”, São Paulo, 02/04/09.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “**Antigo Prédio do Hilton será usado pelo TJ em SP**”, São Paulo, 25/07/2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “**Demolição e Polêmica na Nova Luz**”, São Paulo, 27/10/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Processo nº 01-87/2009**. Ementa: Dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo, bem como autoriza o executivo a aplicá-la nas áreas do Projeto Nova Luz. São Paulo, arquivado em 12/05/09, 245 f.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Processo nº 01-0158/09**. Ementa: Autoriza o executivo a aplicar a concessão urbanística nas áreas do Projeto Nova Luz. São Paulo, arquivado em 12/05/2009, 104 f.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Programa de Requalificação Urbana Nova Luz – Plano Urbanístico**. São Paulo: EMURB – Empresa Municipal de Urbanização. Junho/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Nova Luz – Programa de Requalificação Urbana**. São Paulo: Empresa Municipal de Urbanização, Março/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Ata da Primeira Audiência Pública – Projeto Urbanístico Nova Luz**. Processo Administrativo: 2009-0.209.264-9. São Paulo, 28/01/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Notas taquigráficas da 2ª Audiência Pública da Nova Luz**. Câmara Municipal de São Paulo, 12/04/2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO; CONSÓRCIO NOVA LUZ. **Cadastro de moradores e comerciantes. Dúvidas e esclarecimentos**, São Paulo, sem data.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **Concorrência nº 01/2009**. OBJETO: Elaboração de Projeto Urbanístico Específico e Estudos complementares para fins de realização de concessão urbanística na área delimitada pelo perímetro da Nova Luz, definido pelas Avenidas Cásper Libero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rua Mauá, no Distrito da República, no Município de São Paulo. São Paulo, 28 de outubro de 2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei nº 14.918, de 7 de maio de 2009**. (Projeto de Lei nº 158/09, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo). Autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz. São Paulo, 7 de maio de 2009.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Lei Ordinária de São Paulo, nº 14.096 de 08/12/2005**. Dispõe sobre a criação do Programa de incentivos seletivos para a região adjacente à Estação da Luz, na área central do município de São Paulo, nos termos que especifica. São Paulo, 8 de dezembro de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei nº 12.349, de 6 de junho de 1997.** Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências (Operação Urbana Centro). São Paulo, 7 de junho de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Plano Regional Estratégico da Subprefeitura da Sé** – Anexo IX, Livro IX, São Paulo, sem data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº 572/08.** Cria o Programa de Revitalização Urbana e Funcional do Centro da Cidade de São Paulo, em consonância com o plano diretor estratégico – artigo 2º, incisos VI e VII e dá outras providências. São Paulo, 5 de setembro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Plurianual 2010 – 2013.** São Paulo, SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Plurianual 2006 – 2009.** São Paulo, SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Plurianual 2006 – 2009. Anexo I: Diretrizes.** São Paulo, SP. 10 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Plurianual 2006 – 2009. Anexo V: Detalhamento de diretrizes e ações.** São Paulo, SP. 143 p.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. “**Prefeito dá início a demolições na Nova Luz e anuncia instalação de 23 empresas no bairro**”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=19479>. Acessado em: 30/07/2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. “**Começam demolições na Nova Luz e 23 empresas devem instalar-se no bairro**”. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=19479. Acessado em: 30/07/2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. “**Prefeito percorre a região da Cracolândia**”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=1200>. Acessado em: 30/07/2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. “**Evento da prefeitura promove São Paulo como ponto turístico**”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=23259>. Acessado em: 30/07/2010.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. “**Prefeito recebe projeto de Concessão Urbanística na Nova Luz: um marco histórico para cidade**”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/sala_de_imprensa/releases/index.php?p=30844>. Acessado em: 15/12/2009.

PROCENTRO. **“O Programa PROCENTRO”**. Disponível em: <<http://www.procentro.com.br/site/Programa.aspx>>. Acessado em: 26/04/2011.

REDE BRASIL ATUAL. **“Protestos marcam apresentação de projeto final da Nova Luz em São Paulo”**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/2011/08/protestos-marcam-nova-apresentacao-de-projeto-nova-luz>>. Acessado em 20/08/2011.

REVISTA BOVESPA. **“Setor “descobre” o mercado de capitais como aliado de peso para seus planos de expansão”**. Edição Abril/Junho de 2006. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/98/EmFoco.shtml>>. Acessado em: 20/11/2010.

REVISTA CAROS AMIGOS, ano IX, nº 105, Dezembro, 2005.

REVISTA CARTA CAPITAL, ano XV, nº 514, Set. 2008.

REVISTA CONEXÃO JURÍDICA – Fiesp/Ciesp, Ed. n. 2, Ano I, Fev. 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/sindical-juridica/pdf/conexao_juridica/edicao_02_versao_2.pdf>. Acessado em: 15/10/2010.

REVISTA CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO. Ano V, nº 4, Dez. 2007.

REVISTA CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO. Ano VI, nº 2, Jun. 2008.

REVISTA CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO. Ano VIII, nº 2, Jun. 2010.

REVISTA CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO. Ano VIII, nº 3, Set. 2010.

SECOVI. **“Governador Serra e secretários apresentam o Programa Pro-Urbe”**. Disponível em: <<http://www.secovi.com.br/noticias/governador-serra-e-secretarios-apresentam-o-programa-pro-urbe/1906/>>. Acessado em: 15/10/2010.

UOL ECONOMIA. **“SP: imóveis usados registram valorização de até 269% em 2010”**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2011/02/02/sp-imoveis-usados-registram-valorizacao-de-ate-269-em-2010.jhtm>>. Acessado em: 20/06/2011.

UOL VIAGENS. **“Banhada pelas águas do Pacífico, Lima sintetiza a riqueza histórica e a diversidade cultural do Peru”**. Disponível em: <<http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/lima.jhtml>> . Acessado em: 20/12/10.

VALOR ECONÔMICO. **“Total de ofertas de fundos imobiliários já soma R\$ 5,5 bi”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia240810.html>>. Acessado em: 10/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **“Banco Morgan Stanley estreia em fundos imobiliários”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia280510.htm>>. Acessado em: 10/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **“Estudo descarta bolha imobiliária no país”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia120810.htm>>. Acessado em: 10/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **“Fundos Imobiliários em ebulição”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia160810.htm>>. Acessado em: 10/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **“Falta de escritórios coloca São Paulo e Rio entre as mais caras do mundo”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia12042011-1.htm>>. Acessado em: 10/01/2011.

VALOR ECONÔMICO. **“Carteiras imobiliárias devem girar R\$ 1 bi na bolsa em 2011”**. Disponível em: <<http://www.fundoimobiliario.com.br/noticia19052011.htm>>. Acessado em: 10/01/2011.

VEJA ON LINE. **“A solução é derrubar”**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110106/p_088.html>. Acessado em: 15/05/2010.